



TERRITÓRIOS
INTERCULTURAIS
DE JUVENTUDE

ORGANIZADORES

Jaileila de Araújo Menezes
Mônica Rodrigues Costa
Tatiana Cristina dos Santos



JUBRA

Territórios Interculturais de Juventude

JUBRA

Territórios Interculturais de Juventude

Jaileila de Araújo Menezes
Mônica Rodrigues Costa
Tatiana Cristina dos Santos de Araújo
(Organizadoras)

Editora  UFPE

2013

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado

Vice-Reitor: Prof. Sílvio Romero Marques

Diretora da Editora UFPE: Prof^a Maria José de Matos Luna

Editora associada à



Comissão Editorial

Presidente: Prof^a Maria José de Matos Luna

Titulares: Ana Maria de Barros, Alberto Galvão de Moura Filho, Alice Mirian Happ Botler, Antonio Motta, Helena Lúcia Augusto Chaves, Liana Cristina da Costa Cirne Lins, Ricardo Bastos Cavalcante Prudêncio, Rogélia Herculano Pinto, Rogério Luiz Covalski, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque, Vera Lúcia Menezes Lima.

Suplentes: Alessandro da Silva, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Edigleide Maria Figueiroa Barretto, Eduardo Antônio Guimarães Tavares, Ester Calland de Souza Rosa, Geraldo Antônio Simões Galindo, Maria do Carmo de Barros Pimentel, Marlos de Barros Pessoa, Raul da Mota Silveira Neto, Silvia Helena Lima Schwamborn, Suzana Cavani Rosas.

Editores Executivos

Afonso Henrique Sobreira de Oliveira

Suzana Cavani Rosas

Capa, Projeto Gráfico e Revisão: EdUFPE

Catálogo na fonte: Bibliotecária Kalina Lígia França da Silva CRB4-1408

-
- J91 JUBRA : territórios interculturais de juventude / Organizadores : Jaileila de Araújo Menezes, Mônica Rodrigues Costa, Tatiana Cristina dos Santos. – Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2013.
385 p. : il.

Coletânea de trabalhos apresentados no V Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira (JUBRA), ocorrido no Recife, no período de 4 a 6 de setembro de 2012.

Vários autores.

Inclui referências bibliográficas.

ISBN 978-85-415-0469-0

(broch.).

1. Juventude – Brasil – Aspectos sociais. 2. Juventude – Brasil – Congressos. I. Menezes, Jaileila de Araújo (Org.). II. Costa, Mônica Rodrigues (Org.). III. Santos, Tatiana Cristina dos (Org.). IV. Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira (5. : 2012 set. 04-06 : Recife, PE).

305.2350981

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2013-219)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

Prefácio

É com grande satisfação que lançamos mais uma coletânea de trabalhos do Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira (JUBRA). Em sua quinta edição, o JUBRA ocorreu em setembro de 2012 na cidade do Recife. Há muito já se almejava a vinda do evento para a região Nordeste, tendo em vista a vocação migratória do Simpósio, que contribui para a diversidade das leituras sobre juventude, bem como o fortalecimento de redes regionais de pesquisadores/as, em articulação nacional e internacional sobre a temática. A realização do V JUBRA na Universidade Federal de Pernambuco celebrou um encontro profícuo entre professores, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação e técnicos das instituições parceiras do evento que abraçaram o desafio de organização do Simpósio.

O V JUBRA definiu como temática “Territórios Interculturais de Juventude” e objetivou visibilizar as produções científicas sobre juventude em interface com as questões dos contextos rural e urbano, tematizar os marcadores étnico-raciais, os atravessamentos da religião na produção das subjetividades juvenis, sem deixar de abranger as problematizações que constituem pauta (inter)nacional, como as questões de cidadania (produção cultural, participação sociopolítica) e de ameaça a ela (baixa escolarização, envolvimento com drogas, situações de risco físico e psicossocial).

Firmando-se como evento acadêmico, interinstitucional e interdisciplinar que congrega pesquisadores brasileiros e estrangeiros para a discussão de pesquisas, programas e projetos sociais referentes à juventude, o V JUBRA possibilitou a circulação de 536 trabalhos aprovados para apresentação nas modalidades Comunicação Oral, Pôster e Relato de Experiência. De cunho eminentemente prático, os relatos tiveram como objetivo socializar atividades desenvolvidas por entidades sociais, sem fins lucrativos, coletivos e movimentos sociais, cumprindo um dos objetivos do JUBRA, que é ampliar a troca de experiências acerca das ações públicas e da sociedade civil, no sentido de garantia dos direitos dos adolescentes e jovens.

Durante o evento, tivemos uma grande circulação de pesquisadores e estudantes de psicologia, educação, ciências sociais, ciências da saúde e saberes afins; bem como de profissionais dos campos da saúde, assistência social e educação; profissionais de ONGs, de fundações, de governos nos níveis municipal, estadual e federal e de associações da sociedade civil; lideranças jovens à frente de grupos e redes, entre outros. Conferências, mesas redondas, sessões de comunicação oral, apresentação de pôster e apresentações culturais, rodas de diálogo, lançamento de livros e sessão de cinema compuseram o leque de atividades que mobilizaram a participação do público no evento.

Mais uma vez, agradecemos a todos e todas que abrilhantaram a quinta edição do JUBRA, em especial a toda a equipe organizadora do evento pelo empenho em colaborar com todas as etapas de planejamento e execução do Simpósio. Agradecemos a Érika de Sousa Mendonça, Roseane Amorim da Silva e Ana Carolina Soares pela colaboração fundamental a esta publicação e a toda a equipe da Editora UFPE.

Esperamos que esta coletânea possa contribuir para o campo de reflexões e ações *sobre, com e para* a juventude brasileira, que, durante o ano de 2013, ocupou as ruas do nosso país com intensas e inovadoras dinâmicas de protestos.

As organizadoras

Introdução

Esta coletânea busca dialogar com a diversidade das experiências juvenis, considerando seus contextos de inserção e participação social e política. Abordada por diversas perspectivas teórico-metodológicas, a juventude é problematizada como situação, como vivência que denota interações muito particulares com instituições, organizações e com o campo das políticas públicas.

Chama atenção a visibilidade que o campo-tema juventude tem adquirido na última década em nosso país. Como política de governo, destaca-se a criação, em 2005, da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), que significaram o reconhecimento da juventude, pelo Estado brasileiro, como grupo social com interesses e necessidades particulares. O que de fato representou o surgimento destas duas instâncias enquanto construção de políticas públicas voltadas aos e às jovens? Que espaços de participação e diálogo foram fomentados pelo poder público, pela sociedade civil, pela juventude de modo a dinamizar e desafiar a democracia brasileira? Como a produção acadêmica tem discutido as questões da juventude brasileira a partir do desafio da interseccionalidade, em atenção aos marcadores sociais de classe, gênero, raça, etnia, território, religião? Essas são algumas questões/provocações que perpassam o conjunto dos textos aqui apresentados.

Os artigos foram organizados em blocos temáticos, margeados pelas conferências de abertura e encerramento do V Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira. A seguir, faremos uma breve descrição sobre as contribuições de cada texto. Mais uma vez, agradecemos a todos/as os/as autores/as que aceitaram o convite para compor a memória do JUBRA e colaborar com a discussão sobre os territórios interculturais da juventude na contemporaneidade.

Conferência de abertura

O texto do Professor Rogelio Marcial objetiva construir uma hipótese interpretativa do que está atualmente ocorrendo com os jovens latino-americanos em seu contexto social. Percorrendo os discursos convencionalmente convocados a definir a juventude, o autor ressalta que a “condição juvenil” não está servindo para proteger e assegurar um desenvolvimento integral aos/às jovens, mas, sim, para hierarquizar a relação que se tem com eles/elas, estigmatizando e criminalizando suas características, estilos de vida, formas de organização e expressão sociocultural. Nesses termos, a condição juvenil tem se convertido em restrição, incapacidade, em uma cidadania juvenil deficitária.

A diversidade de vivências e identidades juvenis é comumente desqualificada frente à lógica hierárquica da cidadania ideal relativa a um sujeito homem, adulto, heterossexual, católico, de classe abastada. O autor adota um referencial foucaultiano para o entendimento das formações discursivas sobre a “juventude”, considerando as relações que diferentes instituições sociais estabelecem com o “ser jovem”, como o/a definem e operam a partir das normas de comportamento, procedimentos de controle, vigilância e castigos. Considerando as possibilidades de resistência, Rogelio dá visibilidade a um campo de conflitualidade onde os/as jovens são capazes de construir narrativas sociais para subverter as estratégias discursivas que objetivam operar com o jogo de validação/desqualificação das experiências juvenis.

No tópico “Jóvenes contemporáneos: nuevas expresiones y viejas demandas”, o autor chama a atenção para o âmbito cultural como significativo campo de agentividade/resistência juvenil, em uma “era globalizada”. Avalia a contemporaneidade como cenário favorável ao posicionamento dos/das jovens como “actores estratégicos em la elaboración, disfrute y difusión de referentes culturales provenientes de diversos rincones del planeta y que van siendo apropiados por ellos y ellas a partir de una adecuación a las condiciones sociales en las que se desenvuelven cotidianamente”. Fica, pois, a proposta do autor de

agirmos COM os jovens pela via de suas potencialidades, possibilidades, atentos/as às políticas do corpo, a seus espaços alternativos de expressão e intercâmbio cultural, aos *territórios interculturais* que habitam.

O texto “Participação política juvenil e sua relação com a percepção da política pública de juventude” trabalha com a hipótese de que quanto menos haja a participação dos jovens, menor será o conhecimento de projetos direcionados a eles/elas. A autora aborda a juventude como categoria social (GROPPO, 2000) e investiga a questão da participação política dos jovens a partir de dados da pesquisa Juventude Sul-Americana: diálogos para construção da democracia regional (IBASE, 2008). Patrícia Cunha problematiza o campo das políticas públicas entendidas como processo de disputa e conflito – principalmente em países como o Brasil ainda marcados por uma cultura política clientelista e com fortes práticas de corrupção –, mas também importante cenário de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos.

A discussão se adensa com a reflexão sobre a participação dos atores sociais na promoção da democracia, principalmente em contextos ampliados de tomada de decisões. O texto problematiza as políticas públicas de juventude, considerando, entre outros aspectos, a necessidade de os jovens se organizarem em sintonia com o campo político-institucional. A autora elenca iniciativas do que denomina de uma nova concepção política (vide a Política Nacional de Juventude e seus mecanismos de legitimação). Sua análise mostra, no entanto, que os programas e projetos instituídos em nosso país, na última década, como parte dessa política são pouco conhecidos pela população jovem em diferentes contextos de participação social (grupos de esporte e recreação, grupo religioso, sindicato, associação profissional de trabalhadores ou desempregados, associação com movimento rural do campo). A percepção crítica dos/as jovens com relação ao governo chama particularmente a atenção pelo descrédito com essa instância de gestão da vida da população. O texto indica a democratização dos mais diversos âmbitos da vida em sociedade em prol de uma participação política do/a jovem enquanto sujeito.

O debate sobre o uso e abuso do álcool e drogas apresentou-se bastante rico, especialmente por trazer diferentes contribuições, com pontos de convergência em relação ao contexto em que esta problemática se situa e, seguindo caminhos distintos para compreender o(s) sujeito(s).

No texto de Rosane Castilho sobre o uso abusivo de drogas, localizamos um esforço de articular elementos do contexto contemporâneo, no que colabora para a construção das subjetividades a partir de uma visão psicanalítica de sujeito. Nesse percurso, apresenta alguns argumentos que buscam explicitar como os diferentes sujeitos lidam com o “sofrimento existencial”, com os vazios emocionais.

Além disso, discorre sobre suas íntimas relações com o mal-estar contemporâneo, os desafios para a sociabilidade na sociedade atual onde os sujeitos têm que lidar, entre outras coisas, com o que a autora denomina de desvitalização das instituições como referências para a vida em sociedade, o que provocou deslocamentos significativos da ideia de autoridade. Muitas das soluções para enfrentar os problemas ou dificuldades foram individualizadas e transformadas em verdadeiros espetáculos, especialmente explorados pela mídia, o que colabora para fortalecer a dicotomia sucesso/fracasso do indivíduo no lidar com suas experiências, acentuando de modo geral a culpabilização do indivíduo e gerando, por vezes, a compulsão à destrutividade.

No texto seguinte, encontramos referências para compreender outros aspectos do contexto em que a problemática se insere. Roberta Uchoa faz menção às mudanças em relação ao fenômeno de abuso e dependência de drogas, especialmente a transformação da droga em mercadoria legal e ilegal lucrativa e o uso da propaganda, no caso do álcool, para seduzir os diferentes universos juvenis ao consumo. Outro campo de preocupação da autora são as políticas públicas que lidam com estas questões e a necessidade de sua efetividade no controle do mercado (comercialização e produção), redução da demanda e de danos.

A perspectiva feminista sobre sexualidade e gênero ganha vigor nas discussões dos textos que seguem. Aqui a abordagem sobre a orientação do desejo sexual de jovens mulheres voltado para mulheres emerge como vivências de violência em relação à sua orientação sexual. Violência que se expressa em suas dimensões materiais e simbólicas, nas diferentes formas de pressão para o exercício de práticas heterossexuais, sobretudo, os seus efeitos para a vida das jovens.

Também merece atenção a contribuição que o texto de Juliana Perucchi oferece à condução de nossas pesquisas, geralmente focadas apenas no trabalho investigativo. Nesse sentido, nos provoca à associação

entre estudo e prática interventiva para compreender as experiências de violência sofridas pelas jovens. Em sintonia com a condição de interação-intervenção, o trabalho de Cláudia Mayorga e Geíse Pinto nos convida a uma atenção analítica e crítica em relação às desigualdades e diferenças que marcam as experiências juvenis, a partir do campo teórico-político feminista pós-colonial.

Nessa perspectiva, as autoras enfatizam a importância da interseccionalidade no debate acerca de juventude e gênero e os desafios analíticos para articular raça, classe, sexualidade, geração, território etc. em tais estudos. Ao chamar a atenção para a interseccionalidade, também afirmam a potência e ampliação das análises que provocam, uma vez que permitem o aprofundamento acerca das relações de poder nas diferentes experiências juvenis.

Identificamos, portanto, que as relações de poder se apresentam de muitas formas nas vivências sexuais de jovens mulheres, homo, hétero e bissexuais. No entanto, se tais relações exercem certo controle sobre a sexualidade, simultaneamente, permitem margens de manobra, conforme defende Marion Quadros ao abordar as possibilidades de exercer a autonomia em oposição ao silenciamento que gera a invisibilidade da experiência sexual.

A autora alerta para as consequências da tensão entre a invisibilidade e a autonomia da sexualidade de jovens mulheres, para as possibilidades de viver a experiência sexual de um modo pleno e saudável, uma vez que o silenciamento pode conduzir à desproteção em relação às doenças sexualmente transmissíveis e à maternidade. Ainda mais, se lançarmos nosso olhar para as redes de relações cotidianas das jovens, nas quais se incluem a família, amigos, serviços de saúde, escola, entre outros. O que nos remete novamente a Mayorga e Pinto nas associações que estabelecem entre o sistema sexo-gênero e a experiência juvenil da sexualidade.

O capítulo de Fátima Severiano e Pablo Severiano propõe uma reflexão crítica, a partir dos filósofos da Escola de Frankfurt e de Boltanski e Chiapello, sobre a experiência da aceleração do tempo no ritmo de vida, em especial, dos jovens, considerando as facilidades auferidas pelas novas tecnologias midiáticas e informatizadas. De acordo com os autores,

a preocupação refere-se à proeminência do chamado tempo livre e sua possível integração pela lógica produtivista do tempo do trabalho, como forma de controle social. O texto apresenta as principais estratégias de invasão do tempo livre pelo tempo do trabalho e possíveis implicações no processo de dominação do indivíduo contemporâneo.

Carina Kaplan, em seu texto “Las Juventudes y las oportunidades de estructurar su destino”, problematiza acerca da cidadania dos jovens, como assunto público. Para a autora, os jovens lutam por um lugar no mundo, e isso é o que os mobiliza em diversas épocas e em seus contextos particulares; essa luta se dá por mudanças e caracteriza uma ação pedagógica, que assinala para uma transformação também da prática social.

“Juventude: entre os dilemas da educação e do trabalho”, de autoria de Ana Maria Teixeira, aponta que o mundo do trabalho apresenta para os jovens das camadas mais empobrecidas constantes desafios comprovados por estatísticas oficiais que retratam os altos índices de desemprego deste grupo. As desigualdades sociais aprofundam essa distorção, comprometendo a formação dos jovens. Para Teixeira, esses e outros fatores caracterizam a tensão da transição dos jovens da escola para o trabalho, no que ela chama de “passagem para a vida adulta”.

O texto final desta temática, “Juventude e Educação: entre os velhos e novos desafios”, de Alexandre de Freitas, discute os referenciais simbólicos normativos que têm subsidiado tanto a formulação como a implementação das políticas de juventude. Problematisa ainda a incorporação de uma perspectiva multidimensional e integrativa do ser humano na construção das propostas educativas endereçadas aos segmentos juvenis, e seus efeitos políticos e pedagógicos.

No texto “Contribuições da antropologia filosófica para a formação integral da juventude – na perspectiva da construção de espaços inclusivos”, a autora desenvolve uma reflexão sobre o tema da inclusão a partir de suas experiências de formação profissional. Adota a perspectiva teórico-metodológica da fenomenologia de Husserl para abordar o sentido da relação humana com o mundo e para compreender a inclusão “como um processo em constante movimento em que cada pessoa tem suas características singulares, não podendo ser consideradas como

iguais”. Edilene Machado problematiza o campo das políticas públicas, entendendo a inclusão como uma pauta emergencial e que deve estar relacionada à discussão sobre liberdade e responsabilidade. Aciona o diálogo e a razoabilidade como disposições fundamentais para uma política de adesão a questões voltadas para o bem comum, aqui entendido em sua dimensão social e comunitária do bem moral.

A pessoa com deficiência é vista com especificidades em relação ao uso e integração das dimensões espiritual, corporal e cognitiva. Apoiada em Bello (2006), a autora ressalta que, na abordagem fenomenológica de Husserl, a consciência dos limites corpóreos e a corporeidade são aspectos fundamentais para entendermos a inclusão como “espaço vivenciado”, que permite movimento e relação com o exterior.

Pensando práticas educativas voltadas para a juventude, a autora, a partir do pensamento de Josef Pieper (1989), aciona a missão da universidade como a formação integral, cognitiva, sensível e espiritual. Edilene Machado indica a antropologia filosófica como possível caminho de formação para promover uma boa convivência em espaços inclusivos.

O tema dos direitos e das políticas públicas juvenis tem sido uma preocupação de vários estudiosos sobre juventude, tendo em vista as situações de desigualdade a que está exposta parte deste segmento. Para instigar o debate, apresentamos aos/às leitores/as diferentes posicionamentos em relação ao tema, uma posição, à época, governamental e outras duas acadêmicas.

Nosso ponto de partida, é a compreensão dos jovens como sujeitos de direitos, que demandam políticas públicas que configurem e enraizem socialmente este princípio. Neste sentido, o texto de Maria Divaneide Basílio assume um caráter reflexivo acerca das iniciativas governamentais que buscam responder e ampliar os direitos juvenis. Para isto, nos informa a autora a necessidade de reposicionar os jovens homens e mulheres brasileiros/as como sujeitos relevantes para o desenvolvimento do país, a partir de dados que caracterizam e informam desafios e potencialidades deste segmento.

O texto também nos situa quanto às estratégias adotadas para intervir e alterar problemas localizados por pesquisas realizadas pelo governo federal, mecanismos de participação adotados e espaços de

reflexão acerca da condição juvenil. Já uma postura crítica em relação às políticas públicas para tal condição juvenil emerge no texto de Tatiane Alves Baptista.

A autora analisa as tensões vividas pelos jovens na sociedade atual, especialmente pelas promessas (não cumpridas) de integração e ascensão social via educação, por exemplo, e pelo assédio da indústria de consumo, que disputa com o Estado as demandas juvenis e visa regulá-las. Sua abordagem problematiza e articula os programas sociais voltados para a juventude, que os responsabiliza pela superação do quadro de dificuldades em que se encontram, à realidade política brasileira, sob o signo da destituição dos princípios democráticos, nos quais prevalecem o controle privado e a negociação personalista e fisiologista no campo das políticas públicas.

Desse modo, entre a proposição e a execução das políticas, há permanências e rupturas localizáveis. De um lado, o debate afirma um esforço no sentido de superar práticas políticas de negação de direitos aos jovens e, por outro, as assimetrias e desigualdades sociais e políticas nas bases das relações sociais de poder.

O texto de Danilo Morais, “Movimento de Juventude Negra e Construção Democrática no Brasil”, discute sobre a intervenção no cenário brasileiro, a partir dos anos 2000, do movimento social de juventude negra. O autor parte de uma compreensão sociológica das potencialidades e limites da ação política deste movimento e de suas contribuições para a *uma nova política de reconhecimento das diferenças no país*.

“Ninguém é de ferro frente aos prazeres da carne: Organização da Sexualidade entre Mulheres Jovens de um Bairro Popular do Recife”, texto de Tacinara Queiroz e Luis Felipe Rios, trata de pesquisa realizada sobre mulheres jovens e evangélicas, de 16 a 24 anos, de uma comunidade na Região Político-Administrativa III (RPA III), do Recife. A partir de entrevistas e observação participante, a pesquisa indica os lugares de origem da socialização sexual das jovens e o papel da comunidade nesse processo.

A professora Edileusa Nascimento trata, em seu texto, “Migração indígena, o rural e o urbano: o caso dos Tremembé de Almofala”, sobre o processo migratório indígena, não reconhecido e quase invisível, para áreas urbanas. Denuncia a ausência de políticas públicas indigenistas que possam colaborar com a organização deste grupo. Nota também que são

registradas algumas mudanças positivas no campo da educação indígena nas zonas rurais, o que tem levado a uma promoção “de jovens a lugares de liderança”.

“Juventudes rurais nos pequenos municípios do Nordeste do Brasil: Uma breve reflexão acerca do desenvolvimento”, de Maria de Assunção de Paulo, reconhece a juventude como um tema complexo, pois resulta de múltiplos contextos sociais. Considerando que o espaço rural é um lugar que muito recentemente vem reconhecendo a categoria juventude, a autora afirma a importância de se considerar que para tratar dessa questão – juventude – no contexto rural, é preciso atrelar à discussão as relações familiares e de trabalho.

No texto da Conferência de Encerramento, intitulado “A Prática da Liberdade: Pesquisa de Ação Participativa da Juventude para a Justiça na Educação”, as autoras Michelle Fine e Madeline Fox discutem as possibilidades de pesquisa sobre e para a justiça em educação, tendo os/as jovens como pesquisadores. O texto expõe o processo vivenciado na execução de uma pesquisa ação participativa que investigou as experiências da juventude com educação, justiça criminal e serviços de saúde na cidade de Nova York, considerando a incidência de marcadores de diferença e seus efeitos de desigualdade, tais como gênero, raça-etnia, orientação sexual, classe e território-comunidade.

O texto é inspirado teórica e metodologicamente nas concepções de Educação Popular e Educação como prática de emancipação de Paulo Freire. Há um claro entendimento da pesquisa como obra política, do compromisso da universidade com as populações historicamente subalternizadas e com a produção de um conhecimento problematizador das noções de objetividade e validação que comumente balizam os estudos SOBRE juventude. As reflexões advogam pelas pesquisas COM juventude, onde jovens e adultos, tanto da universidade como da comunidade, teorizam, elaboram métodos, perguntas; analisam e compartilham informações sobre outros jovens da cidade.

As autoras trazem uma importante contribuição epistemológica e metodológica ao campo-tema juventude, pois sistematizam pressupostos e posturas ético-políticas fundamentais às pesquisas engajadas em produzir conhecimento, tendo os jovens como coautores dos saberes sobre as experiências de injustiça que circunscrevem suas vidas e de tantos outros/as jovens, sugerindo ainda mudanças via envolvimento político coletivo.

Ao final, Michelle Fine e Madeline Fox apresentaram os/as leitores/as com um Manifesto sobre a pesquisa Crítica e Participativa da Juventude, lido durante a Conferência de Encerramento do V Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira – JUBRA.

Boa leitura.

Jaileila de Araújo Menezes
Mônica Rodrigues Costa
Tatiana Cristina dos Santos de Araújo

Jóvenes Contemporáneos: entre las nuevas tendencias y las viejas insistencias

Rogelio Marcial

*Nos hicieron perder la espontaneidad,
todos nuestros actos están
previamente calculados por alguien
que nos regaló como herencia
la buena educación.*

Nelson Oxman (1989:136)

Palabras Iniciales

En no pocos escenarios se ha estado llamando fuertemente la atención hacia el hecho de que, casi sin percibirlo, el siglo XXI nos ha colocado ante una puerta de acceso a un nuevo “mundo” con posibilidades y ventajas “inigualables”. Sin embargo, como es común en los cambios históricos, la incertidumbre asalta a la mayoría de quienes, desde su cotidianidad, se detienen un poco para poner en la balanza lo obtenido y lo faltante; lo ganado y lo perdido; lo consolidado y lo que se está construyendo; los avances y los retrocesos; las abundancias y las carencias; la felicidad y la frustración. Este trabajo reflexivo (desde distintos niveles) es un proceso natural en búsqueda de replanteamientos personales, familiares, comunitarios y sociales, con el fin de resolver y reordenar los nuevos cuestionamientos que la vida misma impone.

Es cierto que los “momentos propicios” para llevar a cabo esta reflexión están estrechamente vinculados con cuestiones de temporalidad.

El calendario es un recordatorio persistente de que nuestro *tiempo* avanza; de que el *tiempo* pasa y, por ende, nos queda menos *tiempo* para realizar nuestros objetivos; de que nadie le gana al *tiempo*, por lo que debemos aprovechar bien nuestro *tiempo*. Los cambios temporales propician este tipo de replanteamientos y la reflexión será más profunda según la escala a la que nos enfrentemos: un día, un año, un siglo, un milenio. A pesar de que la inmensa mayoría de los procesos naturales y sociales tienen ritmos, secuencias, gestaciones y desenvolvimientos que muy poco tiene que ver con estos cortes temporales, el ser humano insiste en imponer sus medidas y delimitaciones para poder ubicar y comprender su propio desarrollo en relación con sus semejantes y su medio ambiente. El *tiempo* es una de las dos coordenadas principales (la otra es el *espacio*) imprescindibles para los esquemas de razonamiento y las formas de conocimiento del pensamiento del ser humano, sobre todo del pensamiento del hombre occidental en tanto visión “imperante” a un nivel “globalizado”.

Así, sin pretender explicar los fenómenos sociales exclusivamente a partir de las distintas temporalidades en las que se presentan (lo que no debe interpretarse tampoco como una argumentación a favor de prescindir del tiempo como coordenada explicativa en el análisis social), resulta sumamente necesario un trabajo reflexivo desde las ciencias sociales que permita aportar datos, herramientas de conocimiento y visiones analíticas, con el fin de desenmarañar el aparente caos que solemos atribuirle a los cambios temporales más significativos para la humanidad. Aunque sea a partir de marcos hipotéticos e impulsados por el riesgo de adelantar esquemas explicativos, un espacio apropiado para la reflexión sobre “este nuevo siglo” puede ser un excelente punto de partida en el reconocimiento de indicios y en la construcción de diversas certezas sobre los procesos que se están gestando y se están desarrollando en nuestras sociedades. Quiero agradecer a los organizadores del *V Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira: “Territórios Interculturais de Juventude”* (V JUBRA 2012), en especial a la profesora Lucía Rabello de Castro (Facultad de Psicología de la Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ), por la oportunidad para compartir con ustedes algunas reflexiones al respecto y ponerlas a su consideración.

Juventud: discursos sociales de control y represión

Por mi parte, en este trabajo intento construir una hipótesis interpretativa de lo que actualmente está sucediendo con los jóvenes latinoamericanos y su contexto social, para proponerles una mirada renovada sobre lo que hoy define a la juventud; sobre todo, las condiciones en la lucha discursiva por interpretar a este segmento poblacional y los sentidos sociales que están en juego al respecto. La idea es considerar al menos la posibilidad de pensar a los jóvenes desde una mirada distinta a la que ha caracterizado a las instituciones que se encargan de su socialización (familia, escuela, trabajo, iglesias, gobierno, asociaciones civiles). Se busca, así, reflexionar sobre los procesos y las prácticas que dan sentido a algunas manifestaciones juveniles, para entender que la llamada “condición juvenil” no ha servido para protegerlos socialmente y asegurarles un desarrollo integral; sino más bien que se ha convertido en una forma jerárquica de relación en la que se posterga ese bienestar y se tiende a estigmatizar y criminalizar sus características, sus estilos de vida y sus formas de organización y expresión sociocultural.

Para ello, tal vez sería necesario reseñar las formas de asociación/ expresión, las identidades colectivas y las tendencias sociales de algunas de las diversas culturas juveniles que se han presentado en las últimas décadas; con el objetivo de entender y ubicar las prácticas, usos, estilos y/o hábitos en las que parte de la juventud latinoamericana encuentra sentidos y significados sociales y culturales. Sin embargo, ello podría representar una serie de particularidades innecesarias en este momento en que nos enfocamos en la juventud brasileña. Más bien, centraré mi atención en proponerles una forma de entender cómo se construye la idea de “juventud” actualmente, y cómo podemos descentrarnos de ella para una mejor comprensión de la interacción entre los jóvenes contemporáneos y nuestras sociedades.

Desde las miradas sociológicas y antropológicas sobre la juventud se ha agradecido mucho las aportaciones de la psicología sobre los procesos individuales, grupales y sociales asignados a este periodo de vida. Pero también se ha destacado que, más allá de la edad, la juventud es un constructo social que nos habla de una relación cultural. Cada sociedad

define lo que es “ser joven”, lo que está “vigente” y es “válido” social y culturalmente para quienes transcurren por esa etapa de la vida, tan transitoria como cualquier otra etapa (esa es la característica primordial de las “etapas”).¹

Así visto, lo que está en juego es la construcción discursiva de la juventud desde la que actualmente se enfatiza de sobre manera su característica “transitoria” para justificar su tutelaje, control, estigmatización y represión. Al menos en México, quienes nos dedicamos a la atención y estudio de los jóvenes hemos convertido esa “condición” en “restricción”, en “incapacidad”, en justificante de una ciudadanía juvenil deficitaria (como sucede también con la “condición de género”, la “condición indígena”, la “condición de discapacidad”, la “condición de exclusión”, la “condición homosexual”, la “condición infantil”, etcétera). Y lo hemos hecho a partir de construir desde el discurso una idea sobre el orden jerárquico de la sociedad en la que el varón adulto, heterosexual, católico, mestizo, de clase social alta es el único ciudadano en plenitud que cuenta con las garantías en todos los niveles. No pensamos la ciudad, los espacios de expresión, las interacciones sociales, las oportunidades y la ciudadanía integral para los niños, las mujeres, los indígenas, los homosexuales, los pobres y los inmigrantes (sin techo, sin trabajo, sin papeles), los jóvenes ni los ancianos. Y no lo hacemos por mantener, y justificar naturalizándola, una jerarquía de orden moral donde unos “tienen” más derechos que otros.

Específicamente con la juventud, y siguiendo a Michel Foucault (1999), la formación discursiva sobre la “juventud”, que tiene que ver con esa idea social (institucional) que nos hacemos con respecto a ciertos actores sociales dotándoles de ciertas características definitorias, se pone en juego a partir de los discursos movilizados que buscan ubicar y explicar en la realidad inmediata a esos actores. Entonces construimos nuestra versión de “la juventud latinoamericana”, “la juventud brasileña”,

1. Menciono esto porque, al menos en México, el argumento de que “la juventud es una etapa transitoria” ha servido históricamente para justificar la carencia de oportunidades de desarrollo integral; ya que es como “una enfermedad que se cura con el tiempo” y quienes son jóvenes pronto dejarán de serlo. Así, se le resta importancia a sus necesidades y problemáticas en el tiempo presente y se “traslada a futuro” la posibilidad de su bienestar integral a partir de una ciudadanía reconocida, lo que sucederá sólo hasta cuando ya sean adultos.

“la juventud mexicana”, etc. Aquí podemos encontrar que, aun cuando son jóvenes, lo que vive un adolescente carioca (Río de Janeiro, Brasil) no es lo mismo que lo que vive un joven tapatío (Guadalajara, México); y por ello podemos justificar formas diferenciadas de relación social de las instituciones con los jóvenes en cada contexto. Ello permite a su vez, construir estrategias discursivas para interceder en esa interacción desde los intereses creados y situados (en este caso, desde la institucionalidad), para normar comportamientos, controlar, vigilar y castigar. Pero como bien lo dice este autor francés, donde existe el poder existe la resistencia, y los actores interpelados son capaces de construir narrativas sociales para subvertir y desmarcarse de tales estrategias discursivas; sea enfrentando abiertamente al poder, o esquivando su mirada panóptica para darle vuelta a sus acometidas normativas y de control-represión. Sólo a partir de lo que Foucault (2005) llama la “hermenéutica del sujeto”, la capacidad de descentrar la imposición de un discurso jerarquizante es posible.

Entendido así, parto de la hipótesis interpretativa que encuentra en la conformación de un discurso normativo de la juventud la construcción de dos modelos ideales, de dos extremos estereotipados, que califican hoy en día a la juventud y que limita mucho la posibilidad de escapar del panóptico del poder por parte de los jóvenes (individualmente y en colectivo). Así, el juego del poder se basa en el esquema “premio-castigo” que tanto le ha dado resultado. La experiencia histórica reseñada por Foucault (1986) para demostrar esta propuesta, es la manera en que se fue consolidando la construcción discursiva de la locura, a partir del siglo XIX, desde la construcción discursiva de la razón como el ideal de la modernidad. La razón debe prevalecer, y se debe vigilar, castigar y reprimir lo que se separe de ella (la locura) a partir de su estigma y su clínicación. La clínica se reserva el derecho de intervenir de forma destructiva en todo aquello que sea o parezca irracional (la historia de la locura), tal y como se clínicó y se ha clínicado también a la “adolescencia” (incompleto), a lo “femenino” (hormonas) y a lo “homosexual” (desviado), a lo “indígena” (folclor), desde la ciencia social occidental (psicología, antropología, sociología, etc.). De allí que otras interpretaciones como las proporcionadas por los estudios de género, los estudios feministas, los estudios poscoloniales y decoloniales, los estudios *queer* y los estudios juveniles sean vistos por el

poder como “insurrectos” y “peligrosos” para el sistema de valores vigentes. Éstos descentran la mirada de la racionalidad convencional para encontrar en los intersticios sociales la posibilidad de expresión y reproducción de identidades y estilos de vida que se desmarcan explícitamente de la “certeza” institucional-normativa.

El discurso del poder, en este sentido, ha construido dos ideales “en extremo” (radicalmente opuestos y limitativos) para ubicar, calificar y normar a la juventud. Por un lado, la juventud “integrada” es el calificativo para aquellos jóvenes que se ajustan, que aceptan al modelo institucional de la juventud. Ello proviene de un discurso que enfatiza a la juventud como algo positivo, siempre y cuando se ajuste al ideal institucional. De allí se ponen en práctica estrategias discursivas para modelar y normar los comportamientos. Tales estrategias discursivas se sintetizan en ejemplos como “juventud, divino tesoro”, “la juventud es el futuro de la nación”, “todo lo juvenil es fresco”. Y ello produce un ambiente de rechazo a lo que no se apega a ello, y un marcado anhelo por “mantenerse joven” sin importar la edad. Pero por el otro lado se han elaborado estrategias discursivas que advierten, vigilan y castigan a aquellos sujetos jóvenes que no se comportan de acuerdo al ideal institucional. Paradójicamente, entonces, “la juventud es rebelde por naturaleza”, “los jóvenes son peligrosos”, “la inexperiencia juvenil es la madre de todos los vicios”.

Las expresiones de la juventud, sus formas de organización y sus referentes culturales tuvieron importantes (re)definiciones al irse estructurando la llamada “sociedad de posguerra”. No es que antes de los conflictos armados entre las potencias mundiales durante el siglo XX no existieran jóvenes que se manifestaran colectivamente en sus respectivas sociedades. Sin embargo, es en los últimos setenta años cuando muchos jóvenes buscan una participación significativa en diferentes niveles: económico, social, político, cultural, etc.² Posteriormente, los años que

2. Y esto es así porque durante la llamada “II Guerra Mundial” (que en realidad fue una guerra entre las potencias mundiales y no una a escala planetaria) los jóvenes de los países centrales, junto con las mujeres, tuvieron que remplazar en las fábricas, en el sistema productivo, a los adultos varones que salieron al frente de guerra. Ya terminado el conflicto bélico, estos jóvenes se encontraron empoderados socialmente gracias a sus ingresos económicos propios y demandaron a las empresas culturales productos específicos para su edad,

van de finales de la década de los cincuenta al segundo lustro de la década de los setenta, representa el momento álgido de la participación juvenil en buena parte del mundo, con diferentes matices, estilos, avances y retrocesos. Por su parte, los años ochenta y noventa hicieron evidente el repliegue de muchas de las expresiones y colectividades juveniles en distintos países, repliegue que obedece a la necesidad de autodefensa ante la pretensión de sus sociedades de limitar, reglamentar, supervisar y administrar los espacios destinados a los jóvenes. Desgraciadamente, este repliegue demostró que algunas alternativas de defensa encontraron sustento en aspectos como la violencia, el racismo, la intolerancia y los conflictos con la ley.³ Los jóvenes contemporáneos, los de este siglo XXI, son los herederos de estas tendencias histórico-sociales y, como veremos más adelante, a pesar de desenvolverse en una sociedad con mucho más posibilidades tecnológicas, informativas y organizacionales, son uno de los sectores en los que las crisis económicas, políticas, laborales y educativas golpean con mayor fuerza.

La atención institucional a la juventud: los grandes ausentes

Las políticas públicas hacia la juventud en México, por ejemplo, con excepción de algunos proyectos truncados dentro del Consejo Nacional de Recursos para la Juventud (CREA) y el Instituto Mexicano de la Juventud (IMJ), se han estructurado a partir de intentos institucionales por endosar a la ayuda que se ofrece un costo en la tutela y control de las expresiones y organizaciones juveniles. Es muy importante el trabajo de investigación que ha impulsado el Estado mexicano a través de estos organismos para identificar las características y realidades de una juventud que precisamente se caracteriza por mantenerse en movimiento. (Re) conocer sus necesidades y demandas implica un compromiso permanente, continuo y receptivo que sólo este trabajo de investigación puede aportar. Dicha información debe servir como fundamento de las políticas públicas

3. Véase al respecto Salazar, 1994; Arias y Medina, 1995; DeCesare, 1998; González, 1998; Lemebel, 1998); De Souza y Gonçalves (1999); Castillo, 2004; Kessler, 2004; Liebel, 2004; Perea, 2004; Rodríguez, 2004; Saraví, 2004; Feixa y Ferrándiz, 2005; Valenzuela, Nateras y Reguillo, 2007; Rodríguez y Solano, 2011; y Cerbino, 2011.

y, desde allí, marcar los derroteros a seguir en una sociedad como la mexicana: diversa y cambiante.

Sin embargo, los planes y medidas oficiales no han logrado marcar su distancia con las decisiones que les compete solamente a los jóvenes, cayendo siempre en la cooptación y “canalización positiva” de las inquietudes juveniles. Es por ello que los que sí se desmarcan de las instituciones son los jóvenes. Ante diversas experiencias de control, cooptación, fiscalización, ayuda selectiva y represión abierta, no es de extrañar que muchos jóvenes opten por desmarcarse de aquellas instituciones sociales que supuestamente fueron diseñadas “para apoyarlos”, como también de tantas otras que buscan su representación (como los partidos políticos). Desgraciadamente, han existido sucesos de abierta y cruenta represión hacia los jóvenes que expresan de formas diversas sus inconformidades y críticas al sistema político mexicano, lo que nos hablan de la opción represiva que está asumiendo el actual régimen encabezado por Felipe Calderón Hinojosa, el cual ha cerrado de tajo una larga trayectoria en el conocimiento de lo juvenil en México y se ha enfocado a detectar, fiscalizar, reprimir y criminalizar todas las manifestaciones juveniles que buscan, porque creen en ello, un mundo mejor y una relaciones sociales verdaderamente democráticas e incluyentes.

Buena parte de la juventud está arribando a la conclusión que de lo que se trata aquí no es de que una opción partidista gobierne o la haga alguna otra. Más allá de esto, sus preocupaciones giran en torno a poder divertirse, expresarse y organizarse según mejor les parezca y, desde allí, recibir el apoyo institucional que se merecen por ser jóvenes mexicanos. Seguir decidiendo por los jóvenes y criminalizando sus expresiones es seguir propiciando su alejamiento de las instituciones, las que insisten en convocarlos desde criterios propios de un sistema cerrado y adultocéntrico. Las consecuencias devastadoras de todo ello se han traducido en la trivialización de las problemáticas juveniles, la posposición a futuro de los apoyos, la tendencia a homogenizarlos bajo una idea decimonónica de juventud que ni siquiera reconoce ni respeta las diferencias de género, y el desmedido etiquetamiento de los estilos de vida juveniles que no encajan en ese modelo institucional de la juventud contemporánea.

Jóvenes contemporáneos: nuevas expresiones y viejas demandas

Para los jóvenes contemporáneos, para esos jóvenes (hombres y mujeres) que conviven a diario con nosotros en nuestras naciones latinoamericanas, está siendo más claro y evidente que para muchos de nosotros (los adultos) que la etapa histórica que vivimos trae consigo cambios significativos en diferentes niveles, pero especialmente en el ámbito de lo cultural; pues esta “era globalizada” los ha posicionado como actores estratégicos en la elaboración, disfrute y difusión de referentes culturales provenientes de diversos rincones del planeta y que van siendo apropiados por ellos y ellas a partir de una adecuación a las condiciones sociales en las que se desenvuelven cotidianamente. No sólo son más capaces que nosotros para adaptarse al uso de las nuevas tecnologías, sino que además cuentan con nuevas y estupendas posibilidades para acceder a información variada. Sin embargo, ello desgraciadamente no se ha podido convertir en una realidad que les permita aprovechar esa información para emanciparse, empoderarse y así tomar decisiones mejor informadas que repercutan en su bienestar individual y colectivo. Como adultos, aún no hemos sabido encontrar la manera de permitir este empoderamiento, pues insistimos en visiones conservadoras que nos hacen creer que la juventud no es capaz de decidir por sí misma y que, aún a pesar de que no les parezca adecuado, la tutela adultocéntrica les es imprescindible en cada momento de sus vidas como adolescentes.

Me parece, y esto es buena parte de lo que quisiera poner a su consideración, que estamos en un periodo histórico de la humanidad en el que los cambios tecnológicos, sociales y culturales que estamos experimentando generan condiciones muy especiales a las que no nos habíamos enfrentado antes y que, de una u otra forma, nos parecen inciertos e inasequibles. Nuestros temores ante ello, fundados en el tremendo desconocimiento que tenemos sobre los mundos juveniles contemporáneos, han sido erróneamente el sustento de una mirada hacia la juventud desde la desconfianza y la incertidumbre. Y por ello no es casual que muchas de nuestras respuestas hacia las expresiones juveniles tiendan a afianzar nuestro férreo control sobre ellos y ellas, pretendiendo con ello tener al alcance asideros que nos den certeza sobre un futuro

que nos parece ambivalente. Creo que debemos actuar de otra manera muy diferente, atribuyéndole a eso que llamamos “la condición juvenil” un carácter de “potencialidad”, de “posibilidad”, y no de “limitación” e “incomplementariedad”. Esto es, considerar a cada joven según lo que “puede ser”, lo que “puede aportar” a la sociedad, en lugar de considerarlo por lo que “le falta” por desarrollar, lo que “no es capaz” aún de hacer o decir. Estamos, me parece, en un momento histórico de un cambio social muy significativo en el que cada vez es más evidente que la juventud es capaz de ser y hacer lo que hace algunos años considerábamos que era incapaz de hacerlo; y es hora de reconocerlo socialmente. Ya otros sujetos sociales, como las mujeres, han demostrado que romper esas “ataduras del pensamiento” es algo mucho más lento que los cambios sociales y culturales a los que nos enfrentamos.⁴

Lo anterior debe reflejarse en una nueva mirada hacia la juventud contemporánea que reconozca estas nuevas tendencias, pero que sepa leer las exigencias de viejas insistencias referidas a la inclusividad social, la participación política, el derecho al ocio y a decidir sobre las preferencias de diversa índole (social, cultural, política, sexual, identitaria, de ocio), el respeto a sus formas de organización y manifestación, las necesidades de vivienda, educación, empleo, seguridad, esparcimiento, etcétera. Debemos hacer lo que ha cada cual nos corresponde con respecto a la juventud: el Estado no debe renunciar a cumplir su papel de proveedor de la seguridad social con políticas asertivas de educación de calidad y empleos dignos, de seguridad pública, de vivienda y programas de bienestar social para los jóvenes en su tremenda diversidad sociocultural. Además, tanto el Estado, la sociedad en general y los propios jóvenes deben concertar intereses y

4. En el caso de mi país, México, la mujer logró su reconocimiento para votar en las elecciones políticas durante la década de los años cincuenta del siglo XX. Hasta esos años, y mucho tiempo después, los varones consideraron que las mujeres eran incapaces de elegir a sus gobernantes; y si la mujer logró el voto fue gracias a su lucha política en contra de estas visiones jerárquicas institucionales basadas en la inequidad de género, no fue una dádiva otorgada por los varones. Hoy en día muy pocos (espero) siguen pensando igual, pues la mujer nos ha demostrado fehacientemente que es capaz de ser y hacer lo que los varones somos y hacemos, aún desde las diferencias de género; que efectivamente son diferentes pero que ello no debe ser razón para que sean desiguales. Me parece, insisto, que hoy estamos viviendo algo similar con respecto a la juventud, y en lugar de empoderar a los jóvenes preferimos “amarrar con mayor fuerza” nuestros sistemas para controlarlos, vigilarlos y castigarlos ejemplarmente.

necesidades para lograr espacios, experiencias y procesos que permitan a los jóvenes expresarse convenientemente y acceder a instancias de ocio, diversión, esparcimiento y representación según sus propias subjetividades y estilos de vida. Y finalmente, como sociedad (incluido el Estado, las Iglesias, la sociedad civil organizada, los partidos políticos y las industrias y organizaciones culturales) debemos contribuir a proporcionar a los jóvenes información fidedigna, certera y científica sobre los diversos temas que les atañen en lo más personal, a partir de políticas del cuerpo (ese último reducto que el joven tiene para expresarse y controlar su vida) que les permita tomar las decisiones correctas con respecto al ejercicio de su sexualidad, al consumo cultural (incluido el consumo de sustancias), a la expresividad corporal (vestimenta, peinados, arreglos corpóreos, tatuajes, piercings, etc.) y a las decisiones cotidianas que se les presenta en su vida diaria. Sólo así podremos hacer efectivo un empoderamiento juvenil que beneficie a los propios jóvenes en su desarrollo integral, así como al bienestar comunitario y social en su conjunto.

Palabras Finales

Las posibilidades de expresión cultural que tienen a su alcance los jóvenes suelen estar siempre determinadas por la forma en que se construye socialmente la idea de “joven”. Cuando algunos de ellos escapan o no se asemejan en algo a esta construcción social, las limitantes son muchas y los peligros implicados en librarlas son constantes. La estigmatización, la intolerancia, la vigilancia y el desdén son procesos de suyo duros con los que la sociedad cuenta para mantener dentro de estos límites a sus jóvenes; sin embargo, la represión sigue sirviendo cuando los anteriores no son suficientes. Las políticas culturales destinadas a los jóvenes difícilmente se desprenden de estas cuestiones, a pesar de que existen matizaciones fincadas en la ideología y concepciones de quienes se encargan, desde las oficinas de gobierno, de su diseño e implementación.

En México se pueden llegar a identificar diferencias en los programas y proyectos oficiales, de acuerdo a las filiaciones políticas de los representantes del poder público. A grandes rasgos se puede decir que éstas van de la indiferencia y el desdén hacia los jóvenes y sus inquietudes

hasta la intolerancia y el temor (originado en el desconocimiento). De alguna u otra forma, todas han recurrido a la represión para imponerse en momentos específicos.

Sin embargo para los jóvenes, no en abstracto sino para esos jóvenes que buscan espacios alternativos de expresión e intercambio cultural, para ellos y ellas la diversión, el ocio, el entretenimiento, la recreación, son y serán siempre lúdicas. Las filiaciones, lo saben, resultan también limitantes cuando se trata de ser lo que son: jóvenes. Esto, como se indicara, nos está hablando de una forma peculiar, pero muy válida, de entender la democracia o, al menos, la posibilidad de pensarse y pensarnos todos de manera inclusiva, donde todos podemos acceder a la satisfacción de inquietudes sin que ello amenace a quienes están a nuestro lado.

Por lo pronto, las impugnaciones subterráneas de los jóvenes están ahí, con sus fortalezas y debilidades, con sus contradicciones y sus desarticulaciones. Sin la explicitación formal de proyectos políticos, las culturas juveniles actúan como expresión pura que codifica a través de símbolos y lenguajes diversos, la esperanza y el miedo. En su configuración, en sus estrategias, en sus formas de interacción comunicativa, en sus percepciones del mundo, hay un texto social que espera ser descifrado: el de una política con minúsculas que haga del mundo, del país, de la localidad, del futuro y del día, un mejor lugar para vivir. ¿Será eso la democracia? (Reguillo, 1997: 236).

La obligación de poder descifrar ese discurso, de leer en él las posibles estrategias de acción para, desde, con los jóvenes, recae con todo su peso en la sociedad en general, pero ello se debe reflejar nítidamente en todas y cada una de las políticas públicas culturales para los jóvenes.

Las expresiones juveniles son un “mosaico para armar”. Algunas culturas juveniles conforman redes meta-identitarias; sin embargo, esto no significa que abandonen o cuestionen otros ámbitos de sus identificaciones sociales ni que, necesariamente, se alejen de sus identidades tradicionales. Frecuentemente estas dimensiones son recreadas o, incluso, resemantizadas como elementos constituyentes de las identificaciones juveniles. Más allá del origen de los referentes identitarios, importa comprender las formas

específicas de apropiación que de ellas hacen los grupos juveniles y su participación en la conformación de códigos colectivos, desde los cuales se establecen las disputas por la participación en la construcción del sentido social. (Valenzuela, 1997: 14).

Mientras sigamos siendo incapaces de aprender a “leer el texto social de los jóvenes”, de “armar el mosaico” desde su propia lógica, sus expresiones pueden empezar a adentrarse por otros caminos; y muchas veces nos sorprenderemos, como sociedad, de los senderos y vericuetos que llegan a tener muchos de esos caminos. No es decir que “los jóvenes siguen en las mismas” o afirmar que “ahora son muy distintos a lo que eran antes”; cada cual tuvo y tiene su época. Lo que busco es evidenciar, por si fuera necesario, que muchas de las demandas o inquietudes de algunos de los jóvenes latinoamericanos (sean éstas explícitas o implícitas) siguen rondando de diferentes maneras “viejas insistencias” sobre la búsqueda/construcción de espacios propiamente juveniles (sin la tutela de los adultos y las instituciones), la posibilidad de formas alternativas de expresión social y cultural, así como el derecho a participar directamente en la toma de decisiones sobre aquellos asuntos que les afectan directamente.

Quiero terminar con la siguiente idea: “Nepantla” es una palabra náhuatl (del México prehispánico) que significa “estado intermedio”. Esta palabra bien puede describir la permanente transición entre las identidades, especialmente las juveniles, cuando se está pasando de una determinada clase, raza, identidad cultural o preferencia sexual a otra cualquiera. Los jóvenes a menudo quedan atrapados dentro de estos espacios liminales, en estos “territorios interculturales”, entre la infancia y la edad adulta. Liminalidad porque como lo mencionan los geógrafos, es un ámbito procesual que sirve no sólo para conceptualizar los entre-espacios de la juventud (identitarios, virtuales, culturales, sociales, políticos), sino que además resulta fundamental para teorizar cómo los jóvenes construyen un sentido de sí mismos.

De hecho, los jóvenes son a menudo descritos como “adultos en construcción”, ubicándolos en un virtual “precipicio” entre la niñez y la edad adulta, y no como actores sociales por derecho propio, protegidos y empoderados socialmente. Aun así, muchos de ellos y ellas se encuentran en medio de múltiples espacios de “ser” y de “estar”, ya sea viajando a través

de fronteras nacionales, en las definiciones de prácticas heterosexuales y homosexuales, luchando por encontrar un espacio propio en los espacios culturales o crear los suyos propios, o de estar en una perpetua transición entre la familia parental, la escuela, el trabajo y la familia propia. Así, la juventud suele situarse socialmente en los intersticios, en estas zonas fronterizas que como territorios interculturales implican dos o más identidades en las que muchas subjetividades convergen; por lo que pueden aparecer, ocupar y desocupar uno, varios o todas las espacialidades, pero sin pertenecer a ninguna estrictamente. Por lo tanto, los territorios interculturales en los que habitan los jóvenes resultan muy controvertidos como espacios complejos.

Necesitamos explorar los múltiples espacios intermedios que los jóvenes habitan/deshabitan a partir de cuestionarnos cómo es que los jóvenes negocian sus identidades y subjetividades en/desde las fronteras; y también explorar si sus identidades o subjetividades tradicionales en base al género, la sexualidad, la raza, la etnia, la nacionalidad, la clase social o la capacidad de representación, les permiten salir de esos espacios intersticiales en medio de las fronteras sociales y culturales, de forma asertiva y adecuada. Importante resulta saber en cada caso cuáles son los límites (si es que existen) de estos espacios liminales para los jóvenes y cómo son estas tierras fronterizas que se reproducen en los espacios públicos y privados. Hemos definido institucionalmente las condiciones de la socialidad juvenil de tal manera que les negamos una capacidad de agencia para liberarse de los prejuicios sociales y desnaturalizar las relaciones de poder e imposición basadas en la supremacía del mundo adulto. Más bien, les dejamos con una agencia en estados intermedios desde la que pueden reinventar formas de interacción social y cultural que aparentemente los libera de las “telarañas” que los adultos construimos y aún no hemos sabido quitar de nuestras cabezas, pero realmente siguen “amarrados” desde edades muy tempranas a las formas de interacción más tradicionales y son continuamente víctimas de los ejercicios de poder más rudimentarios. Es necesario analizar cómo los jóvenes “viven”, a la vez, en dos o más espacios culturales: como jóvenes pero también como varones o mujeres, como indígenas o mestizos, como integrantes de diversas religiones, como heterosexuales, lesbianas o gays, como estudiantes o

trabajadores, como migrantes, como punks, pandilleros o grafiteros, etc. Y necesitamos hacerlo lo antes posible, sin esperar a que su “juventud” se les “cure con el tiempo” y dejen de ser eso: jóvenes.

Referências

Arias, Édgar y Gilberto Medina (1995). “La juventud de Medellín: entre la espada y la pared”, *La ciudad de los jóvenes. Una mirada desde Medellín*, Medellín: Relecturas-Instituto Popular de Capacitación, pp. 85-103.

Castillo, Héctor (2004). “Pandillas, jóvenes y violencia”. *Desacatos. Revista de antropología social*. México: CIESAS, núm. 14, “Juventud: Exclusión y Violencia”, primavera-verano 2004, pp. 105-126.

Cerbino, Mauro coord. (2011). *Más allá de las pandillas: violencias juveniles y resistencias en el mundo globalizado*. Quito: FLACSO Ecuador/Ministerio de Inclusión Económica.

DeCesare, Donna (1998). “The Children of the War. Street Gangs in El Salvador”, *NACLA. Report on the Americas*, Nueva York: North American Congress on Latin American, Vol. XXXII, Núm. 1, julio-agosto 1998, pp. 21-29.

De Souza, María C. y Simone Goncalvez et. al. (1999). *Fala Galera. Juventude, Violencia e Cidade do Rio de Janeiro*, Río de Janeiro: Garamond.

Feixa, Carles y Francisco Ferrándiz eds. (2005). *Jóvenes sin tregua: culturas y políticas de la violencia*. Barcelona: Anthropos.

Foucault, Michel (1986). *Historia de la locura en la época clásica*. México: FCE.

----- (1999). *Estrategias de poder*. Buenos Aires: Paidós.

----- (2005). *La hermenéutica del sujeto*. Buenos Aires: Akal.

González, Eduardo (1998). “Heroes or Hooligans: Media Portrayals of Peruvian Youth”, *NACLA. Report on the Americas*, Nueva York: North American Congress on Latin American, Vol. XXXII, Núm. 1, julio-agosto 1998, pp. 30-35.

Kessler, Gabriel (2004). “De proveedores, amigos, vecinos y barderos. Acerca del trabajo, delito y sociabilidad en jóvenes del Gran Buenos Aires”. *Desacatos. Revista de antropología social*. México: CIESAS, núm. 14, “Juventud: Exclusión y Violencia”, primavera-verano 2004, pp. 60-84.

Lemebel, Pedro (1998). “Soccer and Devotion in the Barrios of Santiago”, *NACLA. Report on the Americas*, Nueva York: North American Congress on Latin American, Vol. XXXII, Núm. 1, julio-agosto 1998, pp. 36-43.

Liebel, Manfred (2004). "Pandillas juveniles en Centroamérica o la difícil búsqueda de justicia en una sociedad violenta". *Desacatos. Revista de antropología social*. México: CIESAS, núm. 14, "Juventud: Exclusión y Violencia", primavera-verano 2004, pp. 85-104.

Oxman, Nelson (1989). *La leyenda escandinava*. México: Diana.

Perea, Carlos M. (2004). "Pandillas y conflicto urbano en Colombia", *Desacatos. Revista de antropología social*. México: CIESAS, núm. 14, "Juventud: Exclusión y Violencia", primavera-verano 2004, pp. 15-35.

Reguillo, Rossana (1997). "Taggers, punks y ravers: las impugnaciones subterráneas", Jorge Alonso y Juan Manuel Ramírez Sáiz (coords.), *La democracia de los de abajo en México*, México: UNAM-La Jornada-Consejo Electoral del Estado de Jalisco, 1997, pp. 221-247.

Rodríguez, Ernesto (2004). "Juventud y violencia en América Latina. Una prioridad para las políticas públicas y una oportunidad para la aplicación de enfoques integrados e integrales". *Desacatos. Revista de antropología social*. México: CIESAS, núm. 14, "Juventud: Exclusión y Violencia", primavera-verano 2004, pp. 36-59.

Rodríguez, Onésimo y Ana S. Solano (2011). "Pandillas, violencia y dinámicas socioculturales en la Costa Rica urbana". *Intersticios sociales. Revista semestral de ciencias sociales y humanidades*. Zapopan: El Colegio de Jalisco, Año I, Núm. 1, marzo 2011, http://www.intersticiosociales.com/ediciones/numero_1.html.

Salazar, Alonso (1994). *No nacimos pa' semilla. La cultura de las bandas juveniles de Medellín*, Bogotá: Centro de Investigación y Educación Popular.

Valenzuela, José M. (1997). "Culturas juveniles. Identidades transitorias. Un mosaico para armar", *JOVENes. Revista de estudios sobre juventud*, México: Causa Joven, cuarta época, año I, núm. 3, enero-marzo, 1997, pp. 11-32.

Valenzuela, José M., Alfredo Nateras y Rossana Reguillo coords. (2007). *Las maras. Identidades juveniles al límite*. México: UAM/Juan Pablos/El Colegio de la Frontera Norte (Col. "Estudios Transnacionales").

Participação Política Juvenil, Movimentos Sociais e Ações Coletivas

Participação Política Juvenil e sua Relação com a Percepção da Política Pública de Juventude

Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha

Introdução

São múltiplas as considerações feitas pela literatura de juventude sobre a heterogeneidade dessa população, que perpassa classes sociais, posicionamentos políticos, gêneros e etnias, levando à conclusão de que é incorreto falar em juventude, devendo-se, portanto, falar de juventudes. Contudo, este trabalho adota a abordagem de juventude como categoria social no sentido em que a utiliza Groppo (2000). O autor, inspirado no conceito de grupo social concreto de Mannheim (1982), entende juventude como uma categoria social que se torna ao mesmo tempo “uma representação sociocultural e uma situação social” (GROPPO, 2000, p. 7). A definição dessa categoria social enquanto ator coletivo é que permite definir juventude, nos termos de Abad, como uma categoria social: “interclassista e comum a ambos os sexos, definida por uma condição específica que demarca interesses e necessidades próprias, desvinculadas da ideia de transição e suas instituições responsáveis” (ABAD, 2003, p. 23).

A compreensão da juventude enquanto categoria social permite pensá-la como ator social e coletivo que demanda do Estado e que possui organização, identidade e instituições próprias para atuação na sociedade civil. Dessa forma, se, por um lado, a análise de políticas públicas de juventude não tem como desconsiderar esse ator social coletivo para construção da política pública, por outro, as especificidades dessa categoria social, somadas às características da sociedade brasileira de

pouca participação política e de uma cultura política híbrida, chamam a atenção para percepção da juventude sobre as respostas que o Estado tem dado para suas necessidades.

O objetivo deste trabalho é evidenciar a relação da participação política com a percepção que a juventude brasileira tem das políticas que lhe são destinadas pelo governo federal, procurando verificar a hipótese de que, quanto menor a participação dos jovens, menor o conhecimento de projetos direcionados aos jovens. A importância dessa constatação contribui para os estudos de juventude, que passam a compreender melhor as posições dessa categoria social diante das ações do Estado, para análise de políticas públicas, que obtém um tipo de avaliação dos destinatários, e para os estudos de participação e cultura política. Para realização da investigação, foram utilizados os dados da pesquisa *Juventudes Sul-Americanas: diálogos para construção da democracia regional* do IBASE, referentes à população jovem do Brasil para uma análise quantitativa. Os resultados obtidos atestam que a participação política e social da juventude permite maior conhecimento das políticas e programas destinados à juventude.

A estrutura deste texto divide-se em três outras partes. A primeira discorre sobre políticas públicas e políticas de juventude, definindo e aclarando conceitos. A segunda trata-se da análise de dados propriamente dita, onde serão cruzadas as variáveis de participação com a percepção sobre as políticas de juventude, e, por fim, as conclusões.

Políticas públicas de juventude : interlocutores e decisores

A definição da juventude como categoria social é importante para análise de políticas públicas, porque é somente após a definição dos interlocutores que se torna claro quem são os atores sociais que vão moldar uma política pública. Isso não significa dizer que os atores selecionados têm o mesmo entendimento sobre as questões; que tenham uma visão abrangente sobre o tema; ou que compartilhem a mesma visão de mundo ou conjunto de valores políticos e éticos, pelo contrário. Obviamente alinhamentos ideológicos e visões de mundo semelhantes ajudam a

compor forças e alianças úteis em momento de tomada de decisões. À medida em que as políticas públicas podem ser vistas como um processo de disputa ou conflito por recursos escassos, é da interlocução, do debate e da disputa junto e entre os chamados *policy makers*, ou formuladores de políticas públicas, que serão definidas as concepções e os pontos consensuais sobre os quais as políticas públicas serão instituídas.

Diante da dificuldade de apreender o desenvolvimento das disputas em torno das políticas públicas e compreender de que forma são fabricadas as decisões, constitui-se a importância das Escolas teóricas que fundamentam a análise das políticas públicas. O exame das abordagens investigativas da Análise de Políticas Públicas permite observar que elas têm se mostrado insuficientes para abarcar os diversos aspectos e ações que envolvem o processo de tomada de decisões e formulação de uma política pública. Se, por um lado, a criação e a reforma das instituições não têm se mostrado suficientes para resolver, ou controlar, problemas como o clientelismo, a corrupção e o desemprego nos países latinos como o Brasil, por outro, não é possível negar a sua importância no condicionamento de padrões ou regras de comportamento políticos que, por muitas vezes, comprometem os resultados de uma política pública. Dessa forma, não é possível pensar atores distintos de instituições quando tudo aponta para a existência de um processo sinérgico de condicionamento entre eles.

Dando continuidade ao raciocínio, as políticas públicas podem ser definidas como:

[...] conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos. Essas decisões e ações envolvem a atividade política compreendida como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e se destinam à solução pacífica de conflitos relacionados com bens públicos. (RUA, 1998, p. 731).

Tal situação remete aos atores sociais e espaços de atuação que envolvem a ação política para a resolução dos problemas. Souza (2008), ao falar do papel da atuação social como suporte para o protagonismo, afirma que:

De maneira geral, a expressão ator social refere-se, hoje em dia, ao indivíduo responsável pela consecução de objetivos particulares e

exequíveis, e cuja atividade encontra seus limites e possibilidades na atividade dos outros atores sociais e na conjuntura socioeconômica previamente diagnosticada. O ator social é aquele que, para conseguir alcançar objetivos particulares, modifica o “entorno social” negociando com outros atores. Essa atividade do ator social, em prol de si mesmo e do grupo, é o que faz dele um membro da sociedade civil. (SOUZA, 2008, p. 44).

Essa definição de ator social levanta a questão sobre os tipos e espaços de atuação dos atores sociais e sobre qual a contribuição efetiva que pode ser atribuída a essa atuação na promoção da democracia. Como demonstra Còrtes (2006), ao sistematizar a literatura sobre foros participativos e governabilidade¹, é possível classificar a reflexão sobre o tema em dois grandes grupos. O primeiro é constituído pela literatura que apresenta uma postura cética frente às possibilidades dos foros participativos favorecerem a democratização da gestão pública, ou melhorarem a implementação de políticas públicas. O segundo é composto pelos trabalhos que ressaltam a democratização da gestão pública, provocada por tais mecanismos de participação, pois os gestores públicos estariam induzidos a tomar decisões tendo em conta interesses até o momento excluídos. Essa discussão entre os autores classificados por Còrtes (2006), por sua vez, conduz ao debate travado entre as correntes das teorias alternativas de democracia² e às críticas sobre os tipos e espaços de participação existentes. Para a autora, “La principal diferencia entre los abordajes que conciben a los Foros de participación como inductores de una buena gobernabilidad se refiere a la defensa – o no – de las diversas formas de democracia participativa” (CÔRTEZ, 2006, p. 31).

Cabe lembrar que os partidários da democracia participativa defendem a criação de mecanismos democráticos em comunidades locais, como escolas, clubes e bairros, sem que isso implique em redução do tamanho do Estado-Nação e, portanto, da existência da representação

1. Entendida pela autora como articulação entre os gestores e burocracias governamentais e os interesses dos trabalhadores, usuários e beneficiários das políticas públicas, em relação com as *responsiveness* y *accountability* dos governos (2006, p. 16) [tradução própria].

2. Trata-se das abordagens da democracia participativa, ideia difundida por Carole Pateman, da democracia deliberativa, cujo expoente mais ilustre é Jürgen Habermas, e do republicanismo cívico, que muito se inspira no pensamento de Hanna Arendt.

(PATEMAN, 1992; BACHRAC, 1967). Os novos arranjos institucionais promovidos, por exemplo, pela Política Nacional de Juventude no Brasil, onde ocorreria a participação dos/as jovens cidadãos, têm, dentre seus objetivos, o aprimoramento da representação. Ela aconteceria em consequência da qualificação dos/as cidadãos/ãs, que amplificaria o controle sobre os seus representantes. Tais organizações políticas visam, mais do que substituir o sistema representativo, aperfeiçoá-lo e aproximá-lo ao máximo do conceito de democracia como governo do povo.

Para compreender o estágio em que o Brasil se encontra na construção de uma Política Nacional de Juventude e o reflexo desta na percepção juvenil, faz-se necessário, portanto, olhar para o processo específico de construção das políticas públicas de juventude e para a maneira como essa categoria social tem se constituído enquanto ator social em sua relação com o Estado.

A Política Nacional de Juventude no Brasil

O marco das ações para juventude no Brasil pode ser identificado em 1997, quando ações públicas do governo federal são endereçadas ao segmento específico da juventude. Alinhando-se ao entendimento de Balardini (1999), compreende-se, neste trabalho, que os programas existentes anteriormente, por não se destinarem especificamente aos jovens, não podem ser confundidos com uma política pública de juventude, compreendida como:

toda ação orientada tanto à conquista e realização de valores e objetivos sociais referentes ao período vital juvenil, como também aquelas ações orientadas no sentido de influir nos processos de socialização envolvidos. Trata-se tanto de políticas reparatórias ou compensatórias, de promoção e orientadas ao desenvolvimento e/ou à construção da cidadania. (BALARDINI, 1999, p. 25-26).

Contudo, destaca-se nessas ações, da década de 1990, a condição de “risco social” que era atribuída à juventude brasileira (SPOSITO, 2003), relacionando essa população à imagem de violência e delinquência. Tal condição exigia do Estado reconhecimento e respostas para os chamados

problemas juvenis. Nesse sentido, a juventude se constitui em problema social, que se instala na esfera pública, gerando conflitos e demandas que afetam a convivência social do todo e exigem soluções.

No entanto, apenas nos anos 2000, os/as jovens tornam-se atores sociais relevantes, com capacidade de exercer pressão sobre a agenda governamental brasileira. Somente em 2005, o Brasil cria instituições para formular uma política pública de juventude, admitindo os limites institucionais para dar respostas aos conflitos e demandas que ameaçam o crescimento e a garantia dos direitos econômicos, sociais e culturais para essa população.

Como destacado anteriormente, o processo de decisão política implica uma seleção dos interlocutores. No caso específico da juventude, não basta ser jovem para pautar suas demandas; tem de ser jovem organizado em determinados moldes que permitam a inserção no campo político-institucional. Não basta querer falar, pois a questão envolve ter lugar no espaço público e representação da categoria. É exatamente o processo de construção da legitimidade dessa representação que figura como um dos critérios utilizados para selecionar e, ao mesmo tempo, reforçar o poder e o controle do Estado na direcionalidade da política pública que está em construção no país.

Outro fator de peso nessa seleção de interlocutores que não deixa de ser fonte de legitimidade também é a detenção de canais de comunicação, conhecimento, dados ou percepções que possam reduzir os custos de informação do Estado na formulação e implementação das políticas públicas. É nesse aspecto que se encontra uma das particularidades da juventude, pois se multiplicam os atores sociais que demandam por ela e pautam suas necessidades. É possível identificar como interlocutores, nos mais diversos documentos oficiais³, além dos representantes do governo e dos jovens organizados, os Organismos Internacionais, os movimentos de gestores municipais, os Legislativos, os Judiciários, os pesquisadores, os educadores, os profissionais das áreas médicas, entre outros. Deve-se acrescentar a esses, os representantes religiosos pela tradição junto aos

3. Como a minuta da Política Nacional de Juventude brasileira e o guia da juventude, espécie de cartilha de apresentação dessa política, ou nos documentos de recomendações e avaliações de políticas de organismos internacionais como a Unicef e o Banco Mundial.

movimentos de educação e sociais juvenis no Brasil. As áreas de atuação desses interlocutores mostram-se, portanto, as mais diversas.

Nesse cenário, o papel da participação juvenil tem figurado como conceito chave para inspirar instituições que se organizam na forma de Secretarias da Juventude ou Conselhos da Juventude. São novas instituições que ganham relevância ao procurar conectar instâncias de governos e políticas implementadas em níveis locais ou regionais. A resposta do Estado brasileiro aos movimentos sociais, criando essas instituições, denuncia uma mudança na visão sobre a questão juvenil. A participação cidadã nos processos de discussão, elaboração, gestão e/ou controle das políticas públicas é uma ação que, ao ganhar destaque, tem procurado incentivar o empoderamento⁴ dos/as jovens e promovido, com maior ou menor sucesso, a ideia de protagonismo juvenil.

Assim, a forma como os/as jovens se inserem na vida pública e vivenciam sua cidadania associa-se à compreensão do tipo de questão que ameaça ou produz democracia no país. Enquanto participantes do processo de construção da política pública, seja ativa ou passivamente, os/as jovens ajudam a definir o real objetivo da política de juventude, que pode se caracterizar como um instrumento de governabilidade, ou adquirir os moldes em que define Touraine: “o principal objetivo de uma política de juventude é o de incrementar nos jovens a capacidade de comportar-se como atores sociais, ou seja, de modificar seu entorno social para realizar projetos pessoais” (TOURAINÉ, 1988, p. 78-79).

As novas percepções e posturas sobre a juventude propiciaram a criação, em 1º de fevereiro de 2005, da Política Nacional de Juventude (Decreto nº 5.364) demonstrando a necessidade da inclusão desses cidadãos para o planejamento de estratégias de desenvolvimento nacional. As competências da Secretaria Nacional da Juventude sofrem alterações determinadas pelo Decreto 5.849, de 18 de julho de 2006. A Política Nacional de Juventude vai incidir sobre jovens de 15 a 29 anos, com o objetivo de garantir direitos que gerem oportunidades. Nessa nova

4. Como esclarece Baquero (2006), o conceito de empoderamento, que se vincula historicamente ao de cidadania participativa, pode ser utilizado em diversos níveis (individual, organizacional e comunitário). Pode significar dar poder a outro; ou significar um processo de aquisição de influência e controle da própria vida. Nesse sentido, é um verbete que pode ser e é apropriado por forças políticas antagônicas na justificativa da adoção de modelos diversos para políticas públicas.

concepção política, pretende-se que os atores juvenis tragam modelos e relatos de experiências que sirvam de inspiração para a criação de instituições responsáveis pela implementação, fiscalização e avaliação das políticas públicas. Porém, para atingir tais objetivos, é necessário quebrar a tradição de pouca participação política dos cidadãos brasileiros e transformar a realidade apontada pelos estudos de cultura política sobre juventude (CASTRO, 2002, 2004; BAQUERO, 2004; CUNHA, 2005; NAZZARI, 2006) que indicam uma rejeição dessa categoria social às formas convencionais de fazer política.

Participação social e percepção juvenil da política pública de juventude

Com o intuito de evidenciar a relação da participação social da juventude com a percepção que ela tem das políticas que lhe são destinadas pelo governo federal, foram utilizados dados obtidos de fontes secundárias, principalmente, do banco criado para pesquisa do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE-2008), intitulada *Juventudes Sul-Americanas: diálogos para construção da democracia regional*. O *survey* executado é composto essencialmente de perguntas do tipo atitudinais e comportamentais, como classifica Baquero (2009), dirigida a jovens adultos de 18 a 29 anos e adultos de 30 a 69 anos. Neste trabalho, foram utilizados apenas os dados referentes ao subgrupo de jovens adultos (n = 1748). O instrumento utilizado na coleta foi um questionário estruturado com 50 questões, sendo 46 fechadas (estimuladas) e 4 abertas (espontâneas). Para captar a percepção política da juventude sobre as políticas públicas no Brasil, foram utilizadas as seguintes questões:

- a) você conhece algum projeto do governo direcionado para jovens aqui no Brasil;
 - 1) sim e 2) não;
- b) no momento atual, você diria que o governo brasileiro:
 - 1) não conhece nem se preocupa com as necessidades dos jovens,
 - 2) conhece as necessidades dos jovens mais não faz nada,
 - 3) apoia e promove programas e ações voltadas para juventude.

A juventude brasileira possui pouco conhecimento sobre projetos do governo direcionados aos jovens. No total dos respondentes, apenas 23,5% afirmaram conhecer algum projeto do governo. Dentre os programas mais conhecidos, o ProJovem foi o mais citado (na ordem de 36%), o que demonstra um alto nível de desconhecimento frente às políticas e programas que compõem a Política Nacional de Juventude. Ao procurar extrair das variáveis a percepção sobre as políticas de juventude e o interesse dos jovens expressos através da participação social, inicialmente, optamos por realizar o cruzamento da variável que apresentou maior nível de participação, ou seja, esporte e recreação, com a de avaliação do governo frente às necessidades da juventude.

O exame da tabela 1 abaixo permite atestar a visão crítica que os/as jovens possuem perante as ações do governo, ou melhor, da não ação. Em sua avaliação sobre a posição do governo brasileiro frente às necessidades dos/as jovens, a maioria afirma que o governo conhece as necessidades dos jovens, mas não faz nada (72%), ou seja, não há políticas públicas voltadas para atender a necessidade dos/as jovens. A percepção sobre a atuação do governo é melhor entre os que participam atualmente de entidades ligadas ao esporte e recreação (19%). Dentre aqueles que dizem que o governo não conhece e nem se preocupa com as necessidades juvenis, o percentual mais alto é daqueles que nunca participaram (12%).

Tabela 1 - Participação em Esporte e Recreação *versus* No momento atual, você diria que o governo atual:

	No momento atual, você diria que o governo brasileiro:					
		Não conhece nem se preocupa com a necessidade dos jovens	Conhece as necessidades dos jovens, mas não faz nada	Apoia e promove programas e ações voltadas para a Juventude	Nenhuma delas	Total
Esporte e Recreação	Participa atualmente	7%	73%	19%	0,8%	100%
	Já participou	12%	72%	15%	1,7%	100%
	Nunca participou	12%	72%	15%	0,6%	100%
Total		1%	72%	16%	1,0%	100%

Fonte: IBASE, 2008. n = 1748. $\chi^2 = 12,421/p = .05 \leq 0.05$

As repostas apontam, ainda, que 73 % dos que participam atualmente acreditam que o governo detém conhecimento sobre as necessidades da juventude, mas não faz nada, sendo esse o posicionamento mais crítico em relação à ação do governo. Chama a atenção, ainda, que 1,7% dos jovens que participaram desse tipo de atividade percebem de forma diferente as políticas voltadas aos jovens, pois não concordaram com nenhuma das proposições da questão. O qui-quadrado indica haver associação entre essas variáveis.

Seguindo a lógica de análise dos maiores níveis de participação encontrados, obrigatoriamente, volta-se para participação da juventude nos grupos religiosos. Mais uma vez, os jovens que participam atualmente junto a esses grupos acreditam que o governo tem conhecimento sobre a situação da juventude, mas não toma nenhuma providência (75%). Dessa vez, em uma porcentagem ainda maior do que aquelas encontradas junto aos jovens que participam de grupos de recreação (73 %).

Entretanto, é possível constatar na Tabela 2 que uma porcentagem maior daqueles que participam atualmente em instituições religiosas tem uma percepção melhor da ação do governo do que aqueles que participam em grupos de recreação e esporte. Os/as jovens pesquisados/as na ordem de 16 % acreditam que o governo apoia e promove programas e ações para juventude.

Tabela 2 - Participação em Grupo Religioso *versus* No momento atual, você diria que o governo atual:

Grupo Religioso	No momento atual, você diria que o governo brasileiro:					
		Não conhece nem se preocupa com a necessidade dos jovens	Conhece as necessidades dos jovens, mas não faz nada	Apoia e promove programas e ações voltadas para a Juventude	Nenhuma delas	Total
Participa atualmente		8%	75%	16%	1%	100%
Já participou		11%	70%	17%	2%	100%
Nunca participou		12%	73%	15%	0,5%	100%
Total		11%	72%	16%	1%	100%

Fonte: IBASE, 2008. n = 1748. $\chi^2 = 16,302/p = .01 \leq 0.05$

A percepção mais negativa de que o governo não conhece e nem se preocupa com as necessidades juvenis fica em torno de 11% para maioria das modalidades de participação classificadas, só demonstrando uma variação maior dentre aqueles que participam atualmente (8%), e concordam com essa posição. As políticas voltadas para juventude após a criação da Secretaria Nacional da Juventude (2005) obviamente não estão sendo percebidas como algo efetivo pelos/as jovens pesquisados, pois, ao serem questionados em 2008, demonstram não perceber políticas públicas que lhes contemplem. Caso sejam somados todos aqueles que afirmam que o governo não conhece e não faz nada (11%) e aqueles que dizem que o governo conhece, mas não faz nada (72 %), é possível registrar uma percepção negativa para 83 % dos/as jovens sobre a ação do governo referente à juventude.

Destaca-se o fato de haver maior participação da juventude nas entidades recreativas e religiosas, contudo a participação da juventude nesses grupos sociais não pode ser compreendida como uma participação política. Compreensões sobre as necessidades da juventude que balizaram políticas públicas, nas décadas de 1940 e 1950, enfatizavam a participação da juventude em grupos de recreação e esporte por acreditar que eram atividades úteis para o exercício do controle social e do tempo livre. Contudo a percepção da juventude enquanto sujeitos políticos expandiu o leque de possibilidades para o reconhecimento das necessidades juvenis, e, em consequência, a participação política e as políticas públicas da juventude se diversificaram.

Portanto, é conveniente observar os resultados obtidos sobre participação em instituições políticas e as percepções decorrentes. A percepção sobre o reconhecimento, ou não, por parte do governo brasileiro das necessidades da juventude em instituições como sindicatos e associações profissionais, demonstra uma associação com significância perfeita para o teste qui-quadrado (Tabela 3).

Tabela 3 - Participação em Sindicato, Assoc. Prof. de Trabalhadores, ou Desempregados *versus* No momento atual, você diria que o governo atual

Sindicato, Associação Profissional de Trabalhadores, ou Desempregados	No momento atual, você diria que o governo brasileiro:					
		Não conhece nem se preocupa com a necessidade dos jovens	Conhece as necessidades dos jovens, mas não faz nada	Apoia e promove programas e ações voltadas para a Juventude	Nenhuma delas	Total
Participa atualmente	4%	65%	29%	2%	100%	
Já participou	16%	55%	28%	1%	100%	
Nunca participou	11%	73%	14%	1%	100%	
Total	11%	72%	16%	1%	100%	

Fonte: IBASE, 2008. n = 1748. $\chi^2 = 25,613/p = .00 \leq 0.05$

A percepção de que o governo conhece, mas não faz nada para atender as necessidades continua sendo maior dentre os pesquisados (72%); mais uma vez, o maior registro para essa percepção também se refere aos que nunca participaram (73%). A percepção daqueles que atuam em sindicatos e associações profissionais denuncia uma melhor avaliação das políticas públicas, pois 29 % dos que participam atualmente dizem que o governo apoia e promove ações voltadas para a juventude. Porém, apenas 16% do total dos jovens pesquisados escolheram essa opção. Dentre os que já participaram, registram-se os índices mais elevados para aqueles que optaram pelo governo não conhecer e nem fazer nada relativo às necessidades da juventude (16 %).

A participação da juventude em movimento rural, ao ser cruzada com a percepção da juventude sobre as políticas públicas juvenis do governo, demonstra uma associação significativa no nível de $p = .03 > .05$. Na percepção dos jovens que participam de movimento rural, há um registro de 29% daqueles que participam atualmente e acreditam que o governo apoia as ações para juventude. Mas a maioria da juventude ainda percebe que, apesar de o governo ter conhecimento sobre as necessidades da juventude, nada faz (63%). Os maiores índices para

todos os níveis de participação foram registrados entre aqueles que participam atualmente (63%), os que já participaram (61%) e os que nunca participaram (73%).

Nesse caso, apesar de uma distribuição diferenciada entre os tipos de participação pesquisados, tendo a juventude rural uma percepção mais negativa da atuação do governo, chama a atenção a constância dos 73% para aqueles que nunca participaram em sindicato e associação profissional (Tabela 3) e entre os/as jovens que nunca participaram de Associação ou movimento rural (Tabela 4) em relação ao governo conhecer as necessidades dos jovens, mas não fazer nada a respeito.

Tabela 4 - Participação em Associação ou Movimento Rural (do campo) *versus* No momento atual, você diria que o governo atual

Associação ou Movimento Rural (do campo)	No momento atual, você diria que o governo brasileiro:					
		Não conhece nem se preocupa com a necessidade dos jovens	Conhece as necessidades dos jovens, mas não faz nada	Apoia e promove programas e ações voltadas para a Juventude	Nenhuma delas	Total
Participa atualmente		8%	63%	29%	0%	100%
Já participou		9%	61%	27%	2,7%	100%
Nunca participou		11%	73%	15%	0,9%	100%
Total		11%	72%	16%	1,0%	100%

Fonte: IBASE, 2008. n = 1748. $\chi^2 = 13.725/p = .033 \leq 0.05$

A percepção negativa da atuação do governo, através da falta de ação dirigida aos jovens, ganha maior relevância quando considerado que 36,3% dos/as jovens pesquisados acreditam que o mais importante para transformar o Brasil são as políticas públicas. O lugar da pressão e atuação das organizações sociais, ou seja, da sociedade civil, para essa mesma questão, é de 5º lugar, registrando 4,5% das escolhas. Ao comparar as tabelas de participação cruzadas com a avaliação da ação do governo

frente às necessidades da juventude, é possível perceber que existe uma qualidade de percepção diferente das políticas do governo, de acordo com o caráter da instituição em que se participa. A participação em instituições com atuações mais politizadas, como o movimento rural e os sindicatos, faz com que a avaliação das políticas do governo seja melhor do que aqueles que atuam em entidades de esporte e recreação e junto a grupos religiosos.

Conclusão

Ao buscar explicações para rejeição dos/as jovens no tocante à participação política é possível alegar que a participação, aqui caracterizada como convencional, requer não apenas o sacrifício do tempo, mas também que os jovens se moldem a um tipo de comportamento e ação que não condiz com a cultura juvenil. Estudos como de Castro (2002, 2004), Baquero (2004); Cunha (2005) e Nazzari (2006) apontam para rejeição da juventude às instituições hierarquizadas e burocratizadas regidas por adultos. Esses espaços são organizados e funcionam com base na visão adultocêntrica (KRAUSKOPF, 2000), onde a possibilidade de iniciativa e deliberação da juventude fica tolhida.

De uma maneira geral, é possível afirmar que falta informação para a juventude sobre as políticas do governo que lhes são destinadas, pois, no total dos respondentes, apenas 23,5% afirmaram conhecer algum projeto do governo. Isso demonstra um alto nível de desconhecimento frente às políticas e programas que compõem a Política Nacional de Juventude.

A sociedade brasileira, por seu histórico de pouca organização política e vivência autoritária, não transmitiu para as novas gerações o conhecimento sobre a participação política e social. Outros fatores, como a condição socioeconômica, a entrada no mercado de trabalho concomitante com aos estudos, pois foram pesquisados adultos de 18 a 29 anos, também devem ser considerados quando se observa que, mesmo para atividades sociais como recreação, ou atividades religiosas, a participação da juventude não atinge índices de 50%.

De qualquer maneira, os índices encontrados para participação social e percepção sobre política pública da juventude brasileira

confirmam a hipótese de que, quanto menor a participação dos jovens, menor o conhecimento de políticas públicas direcionadas aos jovens. É possível afirmar que a não participação social e política faz com que esses cidadãos tenham a pior percepção sobre a ação do Estado, traduzida na alternativa “Não conhece nem se preocupa com a necessidade dos jovens”. A exceção para essa percepção fica por parte dos que já participaram de Sindicato, Associação Profissional de Trabalhadores, ou Desempregados (16%), e não participam mais. Eles obtiveram índice maior do que os que nunca participaram (11%). Uma explicação possível para esse registro é um posicionamento de oposição ao governo. Em 2008, o Presidente Lula estava à frente do governo federal e possuía um forte apoio da base sindical, mas recebeu críticas por não contemplar as demandas históricas colocadas pelos trabalhadores, sendo considerado um traidor por militantes de sindicatos e membros de seu partido em consequência da Reforma da Previdência.

Fica patente, assim, que a democracia participativa exige por parte da cidadania uma mudança de postura. E das pessoas uma transformação no estilo de vida, que implique na democratização de locais de trabalho, das relações familiares, dos meios de comunicação, das escolas e da própria relação entre a humanidade com o meio ambiente, para que a participação política do/a jovem se dê enquanto sujeito. Estas são situações que constituem “sistemas políticos” em sentido amplo e por isso sujeitos à democratização (PATEMAN, 1992, p. 35; BACHRAC, 1967, p. 70).

Referências

ABAD, M. Crítica política das políticas de juventude. In: Freitas, Maria Virgínia de & Papa, Fernanda de Carvalho (Org.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert. 2003.

BALARDINI, S. Políticas de Juventud: conceptos y la experiencia argentina. Última Década, n. 10 Viña del Mar, E. CIDPA, 1999.

_____. De los Jovenes, La Juventud Y Las Políticas de Juventud. **In: ÚLTIMA DÉCADA**. Nº. 13. CIDPA – Viña Del Mar, septiembre. 2000. p. 11-24

BANGO, J. “Políticas de Juventude na América Latina: identificação de desafios”; **In: Freitas, Maria Virgínia de & Papa, Fernanda de Carvalho (Org.) Políticas Públicas:**

juventude em pauta. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert. 2003

BAQUERO, M & CUNHA, P.R. C. da, Desconstruindo a cultura política juvenil no Brasil. **In:** BAQUERO, R. (ORG.) **Agenda jovem: O Jovem na Agenda.** Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

_____. Política Predatória E Empoderamento Emancipatório Entre Os Jovens Brasileiros: Um Estudo De Socialização Política. **In:** VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO: Educação e Tecnologia: sujeitos (des) conectados? GT 13 – Desafios Contemporâneos Da Educação De Jovens E Adultos. 17 a 19 de agosto de 2009. www.unisinos.br/eventos/congresso_educacao.

_____. A Corrupção como Limite à Participação Política Juvenil: um estudo em democracias sulamericanas. **In:** BAQUERO, R. E NAZAARI, R. (ORG.) **Formas de (Ex) Pressão Juvenil e (In)Visibilidade Social.** Cascavel: Coluna do Saber, 2010.

BAQUERO, M. **Democracia, juventude e capital social no Brasil.** BAQUERO, M. (Org.) – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

BAQUERO, M. **Democracia e Desigualdade na América Latina: Novas Perspectivas.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

_____. **Pesquisa quantitativa nas Ciências Sociais.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BACHRACH, P. **The Theory of Democratic Elitism: A Critique.** Boston: Little, Brown. 1967.

CASTRO, M. G.. O que dizem as pesquisas da UNESCO sobre juventudes no Brasil: leituras singulares. **In:** NOVAES, Regina Reys; PORTO, Marta, HENRIQUES, Ricardo (Org.) **Juventude, Cultura e Cidadania.** Comunicações do ISER, ano 21, edição especial, 2002, p.63-90.

_____. Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventude. **In:** NOVAES E VANNUCHI (ORG.) **Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

CÔRTEZ, S. M. V. *Foros Participativos y Gobernabilidad: Una Sistematización de las contribuciones de la literatura.* **In:** LUBAMO; COÊLHO; MELO (COMP.) **Diseño Institucional y Participación Política: experiencias en el Brasil contemporáneo.** 1ª. Ed. – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales –CLACSO: Fundação Joaquim Nabuco. El Núcleo de Opinião e Políticas Públicas, 2006

CUNHA, Patrícia R. C. Da, **A participação do Banco Mundial na formação cidadã dos jovens cearenses.** Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFRGS. 2005.

FIGUEIREDO, D. & SILVA, J. Visão além do alcance: uma introdução a análise fatorial. *Opinião Pública, Campinas*, vol.16, n.1, junho, 2010, p. 160-185.

GROPPO, L. A. **Juventude**: Ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

IBASE-2008. PESQUISA SOBRE JUVENTUDES NO BRASIL. ABRAMO, H.(coordenação técnica); SOUTO, A.L.S.(coordenação); FACCHIN, R(pesquisadora); NASCIMENTO, E. (colaboração). Projeto: **Juventudes Sul-americanas**: diálogos para construção da democracia regional. RELATÓRIO NACIONAL BRASIL. IBASE/ INSTITUTO POLIS – 2008.

KRAUSKOPF, D. Dimensiones críticas en la participación social de las juventudes. In: BALARDINI, S. (Comp.). **La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo**. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p.119-134.

NAZZARI, R. K. **Juventude brasileira**: capital social, cultura e socialização política. Cascavel: EDUNIOESTE, 2006.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PESTANA, M. H. & GAGEIRO, J. A. **Análise de dados para ciências Sociais**: a complementariedade do SPSS. Terceira Edição Revista e Atualizada. Lisboa: Edições Silabo, 2003.

RUA, M. G. As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: **CNPd, Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas**. Vol. 2, Brasília, 1998. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, p. 731-752.

SOUZA, R. M de. **O Discurso do Protagonismo Juvenil** – São Paulo: Paulus, 2008. (Coleção Ciências Sociais).

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Tradução de Marcos Santarrita. Décima Quarta Edição. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SPOSITO, M. P. Os Jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas. São Paulo: Ação Educativa, 2003.

TOURAINÉ, Alain. *Un mundo que ha perdido su futuro*. In: W.AA. **?Qué empleo para los jóvenes?** Madrid, Tecnos Unesco. 1988.

_____. Juventud y Democracia en Chile. In: REVISTA IBEROAMERICANA DE JUVENTUD. N.º. 1, Madrid: Ed. Organización Iberoamericana de Juventud. 1996

Juventude, Álcool e outras Drogas

Juventude e Drogadição: Atualização de uma discussão de viés psicanalítico acerca dos aspectos que envolvem o abuso¹ de drogas

Rosane Castilho

Introdução

O presente trabalho propõe-se a realizar uma atualização das discussões sobre a temática drogadição, abordando aspectos que impactam a constituição do sujeito contemporâneo: o imperativo da imagem, o paradigma do “ideal”, a não aceitação da falta como condição humana fundante e a insuficiência das figuras de autoridade no contexto familiar. Estes pontos nos parecem cruciais para consubstanciar a discussão sobre a adição às drogas, comportamento observado aqui como representativo de um sintoma contemporâneo.

As contribuições primeiras a que este trabalho se propõe são relativas ao enfoque teórico e conceitual, em uma perspectiva psicanalítica, utilizando quatro eixos referenciais: a contemporaneidade, a família e o esvaziamento de sua condição de autoridade, as pulsões e suas possíveis formas de manejo e o processo de desinvestimento emocional, enquanto condições que se articulam no trabalho sobre a realidade psíquica na adição. A partir da sua problematização, tecem-se aos poucos os fios desta teia cujo pressuposto básico é o lugar assumido pelo sujeito diante das excessivas demandas do mundo contemporâneo.

Uma primeira versão sobre os pressupostos que envolvem esta discussão foi desenvolvida na obra “Réquiem para um sonho: entre a

1. O termo “abuso” significa, neste contexto, um padrão mais grave de dependência envolvendo complicações clínicas e consequências de ordem psicossocial e/ou legal ao usuário.

psicanálise e a cultura”, publicado por esta autora em 2007. Nela, a proposta de abordar a questão, entre outras, da adição às drogas a partir do filme homônimo, deu-se em função da crença de que os filmes, enquanto formas de expressão cultural, assumem importância destacada na formação das mentalidades em sociedades cujo apelo visual mostra-se um imperativo. Nele também salientou-se a importância das experiências vividas em determinado contexto sócio-histórico-cultural na formação do sujeito e na constituição de subjetividades, já que estas impactam a produção de saberes, identidades, crenças e, mais além, impactam a construção de uma visão de mundo ancorada no que se pode chamar de “espírito dos tempos”.

A atualização da temática deu-se a partir das discussões travadas por pesquisadores² do grupo de estudos “Juventude, contemporaneidade e drogadição”, da Universidade Estadual de Goiás, iniciado no ano de 2011, a partir da inscrição da Unidade Universitária de Goiás no programa governamental “Plano integrado de enfrentamento ao crack e outras drogas” contemplado pelo edital relativo à Implantação do Centro Regional de Referência para formação permanente dos profissionais que atuam nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social com usuários de crack e outras drogas e seus familiares.

Neste sentido, o presente trabalho atualiza a discussão sobre o abuso das drogas, trazendo em seu bojo uma reflexão sobre as características do cenário contemporâneo e sua contribuição na construção das subjetividades dos sujeitos marcados, sobretudo, pela instabilidade e insegurança propiciadas pela ênfase dada à flexibilidade, à pluralidade, à supervalorização do tempo presente e à fragilidade dos modelos disponíveis, visando contribuir na compreensão dos fatores que envolvem este fenômeno contemporâneo.

Trata-se, ao fim e ao cabo, de atualizar as investigações sobre como o sujeito contemporâneo lida com o real marcado pela flutuação entre escassez e excesso, tédio e êxtase, solidão e pertencimento, corporeidade e anulação, examinados pelo prisma de um mal-estar que se inscreve com grande força na atualidade. Embora saibamos que os sujeitos que fazem uso

2. Dentre eles, as contribuições do Professor Marcelo de Mello, Pós-Doutor em Geografia Urbana, têm se mostrado essenciais no encaminhamento da discussão sobre a drogadição, sugerindo novos olhares sobre a questão, para além dos relativos aos campos da saúde, educação e sociologia.

abusivo de drogas não constituem um grupo homogêneo, diferenciando-se na escolha da droga, nos motivos e padrões de consumo e, ainda, nos perfis psicossocial, econômico, cultural e de gênero, cabe-nos buscar investigar alguns aspectos potencialmente influenciadores desta conduta que toma formas de epidemia social na contemporaneidade, atingindo mais fortemente uma categoria social específica: a juventude.

Pistas para investigar a droga como fenômeno social de viés epidêmico

1. A contemporaneidade e suas vicissitudes

Iniciamos esta breve atualização retomando a ideia de que o abuso das drogas, visto como patologia social, pode ser pensado pela via das mudanças observadas a partir da irrupção de novos valores, crenças e sentidos, em um contexto de crise, enlaçado ao crescente valor da individualidade, a exacerbação do narcisismo e de um hedonismo ressignificado, sugerindo a análise de questões importantes que afetam as escolhas dos sujeitos (CASTILHO, 2011).

Neste contexto, um aspecto que julgamos merecer atenção por influenciar sobremaneira as subjetividades é o poder das mídias na constituição ou no que se poderia chamar de um “poderoso processo de intervenção” nas formas de ser, pensar e agir na atualidade. Neste sentido, Kehl (2004) chama a atenção para uma ferramenta potente do funcionamento psíquico que se coaduna com a lógica midiática: uma dada modalidade de funcionamento do imaginário que ignora as regras do pensamento crítico:

Diante da tv ligada, isto é, diante de um fluxo contínuo de imagens que nos oferecem o puro gozo³, não é necessário pensar [...] Ele [o pensamento] só é convocado a operar quando falha a realização de desejos [...] Isso não quer dizer que as pessoas parem de pensar

3. Segundo Roudinesco (1997), o termo “gozo” foi raramente utilizado por Freud, tornando-se um conceito na obra de J. Lacan. Inicialmente ligado ao prazer sexual, o conceito de gozo implica a ideia de uma transgressão à lei: desafio, submissão ou escárnio, atrelado ao sintoma. Posteriormente, o gozo foi repensado por Lacan no âmbito de uma teoria da identidade sexual, que levou a distinguir o gozo fálico do gozo feminino, ou um gozo dito suplementar.

para sempre por efeito deste gozo imaginário, mas que, diante do fluxo de imagens, paramos de pensar. E quanto mais o fluxo de imagens ocupa espaço em nossa vida real e na nossa vida psíquica, menos convocado é o pensamento (KEHL; BUCCI, 2004, p. 91).

Neste sentido, a lógica midiática, trabalhando na promoção do rebaixamento da capacidade crítica dos sujeitos, promove a ascensão de um modo de vida alienado, já que, neste modo paradigmático de comunicação de massas, há um discurso genérico endereçado a um sujeito igualmente genérico, com as características de um produto feito em série. Assim, o apelo às massas é destinado àquele que, na tentativa de tornar-se igual, torna-se ninguém e tem seu prazer realizado por procuração. De certa forma, pode-se dizer que a lógica televisiva (aqui representada pela maioria dos programas da televisão aberta, com seu usual apelo ao entretenimento vazio de conteúdos) convoca o sujeito a “atuar” sobre seu cotidiano como se vivesse num contexto de puro entretenimento. Assim, a mídia de massa aplaca a angústia ao negar a dimensão subjetiva dos sujeitos, transportando-os a uma “dimensão espetacular”.

Pela proposta de anulação desta capacidade crítica, entrega-se corpo, espírito e ideais na busca por um sentido de pertencimento. Neste sentido, Ianni (2000, p. 149) nos informa que a televisão “registra e interpreta, seleciona e enfatiza, esquece e sataniza o que poderia ser a realidade e o imaginário”. E vai mais além: “transforma a realidade, seja em algo encantado seja em algo escatológico, em geral virtualizando a realidade, em tal escala que o real aparece como forma espúria do virtual” (IANNI, 2000, p. 149).

Sob esta ótica, o referencial passível de subsidiar reflexões sobre a lógica midiática é o do *espetáculo*. Segundo Debord (1992, p. 23), “toda a vida das sociedades nas quais reinam as modernas condições de produção apresenta uma imensa acumulação de espetáculos”. Assim, o que se experiencia, a partir de um modo particular de funcionamento social que o autor cunhou de “Sociedade do Espectáculo”, passa a ser vivido como representação. Neste sentido, o espetáculo seria uma relação social entre pessoas, mediada pelas imagens, cuja origem é a condição de alienação: “a abstração de todo trabalho particular e a abstração geral da produção como um todo se traduzem perfeitamente no espetáculo” (DEBORD, 1992, p. 23).

Neste sentido, o autor comunga com outros teóricos contemporâneos (BAUDRILLARD, 2001; FEATHERSTONE, 1997) quando associa a vida de consumo à espetacularização da vida: “o espetáculo é o momento em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social. Não apenas a relação com a mercadoria é visível, mas não se consegue ver nada além dela” (DEBORD, 1992, p. 30).

Há que se pensar que o tempo presente caracterizado pela produção e manutenção das incertezas, engendradas pela magnitude das mudanças paradigmáticas e pela ambivalência relativa a valores e representações sociais, gera nos sujeitos a sensação de um “vazio” que demanda preenchimento. Este mal-estar, encontrando eco na lógica do imaginário, viria a produzir “sujeitos-caricatura” uma espécie de espectadores de si mesmos:

O conjunto dos conhecimentos que continua a se desenvolver atualmente como pensamento do espetáculo deve justificar uma sociedade sem justificativas e constituir-se em ciência geral da falsa consciência. [...] O pensamento da organização social da aparência fica obscurecido pela subcomunicação generalizada que ele defende [...] e os especialistas do poder do espetáculo, poder absoluto no interior de seu sistema de linguagem sem resposta, são absolutamente corrompidos por sua experiência do desprezo; pois reencontram seu desprezo confirmado pelo conhecimento do homem desprezível que é realmente o espectador. (DEBORD, 1992, p. 127).

Neste contexto, o sujeito, distante da condição de protagonista de sua história, rende-se ao modelo caricato das fantasias criadas pela vida de entretenimento proposta pelos ícones dos *mass media*. Na esteira desta discussão, Kehl (2004, p. 66) distingue o momento presente de outros períodos da modernidade a partir da “espetacularização da imagem e seu efeito sobre a massa dos cidadãos diferenciados, transformados em plateia ou em uma multidão de consumidores da aparente subjetividade alheia”. Desta forma, a busca da desvitalização da capacidade cognitiva dos sujeitos objetiva produzir, nos mesmos, uma incapacidade de identificar, em suas experiências cotidianas, mínimos vestígios de significação. Ao contrário, produz-se um padrão único de representação afim de que estes

enxerguem em suas vivências – distintas do modelo – apenas fragilidade e fragmentação.

Neste sentido, vale lembrar que a exacerbação dos planos individuais e privados desvitaliza tanto as representações coletivas quanto o lugar do outro como referência simbólica. Sobre este processo, Birman (2000) comenta:

Pelos imperativos da estetização de existência e de inflação do eu, pode-se fazer a costura entre as interpretações de Debord [sociedade do espetáculo] e Lasch [cultura do narcisismo], já que a exigência de transformar os incertos percalços de uma vida em obra de arte evidencia o narcisismo que o indivíduo deve cultivar [...] As individualidades se transformam, pois, tendencialmente, em objetos descartáveis, como qualquer objeto vendido nos supermercados e cantado em prosa e verso pela retórica da publicidade. Pode-se depreender, com facilidade, que a alteridade e a intersubjetividade são modalidades de existência que tendem ao silêncio e ao esvaziamento. (BIRMAN, 2000, p. 188).

Outro aspecto que observamos como relevante é a organização do laço social contemporâneo, já que este faz-se enxergar na atualidade, de acordo com os autores, como forma dominante, no binômio capitalismo-perversão. Sobre este fenômeno, numa interlocução entre o materialismo histórico e a psicanálise, Kehl (2004, p. 78) contribui afirmando que a riqueza socialmente produzida deveria ser capaz de “refazer, de alguma forma, pelo menos uma parte dos laços comunitários”. A autora ainda sublinha a necessidade de se observar a força do sistema capitalista, pela via do qual o sujeito “sofreu uma hipertrofia, mas ao mesmo tempo (e por isso mesmo) se encontra mais desamparado do que nunca em função da perda de seu pertencimento simbólico à comunidade humana” (KEHL, 2004, p. 78).

Em trabalho anterior (CASTILHO, 2011), reflete-se sobre os tempos históricos e seus valores de referência: daí investigar as representações de um tempo “sólido”, no qual a tarefa do traçado de autoidentificação estava intrinsecamente ligada aos valores vigentes na cultura e, conseqüentemente, à confiança nas referências do grupo, que, tendo por base a força das estruturas sociais no cotidiano dos sujeitos,

engendrava um sentido de pertencimento e proteção. E de outro tempo, este nomeado “líquido”⁴, onde a magnitude das mudanças no quadro de valores e referências promove rupturas nas concepções que sustentam os sujeitos em sua percepção de segurança, identidade e pertença.

Assim, a consequente desvitalização das instituições como lugar de garantia dos marcos sociais promoveu a derrubada das figuras de autoridade como referências estáveis. Sob este impacto está a família: instituição de socialização primária, cujas figuras representativas da condição de autoridade mostram-se, em geral, desvitalizadas tanto pela força do discurso anônimo – na sustentação do primado da volatilidade das referências – quanto por certa resistência das figuras parentais em assumir este lugar ditado pela tradição. É neste cenário que se desvelam as discussões sobre a drogadição e seus atravessamentos.

2. A juventude como categoria social

Creemos que a história da juventude pode ser definida como a história dos modos como esta tem sido pensada e construída historicamente. Assim, é possível deduzir que os conceitos engendrados no processo histórico têm por objetivo localizar determinados fenômenos sociais, delimitando, inclusive, as bases a partir das quais se possa construir um discurso sobre a juventude (CASTILHO, 2009).

Ao longo do século XX, foi possível identificar pressupostos de distintas correntes de pensamento que defenderiam uma “base natural” sobre a qual se assentariam as características comuns a uma faixa populacional específica denominada “juventude”. Creemos ser necessário, para além dos discursos correntes, analisar as formas a partir das quais se constroem e se reproduzem estes modelos/categorizações que empobrecem suas perspectivas de compreensão. Uma investigação mais aprofundada deve, em nosso entendimento, questionar as implicações impostas por modelos (viés reducionista) e, ainda, apontar para as consequências sociais do processo de legitimação dos discursos que têm por base o controle e a regulação social desta população em particular.

Desta forma, não obstante o seu caráter de complexidade, a juventude tem sido entendida e explicada a partir de distintas instituições:

4. Acerca desta terminologia, consultar Bauman, 2000.

a família, a escola, a igreja, o Estado, a mídia. A Academia, como *lócus* relativo à instituição educativa, é reconhecida socialmente como um espaço de construção de saberes que, por seu caráter de cientificidade e por sua suposta neutralidade, colabora na construção dos elementos que compõem o universo simbólico que referencia as ideias sobre a temática da juventude. Porém, há que se comentar que a produção científica também representa os embates políticos no interior do campo acadêmico, onde cada pesquisador ou grupo lutam por posicionar referenciais específicos, relativos a uma elaboração científica particular em uma espécie de pódio onde possa ser admirado e legitimado em seu campo. Este *quantum* de exibicionismo, tão facilmente observável no campo acadêmico, influencia as leituras relativas à temática da juventude e, de acordo com Bonder (2009 apud CASTILHO, p. 22), “expressam os medos, a inveja, o voyeurismo, a idealização e a nostalgia dos adultos que se vinculam com este estágio de idade simultaneamente estranho e familiar”.

Ao discutir a temática da drogadição, há que se comentar que a juventude, independentemente das discussões de viés epidemiológico, é uma categoria social fortemente associada ao abuso de substâncias psicoativas em função da manutenção de um discurso que a relaciona a “um período de crise” e de incapacidade, ainda que momentânea, de discriminar e refletir, com profundidade, sobre demandas internas e externas, sendo, assim, classificada como uma população “frágil”, e assumindo, por conseguinte, o estigma da vulnerabilidade no cenário social. De nossa parte, pensamos ser questionável a “eleição” de uma categoria social específica para condensar o espírito dos tempos atuais, já que as estratégias eficazes na metabolização das vertiginosas mudanças que assolam o cotidiano ainda estão por ser identificadas, não escapando a nenhuma categoria social definida sociologicamente esta sensação de insegurança generalizada.

Cabe-nos, assim, informar que a eleição da categoria social juventude deu-se como um recorte, entre tantos possíveis, na investigação deste fenômeno de magnitude alarmante no cenário mundial, dado o interesse particular desta pesquisadora em interpretar os discursos que trabalham a interface entre o abuso das drogas e a condição de vulnerabilidade, na qual os jovens têm sido frequentemente inscritos.

3. A Psicanálise como ferramenta de leitura do real

De acordo com a Teoria Psicanalítica, a constituição do sujeito passa por sua relação com a família de origem, já que, desde a tenra infância, o sujeito é afetado pelo cuidado da mãe (ou de quem faça a sua função), podendo este ser sentido como continente, afetuoso, intrusivo ou distante. Assim, de acordo com esta base teórica, os cuidados recebidos pelo sujeito serão fundamentais na construção de seu psiquismo, bem como nas estratégias utilizadas na busca por aquilo que lhe faltou (seja pela privação, seja pelo excesso). Assim, o cuidador seria então testemunha do desamparo original de um ser cuja existência presentifica-se a partir da construção de uma imagem singular gerada a partir de seu olhar. Neste sentido, Kehl (2004) salienta o olhar materno como instância que devolve ao bebê uma imagem unificada de seu corpo no tempo presente, bem como a promessa de permanência do mesmo numa temporalidade futura, projetando-o na direção de um ideal por alcançar:

O Outro⁵ é uma instância pública, simbólica, todas as figuras que oferecem suporte para sua encarnação imaginária são presenças mediadoras entre a pequenez do sujeito e a imensidão do espaço público, espaço onde se tecem os acordos e se estabelecem as linhas de força que sustentam a vida de uma sociedade. (KEHL; BUCCI, 2004, p. 149).

Importante salientar a função estruturante da figura paterna na interdição da relação fusional mãe-filho, fundante nesta matriz relacional, encaminhando-o ao mundo da cultura, apresentando-lhe a lei e possibilitando a ele o encontro com sua autonomia. Parece simplista apresentar assim estas funções, materna e paterna, mas não o é pelo fato de que nem sempre aqueles responsáveis pelos cuidados, afeto e apresentação das regras e normas de conduta dispõem dos recursos necessários para assumir esta condição de autoridade. Neste sentido, Freud, salienta que o desejo mais intenso e mais importante nos primeiros anos de vida é

5. O conceito psicanalítico de Outro (com maiúscula) indica o campo simbólico que se encarna, para o sujeito, ao longo da vida, em figuras de autoridade como pai, mãe (inicialmente) e depois os professores, os autores com os quais nos identificamos e diante dos quais indagamos sobre o nosso desejo e significação.

igualar-se aos pais, sendo que, posteriormente, pelo contato com a cultura, o sujeito virá a pôr em dúvida as qualidades extraordinárias que chegara a lhes atribuir:

Ao crescer, o indivíduo liberta-se da autoridade dos pais, o que constitui um dos mais necessários, ainda que dolorosos, resultados do curso de seu desenvolvimento. Tal liberação é primordial e presume-se que todos os que atingiram a normalidade lograram-na pelo menos em parte. Na verdade, todo o progresso da sociedade repousa sobre a oposição *entre as gerações sucessivas*. (FREUD, 1914, p. 243).

Se, apesar de reconhecer o valor da autonomia como componente de saúde psíquica, Freud (1914) considerou a existência de uma classe de sujeitos cujo psiquismo é marcado pela falha nesta tarefa, por outro lado, salientou que seja possível que este fracasso deva-se ao grau de hostilidade dirigido aos pais, quando da tarefa de firmar-se com certa autonomia, da culpa sentida pelo abandono dos mesmos (que não raramente é incentivada pelos pais) ou até por uma dor extrema relativa ao processo de separação. Neste contexto, a família além de desempenhar um papel primordial na repressão das pulsões⁶, na aquisição da língua e na organização inicial das emoções e sentimentos, transmite padrões de comportamento e representações que perpassam os limites da consciência e racionalidade.

Necessário lembrar que, na contemporaneidade, o movimento de institucionalização (ou terceirização) do cuidado desde a tenra infância tem gerado sérias discussões sobre a insuficiência da família como instituição social responsável pela formação ética do sujeito. Esta condição de insuficiência possibilita uma “reorganização” dos sistemas de autoridade, que interfere, em maior ou menor grau, no psiquismo dos sujeitos.

O pressuposto psicanalítico que coloca a infância como base do psiquismo apresenta como principal referência neste processo o que Freud

6. A pulsão é um conceito-fronteira entre o somático e o psíquico. De acordo com Hanns (1999), através do termo *Trieb*, Freud procurou estabelecer uma correspondência entre o mundo das ideias (psíquico) e o mundo dos processos energético-econômicos (fisiologia). Tendo esbarrado em dificuldades metodológicas e limites impostos pelo padrão científico, o termo apresenta-se como um conceito obscuro na teoria psicanalítica, tendo sido reelaborado (como teoria pulsional) por diversas vezes.

(1914) denominou “investimento narcísico”, processo a partir do qual os pais depositam nos filhos toda a sorte de positivos sentimentos, cujo eco na criança seria o potencial gerador da estima e confiança em si e no mundo. O processo de “desinvestimento” observado a partir da perda da valência das funções de autoridade no interior da família, por sua vez, poderia ser elencado como a importante referência para este campo de saber nas investigações sobre as patologias psíquicas que eclodem na atualidade, dentre elas, a drogadição. Sobre o Narcisismo, cabe ressaltar que foi apenas a partir de 1914 que, adquirindo *status* de conceito, possibilitou a primeira reformulação da teoria das pulsões: as pulsões do eu e do objeto.

Estas categorias psicanalíticas são aqui citadas a fim de consubstanciar a reflexão sobre as raízes da formação do eu quando da experiência relacional inicial do sujeito. Relação esta permeada, segundo este viés, por uma condição de angústia que, por vezes, ao invés de acompanhar o sujeito em sua trajetória, permitindo ao mesmo enfrentar as vicissitudes de sua condição humana, aterroriza-o. Sobre este percurso, Prado (1999) comenta:

A angústia é própria à natureza humana [...] sobrevém desde o início da vida da criança, quando o bebê chega ao mundo sob a pressão das pulsões internas. O luto fundamental não diz respeito aos lutos propriamente ditos, ligados às perdas, aos afastamentos e aos desaparecimentos reais, mas a um processo de desilusão, de separação, de individuação que se dará desde o início da vida [...] implica na separação psicológica da mãe e na perda da ilusão de onipotência e será a base na qual o indivíduo se fundamenta para abordar numerosas perdas [...] Desta forma, ele não é apenas uma perda mas a própria possibilidade de abertura do sujeito para o outro enquanto tal, de abertura para sua própria realidade interna. (PRADO, 1999, p. 19).

Ao reconhecer que nem sempre a introjeção dos pais da infância se solidifica de forma a permitir a escolha de novos caminhos construídos pelo sujeito, cremos que a escolha de um “destino” ocorre tanto em função das determinações inconscientes – representações engendradas – quanto da conjuntura à qual o sujeito se enlaça pela via da realidade. Assim, sob o viés psíquico, pela identificação desta insuficiência e na tentativa de preencher

sua falta original no outro, haverá uma demanda por completude, que virá a intervir, em maior ou menor grau, tanto nas bases de seu relacionamento com o outro e com o mundo quanto no objetos que elegerá para “amenizar” o desconforto gerado por esta sensação de incompletude.

A pulsão, processo psíquico fundamental na discussão da drogadição, é um conceito complexo e cabe lembrar que Freud, ao longo dos textos de metapsicologia, enfatiza seu caráter incômodo intrínseco. A mesma pode ser assim descrita: uma tensão (estímulo) emitida pela fonte somática que vai ganhando intensidade até se fazer notar pela psique como uma sensação carregada de afeto. É pela pulsão que o sujeito é provocado para a ação cujo objetivo primordial é fazer cessar a tensão, eliminando os estímulos internos desagradáveis através de uma descarga geradora de prazer e alívio.

Assim, a pulsão ao se manifestar através do estímulo cujo acúmulo é desagradável, pode circular sob o signo do prazer em formas diversas (pulsões parciais), ligando-se a um órgão específico ou colando-se a um determinado objeto, demandando descarga imediata. Em determinados casos, o afeto preponderante no círculo pulsional poderá ser apenas o prazer de descarga quando houver ainda alguma soma de estímulos passíveis de serem descarregados a tempo de não ultrapassarem determinado limiar, protegendo o sujeito de uma angústia torturante.

Quanto ao desenvolvimento deste conceito tão caro às discussões sobre a drogadição, faz-se necessário frisar que, no texto *Além do princípio do prazer* (1920), Freud promove um giro em sua compreensão sobre o processo, já que não mais entende o princípio do prazer como um mecanismo que leva à descarga que reduz a zero a energia pulsional: este processo passa a ser vinculado ao princípio de Nirvana (cujo objetivo é o retorno ao estado inorgânico), próprio de uma modalidade específica: a pulsão de morte, da qual trataremos, especificamente, em um segundo momento.

Por outro lado, ao princípio do prazer caberia a tarefa de guiar a pulsão do estímulo irritativo à sua correspondente descarga, afim de que se mantenha a abertura para a manifestação da fonte pulsional e, conseqüentemente, a manifestação de vida do sujeito. É da oposição de uma psique, que se situa entre a biologia e a cultura, que Freud irá tratar primordialmente em sua teoria. Por este viés, o sujeito da cultura tenderia

ao sofrimento por deslocar-se no mundo pela via do princípio da realidade, em oposição à realização imediata do desejo. Este exercício de negociação constante mostra-se um fardo, o qual, em condições normais⁷, o sujeito deverá sempre carregar.

Assim, neste processo, o princípio da realidade, diante da pressão gerada pelo acúmulo de estímulos, exige que o sujeito retenha a realização imediata do desejo buscando objetos mediatizados. Desta forma, o estado de tensão, em função da demanda do meio por negociação, transforma-se em indisposição e mal-estar, sendo que o sujeito sente, somaticamente, o estímulo como pressão e, psiquicamente, como ânsia, ímpeto na direção de um objeto (nem sempre identificado imediatamente) que lhe permita descarga. Sente-se, simultaneamente, ameaçado pela angústia e convocado a ir ao encontro do desejo, podendo de acordo com os recursos de que dispõe sucumbir à angústia diante da impossibilidade de encontro do objeto/atividade. Outro caminho poderá ser vislumbrado ao perseguir o objeto que o atrai como possibilidade na direção do prazer, do encontro com o desejo. Vale lembrar que, segundo a teoria psicanalítica, não há conflito psíquico sem desejo e não há desejo sem pulsão.

Avançando na reflexão teórica, a pulsão enquanto afeto sem representação, em estado puro, só pode circular na esfera psíquica pela configuração de uma ideia, partindo de um algo não apreensível inserido na dimensão apreensível da linguagem: campo do simbólico (HANNIS, 1999). No campo psíquico, as representações interligam-se, formando uma rede de imagens e ideias e esta matriz é o espaço onde os estímulos pulsionais se movimentarão. Este vasto estoque de imagens ou representações de vivências forma a memória do sujeito, compõe o seu mundo subjetivo e, em última instância, cria as configurações do seu aparelho psíquico.

Segundo Freud (1915), esta matriz psíquica que decodifica e regula as pulsões estaria organizada em dois diferentes tipos de funcionamento denominados de processos primário e secundário. Assim, a pulsão originada do patamar somático e, portanto, sujeita à lógica mais imediata de descarga, penetra as esferas psíquicas pela via dos processos primário

7. Refiro-me, aqui, a uma organização interna construída sob a égide do reconhecimento do valor superlativo das leis e da necessidade da submissão a algumas imposições do meio, da cultura.

e secundário, onde o *quantum* energético deverá sujeitar-se à lógica que rege as relações entre as representações e os afetos (próprias do primeiro), e às palavras, o simbólico (próprias do segundo).

Desta forma, o processo primário refere-se a um estado onde o aparato psíquico restringe-se a dotar os estímulos de imagens (representação) e associá-los aos afetos de prazer ou desprazer. Neste estágio arcaico, há pouca ou nenhuma retenção de energia. Nota-se uma espécie de memória rudimentar que consiste de uma sequência de eventos que se inscrevem no psiquismo como um ritual que pode ser ativado a partir do estímulo, com o objetivo de produzir sua descarga. Cada vez que surge aquilo que poderíamos nomear aqui de necessidade, o sistema psíquico é invadido pela carga pulsional que aciona o arcabouço de imagens armazenadas que no passado conduziu à descarga. Este efeito é o que pode ser observado na alucinação dos bebês, no entanto, a alucinação por si só não produz saciedade, ao contrário, gera frustração enquanto resultado final: daí o surgimento do desejo.

Necessário lembrar que as memórias armazenadas no aparelho psíquico não são evocadas conscientemente pelo sujeito, são, isto sim, lembranças que o afloram e o invadem, por assim dizer, involuntariamente. Se há algo a partir do qual se possa pensar analogamente sobre este processo, o estado de desamparo do bebê é uma referência, por sua vulnerabilidade ou insuficiente proteção tanto contra os estímulos sentidos como invasivos, quanto no que se refere aos recursos para antecipar ou evitar seus efeitos.

Quanto ao encaminhamento da pulsão, sabe-se que o mecanismo que rege o processo primário é reativo, contudo, ao promover rearranjos, há que se pensar na configuração de um mundo psíquico singular, cujas marcas prevalecerão no sujeito. Assim, os limites estreitos do processo primário só serão ultrapassados na medida em que o sujeito puder inibir os excessos de estímulos criando mecanismos para reter, distribuir e conduzir a energia psíquica, permitindo lidar com os estímulos de maneira mais elaborada. Este estado psíquico mais complexo é nomeado por Freud de processo secundário. Hanns (1999) esclarece que, nesta modalidade,

as pulsões passam a assumir formas mais estáveis no âmbito representacional. Este aparelho [psíquico] não é mais um

condutor que funciona através de associações de sequências, mas que acumula, distribui e encaminha as cargas pulsionais a partir de um estoque de associações disponíveis com as quais ele opera segundo regras de raciocínio. Estas regras lhe permitem simular e antecipar a cada momento o melhor percurso, bem como tentar compatibilizar e ordenar percursos de pulsões simultâneas. As leis que organizam o percurso pulsional *não são mais nem as estritamente anatômicas, nem as* sequências de imagens e sensações, agora serão as relações de sentido entre imagens e afetos que direcionarão o movimento. Em outras palavras será o pensamento, o simbólico, a linguagem, a vontade como desejos que estarão em jogo. (HANNS, 1999, p. 91).

Assim, a passagem do processo primário para o secundário poderia ser explicada pela complexidade e abrangência do aparelho psíquico, ocasionada pela conjunção entre a maturação neuronal e o acúmulo de vivências do sujeito, que a partir de um *quantum* de experiências formaria um arcabouço cognitivo e afetivo cujos dados estariam sempre disponíveis e em prontidão para operar e empreender no cotidiano ações necessárias à manutenção de sua subsistência. A vinculação da pulsão a uma função, finalidade ou meta é que garantirá a produção de um sentido, sendo que, as funções de conexão presentes nas pulsões desembocarão na maturação das capacidades psíquicas fundamentais: pensamento, reconhecimento do princípio da realidade, integração. Neste sentido, pode-se dizer que as pulsões de vida estão operando com maior impacto.

Cabe lembrar que a teorização sobre a formação do eu conhece várias formulações na obra psicanalítica. Uma delas é que a mesma se dá quando da entrada do sujeito no processo secundário, quando é possível perceber certa autonomia diante do mundo externo:

A razão biológica para que um tal aparelho psíquico se formasse, residiria, conforme Freud, na necessidade de constituir uma memória que permitisse evitar situações de desprazer, bem como de constituir um sistema que fosse capaz de guiar os sujeitos na busca de satisfação. Além disto, na medida em que nem sempre a descarga imediata é possível, pois a descarga afobada pode trazer perigo, é necessária uma memória e um estado de atenção que favoreça o exercício de um raciocínio conectado com a realidade

externa, capaz de se diferenciar do meio, de reconhecer perigos, de adiar descarga. [...] Além disto, este aparelho deve discriminar a alucinação da realidade, pois a satisfação alucinatoria não é acompanhada por uma satisfação real da pulsão, isto é, por uma descarga. (HANNS, 1999, p. 96).

Assim, o modelo freudiano de circulação pulsional mostra-se bastante plástico. As vivências singulares do sujeito, estando sempre em atividade, apresentam novas versões e interação, entre si e com as pulsões, de modo a reconfigurar o aparelho psíquico, demandando ações em outros moldes e estes momentos de redirecionamento, em geral bastante conflituosos, convocam o sujeito a trabalhar no encontro de novas saídas para o impasse vivido.

Neste sentido, a intervenção do Outro pela via simbólica, a palavra, própria do processo secundário, pode se configurar em um recurso, já que é somente quando o pensamento se conecta à linguagem que adquire qualidades perceptíveis à consciência. Assim, o conflito psíquico, base da teoria freudiana, sempre se apresentará ao sujeito pelo impasse entre prazer e desprazer, já que o desejo e o medo arcaico (derivado da experiência primordial de dor e desamparo) sempre serão uma possibilidade de entrave. Neste sentido, Hanns (1999) complementa:

Até 1924, a ênfase da teoria freudiana de *angst* [angústia] recai sobre o mundo externo, isto é, sobre a matriz interna atuante no processo primário, o qual acomete o sujeito sempre que aumenta a excitação pulsional. Os perigos externos são considerados por Freud, neste contexto, não como as causas principais do medo, mas como imagens convenientes das quais a psique se serve para representar o estado de perigo pulsional interno. [...] A partir de 1924, o foco freudiano se inverte e se dirige às ameaças do mundo externo. Freud enfatiza que as pulsões serão perigosas devido ao conhecimento consciente e cognitivo que o sujeito tem de que as consequências que a realização desinibida da pulsão (desejos) no mundo externo provoca poderão ser desagradáveis. Portanto, pelo processo secundário, o eu cognitivamente reconhece e antecipa o perigo, refrendo as pulsões e represando a libido, o que leva, assim, ao impasse entre o desejo e o medo. (HANNS, 1999, p. 117).

Retomando a cronologia da construção da teoria psicanalítica, observa-se que até 1920 os conflitos psíquicos ligados ao medo desenrolam-se no campo de luta entre o prazer (pulsões sexuais) e o princípio da realidade que barraria a sua imediata satisfação. Freud (1915, p. 33), afirma que a resistência, seja consciente ou inconsciente, tem o princípio de prazer como fonte e o evitar do desprazer como função. Assim, de acordo com o autor, os esforços “dirigem-se no sentido de conseguir a tolerância desse desprazer por um apelo ao princípio da realidade”.

Mais tarde, ao introduzir a noção de pulsão de morte, Freud (1920) reformula esta questão trazendo a ideia de luta de forças entre as pulsões eróticas integrativas (Eros) e as pulsões destrutivas e desintegradoras (Tânatos). Assim, tanto o desejo e o prazer quanto o medo e o desprazer movem o sujeito desde o nascimento com vistas a buscar uma forma representável aos objetos e posteriormente à construção do pensamento, que tanto deverá servir para evitar o contato intenso com o desprazer quanto antecipar-se a ele. Desta forma, frente às pulsões ameaçadoras, o aparelho psíquico lançará mão de um recurso, um mecanismo defensivo que permita bloquear as representações de objetos externos ameaçadores antes que estes atinjam a consciência. Instala-se aí o mecanismo do recalque, gerador do sintoma de onde a pulsão tende a retornar. Embora a tarefa de defesa contra os estímulos ameaçadores seja comum e razoavelmente natural, o circuito pulsional (fonte-estímulo-acúmulo-pressão-descarga) desemboca na satisfação onde a pulsão entraria em um estado de repouso.

A partir destas proposições, uma das tarefas da psicanálise caminha no sentido de investigar os recursos que o sujeito lançará mão na obtenção da satisfação diante de toda sorte de contingências culturais que se interpõem na consecução de seu objetivo, sendo que um grau de satisfação não significa, absolutamente, um grau de satisfação plena. Esta satisfação virá parcialmente, por outras vias – que não a realização literal do desejo – que o realimentam. Retomando o texto *O problema econômico do masoquismo*, observamos que Freud reforça fortemente a noção de pulsão de morte na forma de desejo de retorno ao inorgânico, onde a satisfação desejada é o total cancelamento da tensão e, conseqüentemente, a extinção das pulsões vitais:

Seja como for, temos de perceber que o princípio de Nirvana, pertencendo, como pertence, ao instinto de morte, experimentou nos organismos vivos uma modificação através da qual se tornou princípio de prazer [...] Ela só pode ser o instinto de vida, a libido, que assim, lado a lado com o instinto de morte, apoderou-se de uma cota na regulação dos processos de vida. [...] O princípio de Nirvana expressa a tendência do instinto de morte; o princípio de prazer representa as exigências da libido, e a modificação do último princípio, o princípio da realidade, representa a influência do mundo externo. (FREUD, 1920, p. 199).

Assim, conectada a Eros, a pulsão de morte atuaria no sentido do retorno a uma estabilidade. Poderíamos dizer que o que move o sujeito no cotidiano é a busca do prazer e o evitar da dor, porém, para além dos pressupostos do binômio prazer/desprazer, desvela-se uma determinação maior: a busca do estado de plenitude, onde a descarga definitiva representa a suspensão total da necessidade e do desejo. Daí a incidência clínica da teoria freudiana, em seu contexto pulsional, no avanço da construção teórica de temas como o masoquismo, a compulsão à repetição, a destrutividade, tão presentes na discussão sobre a drogadição.

Importante lembrar que Freud nos alertou sobre a inexistência de um estado pulsional puro, seja ele atrelado às pulsões de vida, seja ele atrelado às pulsões de morte, o que se observará será uma colagem das duas. Portanto, não há como pensar em pulsões puras, mas em processos psíquicos como movimentos pulsionais fusionados. Dado o seu caráter de complexidade, o autor comentou que esta construção (a teoria das pulsões) tem, na teoria psicanalítica, um caráter de “mitologia”.

Freud ainda alertou-nos sobre os possíveis métodos para evitar o sofrimento. Em *O mal-estar na civilização*, comentou a eficácia do método químico de influência, o caráter “amortecedor de preocupações” a que se prestam, mas advertiu sobre o seu poder destruidor. Advertiu ainda sobre a forma extrema da tarefa de dominar as fontes internas de necessidade: a ocasionada pelo aniquilamento das pulsões, que, levada a êxito, sacrificaria a vida com um todo, esvaziando o sujeito, exaurindo-o de suas energias vitais.

O desinvestimento das relações de objeto mostraria, assim, a partir dos exemplos evocados por Freud, o caráter mimético da libido que

retornaria ao seu âmbito narcísico, inviabilizando os arranjos necessários, levando o sujeito a renunciar aos mecanismos de ligação tão necessários à manutenção do processo vital: a sustentação da atividade psíquica. Neste sentido, o eu confrontado com a dor e a angústia pode, por um lado, ativar seus recursos no alcance do prazer, no encontro com o seu desejo e, por outro, pela via de um sofrimento reconhecido como não metabolizável (negando-se enquanto experiência passível de elaboração), produzir no aparelho psíquico uma brecha, uma fenda, um vácuo. Nele não há luto possível, há apenas a manifestação do trauma.

Freud descreveu esta relação como conflitual, embora, no texto de 1929, a tenha reconhecido como estrutural, sendo o conflito gerado por este campo de forças jamais ultrapassado. Assim, caberia ao sujeito humano a tarefa de gestão interminável de suas pulsões, reconhecendo seu desamparo original enquanto condição irremediavelmente intrínseca a si.

Pode-se afirmar que a teoria freudiana sofreu, no que diz respeito a um destino possível para o desamparo, um giro sobre o conceito de sublimação: em um primeiro momento, seria o domínio das pulsões sexuais pela via da transformação de seu alvo, empobrecendo-se de seu conteúdo erótico. Em 1932, Freud apresenta uma mudança neste conceito-chave, que não mais se encontraria em oposição com a sexualidade, mas na transformação das pulsões afim de que o erotismo e o trabalho de criação se tornassem possíveis. No bojo desta discussão, Birman (2000) complementa:

A gestão do desamparo toma uma direção bem precisa para o sujeito, diferente, pois, da versão freudiana inicial sobre a sublimação. Nesta versão, a sublimação era uma experiência de espiritualização, de ascese, pela qual a subjetividade seria purificada de seu erotismo perturbador. A sublimação seria uma experiência de verticalização, com o sujeito se desprendendo de sua corporeidade animal e alçando-se aos pináculos da razão civilizatória. Na segunda versão, a sublimação não é um ato de espiritualização, mas de lateralização, com o sujeito não se desprendendo de seu registro corpóreo. Pelo contrário, a sublimação implica a horizontalização das ligações do sujeito com os outros, pela tessitura de laços sociais e pela produção de obras no campo destes laços. (BIRMAN, 2000, p. 132).

Assim, embora a relação conflituosa entre pulsão e civilização não seja ultrapassada nos textos freudianos, uma vez que ela é de ordem estrutural, vale lembrar que o autor sustenta que o discurso freudiano sobre a modernidade constitui um questionamento do discurso psicanalítico ao afirmar que “o pensamento psicanalítico colocou a psicanálise à prova do social, o que a obrigou a se reconstituir sobre novas bases e outros fundamentos” (BIRMAN, 2000, p. 134). Portanto, ao retomar a condição faltante do sujeito, Freud convocou-nos a refletir sobre o manejo interminável do conflito humano. Talvez seja esta possível “acomodação final no indivíduo” que nos permita arriscar respostas subjetivantes, sustentando a condição de sujeito apesar dos perigos do mundo externo, tão grandemente potencializados.

Em tempos não muito alentadores, onde a ordem cultural insiste em desqualificar os projetos coletivos que ameacem as respostas estrategicamente construídas, a lógica das relações fragmentadas, das identidades partidas no espelho, da invisibilidade dos sujeitos, cabe a busca por possíveis saídas, ainda que demandem grande esforço e não envolvam soluções mágicas e totais. Mesmo em seus momentos mais realistas quanto ao futuro da humanidade – *Reflexões em tempos de guerra e morte, O mal-estar na civilização, O futuro de uma ilusão* –, Freud não se furtou à possibilidade de entrever uma saída, mesmo que de maneira contundente tenha, também, se proposto a explorar a oposição entre natureza e cultura e seus efeitos no campo relacional humano.

4. Aproximações deste campo de saber à temática da Drogadição

Pode-se afirmar que, em uma leitura psicanalítica, na droga, a viagem em busca do prazer dá-se pelo afastamento da realidade, pela “criação” de uma realidade outra, de onde os sujeitos vão costurando a sua realidade particular. Assim, a busca do prazer nesta modalidade de atuação parece sinalizar tanto o desejo quanto sua realização a partir de uma lógica própria de um modelo infantil: o pensamento mágico. Observa-se aí uma modalidade de funcionamento psíquico, representada pela busca de prazer pelas vias mais imediatas e que:

pode ser interpretada como a busca do prazer pelo “caminho mais curto”, ou seja, à maneira do funcionamento primário. Caminho mais curto, pois trata-se de atingir o prazer, de forma mais direta, procurando evitar as mediações impostas pelo princípio da realidade. Do ponto de vista genético, poderíamos dizer que se trata de um pensamento regressivo a um modo de funcionamento psíquico mais primitivo [...]. Seria insuficiente falar apenas em uma regressão temporal – o funcionamento primário anterior ao secundário –, uma vez que está em questão também a regressão no seu sentido formal, ou seja, a substituição dos modos de expressão e figuração habituais pelos modos primitivos correspondentes. (GURFINKEL, 1995, p. 77).

Como já dito, o que também parece peculiar na drogadição é a substituição do pensamento e da linguagem pela ação. Observa-se que o abuso das drogas ocorre com sujeitos que parecem incapazes de codificar uma tensão sentida em termos verbais e satisfazê-la pela via simbólica, o que possibilitaria uma relação mais organizada com o meio, embora, em função do princípio da realidade, mostre-se menos satisfatória, já que também responde às exigências sociais. Na condição de uso abusivo, a busca constante por solucionar demandas internas a partir de objetos externos gera, por sua ineficiência, frustração e sofrimento e, em função de seu efeito transitório, a renovação continuada envolve um processo de compulsão que termina por “retirar” do sujeito as condições de desvencilhamento deste percurso mortífero.

Neste modelo de funcionamento, ao lidar com a angústia, o processo gira em torno da eleição de objetos imaginários que compulsivamente retornam aos sujeitos, remetendo-os à condição de desamparo sempre que o efeito corporal do objeto droga se dilui, mantendo, assim, a circularidade do vazio. Assim, a relação simbiótica com o objeto, na droga, embutiria, no limite, a expressão de um conflito entre dependência e independência.

Há que se pensar que a diferenciação eu/objeto mostra-se como possibilidade para investigar os aspectos psíquicos e conjunturais dos sujeitos que “aderem” à droga como parceira imprescindível no enfrentamento do cotidiano. Desta forma, ao pensar numa “colagem”, a droga travestida de fantasia de liberdade, de descolamento do outro, poderia aqui ser incluída na categoria de sintoma social contemporâneo.

Para tanto, esta seria atualmente revestida por estereótipos imaginários a partir dos quais o usuário é levado a reivindicar, na ordem do imaginário, o lugar de dono de sua identidade, de seus sentidos e de suas formas de “produzir” uma realidade particular. Há aí também um viés para se discutir o desejo de onipotência como mecanismo de defesa.

Neste sentido, segundo Gurfinkel (1995), a hipótese da drogadição como atividade autoerótica remonta a uma tentativa do sujeito de tornar-se independente, de uma não oposição ao desejo, de um controle onipotente do objeto. Talvez algo passível de estar sempre à mão, disponível ao desejo. Esta metáfora nos remete, invariavelmente, à relação mãe-bebê (ou pelo menos à relação fantasística, fusional entre ambos). Importante comentar que o autor adverte-nos sobre a necessidade de distinguir o prazer obtido com o consumo da droga do prazer narcisista de transformar o objeto em uma parte de si mesmo. De acordo com Ocampo (1995 apud GURFINKEL, 1995, p. 149):

na dependência do toxicômano o essencial não são as propriedades químicas do objeto, nem o prazer suposto no seu consumo, mas sim o autoerotismo subjacente enquanto ideal narcisista de independência, e cuja função não é outra que a de repudiar a ausência estrutural de um objeto real e adequado ao desejo.

Mas, sendo o objeto-droga um falso objeto, já que não dispõe de características de independência e exterioridade, seu uso sugere uma fantasia de onipotência em função dos fenômenos alucinatórios que proporciona. Sendo assim, a droga poderia ser encarada como um objeto narcísico, em que a captura pelo mesmo (a não escolha), explicaria esta dinâmica, regada a um profundo desejo regressivo, onde as angústias persecutórias são diluídas. Assim, alguns pesquisadores (KALINA et al., 1999) articulam a toxicomania a um suposto “psiquismo fetal”, remontando-a a um momento pré-natal do sujeito, quando o estado de nirvana dar-se-ia pela ausência absoluta de demandas, condições estas às quais o adicto tenderia a retornar. Assim,

O que se passa com o sujeito que “não pode mais parar”, que se sente enganado pelo objeto em que buscou prazer e pelo qual agora se sente escravizado? O poder sinistro de escravidão está no

sujeito, no objeto ou em algum “espaço intermediário” entre os dois. (GURFINKEL, 1995, p. 39).

Desta forma, o desejo narcísico de onipotência é renovado compulsoriamente na experiência fugaz da droga, onde as fantasias de onipotência dão suporte ao consumo e este, por sua vez, renova-lhe a experiência de onipotência em sua fantasia. Este círculo vicioso sustentaria a condição de aprisionamento, pois, coincidentemente ou não, as aquisições próprias da submissão ao princípio da realidade são, analogamente, as funções psíquicas deficientes na drogadição:

Em primeiro lugar, a busca do prazer pelo caminho mais curto pode ser interpretada como um predomínio do funcionamento primário da mente, no qual a realização alucinatória do desejo é o caminho por excelência na busca da satisfação. Este caminho implica em um certo grau de “repúdio à realidade” – seja a realidade sensorial do mundo exterior, seja a realidade da falta e da castração, seja a realidade da vivência própria da posição depressiva. (GURFINKEL, 1995, p. 118).

Pensando a relação primeira do sujeito como referência, um perfil da família do drogadito foi apresentado por Palatnick (2004 apud PEREIRA, 2004) a partir do relato das mães de usuários. Nele há uma aposta no sintoma familiar, onde o sujeito se envolveria em uma condição de abuso na tentativa inconsciente de denunciar os conflitos familiares cuja vivência é angustiante. Neste sentido, apresenta o pai como uma figura normalmente ausente, distante ou omissa diante de suas funções no campo familiar. A mãe, superprotetora, não enxerga o filho como sujeito e está frequentemente colada a ele, ligada a ele, sem, contudo, enxergá-lo. O terceiro elo desta corrente, o filho, neste contexto, o “eterno problemático”, apresentando comportamentos desviantes desde a infância, certa letargia relativa às responsabilidades escolares, bem como uma desobediência frequente à autoridade dos pais. Assim, o autor sustenta que a dependência às drogas é uma resposta direta à insuficiência paterna, bem com à atenção sufocante (embora vazia) da mãe. Assim,

No adicto, a insuficiência e inadequação das funções parentais, a falta de um bom e gradual desprendimento da mãe e a carência de

uma figura paterna valorizada, com a qual rivalizar e identificar-se, deixam-no prisioneiro num universo narcisista materno [...] Como saldo desta experiência restaram zonas de silêncio, lacunas, buracos, nos quais faltam representação de um mundo simbólico estruturado sobre o eixo da Lei Paterna. (PEREIRA, 2004, p. 334).

Ainda sobre este deslocamento relacional mãe-droga, Mayer (2004 apud PEREIRA, 2004, p. 333) contribui:

Na dependência ao consumo de drogas, o que estaria em jogo seria um deslocamento do vínculo ambivalente com uma mãe narcisista que deu espaço para fazer sua própria experiência; por essa via se procura apaziguar a enorme dor despertada por uma dependência afetiva irresoluta que se quer desmentir. Em tais circunstâncias, os jovens passam a consumir a substância com gana, porque esta lhes permite transitoriamente sentir-se “normais”, “livres” e “independentes”, mas à medida que o tempo passa, quando consomem para evitar os efeitos desprazerosos da abstinência, mais que pelo prazer que obtêm, começam a odiá-la porque percebem que estão escravizados e submetidos ao seu poder destrutivo.

O autor propõe ainda a hipótese de que a função de sustentação e amparo materno se interioriza com uma porção diferenciada do aparelho psíquico – como “sustentação interna” –, constituindo o seu déficit como um dos traços mais frequentes daqueles que padecem da dependência de drogas e adições em geral. Neste sentido, o autor sustenta que os apoios vinculares e psíquicos, quando eficazes, “neutralizam os sentimentos de desamparo, de vulnerabilidade e até da finitude, porque promovem vivências de contenção, de proteção e reafirmação de si mesmo”. (PEREIRA, 2004, p. 330). Desta forma,

A metáfora regressiva do retorno ao seio materno e a metáfora do “psiquismo fetal” – o narcisismo do sono – mostram-se instrumentos ricos para pensar o problema da indiferenciação primitiva eu-objeto; a droga estando ora dentro e ora fora, e seu efeito de “adormecimento” da realidade é também um apagamento da diferença/separação/exterioridade entre o eu e o outro. (GURFINKEL, 1995, p. 19).

Retomando a ideia de regressão, condição trabalhada aqui sob distintos aspectos, há que se pensar que o “prazer” na droga arrasta consigo os investimentos e as ligações e forneceria, assim, um apoio externo como ramificação de um suporte psíquico parental falho e que demanda suplência. A experiência da droga, também análoga à condição do retorno ao zero, parece relativa a uma ação eficaz da pulsão de morte, que, atingindo estruturas do funcionamento psíquico de forma devastadora, geraria a perda dos limites do eu por uma regressão ao narcisismo primário, bem como o desaparecimento dos referenciais a partir do abandono dos ideais éticos, dos objetivos a alcançar, do próprio sentido da vida. Sobre a pulsão e sua relação direta com a drogadição, Gurfinkel (1995, p. 10) expõe:

Se a pulsão impõe uma exigência de trabalho ao aparelho psíquico, uma pressão, a vida pulsional do toxicômano pressiona-o a uma busca de trégua de droga [...] Notemos que não se trata apenas de uma transformação nos destinos da pulsão, mas uma transformação no que seria um de seus elementos fundamentais [o alvo].

Uma hipótese a aventar é a de que, na atualidade, a exigência do prazer imediato, proporcionada pelos mecanismos disponibilizados no aqui e agora, cria a demanda pelo prazer instantâneo, compulsivo e de caráter autoerógeno. Assim, não haveria lugar para a angústia, já que esta apresenta ao sujeito o avesso do êxtase de excitação, que, em grande carga, é sentida como insuportável. Neste sentido, pergunta-se: de qual das violências fugir? A da angústia corrosiva e ameaçadora ou a violência da dose a mais que, ao fim de seu efeito, leva o sujeito, de novo, ao início do jogo? Jogo este que prometeria uma linha de fuga de sua condição humana fundante, pela via da recusa ao confronto com o imprevisível e da promessa do domínio de sua condição de desamparo, confirmando, mesmo de maneira ilusória, o triunfo sobre a finitude. Melmann (1992, p. 121) comenta este processo:

No caso da toxicomania [em confronto com a condição constitutiva de dependência], o objeto testemunha seu caráter de ser real, e não mais semblante, na medida em que não se destaca mais pela ausência, senão por sua alternância com ela. Aqui novamente a falta é celebrada e amada. A angústia ligada ao

estado da falta é, sem dúvida nenhuma, o tempo forte do vivido toxicomaniaco. O paradoxo disto merece ser posto em destaque: se a absorção do produto provoca apaziguamento, [...] o tempo do gozo, da tensão própria à demanda e ao desejo suscitados por um real é justamente o da falta: gozo da angústia ligado ao caráter aleatório do reencontro, sempre incerto, mesmo que seja em relação à qualidade do produto e ao fato de que o reencontro pode bascular na dor ou no desamparo físico com sensação de morte iminente.

No limite, o fenômeno da drogadição leva-nos a pensar sobre a relação com a falta – aquilo que demanda suplência – e que, em determinada estrutura psíquica, provoca um rombo de tal magnitude que o sujeito não se vê em condições de enfrentá-la, buscando o embuste como forma de proteção. Leva-nos, também, a refletir sobre o desmantelamento da estruturação de referências, valores e, por assim dizer, de um ideal, de um projeto de vida identificado como próprio, permitindo a ação livre de uma compulsão que o leva a colocar-se, repetitivamente, em uma condição de assujeitamento.

Creemos que uma saída no enfrentamento deste processo seja permitir ao sujeito reconstruir sua relação com a linguagem, espaço simbólico por excelência, a fim de que o mesmo encontre, à sua maneira particular, os recursos necessários para que o luto possa ser autorizado e as perdas serem reconhecidas, vividas e elaboradas como experiências próprias da condição humana. Assim, pensar possibilidades de enfrentamento do fenômeno da drogadição, complexo e multifacetado, significa pensar possibilidades de equilibrar-se sobre a linha tênue que separa e une êxtase e destruição.

Considerações Finais

De acordo com o exposto, as reflexões aqui trabalhadas em torno do abuso de drogas referem-se ao recorte relativo às formas utilizadas pelo sujeito para lidar com o que chamaríamos de “sofrimento existencial”. Neste sentido, cremos que há que se pensar neste enfrentamento da angústia, observando os excessos corporais como tributários de uma

inibição da palavra, já que a dissociação entre corpo e palavra tem sido objeto de inúmeros debates envolvendo o amplo leque de patologias contemporâneas.

Também poderíamos afirmar que os percursos circulares aos quais o sujeito se enlaça na atualidade inibem movimentos que promovam o resgate da corporeidade, o que viria a inviabilizar a emergência de uma palavra encarnada, corporificada. Neste caso, o corpo físico prestar-se-ia apenas a realizar uma modalidade de prazer, sempre insuficiente em sua função, que, ao impedir a representação das impressões não nomeadas, abriria espaço ao ato.

Neste sentido, Ribeiro e outros (2012, p. 46) atentam para um estudo com dependentes de drogas na cidade de São Paulo que aponta para o uso inicialmente característico da “busca pelo prazer”. De acordo com os autores, após cinco anos, “um segundo levantamento demonstrou que estas razões mudaram drasticamente: o uso se transformara em uma forma de suportar a frustração e os conflitos familiares”. Assim, o abuso é observado tanto pela frequência de uso quanto pelo tempo de utilização, o que sugere, para além do estudo sobre a etiologia da farmacodependência, a atenção ao aspecto da psicoddependência, na qual a tentativa do preenchimento do vazio dá-se de forma imaginária, e onde o objeto inanimado é “transformado”, adquirindo consistência e função ilusórias.

No limite, a face de um fenômeno coletivo marcado essencialmente pelo esvaziamento da condição desejante, do apelo ao Outro, da sujeição a um objeto total adotado como escudo contra o mal-estar, coloca-nos diante de sujeitos exauridos de recursos para lidar com as condições de existência que se apresentam. Neste sentido, a psicanálise, como campo de saber, nos mostra que a condição para o enfrentamento da pulsão é a quebra do registro narcísico do eu. Tarefa complexa, já que este “estado de narcisismo” tanto é constitutivo de nosso psiquismo quanto é considerado um “valor” dos tempos atuais. Uma possível saída no enfrentamento deste sofrimento existencial, que demanda inigualável quantidade de energia, seria, como já apontamos, a revitalização das ferramentas do simbólico. Daí a crença na força terapêutica da palavra e, complementarmente, da escuta.

Referências

- BAUDRILLARD, J. A ilusão vital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- BAUMAN, Z. Modernidade Líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BIRMAN, J. Mal estar na atualidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- _____. Cartografias do Feminino. São Paulo: Editora 34, 1999.
- CASTILHO, R. M. Réquiem para um sonho: entre a psicanálise e a cultura. Goiânia: Cànone, 2007.
- _____. Construcciones sobre el sujeto de la autoridad para el joven contemporáneo: un estudio com jóvenes de enseñanza media en Goiânia e Santa Fe. Tesis de Doctorado. Departamento de Posgrado em Educación UCSF. Santa Fe: Argentina, 2009.
- _____. Juventud y Autoridad: consideraciones sobre el sujeto de la autoridad para el joven contemporáneo. Buenos Aires: Teseo, 2011.
- DEBORD, G. A sociedade do espetáculo. Rio de Janeiro: Contraponto, 1992.
- FEATHERSTONE, M. O desmanche da cultura. São Paulo: Nobel, 1997.
- FREUD, S. Sobre o Narcisismo. In: Obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, 1980. V. XIV [Texto originalmente datado de 1914].
- _____. O instinto e sua vicissitudes. In: Obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, 1980. V. XIV [Texto originalmente datado de 1915].
- _____. Além do princípio do prazer. In: Obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, 1980. V. XVIII [Texto originalmente datado de 1920].
- _____. O mal-estar na civilização. In: Obras psicológicas completas. Rio de Janeiro: Imago, 1980. V. XXI [Texto originalmente datado de 1929].
- GURFINKEL, D. A pulsão e seu Objeto-Droga. Estudo psicanalítico sobre atoxico mania. Petrópolis: Vozes, 1995.
- HANNS, L. A teoria pulsional na clínica de Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1999.
- KALINA, E. et al. Drogadição hoje: indivíduo, família e sociedade. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1999.
- IANNI, O. Enigmas da modernidade-mundo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- KEHL, M. R. O espetáculo como meio de subjetivação. IN: Kehl, M.R & Bucci, E. Videologias: Ensaio sobre televisão. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MELMANN, C. Alcoolismo, delinqüência, toxicomania. Uma outra forma de gozar. São Paulo: Escuta, 1992.

PEREIRA, J. P. Drogadição, autoquiritia e dinâmica borderline. In: O mosaico da violência. São Paulo: Vetor, 2004.

PRADO, M. C. A. Destino e mito familiar. São Paulo: Vetor, 1999.

RIBEIRO, M. et al. Perfil do usuário e história natural do consumo. IN: O tratamento do usuário de crack. Ribeiro, M.; LARANJEIRA, R. (Org.). Porto Alegre: Artmed, 2012.

ROUDINESCO, E.; PLON, M. Dicionário de psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

Juventude e Drogas: O que mudou?

Roberta Uchôa

Parto da rejeição da neutralidade positivista da ciência e das práticas profissionais, afirmando o compromisso com o conhecimento preocupado em imprimir uma nova direção às políticas sociais públicas. Compreendo a política como um processo de tomada de decisão, de definição de prioridades, com base em evidências as mais próximas possíveis da vida social e como resultado da correlação de forças entre os diferentes interesses de grupos e classes sociais existentes na sociedade. A política deve ser resultado do consenso possível com compartilhamento de responsabilidades. Temos limites de várias ordens, mas também temos possibilidades. Por isso, temos que desvendar as mediações do real, da vida cotidiana, espaço de resistência e de possibilidades de transformação.

A vida de todos os dias não pode ser recusada ou negada, pois se constitui em uma fonte de conhecimento e de prática social. A vida cotidiana é uma fonte permanente de investigação. Estudá-la e sistematizá-la criticamente é condição para compreendê-la e transformá-la. Mas a prática social transformadora não é um ato singular isolado. Ao contrário, deve expressar um coletivo e ser guiado por uma postura teórico-metodológica. O conhecimento vulgar (empírico), fruto da experiência do nosso cotidiano, e o conhecimento religioso (teológico) não são suficientes para desvendar a complexidade do homem e da vida social. Estes conhecimentos, além de impregnados de preconceitos e moralismos, reforçam a noção da natureza humana a-histórica.

O conhecimento científico é fundamental, pois confere a vantagem de nos tornar capazes para a ação consciente, livre de preconceitos. Mas

não falo de qualquer conhecimento científico. Falo do conhecimento do ponto de vista teórico-metodológico que impõe a análise a partir da perspectiva de totalidade; e do ponto de vista teórico-sistemático, a partir de estudos rigorosamente situados historicamente. O circuito investigativo deve recorrer à abstração, avançar do empírico (dos fatos do cotidiano), apreendendo suas relações com outros conjuntos empíricos, pesquisar sua gênese histórica e seu desenvolvimento interno, e reconstruir, no plano do pensamento, todo este processo. E, finalmente, por aproximações sucessivas, deve regressar a seu ponto de partida – a vida cotidiana – não como produto de simplificações, mas de relações históricas complexas, inseridas no movimento macroeconômico e social que os engendra.

Neste sentido, o que se visa conhecer é o ser social em uma realidade histórico-social, em um movimento de muita complexidade. Portanto, para tratar do tema juventude e drogas, faz-se necessário tentar compreender criticamente a juventude e as drogas como construções históricas, que adquirem sentidos e expressam interesses diversos, que variam de acordo com o tempo, o lugar e cultura.

A juventude é uma fase da vida, quando se saiu da infância, da dependência, e ainda não se entrou na vida adulta, do casamento, da procriação e da produção. Esta fase, de transição à vida adulta, possui distintas características de mudanças que a fazem única e mais difícil do que outras transições. Na verdade, a transição à vida adulta constitui-se em muitas diferentes transições em um período de tempo não claramente definido (trocar a escola pela universidade, a educação pelo trabalho, sair de casa, ter permissão para fazer atividades antes proibidas, dentre outras). Existem diferentes elementos na transição à vida adulta que são permitidos em diferentes idades e variam de acordo com o gênero e a classe social. Quando o começo ou o final da transição à vida adulta não são bem delimitados, sendo prematuramente encerrados ou levando muito tempo para ser concluídos, criam-se insegurança e ambiguidades, podendo-se causar consequências na vida adulta.

A juventude é uma condição provisória, transitória, diferentemente de outras categorias como o gênero e a classe social, que são mais permanentes. A juventude é uma fase indeterminada, cheia de expectativas e ansiedades, na qual tanto pode se vislumbrar a reprodução como a

mudança social, tanto a subordinação como a rebeldia. Neste sentido, é um fenômeno social, que as sociedades passaram a reconhecer em determinados momentos históricos (séculos XVIII e XIX), dado o seu papel de continuidade ou descontinuidade da vida social, por isso se busca exercer um forte controle social sobre suas normas e condutas (UCHOA, 2000).

As desigualdades sociais são aspectos importantes a serem considerados, pois interferem na transição à vida adulta, uma vez que as privações e as estratégias de sobrevivência podem produzir risco para os jovens. A transição à vida adulta dos jovens da classe trabalhadora é concluída quando os jovens ingressam no mercado de trabalho, o que institui modificação nas relações de autoridade dentro das famílias. E, muitas vezes, o ingresso no mercado de trabalho não representa necessariamente benefícios aos jovens, sobretudo, para aqueles submetidos a condições de trabalho inadequadas, inseguras e perigosas, baixa remuneração, longas horas de trabalho e pouco tempo para os estudos, lazer e tempo livre.

A juventude não é homogênea, talvez devêssemos falar de juventudes, no plural. São reconhecidas como características da juventude: vigor físico, alegria, impulsividade, rebeldia, introspecção, dentre outras. Frequentemente, a juventude é vista tanto como ativamente “desviante” como passivamente “em risco”; e, com frequência, simultaneamente das duas formas. Na maioria das vezes, os homens jovens são vistos como ativamente desviantes, especialmente se forem da classe trabalhadora e/ou negros. As mulheres jovens são em geral percebidas como passivamente “em risco”. Como resume Couto (2011, p. 45):

A questão é esta: fala-se muito dos jovens. Fala-se pouco com os jovens. Ou melhor, fala-se com eles quando se convertem em problema. A juventude vive essa condição ambígua, dançando entre a visão romantizada (ela é a seiva da nação) e uma condição maligna, um ninho de riscos e preocupações (a Sida, a droga, o desemprego).

Na contemporaneidade, as normas de conduta e formas de controle não são mais as mesmas de gerações passadas. Hoje, o Estado, a família, a escola, a religião, a comunidade e o trabalho – sistemas

fechados de controle social – concorrem com outros sistemas de controle social, tais como os meios de comunicação de massa (mídia), o *marketing*, os *reality shows*, a Internet e as redes sociais. Estes novos sistemas abertos de controle social produzem modos de ser, viver e existir menos regulados. Modos estes de ser, viver e existir de curto prazo, de consumo imediato, sem limites. Os sistemas fechados de controle social, como a família e a escola, competem cada vez mais com os novos sistemas abertos, que produzem padrões de comportamento e de consumo difíceis de serem supridos tanto pelas famílias de classe média como da classe trabalhadora.

Formas habituais de sociabilidade, modos de ser e estilos de vida, realidades e imaginários têm suas bases sociais e mentais de referências abaladas pelo novo ciclo de globalização do capitalismo, que, para expandir-se e renovar-se, está sempre a destruir. Como afirma Hobsbawm (1995, p. 13): “A destruição do passado – ou melhor, dos mecanismos que vinculam nossa experiência pessoal às das gerações passadas – é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX”. É cada vez mais difícil para os indivíduos reter do passado o que merece ser lembrado no futuro.

Epidemiologistas argumentam que o desenvolvimento econômico empurrou a população para uma transição nutricional – da subnutrição à obesidade – e que, como resultado do crescimento da renda, aumenta o risco de consumo de produtos e mercadorias não saudáveis, particularmente, de refrigerantes, comidas ultraprocessadas (*fast-food*, biscoitos, alimentos desidratados), álcool e tabaco (STUCKLER et al., 2012). O aumento do consumo destes produtos, aliado a mudanças de comportamento, tem aumentado a incidência de doenças não transmissíveis, como afirma o Banco Mundial (2011, p. VI):

Muito do aumento das doenças não transmissíveis em países em desenvolvimento é atribuído a fatores de risco modificáveis como inatividade física, má nutrição nos primeiros mil dias de vida e mais tarde a uma dieta pobre (incluindo excesso de sal, gordura e açúcar), uso do tabaco, abuso do álcool e exposição a ambientes poluídos.

O homem faz uso de drogas há séculos para superar a angústia existencial, entrar em contato com forças sobrenaturais, aliviar a dor e obter prazer. O uso de drogas pelo homem é historicamente determinado, variando de acordo com a época, lugar e cultura (BUCHER, 1989). Todas as sociedades foram ou são consumidoras de drogas. O abuso e a dependência de drogas, no entanto, são fenômenos mais recentes, característicos das sociedades modernas, desde o início da industrialização, provocando choques culturais diversos. O que mudou nos tempos modernos refere-se à fabricação de substâncias sintéticas (medicamentos, cocaína e ecstasy); a produção em grande escala; a introdução de convenções sociais e jurídicas (drogas legais e ilegais); a transformação da droga em mercadoria legal e ilegal lucrativa, envolvendo inúmeros interesses de produção, comercialização, propaganda, fiscais, etc.

As campanhas de massa sistemáticas e agressivas de álcool, de comidas ultraprocessadas, de refrigerantes e de tabaco contribuem para o aumento da demanda. Outros fatores que contribuem para o aumento da demanda são a política econômica e os acordos comerciais que abrem os mercados internos para investimentos estrangeiros, ao autorizar a entrada das grandes corporações de tabaco, de álcool, de refrigerantes e de comidas ultraprocessadas para adquirir as companhias locais, domésticas. (MOODIE et al. 2013, p. 3).

O *marketing* das bebidas alcoólicas é competente e reconhece que há “juventudes”, oferecendo produtos com diferentes mensagens e imagens. O principal alvo, mas não o único, das grandes indústrias de álcool e de tabaco, drogas consideradas legais, é o jovem, que tem maior potencial de aumentar o consumo, e “é mais sensível a mensagens que associem o uso desses produtos a uma identidade geracional” (CARLINI-MARLATT, 2005). Essas indústrias visam clientes os mais jovens possíveis (MOODIE et al., 2013), usando táticas diversas de sedução desta população, a exemplo das propagandas de cerveja realizadas no Brasil.

De acordo com a Senad (2007), entre 2001 e 2005, o uso na vida e a dependência do álcool aumentaram, respectivamente, de 68.7% para 74.6% e de 11.2% para 12.3%. E, na faixa etária entre 12 e 17 anos, esse aumento foi proporcionalmente maior no mesmo período: uso na vida de

48.3% para 54.3% e dependência de 5.1% para 7.0%. O álcool é o terceiro principal fator de risco de morte e de deficiências físicas, calculado basicamente em termos de efeitos adversos da bebida alcoólica em quem bebe. E há também sérios efeitos adversos causados pela bebida em terceiros, na maioria das vezes, não contabilizados nas estatísticas de saúde (ROOM; REHM; PARRY, 2011). A maior parte dos problemas associados ao álcool não se deve à dependência alcoólica, mas, principalmente, ao uso e ao abuso do álcool, sobretudo, pelos jovens e adultos jovens que, sob o efeito do álcool, colocam-se em situações de risco, que podem resultar em acidentes de trânsito, violências e prática de sexo inseguro.

No que se refere ao tabaco, a Senad (2007) também registrou aumento, entre 2001 e 2005, tanto para uso na vida (de 41.1% para 44%) como para dependência (de 9% para 10.1%). Entre os fumantes, 90% começaram a fumar na adolescência. Provavelmente, nenhum jovem vai morrer pelo uso do cigarro. A conexão entre morrer e sua consequência (morte precoce) “é mais difícil de fazer, principalmente pela população jovem, tipicamente centrada nos resultados imediatos de suas escolhas, e não nas consequências futuras” (CARLINI-MARLATT, 2005, p. 307).

O uso das drogas consideradas ilícitas também tem aumentado no Brasil. No entanto, entre os estudantes brasileiros do ensino fundamental e médio, o padrão de uso de drogas ilícitas, como maconha, inalantes, cocaína e crack, é considerado baixo, quando comparado com outros países. De acordo com a Senad (2010), entre os anos de 2004 e 2010, foi observada a redução para uso no ano de inalantes, maconha, ansiolíticos, anfetaminas e crack, mas constatou-se o aumento do uso de cocaína no ano. Enquanto o uso da cocaína manteve-se estável nos Estados Unidos e no Canadá, aumentou no Brasil (WHO, 2012). Mesmo com o aumento, o uso de cocaína e seus derivados, como o crack, na vida (2.9% e 0.7%), no ano (0.7% e 0.1%) e no mês (0.4% e 0.1%), respectivamente, é considerado diminuto (SENAD, 2007, 2010). Há variações percentuais nesses usos, de acordo com o gênero e a geração. No país, o uso na vida da maconha, que é a droga considerada ilícita de preferência da população em geral, aumentou de 6.9%, em 2001, para 8.8%, em 2005. No entanto, este uso de maconha também está muito abaixo do observado nos EUA (40.2%), Reino Unido (30.8%), França (26.2%), dentre outros países;

e os estudantes norte-americanos consomem cerca de três vezes mais maconha do que os brasileiros (EMCDDA apud SENAD, 2007).

A idade de experimentação das drogas consideradas lícitas, como álcool e tabaco, é anterior à das drogas consideradas ilícitas, como maconha, cocaína e crack. Em média, a idade de experimentação do álcool e do tabaco é por volta dos treze anos, e entre os catorze e quinze anos para quase todas as outras drogas. Crack e cocaína são as drogas que são consumidas mais tardiamente (SENAD, 2010).

O Brasil, nos últimos anos, realizou muitas pesquisas e produziu muito conhecimento sobre o consumo de drogas no país, sobretudo, entre os estudantes de ensino fundamental e médio. Sabemos que o álcool e o tabaco são as drogas de maior prevalência tanto para uso na vida, no ano e no mês como para dependência. No entanto, são as drogas como a maconha, cocaína e crack que preocupam mais a sociedade brasileira:

Cerca de 64% dos entrevistados afirmaram ter visto pessoas alcoolizadas nos 30 dias prévios à pesquisa. Já a percepção de pessoas sob o efeito de outras drogas foi de 36.9%. De qualquer forma, as porcentagens são muito elevadas, o que pode ser, simplesmente, reflexo de uma hipervalorização da sociedade, delegando às drogas qualquer alteração comportamental. (SENAD, 2007, p. 400).

As drogas preocupam devido ao considerável aumento do seu consumo nas últimas décadas, particularmente, entre a população jovem e devido a sua associação a diversas formas de violência como tráfico, acidentes de trânsito, agressões, etc. Mas é, sobretudo, por sua associação às doenças não transmissíveis como os acidentes vasculares cerebrais, neoplasias, doenças do coração e respiratórias, dentre outras, que têm chamado a atenção dos especialistas (ROOM; REHM; PARRY, 2011; STUCKLER et al., 2012).

Com base nas evidências científicas disponíveis, as drogas consideradas lícitas, como o álcool e o tabaco, devem ocupar lugar central na formulação de políticas sobre drogas. Para a construção destas políticas, para começar, faz-se necessário reconhecer que o uso do álcool e de outras drogas não significa apenas uma “transgressão”, pois as drogas produzem

sensações prazerosas, fazem parte da sociabilidade humana e são mercadorias altamente lucrativas para grandes e pequenas corporações, sejam elas legais e/ou criminais. Para estas corporações o que interessa é a maximização dos lucros e, portanto, é crucial uma regulação pública rigorosa visando o controle das mesmas, inclusive, buscando impedir que essas corporações interfiram no desenvolvimento de políticas públicas de prevenção e controle do uso de seus produtos.

Agora há evidências para demonstrar que as indústrias de comida, de bebida e do álcool usam táticas e estratégias similares às companhias de tabaco para minar as intervenções de saúde pública. (MOODIE et al., 2013, p. 4).

Dentre as táticas e estratégias utilizadas por essas indústrias, esses autores destacam a criação e o financiamento de organizações científicas “independentes” para publicar relatórios “científicos” que negam os danos provocados pelo uso de seus produtos, que suprimem informações importantes sobre saúde e que apontam outros produtos como os principais agravos à saúde da população; bem como a cooptação ou a pressão (*lobby*) sobre políticos e profissionais de saúde, inclusive, com financiamento de campanhas políticas e de *marketing* contra a intervenção do Estado e pela defesa de opções individuais (MOODIE et al., 2013, p. 4-6). Embora o álcool e o tabaco sejam os dois dos três maiores fatores de risco para diversas doenças não transmissíveis (ROOM, 2013), não se advoga aqui a sua proibição, pois isto iria reproduzir os problemas relacionados ao mercado das drogas consideradas ilícitas.

As políticas sobre drogas devem contemplar ações de promoção da saúde e de prevenção do uso, abuso e dependência, particularmente, das drogas consideradas legais, como o álcool e o tabaco. Estas políticas devem contemplar ações de redução da oferta (controle e intervenção no mercado, proibição de todo e qualquer tipo de propaganda, aumento de impostos e dos preços, restrição de locais de venda, etc.); ações de redução da demanda (diminuição da experimentação e do uso, com campanhas que incentivem a prática de esportes, de atividades culturais, lúdicas e de lazer); e ações de redução de danos (tratamento para minimizar os riscos

causados pelo uso, abuso e dependência). Por fim, para a elaboração de políticas sobre drogas efetivas, os profissionais da área, as instituições públicas e a sociedade civil devem exigir que o Estado implemente políticas públicas que controlem rigorosamente as indústrias de tabaco e do álcool, que são produtoras de danos à vida das pessoas; assim como deve-se recusar o financiamento ou qualquer outro tipo de suporte para pesquisa, prevenção, educação e programas que envolvam os produtos fabricados por essas indústrias.

Referências

BANCO MUNDIAL – HUMAN DEVELOPMENT NETWORK. The growing danger of non-communicable diseases – Acting now to reverse course. Washington, The World Bank, 2011.

BUCHER, Richard (org.). Prevenção ao uso indevido de drogas – Volume I. Brasília Editora Universidade de Brasília, 1989.

CARLINI-MARLATT, Beatriz. Jovens e drogas: saúde, política neoliberal e identidade jovem. In: **ABRAMO, Helena Wendel & BRANCO**, Pedro Paulo. Retratos da juventude Brasileira. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2005.

COUTO, Mía. Os sete sapatos sujos. In: E se Obama fosse africano? E outras intervenções – Ensaaios. São Paulo, Companhia das Letras, 2011.

HOBSBAWM, Eric. A era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

MOODIE, Rob; et al. Profits and pandemics: prevention of harmful effects of tobacco, alcohol, and ultra-processed food and drink industries – Non-communicable diseases 4. In: **The Lancet** (publicado *online* www.thelancet.com): 01-10, 2013.

ROOM, Robin; REHM, Jürgen & PARRY, Charles. Alcohol and non-communicable diseases (NCDs): time for a serious international public health effort, in: **Addiction**: 106 – 1547-1548, 2011.

ROOM, Robin. Drug control and public health: getting beyond stalemate. In: **Bull World Health Organ** 91: 91-92, 2013.

SECRETARIA NACIONAL ANTIDROGAS – SENAD. II Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil: estudo envolvendo as 108 maiores cidades do país – 2005, Brasília, SENAD, 2007.

_____. VI Levantamento nacional sobre consumo de drogas psicotrópicas entre

estudantes do ensino fundamental e médio das redes pública e privada de ensino em 27 capitais brasileiras – 2010, Brasília, SENAD, 2010.

STUCKLER, David; McKEE, Martin; EBRAHIM, Shah & BASU, Sanjay. Manufacturing epidemics: the role of global producers in increased consumption of unhealthy commodities including processed foods, alcohol and tobacco. In: **PLoS Medicine** (publicado *online*: www.plosmedicine.org): 9 (6): 1-8, 2012.

UCHOA, Roberta. Transition to adulthood and alcohol use among young people on Recife, Brazil. Tese de doutorado apresentada ao King's College London, University of London, 2000.

WORLD HEALTH ORGANISATION – WHO. World Drug Report 2012, Genebra, WHO, 2012.

Juventude, Gênero e Sexualidade

Juventudes: a Pluralização da Experiência ou a Invisibilidade das Relações de Poder

Claudia Mayorga

Geíse Pinheiro Pinto

Introdução

Pensar a juventude brasileira em contexto contemporâneo tem exigido de acadêmicos/as, profissionais e ativistas cuidados analíticos importantes. Se, por um lado, presenciamos um momento de pluralidade de posições e experiências, fruto também do processo de democratização que se instaurou no país a partir dos anos 1980, por outro, os sistemas de poder que produzem desigualdades e subalternidades têm se reorganizado, se sofisticado, e, para compreendê-los, tem sido necessária a des/reconstrução das lentes analíticas para examinar tal complexidade. Junto a isso, é preciso problematizar o excessivo otimismo com o comemorado desenvolvimento econômico brasileiro, que tem, por vezes, invisibilizado o histórico de autoritarismo, desigualdade social, racismo e sexismo que constitui e marca a sociedade brasileira.

Neste ensaio, gostaríamos de refletir acerca da reconfiguração que o campo da juventude tem sofrido, considerando o contexto acima indicado como elemento fundamental. As considerações que trazemos são fruto de pesquisas e intervenções desenvolvidas no âmbito do Núcleo Conexões de Saberes da Universidade Federal de Minas Gerais. Nos trabalhos que realizamos, tem nos interessado compreender a dinâmica psicossocial das desigualdades e formas de opressão que marcam a sociedade brasileira, bem como as formas de enfrentamento – individual e coletiva – a essas desigualdades. Tendo esse aspecto como objetivo maior de nossas

atividades, as reflexões apresentadas são, de forma mais específica, fruto da *interação* com a juventude negra na cidade de Belo Horizonte, jovens moradores de favelas e também jovens negros universitários de trajetória popular. Além disso, os trabalhos desenvolvidos tomam a teoria feminista como campo teórico-político, especialmente o feminismo denominado de pós-colonial ou feminismo negro.

O Problema

Há alguns anos, os estudos sobre adolescência e juventude começaram a receber críticas que indicavam que essas experiências estavam sendo pensadas a partir de uma perspectiva universal e a-histórica e que uma das principais consequências dessa posição seria a compreensão de tal experiência como uma fase natural, essencial e inerente ao desenvolvimento humano. Junte-se a isso o fato de que a concepção de desenvolvimento que norteava tal perspectiva estava baseada em uma noção de juventude que se referia a um tipo específico de jovem em nossa sociedade, mais especificamente ao jovem das classes médias, dos grandes centros urbanos, branco, heterossexual e, quase sempre, do sexo masculino.

Um claro exemplo dessa perspectiva pode ser encontrado no campo de estudos sobre juventude e participação política. Não são raras as análises que indicam que a participação política de jovens no contemporâneo tem sido escassa, sem a mesma potência e engajamento que marcou os movimentos juvenis no Brasil e outros contextos durante os anos 1960 e 1970 (MÉNDEZ, 1998; STOLLE; HOOGHE, 2004; WELTI, 2002). Encontramos, em muitas dessas análises, a informação de que o protótipo do jovem que participava era o estudante universitário, branco, homem, de classe média e que encontrava, no movimento estudantil e, por vezes, no partido político, formas de engajamento político. Claro está que essa análise também é marcada por uma certa concepção de política e que, a partir dessas duas posições, não permite, muitas vezes, reconhecer, em ações contemporâneas desenvolvidas pela juventude, a dimensão da política, bem como a emergência dos jovens como sujeitos políticos legítimos. Esse é o caso da juventude negra e favelada, que vem denunciando, através do hip-hop, desigualdades sociais e racismo vividos,

da juventude rural, que busca se expressar nos contextos institucionais de ação política, como são os sindicatos, e também das jovens mulheres atuantes em contextos sociais diversos.

Uma crítica importante se dirigiu ao efeito prescritivo que a naturalização dessa perspectiva universal de jovem teve e continua tendo em diversos contextos sociais, já que, ao buscar *descrever* um certo processo de desenvolvimento, acabava-se por prescrever os caminhos ditos normais dessa experiência. Um dos pontos principais dessas críticas consistia no apontamento da invisibilidade que tal perspectiva provoca da experiência de determinados jovens. Um exemplo que destacamos se refere à relação da juventude pobre com o trabalho ou a experiência profissional. É comum encontrar em relatos de jovens de trajetórias populares uma não identificação com a condição juvenil, especialmente se esta está associada à moratória prévia da vida adulta, mais presente na compreensão da experiência dos jovens das classes média e alta.

Estudos que problematizaram essas concepções e se dedicaram a revelar a pluralidade da experiência juvenil de contextos diversos e de marcas de cor/raça e sexualidade distintos emergiram com mais força a partir dos anos 2000 (DE TOMMASI, 2007). A partir daquele momento, pareceu haver um consenso acerca da importância de problematizar o universalismo e o a-historicismo que marcavam posições não somente psicológicas acerca da adolescência e da juventude mas também sociológicas e do campo da educação. A psicologia tradicional, por exemplo, se apropriou de uma concepção de adolescência universalizante e naturalizada enquanto momento de crise. Mesmo com os estudos antropológicos de Margaret Mead (1935) denunciando o caráter universal presente na categoria adolescência, essa disciplina insistiu e ainda insiste em colocar as estruturas internas como propulsoras do desenvolvimento e demarcadoras desse período de vida enquanto um momento conturbado, caracterizado pela crise de identidade, o que Aberastury e Knobel (1989) chamam de percurso da adolescência normal. Percebemos, assim, como a compreensão sobre a adolescência foi restringida por determinações psicologizantes, o que fundamenta certa visão adultocêntrica acerca do que é ser adolescente, concebendo-a, principalmente, enquanto um não lugar (MAYORGA, 2006).

Mas as críticas a essa perspectiva emergiram com intensidade, especialmente no campo de discussão acerca de direitos e cidadania dos jovens brasileiros, e, nessa imersão, as desigualdades entre os jovens ficaram evidentes, e a necessidade de compreender essa experiência na sua heterogeneidade passou a ser urgente. Tais críticas levaram a uma mudança na linguagem: a partir daquele momento, não se considerava mais como algo adequado falar em *juventude*, mas essa noção deveria aparecer sempre no plural – *juventudes*, com a clara intenção de contemplar a diversidade dessa experiência (ABRAMOVAY; CASTRO, 2006). Pareceu haver, desde então, um certo consenso acerca da importância de contemplar a experiência plural da juventude – atualmente, há quase que um imperativo no campo que exige que gênero, raça, classe, sexualidade, geração, território etc. sejam utilizados para estudo da juventude. Contudo, não nos parece que tenhamos avançado tanto no debate sobre *como* fazer essas articulações. A importância de articular essas categorias é apontada como uma necessidade, mas, em nossa avaliação, acaba ficando mais no campo retórico do que na materialidade das pesquisas que têm sido realizadas. Não queremos ser injustas e, por isso, não podemos deixar de reconhecer que alguns trabalhos vêm sendo desenvolvidos, mas certamente não é o que predomina no campo.

Um exemplo dessa dificuldade está presente em pesquisas que tomam a juventude estritamente como campo empírico – são estudadas as experiências de jovens negras, jovens rurais, jovens LGBT, jovens de trajetórias populares –, mas as categorias juventude (referente à geração) e outras (referentes à raça, sexualidade, gênero etc.) não chegam a ser tomadas como analíticas, mas, sim, como categorias descritivas. Isso não chega a ser um problema. Estudos descritivos são importantes e contribuem para a compreensão da experiência da juventude brasileira; entretanto, acabam não aprofundando a análise dessas experiências, especialmente quando examinamos um contexto marcado por tantas desigualdades como o Brasil. Contudo, em nossa avaliação, a invisibilidade ou o reducionismo do olhar em relação a determinadas experiências da juventude permanecem, com o agravante da confiança de que enunciar a juventude no plural poderia ser suficiente para compreender e enfrentar as desigualdades que marcam a experiência desse grupo social. O que

defendemos é que tal posição acaba abafando a tensão que as experiências plurais juvenis trazem à tona, especialmente quando se busca delimitar uma noção de juventude que seja comum.

A Interseccionalidade, o Feminismo e a Juventude

Consideramos que o debate feminista sobre interseccionalidade pode contribuir para o enfrentamento a essa problemática. Não temos a pretensão de solucionar essas questões, mas identificamos que o mesmo problema e tensões enfrentados pelo campo da juventude como consequência da pluralização do olhar acerca da experiência juvenil têm sido vivenciados no feminismo desde os anos 1980, a partir da chamada terceira onda, especialmente com a emergência de críticas contundentes oriundas do feminismo negro, lésbico e do Terceiro Mundo ao universalismo que a ideia de *mulher* alcançou no campo de estudos de gênero.

A grande contribuição desses outros coletivos de mulheres naquele momento foi denunciar e explicitar que as questões de gênero não eram suficientes para compreender a opressão das mulheres; era necessário entender como se estabelecia a relação entre o sexismo e as outras formas de dominação, como o racismo, por exemplo. Não atentar a isso certamente perpetuaria, segundo as críticas feministas, a *cegueira* em relação a outros aspectos das experiências, identidades e lutas de mulheres que incluem questões de raça, etnia, classe, geração, sexualidade, cultura e nacionalidade.

A palavra *interseccionalidade* vem de uma metáfora cunhada por Kimberlé Williams Crenshaw, que buscou explicar como a opressão racial e de gênero interage na vida de mulheres negras. Para tanto, tal jurista feminista utiliza uma metáfora interessante: o tráfego em um cruzamento em que carros vão e vêm em diversas direções. A discriminação, assim como o tráfego, pode se dar em uma ou outra direção. Se ocorre algum acidente, nem sempre é tão fácil reconstituir de qual direção se deu o problema; da mesma forma, dirá a autora, se uma mulher negra sofre alguma violência ou é injuriada, as marcas causadas podem originar-se da discriminação racial ou da discriminação de gênero. Ou ainda de

ambas, simultaneamente. A reconstituição dessas marcas, assim como de um acidente, exige uma análise aprofundada e cuidadosa, chamada por Crenshaw (1989) de análise interseccional.

Assim, a interseccionalidade consiste em uma ferramenta teórico-metodológica, cunhada com o objetivo de lidar com as distintas desigualdades que atingem as mulheres – gênero, raça, sexualidade, território, geração seriam consequências dessas distintas marcas, que não se baseiam unicamente em uma somatória de categorias a partir de uma escala de valor das opressões sociais, mas, sim, em uma forma de lançar luz sobre como essas categorias se articulam legitimando e perpetuando determinadas lógicas de opressões.

Da mesma forma, a compreensão da experiência da juventude deve considerar esses outros aspectos atentando para os efeitos reducionistas e, também, opressores que o olhar a-histórico teve para alguns grupos juvenis, especialmente no que se refere ao debate acerca de direitos e cidadania. Interseccionar categorias sociais para compreender a experiência da juventude consiste em um exercício que não pode ser, como dito, uma simples somatória de elementos identitários como ser jovem + ser mulher + ser negra + ser favelada, como se tal movimento fosse suficiente para entender a juventude *no plural*. Ou ainda não pode se restringir à perspectiva do politicamente correto, em que se fala da juventude no plural, porque, de alguma forma, houve uma incorporação da crítica aos problemas da noção a-histórica da juventude, mas sem de fato traduzir tal crítica em outra ou outras posturas analíticas acerca da experiência juvenil.

A proposta de interseccionar categorias sociais para analisar a experiência da juventude deve considerar as tensões e hierarquias dentro do próprio campo da juventude. Pluralizar o olhar consiste, sim, em reconhecer diferenças, mas, sobretudo, em identificar desigualdades entre os jovens, atentando e evitando dinâmicas estritamente diferencialistas que impediriam pensar a juventude como uma categoria transversal mais ampla. Isso também se faz importante, pois, dentro do campo da juventude, encontramos experiências que se antagonizam. Tomamos como exemplo a relação entre juventude e religião, mais especificamente a relação entre as questões da juventude LGBT, juventude da umbanda e

os jovens evangélicos. Analisar a experiência da juventude considerando sua pluralidade exige, nesse caso, entender as especificidades vivenciadas pelos jovens nesses espaços sociais distintos e como categorias como raça, sexualidade, religião e classe social se articulam com a questão religiosa, marcando e definindo experiências distintas de ser jovens; experiências essas em que a hierarquia geracional será caracterizada e vivenciada de formas distintas. Certamente, a relação entre juventude e família nessas três experiências será muito distinta, principalmente quando destacamos a recorrência de violência intrafamiliar junto à juventude LGBT, ou ainda a repressão e o controle da autonomia das mulheres nessas experiências, ou ainda a tensão entre evangélicos e umbandistas que pode demarcar posições de fala, legitimidade de experiência e cidadania distintas. Em estudo feito sobre resistência da juventude negra na Região Metropolitana de Belo Horizonte, foi possível identificar que a experiência de ser jovem ganha contornos muito distintos, quando a compreendemos em articulação com a cultura no caso do hip-hop, do teatro e do funk, ou com a religião evangélica ou umbanda, e daí por diante. O que estamos salientando é a importância de tentar ir além da caracterização da experiência desses jovens em uma perspectiva de elogio das diferenças ou do multiculturalismo; consideramos que a noção de interseccionalidade pode ajudar a analisar tais experiências de forma a contemplar a diversidade, na sua complexidade. Para tanto, é importante considerar que essas experiências – tantas vezes reduzidas a características identitárias e rapidamente analisadas como diferenças – consistem em efeitos de sistemas sociais e de poder distintos através de uma complexa dinâmica psicossocial.

Se operamos a partir da perspectiva da interseccionalidade, considerar gênero na experiência da juventude não pode se reduzir a estudar ou interagir com *mulheres* jovens. É importante compreender como o sistema sexo-gênero (RUBIN, 1975) atua sobre suas vidas, seu cotidiano, sua constituição como sujeitos. A socialização de gênero é um elemento importante na experiência da juventude, já que eles são chamados a assumir sua posição como homens e como mulheres, e a reprodução da hierarquia de gênero é convocada a se atualizar. O contrato sexual, que, segundo Pateman (1988), consiste em um pacto constitutivo

das sociedades modernas, no qual as mulheres, a partir de um contrato invisibilizado e não dito, são reduzidas ao campo da vida privada, sendo seu acesso restrito ao espaço público algo mais naturalizado e menos aceito do que para os homens, terá significados distintos quando articulado com a lógica adultocêntrica que também marca as sociedade modernas.

Nesse sentido, é preciso compreender que o conceito de juventude é uma criação da modernidade e tornou-se objeto de estudos das ciências humanas, e várias áreas do conhecimento buscam categorizá-lo. Os estudos na área de psicologia, especialmente a psicologia do desenvolvimento, acabaram ressaltando e legitimando aspectos negativos, principalmente por considerarem características como insegurança, rebeldia, instabilidade atributos inerentes a essa fase de vida. Essa concepção desenvolvimentista e linear marcou fortemente esse campo de estudos. Por isso, na psicologia, a designação de adolescência e não juventude se fez mais frequente e demarca uma concepção que pontua a hierarquia entre jovens e adultos como algo natural e necessário. A concepção de jovem foi construída sob a influência da ideia de uma fase de vir a ser (ERIKSON, 1976; SALLES, 2005; ABERASTURY; KNOBEL, 1989), tomando a fase adulta como o padrão a ser atingido.

O adultocentrismo, através dos seus rituais de iniciação muitas vezes autoritários e impositivos, vai conferir aos jovens práticas e comportamentos que permitem a reprodução do sistema sexo-gênero. Um exemplo que podemos analisar se refere à iniciação sexual de meninos e meninas. A dupla moral que orienta a relação da juventude com a sexualidade tem clara ligação com o sistema sexo-gênero. Em oficinas de intervenção psicossocial realizadas junto a jovens mulheres estudantes de uma escola pública localizada em uma favela na cidade de Belo Horizonte, foi possível aprofundar algumas dessas questões. Instigadas por debates sobre a vida cotidiana da juventude, as jovens participantes da oficina demandaram um espaço para conversarem sobre sexualidade. Ficou muito evidente naquele espaço como a experiência de ser mulher era marcada por ideais de submissão, humilhação, não prazer. *Como sentir prazer com um buraco? Deus fez a mulher pra sofrer. Vida de mulher é só sofrimento.* Em um momento da vida em que a sexualidade se apresenta com uma certa centralidade e as meninas são convocadas, por diversas razões e atores, a

se posicionarem diante dessas questões, foi possível identificar o sistema sexo-gênero operando no processo de subjetivação dessas jovens, que vão se constituindo a partir de lugares e lógicas de subalternidade, e esse aspecto faz parte de um *continuum* em que a violência de gênero e agressão física estão incluídos. Um aspecto preocupante diz respeito ao fato de a voz ou a qualquer outro saber dessas jovens sobre a sexualidade serem rapidamente desqualificados e estigmatizados, demonstrando mais uma vez que a articulação entre juventude e gênero exige análises que foquem as relações de poder.

Da mesma forma, considerar raça na experiência juvenil consiste em analisar a experiência do racismo que marca e constitui a sociedade brasileira e os efeitos disso na vida dos jovens. É necessário, sobretudo, entender qual a função da raça na constituição das sociedades coloniais (MUNANGA, 2004; DAVIS, 2005) e, no caso do Brasil, compreender como o mito da democracia racial foi se configurando e invisibilizando a violência do racismo em nossa sociedade (MAYORGA, 2011). O sistema racial de desigualdades historicamente reproduzido é cotidianamente atualizado e se manifesta criando legitimidade e processos de naturalização da desqualificação imputadas aos negros no contexto brasileiro e alhures. Podemos entender que a subalternidade dos negros se constitui a partir e através da configuração de um complexo sistema de opressão que envolve raça, classe, heteronormatividade, patriarcado e capitalismo. Ser negro é uma experiência histórica e social, que, na diáspora africana, demonstra, ao mesmo tempo, a sexualização da raça e a racialização da classe (DAVIS, 2005). Diante do advento da modernidade e consolidação do capitalismo, raça tornou-se um critério basilar para manutenção de privilégios de determinado grupo social, em detrimento dos outros, procedendo à distribuição da população mundial a partir de lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade demarcados pela construção de inferioridades de certos grupos, como os negros (QUIJANO, 2005). É importante perceber também como foi se configurando, no Brasil, a releitura afirmativa da raça, realizada pelo movimento negro.

Um problema contemporâneo se refere à violência sistemática que jovens negros têm sofrido cotidianamente, nomeado pelos movimentos juvenis e negros de genocídio da juventude negra. Utilizando a metáfora

proposta por Crenshaw, qual direção vamos adotar nesse tráfego para compreendermos esse problema? Devemos perguntar: em que o fato de ser negro determina o genocídio? E o fato de ser jovem? O que faz que essas dimensões se articulem? Como elas se articulam?

Vimos que, para abordar a dimensão geracional, deve-se considerar a questão do adultocentrismo, entendendo o mesmo como uma lógica hegemônica e impeditiva do reconhecimento dos jovens enquanto atores sociais e políticos, principalmente os jovens pobres e negros. As leituras, inclusive, de apatia e desinteresse dos jovens pela definição do bem comum, por exemplo, parecem ser uma chave explicativa de leitura que os coloca dentro de uma lógica comparativa com o adulto, como aqueles irresponsáveis e não preocupados com questões importantes, principalmente no campo do político. E tal aspecto ganha complexidades quando o elemento da classe e da raça entra em cena. Na mesma intervenção, mencionada anteriormente, realizada em uma escola pública localizada em uma favela, foi possível observar algumas práticas e posições bastante autoritárias e desqualificadoras da experiência daqueles jovens. Em um dos acompanhamentos que fizemos de espaços de sala de aula, através de observação-participante, foi possível presenciar a fala de um professor dirigida a um dos jovens participantes da aula que dizia que o seu futuro (do jovem) era prisão ou caixão, revelando uma faceta forte da escola contemporânea de reprodução das desigualdades sociais.

Esse alargamento do espaço público também coloca em tensão a relação hierarquizada entre jovem e adulto, estabelecendo para o primeiro um lugar de objeto – especialmente os pobres e negros, o que parece continuar a tensionar o cotidiano público e privado. Assim, destacamos nesta discussão a concepção adultocêntrica sobre os jovens em virtude do discurso de oferta de proteção diante de evidente desigualdade social. De fato, a lógica da proteção social se reveste de mecanismos da manutenção das relações sociais.

Esse discurso da juventude enquanto uma etapa da vida marcada pela falta é fundamentado em uma perspectiva evolucionista e maturacionista, em que o jovem é visto dentro da perspectiva adultocêntrica, caracterizada pela negatividade e incompletude; o adulto vira a referência do que se tornar. A imagem da juventude como uma fase do vir a ser e, portanto,

de preparação para a vida adulta reflete a ideia de um jovem definido pelo que ele não é, o que acaba gerando uma série de desqualificações sobre ele, pois a juventude configura-se como um momento de passagem necessário para a vida adulta. Contudo, esse vir a ser não parece ser orientador da experiência do jovem negro e favelado, cuja experiência está marcada por um imaginário de falta e carência (de recursos econômicos, cultural, moral, de inteligência etc.) e por uma naturalização da ideia de que são marginais e bandidos em estágio de latência.

Assim, voltamos à pergunta: como interseccionar categorias que marcam e definem experiências tão distintas? Vimos que historicizar tais categorias é um exercício importante para compreender como as mesmas se vinculam ou associam a sistemas e/ou dinâmicas de poder distintos e que devem ser alvo de nossas análises. Mas retomamos aqui um debate realizado em outro momento (MAYORGA; PRADO, 2010) para destacar que esses sistemas e dinâmicas de poder que marcam e instituem a experiência da juventude operam a partir de alguns dispositivos comuns de funcionamento: a naturalização das desigualdades, a relação entre público e privado, a tensão entre igualdade e diferença. A identificação desses dispositivos comuns é parte de uma análise das relações entre categorias sociais e pode ser elemento importante para a análise interseccional da experiência da juventude.

O elemento que se refere à naturalização das desigualdades opera no sentido de negar a historicidade das relações sociais e das relações de poder que as constitui; o que se refere à relação público e privado revela-se por um movimento duplo de alargamento do privado e de encolhimento do público através da gramática da moralização do limite tênue e histórico que os separa, e, por fim, aquele referente às lógicas da igualdade e da diferença opera nesse contexto como a produção fomentadora das lógicas da diferença, criando processos contínuos de identidades fixadas por meio do reconhecimento de um certo diferencialismo que exclui qualquer possibilidade de reconhecimento da igualdade. É através desses elementos que historicamente tem sido produzida uma série de hierarquizações entre as posições de geração, gênero, classe, raça e orientação sexual. Pode-se averiguar historicamente que a moralização do público tem produzido importante hierarquia no campo das relações de gênero e da sexualidade,

tal como a supremacia da diferença, em detrimento do reconhecimento da igualdade, que tem produzido uma classificação hierárquica entre os grupos étnico-raciais, da mesma forma que a naturalização das desigualdades produzida por conteúdos ideológicos e científicos tem supervalorizado o caráter individual e natural da juventude, em detrimento de sua faceta social (MAYORGA; PRADO, 2010).

Essas dimensões comuns têm como consequência processos de subordinação entre sujeitos de uma mesma geração e também nas relações intergeracionais que consistem em uma lógica que estabelece uma funcionalidade entre os agentes sociais, ou seja, ela se objetiva como um funcionamento institucional necessário de caráter pré-reflexivo, normalmente baseado em formas históricas de classificação social de grupos e indivíduos. O caso do professor que “prevê” o futuro do jovem estudante como sendo caixão ou prisão é um claro exemplo desse aspecto.

No entanto, como as relações entre subordinados aparecem como funcionais e legítimas, dado os sistemas de legitimação produzidos pela sua própria institucionalidade e pela gestão das funções, ainda que se deem de forma totalmente pré-reflexiva, é potencialmente a passagem para a lógica da opressão que ainda não foi politizada, isto é, não compreendida pelos atores sociais como relações de desigualdades e inferiorização social, exatamente pelo motivo que justifica sua própria existência: colocar as relações de poder em uma perspectiva histórica (MAYORGA; PRADO, 2010).

Consideramos que a atuação junto a jovens através da perspectiva acadêmica ou profissional deve contribuir para esse processo de politização da sua experiência, isto é, de uma compreensão de que aquilo que é heterodesignado, muitas vezes, como diferença, como algo necessário àquela fase da vida, pode ser fruto de relações de poder que produzem subordinação e opressão. Na lógica da subordinação, a ordem social não é tomada como uma ordem historicamente construída e contingente à ação humana; portanto, ela aparece como sendo consequência natural da organização social e da gestão classificatória dos corpos, mostrando-se como uma hierarquia necessária para a produção e reprodução da sociedade, fazendo com que alguma reciprocidade simbólica entre os

agentes sociais seja garantida e mantida. Entendemos que a análise interseccional da experiência da juventude pode contribuir para a interrupção desse ciclo.

Últimas Palavras

A compreensão da experiência da juventude brasileira no contemporâneo tem nos levado à análise de posições e experiências tão diversas que, em muitos momentos, a própria ideia de juventude passa a ser questionada. Consideramos que essa tensão é muito importante e interessante e não deve, em nossa avaliação, ser evitada. Ler as experiências juvenis a partir de uma preocupação com a relação entre as categorias sociais não é algo automático e deve ser uma preocupação analítica constante. Esperamos que as perspectivas que defendem a juventude no plural possam radicalizar sua análise acerca das diferenças e desigualdades que marcam a experiência juvenil e que estejam abertas a desconstruir seu próprio olhar, muitas vezes, produtores e reprodutores de naturalizações sobre a juventude.

Referências

- ABERASTURY, A.; KNOBEL, M. *Adolescência normal*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.
- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. (Coord.). *Juventude, juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: Unesco, 2006.
- CRENSHAW, K. W. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. In: UNIVERSITY OF CHICAGO LEGAL FORUM, 1989.
- DAVIS, Angela. *Mujeres, raza y classe*. 2. ed. Madrid: Edições Akal, 2005. (Tradução do original de 1981).
- DE TOMMASI, L. Jovens brasileiros: espaços e tempos de participação política. *Salto para o Futuro*, v. 24, p. 12-19, 2007.
- ERIKSON, E. *Infância e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- MAYORGA, C. Identidades; adolescências: uma desconstrução. *Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 1, p. 1-20, 2006.

MAYORGA, C.; PRADO, M. A. M. Democracia, instituição e articulação de categorias sociais. In: MAYORGA, C. (Org.). *Universidade cindida; universidade em conexão ensaios sobre democratização da universidade*. Belo Horizonte/MG: Editora UFMG, 2010, p. 46-70.

MAYORGA, C. Brasil e a questão racial: entre mitos, ideologias e lutas. In: MEDRADO, Benedito; GALINDO, Wedna (Org.). *Psicologia social e seus movimentos: 30 anos de ABRAPSO*. Recife: ABRAPSO/Editora Universitária da UFPE, 2011. p. 71-96.

MEAD, M. *Sexo e temperamento*. Trad. R. R. Krausz. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006.

MÉNDEZ, E. G. *Infância e adolescência na América Latina*. São Paulo: Hucitec, 1998.

MUNANGA, K. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Cadernos PENESB. UFF, Rio de Janeiro, n.5, 2004, p. 15-34.

PATEMAN, C. *The Sexual Contract*. Cambridge: Polity Press, 1988.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. p. 227-278. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>>.

RUBIN, G. Traffic in Women: Notes of the Political Economy of Sex. In: REITER, R. (Ed.). *Toward an Anthropology of Women*. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.

SALLES, L. M. F. Infância e adolescência na sociedade contemporânea: alguns apontamentos. *Estudos de Psicologia*, v. 22, n. 1, p. 33-41, 2005.

STOLLE, D.; HOOGHE, M. Review Article: Inaccurate, Exceptional, One-sided or Irrelevant? The Debate about the Alleged Decline of Social Capital and Civic Engagement in Western Societies. *British Journal of Political Science*, n. 35, p. 149-167, 2004.

WELTI, C. Adolescents in Latin America: Facing the Future with Skepticism. In: BROWN, B. B.; LARSON, R.; SARASWATHI, T. S. *The World's Youth: Adolescence in Eight Regions of the Globe*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002. p. 276-306.

Juventudes, Gêneros e Sexualidades: um relato de pesquisa-intervenção com jovens lésbicas em contextos de vulnerabilidade¹

Juliana Perucchi

De que valeria a obstinação do saber se ele assegurasse apenas a aquisição dos conhecimentos e não, de certa maneira, e tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece? Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou a refletir.

(Michel Foucault, *O uso dos prazeres*)

Há alguns anos, tenho trabalhado em pesquisas ancoradas em metodologias participativas cujo foco consiste em dois objetivos fundamentais. Primeiro, verificar correspondências entre o preconceito oriundo da hierarquia das sexualidades e dos gêneros e as práticas sociais de violência “corretiva” contra jovens LGBT, analisando seus desdobramentos no que se refere à violação de direitos humanos e à vulnerabilidade na saúde

1. Este texto é a tradução ampliada da fala da autora no V JUBRA apresentada na Mesa-Redonda III – Juventude, gênero e sexualidade. Mesa composta por Juliana Perucchi (UFJF), Claudia Mayorga (UFMG) e Marion Quadros (UFPE), tendo como mediadora, Maria das Mercês Cavalcanti Cabral (UFRPE), realizada no auditório do NIATES-UFPE dia 5 de setembro de 2012, em Recife, PE. A apresentação contemplou o relato de uma pesquisa financiada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, por intermédio do Conselho Nacional de Desenvolvimento – CNPq, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR e Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA (Edital MCT/CNPq/SPM-PR/MDA Nº 020/2010). A pesquisa analisou aspectos psicossociais dos processos de violência em contexto familiar ou próximo dele, perpetrados contra jovens lésbicas, compreendendo os impactos de tais processos na saúde dessas jovens.

desses/as jovens, sobretudo, das mulheres. Segundo, fomentar e fortalecer vínculos grupais de apoio e enfrentamento à homofobia por parte das jovens lésbicas. Realizamos investigações no âmbito da psicologia social, de orientação teórica inspirada na História Oral, das perspectivas discursivas de Judith Butler, portanto, das teorias feministas pós-estruturalistas e das teorias queer; da análise do discurso de referencial foucaultiano e também da psicologia social comunitária, no âmbito da pesquisa-intervenção. Participam dessas pesquisas e intervenções grupais, um universo de trinta e duas jovens mulheres que se descreveram como tendo orientação do desejo sexual voltado para outras mulheres e que, em algum momento de suas vidas, experienciaram ou ainda experienciam situações de violência em relação à sua orientação sexual.

O plano metodológico de todas estas investigações e atividades de extensão com interface em pesquisa com jovens LGBT – que o núcleo de Pesquisas e Práticas Sociais em Políticas Públicas e Saúde do Departamento de Psicologia da UFJF vem desenvolvendo ao longo destes três anos – partiu da premissa de que as experiências vividas por jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais podem traduzir-se em fontes de informação para nossas reflexões analíticas no campo da psicologia social e dos estudos feministas. Neste sentido, abdicando de qualquer postura ingênua acerca do uso de narrativas interpretativas da realidade social e sem a ilusória pretensão de encontrar qualquer verdade nos relatos dos próprios atores sociais sobre a problemática investigada, é que trago aqui, para esta mesa, algumas das análises dessas pesquisas e intervenções, que encontraram nas narrativas de história oral uma vasta fonte discursiva, por meio da qual se processam os significados e sentidos atribuídos aos acontecimentos da existência desses jovens e dessas jovens.

Os resultados apontam que há situações que compõem contextos de vulnerabilidades específicas de gênero no âmbito da juventude, no que se refere à saúde das jovens lésbicas. Tais especificidades merecem atenção e eu gostaria de problematizar, portanto, aqui. Alguns elementos importantes foram identificados, como por exemplo, os impactos da pressão (hetero)normativa exercida sobre as jovens, forçando-as a práticas heterossexuais – indesejadas e, muitas vezes, inseguras – na tentativa de “escapar” do desejo homoerótico; o que pode ter uma série de efeitos

bastante complexos no âmbito da saúde destas mulheres, como quando tais relações forçadas culminam em uma gravidez indesejada, em infecção por HIV/DST ou ainda em abortos efetuados sem quaisquer cuidados técnicos, com sérios impactos na saúde dessas jovens.

Assim, pretende-se refletir neste texto sobre algumas destas questões, em torno das constatações dessa pesquisa, que evidenciam como situações de homofobia no âmbito das relações com familiares ou pessoas próximas da rede familiar dessas jovens se constituem a partir de uma série de dispositivos com efeitos psicossociais importantes no curso de suas vidas, como, por exemplo, os mecanismos subjetivos e objetivos que sustentam o silenciamento da violência não apenas física, mas, sobretudo, simbólica de que elas são alvo em seus ambientes e relações familiares. Violências legitimadas pela heteronorma e, também, silenciadas por ela.

A análise do material arquivado ao longo de dois anos de pesquisa permite constatar como os diferentes dispositivos da heteronorma, ao mesmo tempo em que legitimam relações de violência intrafamiliar, condicionam os níveis de (in)visibilidade e de silêncio que envolvem tais condições hierárquicas, (re)produzidas cotidianamente no contexto familiar e para além dele. Muitas mulheres lésbicas que, já no período da adolescência, ao se darem conta de sua atração por outras garotas, moravam com seus pais, suas mães, irmãos e irmãs, encontravam-se em contextos familiares desfavoráveis ao respeito à diversidade sexual. Nestes casos, a negação do desejo por pessoas do mesmo sexo se colocou para as jovens como única saída possível. É assim que a condição heterossexual se estabelece como norma, submetendo essas jovens mulheres, seus corpos, seus desejos às estratégias biopolíticas de controle da vida.

Muitas jovens mulheres lésbicas, por pressão da norma, medo da rejeição familiar ou vergonha de si mesmas e dos outros que lhe são significativos, escondem ou camuflam seu desejo não heterossexual, lançando-se em relações heterossexuais para agradar a família e o círculo de amizades, ambos, hegemonicamente heterossexuais. Nestas circunstâncias, algumas jovens acabam por se envolver também afetiva e sexualmente com seu parceiro, ocupando, muitas vezes, posições vulneráveis. Nestes envolvimento heterossexuais, mostrou-se serem comuns as práticas sexuais desprovidas de métodos contraceptivos, o

que pode indicar pistas analíticas ao campo etnográfico que revelou – sobretudo, no universo das jovens mulheres frequentadoras de espaços de sociabilidade LGBT de camadas populares – a circulação de várias mulheres lésbicas jovens, que engravidaram antes dos dezoito anos e que, agora na faixa etária de seus vinte e poucos anos, são mães.

Frequentemente a gravidez é um enunciado em torno dos quais outros enunciados se associam, criando um campo de associação de enunciados, formações discursivas, que se repetem: a falta de reflexão crítica e ausência de planejamento acerca da gravidez, “simplesmente, aconteceu”; a impossibilidade de interrupção da gravidez, seja por crenças religiosas, seja porque “o aborto é crime”; as negociações, com o homem com quem se manteve relações sexuais, em torno da gravidez que se processa no corpo dela; a submissão dessas jovens mulheres a outro nível da hierarquia de gênero: aquela que enuncia como incompatível as posições sociais de mãe e de mulher lésbica.

Quando indagadas acerca de como concebiam essa situação de que atualmente não praticam sexo com homens, mas que o faziam na adolescência – considerando que engravidaram antes dos dezoito anos –, elas relataram como os relacionamentos heterossexuais na adolescência, mesmo sem existir prazer nas práticas sexuais e, mesmo quando, algumas vezes, a transa acontecia à revelia de sua vontade, servia como uma espécie de redenção para o “mal da homossexualidade”. A negação do desejo por pessoas do mesmo sexo enuncia-se como única saída possível naqueles contextos de adolescência em que tal desejo é cotidiana e repetidamente enunciado como abjeção.

Tal constatação explicita uma estratégia complicada que é espontaneamente assimilada a partir de um complexo processo de significados negativos atribuídos às homossexualidades, que passam, então, a serem incorporados, atribuindo sentidos (negativos) às experiências e aos desejos desviantes da norma heterossexual. Sentido este que acaba, por sua vez, legitimando tal processo de negação. Esta intrincada rede de processos cognitivos e afetivos produz quadros de tristeza, angústia e depressão, bem como cria as condições de vulnerabilidade destas jovens em relação à evolução de quadros psicossomáticos, problemas relacionados ao uso abusivo de drogas, principalmente do álcool, e em relação às práticas

sexuais (hetero)normativas de risco, na tentativa de “corrigir” ou “calar” o desejo não heterossexual. Segundo pesquisa de Carrara e Ramos (2005), as mulheres homossexuais não são menos vítimas da homofobia que os homens, mas as modalidades de vitimização têm menor visibilidade, por ocorrerem predominantemente na esfera privada.

Estes aspectos psicossociais, por sua vez, desencadeiam outros contextos de vulnerabilidade social como a exposição a doenças psicossomáticas e a propensão ao suicídio. Também aparece como elemento a ser considerado o comportamento das jovens diante de práticas sexuais não seguras, vulnerabilidade ao HIV, às DST e à gravidez indesejada. Além do que há a incorporação espontânea de significados negativos socialmente atribuídos às homossexualidades, que é condição básica para a “internalização” da homofobia e reprodução de relações de violência contra LGBT por parte das próprias jovens LGBT. Como afirma Sarah Schulman, a homofobia vivenciada pode ser o modelo através do qual pessoas LGBT tratam-se umas às outras.

No que se refere ao plano psicológico, o preconceito disseminado socialmente parece produzir agravos à saúde física e mental das mulheres lésbicas, na medida em que tanto a manutenção da estratégia de ocultação social de suas práticas e desejos quanto o constante enfrentamento social pela estratégia de “sair do armário” poderiam se ver associados não apenas aos impactos na saúde das mulheres, mas também à reprodução da violência entre pares. O encobrimento de desejos e práticas privaria essas mulheres de suportes sociais importantes, como os da família ou da esfera jurídica. Situações em que outras mulheres, heterossexuais, contariam com uma rede de proteção social, sendo frequentemente projetadas a um papel de vítima, são descritas como tendo um efeito contrário quando se trata de mulheres lésbicas.

É importante destacar que, no âmbito da violência contra as mulheres – sobretudo, quando deslocamos o debate do fórum da segurança para o âmbito da saúde pública –, a racionalidade que atravessa as situações de violência está vinculada a um problema bastante conhecido na sociedade brasileira: o sexismo, ou mais especificamente, o machismo. Neste sentido, concordo com Ana Aguado quando afirma que nossa análise acadêmica e histórica deve partir dos pressupostos teóricos feministas,

problematizando a violência contra as mulheres como produto do sistema socialmente construído, de dominação hierárquica público-privada dos homens sobre as mulheres, portanto, abdicar de sua definição tradicional como problema privado.

Essa dinâmica da vida pública-privada se processa cotidianamente em nossas vidas, sem que percebamos. Em uma pesquisa desenvolvida em Portugal (QUINTAS, 2008), constatou-se que 75,0% dos participantes LGBT da amostra, usuários de serviços públicos de saúde daquele país, referem que os profissionais de saúde presumem, sempre, que a pessoa usuária do serviço é heterossexual; enquanto que bem menos, 58,0% dos profissionais de enfermagem atuantes na rede pública de saúde da amostra da pesquisa referem que a maior parte das vezes parte do pressuposto de que a pessoa a quem vão prestar cuidados tem uma orientação heterossexual. De modo geral, as pessoas heterossexuais não percebem seu grau de pressuposição da heterossexualidade como norma.

Estudos em contextos socioculturais internacionais (LANCASTER, 1999; ALLEN et al., 1998) têm mostrado que os desejos e práticas homossexuais, assim como a homofobia, não são fenômenos que se processam apenas em idades adultas. Frequentemente, a iniciação da vida sexual se processa no período da adolescência ou no início da juventude e se configura como um contexto de experiências importantes para o processo de constituição do sujeito, não apenas no âmbito da sexualidade, mas também no que se refere a outras dimensões importantes da vida, como a busca de autonomia, o senso de responsabilidade e a gradativa independência afetiva e financeira da família de origem. Entretanto, considerando as diversas nuances que a homofobia possui e que atravessam a sociedade, sobretudo, nos níveis institucionais, a vivência da sexualidade, por adolescentes e jovens, fora dos parâmetros da norma heterossexual e a revelação da orientação sexual frente aos familiares passam a ser, para muitas delas, o estopim de uma série de violências legitimadas pelo preconceito. Situações de violência perpetradas, sobretudo, por membros da família ou agregados.

De ponto de vista legal, Roger Raupp Rios (2007) já destacou o quanto são pouco expressivas as análises acerca do descompasso entre o marco legal sobre o direito de crianças e adolescentes e a atuação

de diferentes atores sociais responsáveis por zelar pelo bem estar e desenvolvimento destas no que se refere à vivência das homossexualidades.

No âmbito das experiências das sexualidades das jovens participantes das nossas pesquisas e intervenções, as relações afetivas e sexuais que essas jovens estabeleceram, seja com outras mulheres, seja com homens, apareceram também como possibilidade de experimentação da sua própria sexualidade. Vale destacar que trabalho aqui com a perspectiva conceitual de experiência problematizada pela historiadora Joan Scott, recusando a separação entre experiência e linguagem, insisto na qualidade produtiva do discurso. Nas palavras da autora:

A experiência, de acordo com essa definição, torna-se, não a origem de nossa explicação, não a evidência autorizada (porque vista ou sentida) que fundamenta o conhecimento, mas sim aquilo que buscamos explicar, aquilo sobre o qual se produz conhecimento. Pensar a experiência dessa forma é historicizá-la, assim como as identidades que ela produz [...] historicização que implica uma análise crítica de todas as categorias explicativas que normalmente não são questionadas, incluindo a categoria “experiência”. (SCOTT, 1999, p. 28).

Assim, por meio de trabalhos de pesquisa-intervenção de enfoque feminista em psicologia social comunitária, junto a jovens mulheres lésbicas em contextos de vulnerabilidade, de camadas populares do município de Juiz de Fora, Minas Gerais, realizamos imersões aos espaços de sociabilidade das jovens e identificamos um elemento de agregação dentre elas: a prática do futebol. Jovens que compartilhavam semelhantes experiências de violência no contexto familiar compartilham também o gosto por este esporte, algumas até jogam futebol com frequência, reunindo-se com as amigas, aos finais de semana, em quadras da cidade. O futebol foi um tema identificado pelo grupo como elemento de comum interesse entre grande parte das jovens, sendo uma importante ferramenta na criação e manutenção de redes de apoio e um importante espaço de sociabilidade juvenil.

Os trabalhos de pesquisa-intervenção-pesquisa junto a essas jovens deram-se, principalmente, através de jogos amistosos de futebol, organizados

por minha equipe de pesquisa, em parceria com algumas jovens residentes de bairros periféricos de Juiz de Fora, Minas Gerais; garotas que já tinham contato com outras jovens jogadoras amadoras, todas residentes nas periferias da cidade. O trabalho de campo também contemplou atividades culturais organizadas por nossa equipe, como exibição e discussão de filmes voltados para o público de jovens lésbicas. Tanto os amistosos de futebol quanto as atividades culturais estavam articulados ao que denominamos “rodas de conversa” sobre assuntos ligados à sexualidade, saúde sexual, direitos, família, uso abusivo de álcool e outras drogas etc. Também se desenvolveu, concomitantemente aos trabalhos de intervenção, a distribuição de materiais informativos com temas voltados à saúde das mulheres, cuidados com o corpo, namoro, direitos sexuais, dicas de filmes e contatos com órgãos de proteção à mulher e de segurança e saúde pública.

Consideramos que a constituição subjetiva se dá no âmbito das práticas discursivas, nas quais se processam as experiências dos sujeitos; mas não se trata de conceber a experiência como comportamentos individualizados que se manifestam de modo a-histórico ou natural; a experiência é aqui entendida como acontecimento linguístico, na perspectiva apresentada pela historiadora feminista Joan Scott:

Sujeitos são constituídos discursivamente e experiência é um acontecimento linguístico (não acontece fora de significados estabelecidos), mas nenhum deles está confinado a uma ordem fixa de significados. Uma vez que o discurso é por definição compartilhado, a experiência é coletiva, bem como individual. Experiência tanto pode confirmar o que já é conhecido (vemos o que aprendemos a ver), quanto perturbar o que parecia óbvio (quando sentidos diferentes estão em conflito, nós reajustamos nossa visão para tomar consciência do conflito ou resolvê-lo – isto é, o que significa “aprender com a experiência”, muito embora nem todos aprendam a mesma lição, ou aprendam da mesma forma, ou ao mesmo tempo). Experiência é a história de um sujeito. A linguagem é o campo no qual a história se constitui. A explicação histórica não pode, portanto, separar as duas. (SCOTT, 1998, p. 320).

Assim, a análise dos dados produzidos nestes contextos de pesquisa-intervenção grupal participativa e das entrevistas individuais com as

jovens – por meio da problematização teórica desses processos grupais e das narrativas orais das histórias de vida – permite constatar que o conflito com a família de origem, devido à identificação com uma orientação sexual desviante à norma heterossexual, é algo que se repete nas histórias de muitas jovens, sendo o sexismo e a homofobia as principais discriminações. Neste sentido, concebemos as metodologias interventivas como estratégias fundamentais para a compreensão das problemáticas que envolvem segmentos populacionais em contextos de vulnerabilidade, na medida em que, ao produzirem conhecimento acerca delas, agrega pessoas em torno de identificações positivas de experiências compartilhadas, não somente as experiências de violência familiar – que emergem das narrativas, mas, sobretudo, as experiências de sociabilidade em torno do futebol, como esporte, *hobby*, diversão ou prática prazerosa com o corpo.

Assim, transcrições de entrevistas, de filmagens dos amistosos de futebol e das rodas de conversa, bem como, anotações de diários de campo (observação participante) compuseram o *corpus* da pesquisa. O trabalho de análise teve três momentos distintos, porém complementares. Primeiramente, trabalhamos com uma composição de dados de modo que cada roda de conversa foi analisada enquanto caso. Esse momento da análise permitiu a descrição de enunciados e a análise de formações discursivas na composição de cada processo coletivo. A seguir, configurando-se como desdobramento dessa primeira etapa de análise discursiva, foram constatados pontos de aproximação e de distanciamento entre as diferentes dinâmicas grupais realizadas antecipadamente a cada amistoso de futebol. Por meio de categorização temática produzida no processo de análise, se produziu um roteiro analítico de enunciados de cada narrativa grupal e delas dentre as demais. Na terceira etapa, compôs-se um quadro de análise em que foram organizadas tanto as enunciações que se sustentaram e repetiram ao longo das narrativas quanto as excluídas da ordem dos discursos que as atravessam, permitindo-nos identificar quais discursos são preponderantes nas narrativas e quais são silenciados.

O processo grupal que nossas pesquisas-intervenções perpetram tem também outro aspecto a ser considerado: forja modalidades de enfrentamento e mudança dos contextos de vulnerabilidade das jovens lésbicas, apostando nas intervenções grupais, nas metodologias

participativas, nos saberes localizados (HARAWAY, 1995) e no olhar crítico às narrativas orais (BOSI, 1994). Aposta-se, sobretudo, que jovens mulheres lésbicas, ao ocuparem-se criticamente de si mesmas, de seus corpos, de seus desejos, na arte de suas existências – por meio de exercícios de cuidado de si que lhes permitam problematizar suas condições de vulnerabilidade enquanto mulheres, lésbicas, jovens, de periferias urbanas – terão melhores condições de também ocuparem mais criticamente a cena público-privada em que as situações de violência se processam. Ao narrar suas histórias ao grupo, a jovem narradora incita as ouvintes a ouvir mais e a compartilhar também sua própria narrativa, pois, como afirma Agnes Heller, “todos repetem e induzem os outros a repetir as histórias importantes para as suas vidas, não importando se aconteceram com ‘outros’ ou conosco” (HELLER, 1993, p. 72).

Neste sentido, um pressuposto importante de nosso trabalho é de que pesquisas e intervenções que partam de perspectivas feministas e do pressuposto da interseccionalidade (não apenas em relação ao marcador de gênero, de orientação sexual ou de geração; mas também quanto à raça, classe social e território) devem continuamente problematizar em que medida seu trabalho científico contribui para a transformação de contextos de violência e opressão estudados. No que concerne aos estudos acerca das violências sexuais e das opressões de gênero, partiu-se da proposição teórica foucaultiana de que:

a sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 2005, p. 100).

Vale lembrar que um dispositivo é:

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em

suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos. (FOUCAULT, 2005, p. 244).

É neste sentido de problematização das sexualidades enquanto dispositivo que os aportes teórico-metodológicos que orientam nossos trabalhos privilegiam a experiência dos sujeitos, tendo como recorte empírico suas trajetórias em diferentes tempos e espaços, nas quais as jovens participantes se defrontam com algo vivenciado e sobre o qual se fala. Assim, ao se trabalhar sobre experiências narradas, é imprescindível levar em conta também a temporalidade constitutiva das próprias narrativas.

Expor, contar, referir, dizer, registrar, pôr em memória (e, portanto, lidar com a temporal idade) são elementos semânticos constitutivos do termo narrar. Os sujeitos sobre os quais se debruça uma pesquisa narram ao pesquisador eventos, trajetórias, valores, ações, atores e enredos, e é isso também que o pesquisador relata aos seus leitores. Ora, se a faculdade de intercambiar experiências se atualiza no ato de narrar, e se a fonte a que recorrem todos os narradores é a transmissão da experiência de pessoa a pessoa, oralmente ou pela escrita, poderíamos traçar um nexo entre experiência, narrativa e memória. (KOFES; PISCITELLI, 1997, p. 346).

Assim, podemos dizer que nossa pesquisa-intervenção-pesquisa insere-se num campo de proposições científicas teórica e metodologicamente orientadas pelos estudos *queer*. Sendo que compartilhamos da perspectiva de que

o foco *queer* na heteronormatividade não equivale a uma defesa de sujeitos não heterossexuais, pois ele é, antes de mais nada, definidor do empreendimento desconstrutivista dessa corrente teórica com relação à ordem social e os pressupostos que embasam toda uma visão de mundo, práticas e até mesmo uma epistemologia. (MISKOLCI, 2009, p. 157).

Então, caminhando para o fechamento deste texto, problematizo um enunciado que se repete nas narrativas das jovens lésbicas participantes

da pesquisa. Enunciado descrito como analisador de experiências de si que se refere a algo trabalhado teoricamente de modo bastante pertinente no texto de Eve Kosofsky Sedgwick: o paradoxo do armário. A tentativa de preservar-se da homofobia está sempre fadada ao fracasso, pois que o armário compõe a estrutura definidora da opressão gay no século XX, fazendo funcionar um regime de verdade que é claramente heterossexista; enquanto lógica de manter em segredo e na esfera privada as relações que não atendem às expectativas coletivas ou tidas como impensáveis no âmbito público. Nas palavras da autora:

No processo da autorrevelação gay [...] no contexto do século XX, questões de autoridade e de evidência podem ser as primeiras a surgir. “Como você sabe que é realmente gay? Por que a pressa de chegar a conclusões? Afinal, o que você diz se baseia apenas em poucos sentimentos e não em ações reais (ou, alternativamente, em algumas ações e não necessariamente em seus verdadeiros sentimentos); que tal falar com um terapeuta e descobrir?”. Tais respostas [...] revelam quão problemático no presente é o conceito mesmo de identidade gay, e também quão intensa é a resistência a ela e o quanto a autoridade sobre sua definição se distanciou da própria pessoa gay – ele ou ela. (SEDGWICK, 2007, p. 37).

As experiências do armário, no entanto, remetem à constituição da subjetividade. Vale destacar que subjetividade é concebida em nossos trabalhos como processo e como modo de vida que envolvem práticas e técnicas de si, reunidas sob o signo da estética da existência. Estetização de si mesmo que não se restringe apenas à produção corporal, mas que envolve um conjunto de exercícios, condutas e práticas sobre si mesmo. Práticas voltadas à estetização da própria existência, das formas de subjetividade, dos modos de ser de cada pessoa. Neste sentido, não se pode ignorar a contingência do sujeito e da linguagem tomando como perenes e fixas as identidades instituídas de sexo, gênero, raça, etc.

Neste sentido, embora a família seja tradicionalmente enunciada como um espaço que agrega indivíduos, ela exige que a postura de seus membros seja compatível com uma norma hegemônica, principalmente no que diz respeito à formação de homens e de mulheres (GÓIS; SOLIVA, 2007). Sendo que, se seus membros são considerados como desviante a

tais regras, a família passa a dispor de mecanismos violentos, sejam estes físicos ou psicológicos, na tentativa de reprimê-los, enquadrá-los à norma, “corrigindo” suas condutas. Em diferentes situações narradas pelas participantes da pesquisa, a revelação de sua orientação sexual impactou negativamente em suas relações familiares, sendo, então, ponto de partida para uma série de conflitos que culminaram em diferentes situações de violência. Como já problematizaram Prado e Machado (2008, p. 73):

no caso da homossexualidade, foram criadas não somente características inferiores frente a uma posição não heterossexual, mas também mecanismos institucionais de afirmação de uma cidadania de segunda categoria, seja pelo silenciamento ou pela violência institucional, corroboradas na supremacia da heteronormatividade nas práticas sociais.

A pesquisa constatou que as famílias são espaços de conservação de valores morais em torno da diversidade sexual, valores que legitimam e justificam situações de violência.

Assim, quando há o *coming out*, a “saída do armário”, ou seja, a revelação da orientação sexual considerada desviante, de uma jovem dentro do seu próprio seio familiar, percebe-se que a família não atua como protetora e promotora de saúde e dignidade de tais mulheres, ao contrário, age institucionalmente como dispositivo de reiteração da heteronorma através de formas de violência pautadas na inferiorização, desqualificação e abjeção das experiências não heterossexuais. O espaço familiar que, no entanto, deveria ser acolhedor, inserindo as jovens mulheres na dinâmica da sociedade, ofertando-lhes segurança, torna-se um ambiente hostil que busca reenquadrar as jovens, através de mecanismos violentos, a parâmetros binários, moralizadores e naturalizados de sexualidade.

A questão da visibilidade mostra-se, então, como um divisor de águas na vida das jovens, que passam a ser tratadas de modo distinto em sua família e têm suas histórias de vida marcadas por episódios violentos, sujeitas ao desprezo e à subordinação por parte de seus familiares. Os processos de violência fazem menção a coisas como “mundo familiar (heterossexual)” e “mundo extrafamiliar (não heterossexual)” como se fossem, ambos, realidades essenciais e independentes, e como se a

hierarquia valorativa heteronormativa que articula essa disjuntiva não fosse, na realidade, a mesma que, afinal, subordina tanto “heterossexuais” quanto “não heterossexuais”.

À guisa de conclusão, o texto procurou elucidar possibilidades geradas a partir das ações coletivas promovidas no âmbito de uma pesquisa-intervenção, na compreensão das estratégias de experimentação da sexualidade na sua interface com os direitos à cidadania de um grupo de jovens lésbicas da cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais. Sabe-se que, no âmbito dos trabalhos em saúde sexual, as “modalidades de intervenção centradas na identidade podem ser capturadas pela perspectiva moralizante e estigmatizante dos grupos de risco” (POCAHY; NARDI, 2007, p. 46), mas esta preocupação deve estar sempre presente nos trabalhos de pesquisa científica: resistir às capturas morais, concebendo as pessoas com as quais se trabalha como “corpos falantes” (PRECIADO, 2011), dotados de capacidade de agir sobre si mesmos e sobre outras pessoas.

O processo de trabalho com a pesquisa-intervenção aprofundou a ruptura desta modalidade metodológica com os enfoques tradicionais de pesquisa, ampliando as bases teórico-metodológicas das pesquisas qualitativas desenvolvidas por nosso núcleo de pesquisas². O qualitativo refere-se, aqui, à possibilidade de recuperar as histórias das pessoas, acompanhar o cotidiano de suas práticas sociais, criando um espaço de problematização para os sentidos atribuídos às histórias e experiências vividas no passado e compartilhadas coletivamente, no presente. Apostamos nesta perspectiva, enquanto proposta de atuação transformadora da realidade sociopolítica das pessoas em seus contextos cotidianos, posto que proponha intervenções de ordem micropolítica na experiência social. Neste sentido, o relato aqui descrito explicita um trabalho de pesquisa-intervenção que se propõe desarticulador das práticas e dos discursos instituídos acerca da sexualidade lésbica, inclusive alguns produzidos como científicos. Neste sentido, talvez seja pertinente seguir algumas pistas da análise institucional, substituindo a tradicional fórmula bem conhecida na psicologia social, de “conhecer para transformar” e lançando-se na perspectiva de “transformar para conhecer” (COIMBRA, 1995).

2. Núcleo de Pesquisas e Práticas Sociais em Psicologia Social, Políticas Públicas e Saúde – PPS/UFJF.

Referências

- ALLEN, L. et al. Adolescent Health Care Experience of Gay, Lesbian, and Bisexual Young Adults. *Journal of Adolescent Health*, n.23, v.4, 1998, p.212-220.
- BOSI, E. Memória e sociedade. Lembrança de velhos. 1994.
- CAMPILONGO, M. As. A noção de sujeito em Michel Foucault. *Educação, Subjetividade e Poder*, Porto Alegre/PPGPSI/UFRGS, v. 7, 1999.
- CARRARA, S.; RAMOS, S. Política, Direito, Violência e homossexualidade. Pesquisa 9ª Parada do Orgulho GLBT- Rio. 2004. Rio de Janeiro, CEPECS, 2005.
- COIMBRA, C. M. B. Os Caminhos de Lapassade e da Análise Institucional: uma Empresa Possível. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, vol 7, nº 1, 1995, p. 52-80.
- FOUCAULT, M. História da Sexualidade I: a vontade de saber. São Paulo: Graal, 2005.
- GÓIS, J. B. H.; SOLIVA, T. Jovens homossexuais: experiências de violência e solidariedade. In: VI Conference International Association for the Study of Sexuality, Culture and Society, 2007, Lima. Culture, Health and Sexuality. IASSCS Conference 2007. Dis/organized pleasures. Abstract book. London: Routledge, 2007. v. 9. p. 66-66.
- HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminino e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu* (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/ Unicamp, 1995.
- HELLER, A. Uma teoria da história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- KOFES, S.; PISCITELLI, A. Memórias de histórias femininas: memórias e experiências. *Cadernos Pagu* n.8. v.9, 1997, p. 343-354.
- LANCASTER, R. "That we should all turn queer?": homosexual stigma in the making of manhood and the breaking of a revolution in Nicaragua. In: PARKER, R.; AGGLETON, P. (Org.). *Culture, society and sexuality: a reader*. London: UCL, 1999, p. 97-115.
- MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, ano 11, nº 21, 2009, p. 150-182.
- POCAHY, F. A.; NARDI, H.C. Saindo do armário e entrando em cena: juventudes, sexualidades e vulnerabilidade social. *Revista Estudos Feministas*, 2007, vol.15, n.1, p. 45-66 .

PRECIADO, B. Manifesto contrasexual. Barcelona: Anagrama, 2011.

QUINTAS, P. M. P. Heteronormatividade no Contexto dos Cuidados de Saúde - Atitudes dos Profissionais de Enfermagem em Razão da Orientação Sexual do Utente. Universidade do Porto, 2008.

RIOS, R. R. O conceito de homofobia na perspectiva dos direitos humanos e no contexto dos estudos sobre preconceito e discriminação. In: Pocahy, F. (Org.). Rompendo o silêncio: homofobia e heterossexismo na sociedade contemporânea. Políticas, teoria e atuação. Porto Alegre: Nuances, 2007.

SCOTT, J. W. Experiência. In: SILVA, A. L.; LAGO, M. C. S.; RAMOS, T. R. O. Falas de Gênero. Florianópolis: Editora Mulheres, 1999, p. 21-55.

SCOTT, J. W. A Invisibilidade da Experiência. Projeto História, 16, 1998, p. 303-304.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. Cadernos Pagu, v.28, 2007, p. 19-54.

Sexualidade de mulheres jovens urbanas e rurais: algumas notas sobre autonomia e processos de invisibilização nos serviços de saúde e na família

Marion Teodósio de Quadros

Introdução

Os vínculos entre gênero e sexualidade suscitam a discussão de termos, como responsabilidade e precocidade, que vem sendo palco de grandes debates nas ciências humanas e na saúde pública, quando estamos abordando a juventude.

O termo juventude vem sendo discutido na literatura de saúde sexual e reprodutiva a partir de sua diferenciação do termo adolescência, tanto em termos de faixa etária quanto de significados. A juventude expressa um sentido mais geracional e coletivo, com significados mais positivados, tais como independência, criatividade e responsabilidade, correspondendo à faixa etária que vai dos 15 aos 24 anos. Já o termo adolescência tem um sentido mais etário e remete ao indivíduo, com significados negativados que podem estar relacionados à dependência, irresponsabilidade e impulsividade, correspondendo à faixa etária dos 10 aos 19 anos (VILLELA; DORETO, 2006). A escolha do termo juventude, portanto, já desenha uma posição analítica que credita a esta população uma autonomia no desenho de suas ações e comportamentos.

Relacionar juventude, gênero e sexualidade implica uma gama de questões relacionadas aos vínculos entre gênero e sexualidade. Muitos estudos têm apontado para a grande afinidade entre gênero e sexualidade

no Brasil (BRANDÃO; HEILBORN, 2006; HEILBORN et al., 2006; PARKER, 2001). Pesquisas realizadas com jovens (BRANDÃO; HEILBORN, 2006; HEILBORN et al., 2006; QUADROS, 2007) apontam que o exercício da sexualidade e a construção de uma identidade de gênero ocorrem simultaneamente.

A década de 1990 foi palco para uma profusão de estudos sobre sexualidade a partir de uma perspectiva construtivista (SIMON; GAGNON, 1999; PARKER, 1991; RUBIN, 1993; VANCE, 1995), impulsionados, sobretudo, pela problemática da infecção por HIV/Aids e pelos estudos sobre masculinidades. Entretanto, estes estudos acabaram configurando como resultado um viés de gênero, uma das características que mais criticavam em estudos anteriores, uma vez que os estudos sobre reprodução continuaram a manter as mulheres como foco principal, enquanto os estudos de sexualidade se concentravam mais nos homens.

A sexualidade de mulheres jovens não aparece como um tema principal de análise destas pesquisas. Esta ausência parece sinalizar que a sexualidade das jovens continua sendo palco de constrangimentos e silenciamentos, um assunto para o qual a invisibilidade é persistente. Por isso, decidimos abordar, nesta mesa, este assunto tão silenciado, trazendo elementos que mostram como tal silenciamento em relação à vida sexual de mulheres jovens se constitui numa construção que envolve o circuito integrado (HARAWAY, 2009) de interações nas quais elas vivem cotidianamente. Isso, para visibilizar alguns dos mecanismos de construção da sexualidade das mulheres jovens como um lugar vazio e silenciado, no qual diversos componentes deste circuito – família, escolar, igreja, comunidade – se retroalimentam, formando uma rede de controle sobre a sexualidade das mulheres jovens que mina suas possibilidades de autonomia ante a estrutura existente.

Focalizar a sexualidade pode contribuir para aprofundar a compreensão de um tema que sempre surge como assunto, quando mencionamos as mulheres jovens heterossexuais, a gravidez na adolescência. Mesmo com todo o esforço para mostrar que a gravidez nesta fase da vida tem significados diferenciados para contextos também diferenciados, não podendo ser considerada como um problema *a priori* (ALMEIDA, 2002; HEILBORN et al., 2006; RIOS et al., 2002; BUTTO;

SILVA, 1998), ainda há muitas nuances a explorar para contribuir com a desconstrução deste (pre)conceito. A gravidez na adolescência continua sendo considerada uma construção na qual a mulher jovem é culpabilizada quando engravidada. Na verdade, ainda não deixou de ser necessário evidenciar que uma possível gravidez na adolescência é uma construção não apenas pessoal, da jovem, mas uma construção coletiva que se respalda em silenciamentos e preceitos morais. Mas, para explorar tais questões, vamos nos concentrar na sexualidade, e não na reprodução, como vem sendo feito por alguns pesquisadores. Estaremos, portanto, evidenciando mecanismos de controle e possibilidades de autonomia na vida cotidiana de mulheres jovens, a partir da vivência da sexualidade, que contribuem para descortinar questões relacionadas a gênero e reprodução.

Para evidenciar vínculos importantes entre juventude, gênero e sexualidade, lanço mão dos resultados da pesquisa que coordenei juntamente com Karla Galvão Adrião, intitulada *Mulheres Jovens e Dupla proteção em diferentes circuitos de socialidade: um estudo comparativo entre Recife e Caruaru-PE*¹. O objetivo da pesquisa foi compreender como mulheres jovens constroem suas trajetórias sexuais e reprodutivas, e como lidam de maneiras específicas com a contracepção e a prevenção a Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST)/Síndrome de Imunodeficiência Adquirida (Aids). Os resultados da pesquisa mostraram que as jovens têm muitas dificuldades em tratar da sexualidade e de possíveis escolhas reprodutivas quanto ao uso de métodos preventivos e contraceptivos quando iniciam suas trajetórias afetivo-sexuais. Isto nos levou a refletir acerca das características da rede de apoio das mesmas, através da noção de circuitos integrados de Donna Haraway (2009) e de como, de uma forma geral, há a crença de que estas jovens não possuem vida sexual até engravidarem. A partir destas reflexões, o objetivo deste trabalho é analisar como as mulheres jovens descrevem e avaliam suas relações com sua rede de apoio comunitário, especialmente a família e os serviços de saúde, no âmbito dos significados e práticas associados à sexualidade, prevenção e contracepção.

1. Com financiamento do CNPq e da FACEPE, entre os anos de 2008 a 2010. Sediada nos núcleos de pesquisa GEIN (Grupo de Pesquisa em Gênero, Educação e Inclusão) do Centro Acadêmico do Agreste, FAGES (Pós-Graduação em Antropologia) e Lab-Eshu (Pós-Graduação em Psicologia), ambos do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Todos estes grupos são da Universidade Federal de Pernambuco.

Para fazer esta incursão, lançamos mão de análises já empreendidas em dois artigos anteriores, um deles publicado numa coletânea sobre gênero, saúde e práticas profissionais (QUADROS; ADRIÃO; XAVIER, 2011) e outro, ainda no prelo, intitulado *Mulheres jovens, sexualidade e redes de convivência em uma comunidade rural de Caruaru/PE: circuitos (des)integrados?*²

A noção de **autonomia** adquiriu **dois** sentidos em nossa análise. O primeiro está ligado ao conceito de sujeito sexual, no qual o exercício da autonomia não se baseia num desejo primordial, essencial, que parece brotar do sujeito com uma autenticidade e uma verdade que apagam qualquer tipo de coautoria dos recursos econômicos, políticos, sociais e culturais disponíveis, ou até do parceiro ou parceira envolvidos, inspirada no individualismo. Por isso, a pesquisa baseou-se em duas pequenas etnografias, desenvolvidas de outubro de 2009 a outubro de 2010, nas quais se deu relevo à entrevista em profundidade orientada para a contextualização de cenas e cenários sexuais e reprodutivos (PAIVA, 1999; SIMON; GANGNON, 1999). Foram contatadas diversas jovens e realizadas cinco entrevistas em profundidade em uma comunidade da zona rural de Caruaru, cidade do Agreste de Pernambuco, que denominamos de Vila de Santo Expedito³, e seis jovens de uma comunidade urbana, situada na periferia de Recife, a qual denominamos de Alto do Paraíso. Assim, nos amparamos numa perspectiva construcionista do gênero e da sexualidade (SIMON; GAGNON, 1999; PARKER, 1991; RUBIN, 1993, 1998; VANCE, 1995), utilizando uma abordagem feminista pós-estruturalista (BUTLER, 2003; HARAWAY, 1995, 2009).

O segundo sentido de **autonomia** está ligado à afirmação da indissociabilidade entre o público e o privado e, portanto, do questionamento da **autonomia** dessas duas esferas das relações sociais. As relações de intimidade deveriam ser, se acreditássemos na autonomia e isolamento de cada um desses conceitos, algo produzido exclusivamente no âmbito do privado. Entretanto é sabido que as relações de intimidade que se constituem “entre quatro paredes”, como escolhas de práticas e carreiras afetivo-

2. Em coautoria com Karla Galvão Adrião, Ana Marta de Carvalho Teodósio e Maria Julia Carvalho de Melo.

3. O nome do local pesquisado e das entrevistadas são fictícios para preservar o seu anonimato.

sexuais, são atravessadas por lógicas de Governo e controles dos corpos (FOUCAULT, 1984). Nesse sentido, concordamos com Haraway (2009) que acredita no engendramento e na articulação das micro e macrorrelações, que apontam mais para focalizar a pluralidade e diversidade das relações e seus pontos de conectividade que perpassam dicotomias ou binarismos. Daí a importância da noção de circuito integrado para a nossa análise.

A noção de circuito integrado (HARAWAY, 1995) foi a base para discutirmos as redes de apoio. Haraway aponta para a existência de um circuito integrado no qual se inserem os cenários sob os quais se devem considerar as análises sobre as vidas das mulheres. Para ela, as identidades das mulheres se inserem numa rede ideológica evidenciada nas relações das mesmas com os circuitos dos quais fazem parte. Os circuitos são compostos por diversas relações que as jovens estabelecem com a família, a comunidade, o posto de saúde, a escola, a igreja, entre outros espaços que se façam importantes na sua rede de relações e, portanto, vão evidenciar elementos que fortalecem efeitos de desigualdades.

O princípio da autonomia, propagado pelos direitos sexuais e reprodutivos, portanto, foi tomado como um dos parâmetros da análise, por consideramos que a efetivação destes direitos se constitui num objetivo fundamental para o exercício da cidadania. Entretanto, a análise antropológica feminista das relações sociais não pode prescindir do questionamento dos vínculos entre o princípio de autonomia e os vários sentidos que o conceito de autonomia possui. Desse modo, ao privilegiarmos a agência das mulheres jovens em dois contextos específicos a partir das considerações teórico-metodológicas que destacamos acima, esperamos contribuir para aprofundar o debate acerca do acesso a tais direitos e das possibilidades de autonomia.

Os resultados da pesquisa mostraram que as jovens têm muitas dificuldades quando iniciam sua trajetória afetivo-sexual, especialmente relacionadas ao acompanhamento médico para escolha de método contraceptivo ou realização de exames. Colocar a rede de relacionamento da jovem com os diversos espaços de apoio como um elemento fundamental da análise, nos levou a refletir sobre a relação que os profissionais de saúde estabelecem com as mulheres jovens, no atendimento realizado pelo Programa de Saúde da Família nas comunidades estudadas. Além

dos serviços de saúde, a família, a escola e a igreja aparecem como outras fontes de invisibilização da sexualidade das jovens. Mas, devido ao espaço destinado a este trabalho, iremos frisar apenas o serviço de saúde e a família, para os quais os dados foram mais abundantes.

A pesquisa se concentrou nas jovens heterossexuais, devido ao fato de termos poucos estudos sobre sexualidade de mulheres jovens heterossexuais e porque o recorte previa uma constante relação entre sexualidade e reprodução. Entretanto, os resultados que encontramos também podem ajudar a compreender o controle social e os processos de invisibilização e silenciamento relacionados às jovens lésbicas, bissexuais e com outras orientações sexuais. Antes de passar para a análise do PSF e da família, vejamos algumas características dos lugares em que nos encontramos com estas jovens e suas características.

Algumas características das jovens, das comunidades e da construção da sexualidade

As mulheres jovens pesquisadas se diferenciam quanto à idade, cor, religião, estado civil, escolaridade e pertencimento social. A idade varia de 16 a 24 anos (ver Quadro 1), sendo que as entrevistadas da comunidade rural são mais jovens que as jovens da comunidade urbana. Isso auxilia a compreender que a maioria das jovens urbanas estava casada e a maior parte das jovens rurais estava solteira ou noiva no período do trabalho de campo⁴. Mesmo que muitos estudos sobre populações rurais evidenciem que as mulheres se casam mais jovens (CORDEIRO; QUADROS, 2010; BUTTO; SILVA, 1999; SILVA, 2006), as jovens entrevistadas parecem seguir o padrão mais urbano, o que parece coincidir com a proximidade que esta comunidade possui da zona urbana da cidade de Caruaru e o fato de que a agricultura não vem sendo uma atividade valorizada e praticada por essa geração de jovens.

4. Foram realizadas 22 entrevistas ao todo. Selecionamos estas 11 por terem mais detalhamento nos aspectos relacionados à família e serviços de saúde e por apresentarem trajetórias mais semelhantes. Foram feitas mais 6 entrevistas no Alto do Paraíso e 5 entrevistas numa comunidade urbana de Caruaru, que denominamos de Vila Rica.

A maior parte delas se identificava como negra parda ou morena (apenas Rebeca se identificou como branca), se reconhecia como dona de casa ou trabalhadora e tinha terminado o ensino fundamental ou médio. Das 5 entrevistadas casadas, 4 possuíam 1 filho ou filha, e uma delas tinha 3 crianças. As solteiras ou noivas não tinham filhos ou filhas, o que pode indicar que, ao engravidar, estas moças se casam ou já estão casadas. Esta parece ser uma tendência mais firmemente respeitada na comunidade rural, pelas observações que fizemos.

A Vila de Santo Expedito é uma comunidade rural, com muita terra e pouco povoamento, onde as ruas não têm asfalto. As 300 residências se distribuem em pequenos aglomerados de casas, onde residem aproximadamente 4 a 5 pessoas. Algumas casas possuem água encanada, energia elétrica, telefones públicos e internet. Há uma casa de apoio para uma equipe do Programa de Saúde da Família (PSF), igrejas católicas e evangélicas, bares, salões de beleza e uma escola pública com as séries iniciais do ensino fundamental. Isso faz com que as jovens que queiram continuar os estudos tenham que se deslocar para bairros vizinhos ou para o centro da cidade de Caruaru, que fica próximo da comunidade. Esta proximidade com a cidade de Caruaru e os eventos escolares são motivos para a programação de saídas para festas, principalmente as de São João, que são cenários para “ficadas”⁵ e pedidos de namoro.

5. Categoria *êmica* que significa um envolvimento afetivo e/ou sexual sem que haja um compromisso efetivo de manter o relacionamento.

Quadro 1: Principais características das entrevistadas

Nome e idade da entrevistada	Raça / cor*	Escolaridade	Ocupação atual	Já teve relação sexual?	Tipo de parceria	Nº de filhos	Uso de método na 1ª rel. sexual	Uso de método atual	Nº de residentes****
Alto do Paraíso (Comunidade urbana de Recife)									
Luana - 17	Parda	E. M.	Estudante e trabalha em um salão	Sim	Soiteira	00	Pílula	Pílula	04
Vanessa - 22	Negra	Até o Fundamental	Dona de Casa	Sim	Casada	03	Não	Não	06
Talita - 24	Negra	Até o Fundamental	Dona de Casa	Sim	Casada	01	Não	Injeção	02
Camila - 19	Parda	Concluiu E.M.	Dona de Casa	Sim	Casada	01	Camisinha	DIU	03
Taiza - 18	Negra	Fundamental	Estudante	Sim	Solteira	00	Não	Condom	04
Helena - 24	Parda	Concluiu E.M.	Dona de Casa	Sim	Casada	01	Não	Pílula	03
Vila Santo Expedito (Comunidade rural de Caruaru)									
Talita - 18	Parda	E.M.	Estudante	Não	Namora	00	NSA	NSA	08
Rebeca - 16	Branca	Até o 1º ano do E.M.	Dona de Casa	Sim	Casada	01	Não	Alterna vários	04
Carolina-18	Parda	Concluiu E.M	Feirante da sulanca	Não	Noiva	00	NSA	NSA	04
Isabel - 21	Parda	Até o Fundamental	Pinta artesano	Sim - 4 ou 5 vezes	Solteira	00	Camisinha	NSA	03
Ana - 17	Morena	E.M.	Costureira e Estudante	Não	Noiva	00	NSA	NSA	04

*Definição das entrevistadas. Em dois casos, a definição foi feita pela entrevistadora.

** E.M. refere-se ao Ensino Médio, última fase escolar. *** NSA = Não se aplica.

As jovens desta comunidade se ocupam com o trabalho com o artesanato e a confecção de roupas. Elas nos falaram da falta de áreas de lazer na região. As próprias casas onde residem são pontos de encontros das amigas e amigos. Mencionaram, ainda, que as ruas ficam desertas durante a noite, propiciando certa privacidade para o namoro. Observamos que essa propensão a uma maior privacidade parece ser fonte de preocupação maior dos pais, irmãos e irmãs com a vigilância do namoro das moças.

Alto do Paraíso é uma comunidade de periferia urbana, com muitas casas de moradia aglomeradas em ruas estreitas e enlameadas. Há duas igrejas evangélicas e alguns locais de venda de doces e salgadinhos – localizados em frente às residências. O centro comercial de referência para a comunidade localiza-se numa parte mais baixa, que pode ser chamada de centro comercial do bairro. A Unidade de Saúde da Família que é referência para a comunidade pesquisada fica em uma comunidade vizinha.

As jovens desta comunidade urbana também se preocupam com a falta de espaço para lazer, que dificulta a interação entre jovens. Também mencionaram que os poucos espaços de lazer existentes são ocupados pelos homens, como a praça junto ao ponto de ônibus. O controle sobre a vida das jovens aqui parece fortemente ligado à rede de fofocas que se estabelece entre homens e mulheres. Há escola para as primeiras séries do ensino fundamental na comunidade, mas, para cursar o ensino médio, as jovens têm que se deslocar para uma escola fora da comunidade, no mesmo bairro. A escola e a vida noturna no bairro são os cenários para as paqueras, as “ficadas” e os pedidos de namoro.

O que chamou a atenção da equipe da pesquisa foi o fato de essas jovens só terem tido acesso ao atendimento relacionado à saúde sexual e reprodutiva realizado no Programa de Saúde da Família após a primeira gestação. Todas as jovens, com exceção de Luana, não foram ao serviço de saúde antes de iniciar sua vida sexual, para procurar informações sobre métodos contraceptivos disponíveis ou realizar exame ginecológico.

A vergonha e o medo foram sentimentos constantemente citados para justificar por que as jovens não procuraram os serviços de saúde. Estes sentimentos podem estar relacionados tanto à decisão de iniciar a vida sexual quanto à de declarar que têm vida sexual ativa. A literatura

antropológica tem apontado que tais sentimentos parecem muito ligados à falta de diálogo na família (QUADROS, 2007; ALMEIDA et al., 2003; ROHDEN; EQUIPE GRAVAD, 2005; CASTRO et al., 2006) e uma rede ou mecanismos de controle comunitário sobre seus corpos (QUADROS, 2004 e 2007; QUADROS; MENESES, 2009).

Vejam, então, algumas das outras questões atinentes à sexualidade das jovens que conseguimos apreender a partir das suas falas em relação ao PSF e à família. Nossa análise se guiou mais pelas semelhanças encontradas nessas comunidades, que são apontadas na literatura antropológica como diferenciadas, em termos de estilos de vida e valores. Algumas dessas diferenças serão pontuadas apenas à medida em que se façam relevantes para o que está sendo elucidado.

Serviços de saúde e sexualidade das jovens

A interação das jovens com os serviços de saúde está permeada pela vergonha e pelo medo de que sua intenção em iniciar a vida sexual e ou sua condição de sexualmente ativa sejam de conhecimento da família e da comunidade. As jovens mencionaram que não procuram os serviços de saúde sexual por receio de ficarem faladas na comunidade, caso procurem algum tipo de orientação ou aconselhamento relacionado à vida sexual. Além disso, falaram da dificuldade que sentem em procurar os profissionais, quando conseguiam romper com a barreira do silenciamento a respeito da sexualidade. Essas jovens temem a identificação com as mulheres “safadas”, as mulheres “fáceis”, as mulheres que saem com qualquer homem, as putas, uma vez que isso as desvaloriza tanto na comunidade rural quanto na urbana, embora esta cobrança pareça mais veemente na comunidade rural. Por sua vez, quando elas engravidam, sentem mais facilidade para se aproximar das Agentes Comunitárias de Saúde (ACS), para o acompanhamento pré-natal.

Na equipe de saúde da comunidade, existe um consenso em afirmar que o envolvimento das jovens num relacionamento afetivo-sexual poderá atrapalhar os estudos e a futura vida profissional. A esta ideia de prejuízo da vida profissional soma-se a de que as jovens devem casar-se com o rapaz que “tirou sua virgindade”, caso não queira ficar falada na comunidade e,

se engravidar, criar o filho sozinha, “sem o pai do lado”. Uma enfermeira do serviço de saúde da comunidade urbana comentou como conversa com algumas jovens:

[...] como tá sua situação na escola... e se tu engravidar?... o teu namorado não trabalha... aí assim a gente tenta puxar... mas assim... melhorou um pouco a educação mas não melhorou o conteúdo, porque elas não têm planejamento de vida, onde é que eu quero tá daqui a cinco anos, três anos, é muito imediato, se der deu, se não deu engravidou (Enfermeira, unidade de saúde da comunidade pesquisada).

A problematização do termo “precocidade” e a ideia de que os serviços de saúde têm como referência a adolescência, com todos os qualificativos negativados que o termo possui (VILLELA; DORETO, 2006), tais como, irresponsabilidade, dependência e impulsividade, ajudam a compreender como os serviços de saúde contribuem para silenciar acerca da sexualidade das jovens solteiras.

A precocidade é um termo utilizado para expressar uma ideia de tempo adequado em que os jovens devem iniciar sua vida sexual. A literatura biomédica encontra respaldo nos estudos demográficos que atribuem grande importância à relação entre a idade da primeira relação sexual das mulheres jovens e a existência ou não de prática contraceptiva (LONGO, 2002), evidenciando que, quanto menor a idade da jovem ao iniciar sua vida sexual, e/ou menor o grau de escolaridade, menor a propensão ao uso de contraceptivos. Estes estudos são de grande utilidade para desenhar tendências, como, por exemplo, a afirmação de que a primeira relação sexual funciona como um evento de previsão para o comportamento sexual da mulher (BOZON, 1993), mas podem servir como entraves, quando utilizados de modo inapropriado pelos serviços de saúde.

Alem disso, os serviços de saúde têm que estar atentos ao perfil da clientela, de modo a garantir seus direitos e não atuar como limitação para o seu exercício. O perfil dos e das jovens de grupos populares urbanos se diferencia do perfil da mesma faixa etária nas camadas médias. A iniciação sexual ocorre 3 a 4 anos mais cedo entre jovens de grupos populares, quando comparados aos de camadas médias (HEILBORN, 1998, 1999;

CABRAL, 2003; AQUINO et al., 2003). Vários fatores contribuem para esta característica específica das trajetórias sexuais dos e das jovens de camadas populares, relacionadas a padrões de casamento, gênero, trabalho, escolaridade, entre outros (CABRAL, 2002, 2003; LONGO, 2002; CASTRO; ABRAMOWAY; SILVA, 2004; ALMEIDA et al., 2003; ALMEIDA, 2002; AQUINO et al., 2003; HEILBORN; GRAVAD, 2005; HEILBORN et al., 2006; ROHDEN; GRAVAD, 2005; PIROTTA, 2002; SCOTT; QUADROS; LONGHI, 2002). Sua provável interpretação como “precocidade” não leva em conta que esta tendência não pode ser considerada um comportamento fora do *script* para estes grupos.

Esse e outros estudos já citados acima mostram que os serviços de saúde ainda têm tratado a sexualidade das mulheres jovens, solteiras e sem filhos com pudores e preconceitos, especialmente ancorados em argumentos que consideram o momento adequado para o início da vida sexual como aquele em que a jovem está casada e grávida ou já com filhos. Assim, a idade aparece mais como um subterfúgio para viabilizar um discurso regulador e normatizador (BUTLER, 2003), no qual a falta de ação se concretiza pelo silenciamento ou desqualificação em relação à sexualidade das mulheres que não estão grávidas e/ou não estão casadas, ou ainda pela desqualificação das mulheres que engravidam fora de um casamento. Esse é um importante fator que contribui para que as jovens, especialmente as solteiras, não identifiquem o serviço de saúde da comunidade como um local com estrutura de atendimento adequado para elas. A garantia dos direitos sexuais das mulheres jovens solteiras deveria encontrar, nestes serviços, fortes aliados, mas o que existe é um distanciamento entre as jovens entrevistadas que já iniciaram sua vida sexual e as profissionais de saúde, especialmente quando elas não são casadas e não são mães.

Uma das enfermeiras da Unidade de Saúde da Família nos deu um depoimento sobre o modo como ela indica o método contraceptivo. Neste depoimento, ela associa a indicação do método a um perfil de mulher. Vejamos:

[...] a gente vê pelo perfil da usuária, né?... então, assim, uma usuária adolescente que não tem compromisso com horário, que não tenha a cabeça, que não lembra de tomar o remédio, que todo medicamento ele exige uma disciplina, uma menina de 14,

15 anos... às vezes disciplina ela não tem, disciplina, nem cabeça, aí a preferência agora... antigamente elas tinham medo, porque a injeção trimestral... ela interfere muito no ciclo, você passa três meses sem menstruar você tem vários sangramentos no período, principalmente nas duas primeiras tomadas, só que depois que elas veem que passam um tempo sem menstruar e que não precisam tomar todo dia, elas são mais fiéis a esse compromisso de três em três meses, do que a injeção mensal, do que o anticoncepcional oral. O anticoncepcional oral tem aquela história de esconder a cartela, que tomam, às vezes, escondido, a injeção a cada três meses é mais fácil você não comentar nada em casa. Aí a preferência hoje em dia é essa (Enfermeira da unidade de saúde da comunidade investigada).

Esta fala traz vários elementos que estiveram presentes em nossas observações, dos quais queremos destacar dois: 1) a ideia de irresponsabilidade associada à de adolescência, uma associação bastante comum, feita pela equipe de saúde e reiterada pela comunidade. 2) as vantagens e desvantagens de um método, a injeção, em relação às dificuldades enfrentadas pelas jovens que possuem vida sexual. Apesar de ser um método que possui vários efeitos colaterais, dos quais o sangramento é o que chama mais a atenção desta profissional, a injeção se torna um método vantajoso por viabilizar que as jovens tenham uma vida sexual sem correr os riscos de engravidar e de que a família e a comunidade possam tomar conhecimento. Se, por um lado, isto quer dizer que a profissional de saúde parece ser capaz de guardar sigilo sobre a vida sexual da jovem, por outro, mostra o quanto tal sigilo é necessário, a despeito dos efeitos nocivos da injeção.

Como afirmamos em outro texto (QUADROS; ADRIÃO; XAVIER 2011, p. 121), a fala desta enfermeira nos inspira a dialogar com Donna Haraway (2009):

quando esta afirma a existência de um circuito integrado no qual se inserem os cenários sob os quais se devem considerar as análises sobre as vidas das mulheres. Para ela, há uma rede ideológica na qual ocorre uma cópia de espaços e identidades, com entrada no corpo pessoal e político dessas mulheres, e que é evidenciado nas relações das mesmas com os circuitos dos quais fazem parte. A fala da enfermeira aparece nesse circuito trazendo elementos que fortalecem o que a autora (HARAWAY, 2009) vai

relatar como efeitos de desigualdades – de gênero, de classe, de geração, de raça, de etnia – nas diversas relações que compõem o circuito – a família, a comunidade, o posto de saúde, a escola, a maternidade. Dessa forma, não há espaço claramente definido para as mulheres nessa rede, antes contradições, que ao serem interpretadas, permitirão construir novas alianças e coalizões.

Esta ausência de espaço definido e visível, no que se refere à sexualidade, dificulta o reconhecimento da jovem como sujeito de direito, bem como de suas condições de acesso às políticas de saúde. Antes da primeira gravidez, as jovens são consideradas virgens pela família e comunidade. Isso parece reverberar na dificuldade que as próprias jovens possuem de falar sobre sexualidade, como tivemos a oportunidade de vivenciar por meio das dificuldades e barreiras que enfrentamos durante o trabalho de campo. Falar sobre sexualidade com os profissionais de saúde, na escola, na família, na igreja ou com o companheiro parece ser um assunto tabu, de difícil trato, um comportamento inadequado para mulheres jovens solteiras e reservado aos meandros dos cuidados com as crianças e a contracepção, no que se refere às mulheres casadas. A garantia dos direitos sexuais e reprodutivos destas jovens parece ainda uma ação que pouco saiu das penas da lei para a prática cotidiana nos espaços públicos e privados. Ao que parece, apesar das tantas vitórias alcançadas na efetivação dos direitos das mulheres, conquistadas com a mobilização dos movimentos feministas e de mulheres, a muitas delas resta repetir a trajetória de suas mães e avós – silenciosamente.

Mas há também aquelas jovens que possuem uma leitura diferenciada da realidade com a qual têm que lidar, no silenciamento de sua sexualidade, burlando de alguma forma o controle social exercido por meio das atitudes e omissões dos serviços de saúde, para ter acesso a tais serviços. Chamou-nos a atenção as estratégias de Luana, 17 anos, solteira e sem filhas ou filhos, que nos contou: “fui no posto com minha irmã e quando entrei, disse lá que a consulta era pra mim.” Neste sentido, concordamos com Haraway (2009), quando ela afirma a possibilidade de construir novas alianças e coalizões a partir dos efeitos das desigualdades. Ressaltamos esta forma de resistência ou de contorno das normas estabelecidas no diário de campo:

Luana é uma jovem que, do universo das jovens pesquisadas, apresenta uma reflexão crítica tanto da sua condição de mulher na comunidade em que mora como dos circuitos pelos quais circula. A jovem relatou ter tido uma participação não muito expressiva em um grupo de protagonismo juvenil, com alguns jovens locais. Esta participação lhe rendera alguns frutos, dentre estes, debater sobre relações de gênero, sobre política e ter uma reflexão crítica sobre padrões de comportamentos esperados pela sociedade e família. Entendemos que a adesão a esse grupo, mesmo sendo temporária, ajudou a subverter a ordem estabelecida na comunidade, que deixa nas “entrelinhas” que “as jovens virgens não devem buscar informações sobre direitos reprodutivos”. Quando decidiu ter sua primeira relação sexual, Luana agendou uma consulta no posto de saúde em nome de sua irmã casada e com filhos. No dia marcado, foi em companhia de sua irmã, e, ao entrar na sala de consulta, assumiu o lugar da irmã na frente do/a profissional de saúde e realizou sua consulta. Dessa forma, a jovem buscou, da maneira como pôde, as informações no espaço do posto, de forma a encontrar a melhor decisão sobre contracepção e prevenção.

A situação vivenciada por Luana ilustra como o atendimento dos serviços de saúde à prevenção e à contracepção está carregado de práticas valorativas que tendem a invisibilizar a sexualidade das jovens ou diminuir suas possibilidades de escolha no acesso a métodos. A estratégia utilizada por ela exemplifica o fato de as jovens estarem lidando constantemente com sistemas de controles integrados pela família, escola, serviços de saúde, igreja, enfim, da comunidade em relação ao exercício da sexualidade. Luana teve clareza das barreiras que a comunidade lhe impunha e procurou uma alternativa para efetivar seu direito à informação e à prevenção. O fato de ela ter participado de um grupo de protagonismo juvenil provavelmente lhe influenciou a ter uma leitura crítica acerca da condição da mulher jovem em sua comunidade, o que pareceu contribuir para a criação de uma alternativa que preservasse sua imagem.

Mas preservar a imagem aqui significa justamente não poder adquirir reconhecimento nem posição diferenciada na comunidade que lhe agregue algum valor positivo pelo fato de ter uma vida sexual ativa. Sua atitude evidencia as contradições que as jovens vivenciam: a existência de

direitos que lhe garantem o exercício da sexualidade e de valores e regras comunitárias que a negam. Também aponta que a garantia de direitos parece se fortalecer quando alicerçada em movimentos coletivos e comunitários que possam fazer frente aos valores, regras e sanções que controlam o uso dos corpos das jovens. Mostra, ainda, que muitas das jovens não estão passivamente aceitando este controle, embora as desigualdades, quando entendidas por meio dos circuitos integrados, deixem ainda mais clara a posição desfavorável que estas jovens mulheres ocupam.

Como o acesso aos métodos contraceptivos está dificultado por tais barreiras e percursos comunitários, pesquisas sobre conhecimento e uso de contraceptivos precisam estar atentas a esta realidade que faz parte do cenário cotidiano de grande parte das jovens de grupos populares. Muitas jovens, especialmente as urbanas, não estão distantes das práticas contraceptivas, ao contrário, os desafios e entraves cotidianos que tais práticas suscitam, muitas vezes, dificultam a solução de entraves que elas procuram resolver e solucionar constantemente e que deixam transparecer as limitações e os obstáculos colocados para o exercício de sua autonomia, deixando mais claro que o poder de decisão individual das mulheres jovens possui limitações relacionadas aos espaços integrantes dos circuitos integrados dos quais fazem parte, entre eles, os serviços de saúde comunitários que foram tema de nossa análise nesta seção.

E a Família?

A família de origem tem importância fundamental na delimitação de espaços e compromissos atuais e futuros das mulheres jovens. Nas comunidades rurais, esta importância parece mais aparente pelo fato de as jovens morarem ou pretendem morar perto da casa da mãe quando se casam ou de apresentarem o namorado à família, como sinal de compromisso em relação ao namoro. Essa importância pode ser constatada também nas pesquisas de Marcia Longhi (2007) e de Maria de Assunção de Lima Paulo (2011) em outras comunidades rurais.

Os parentes podem dar grande apoio à decisão de iniciar a vida sexual, especialmente as irmãs ou primas, como foi o caso de Luana.

Entretanto, na maioria das vezes, a interferência está mais ligada ao controle da vida sexual das jovens do que ao apoio às suas decisões. O pai de Rosa, uma jovem residente na comunidade rural, é conhecido por sua conduta ostensivamente controladora, chegava a ir atrás da filha nas festas, para regulá-la. Ela deixou de “ficar” e passou a namorar o jovem com quem estava saindo por pressão do pai. Este controle, no entanto, tem como característica a normatização da conduta da jovem sem que isto se reverta em apoio ao livre exercício da sexualidade, pois limita as possibilidades de experiências e tipos de relacionamentos encenados.

A conversa sobre sexualidade não flui entre pais e filhos no sentido de valorizar as experiências vividas, conversar sobre desejos, prazer e prevenção, de modo inter-relacionado. Ouvimos relatos de conversas apenas entre mães e filhas, uma da área urbana e outra da área rural. Mas estas conversas consistiam em advertências relacionadas ao perigo de engravidar ou contrair doenças sexualmente transmissíveis. As mães também queriam ser avisadas sobre o momento em que as jovens decidam ter a sua primeira relação sexual. Nenhuma dimensão positiva da vida sexual parece ter feito parte das conversas. Um tom alarmista e de precaução reveste o assunto.

Embora tenhamos notado uma preocupação maior das famílias com a virgindade da jovem na comunidade rural, ela também está presente na comunidade urbana. A classificação das mulheres como sérias ou erradas, sujas ou limpas, safadas ou direitas está diretamente relacionada à valorização da virgindade e se encontra fortemente presente nas duas comunidades, reforçando a ideia de que as jovens, mesmo que não sejam mais virgens, devem ser portadoras de uma virgindade moral que assegure sua classificação como séria, limpa e direita.

A virgindade moral (HEILBORN et al., 2006) atua, portanto, como encompassadora da virgindade física e, na sua falta, não deixa de ser atuante. Consiste na exigência de um comportamento passivo e ingênuo por parte das mulheres no relacionamento sexual como forma de ressaltar que são portadoras de honra e, portanto, são mulheres que “merecem” casar e ter filhos, pois são moças “sérias” e “direitas”.

A família e a comunidade parecem estar de mãos dadas no esforço mútuo para garantir que estas classificações normatizem a vida das jovens.

Um dos mecanismos principais que garantem a eficácia deste esforço é a fofoca. Como bem elucida Cláudia Fonseca (2000), a fofoca tem uma função educativa, pois permite que sejam veiculadas e negociadas normas morais que são importantes para a comunidade. Por isso, as jovens se sentem amedrontadas permanentemente em se tornarem alvo dessa fofoca e, nesse sentido, acautelam-se em expor fatos de sua vida sexual, o que reforça o silenciamento em torno de desejos e inquietações relacionadas à sexualidade e reprodução. Ser alvo das fofocas é ser apontada como garota “safada”, como puta ou “vadia”.

Apesar de todo este esforço orquestrado, as jovens procuram viver sua sexualidade, mas as experiências são vividas de forma velada, para que não sejam percebidas pela família ou pela comunidade. Não estamos afirmando, portanto, que as jovens não possuem experiências sexuais, mas, antes, que elas são veladas, ou seja, que existem e são percebidas pela comunidade, mas que não podem ser faladas. Queremos encerrar chamando a atenção para essa dimensão importante das relações sociais, pois há experiências que parecem carregar uma dimensão moral que traduz o *modus operandi* da vida comunitária, sustentado por relações que podem ser enaltecidas e outras que precisam ser silenciadas, como as que tolhem as mulheres jovens do direito de falar sobre sexualidade em casa, com profissionais de saúde e com seus parceiros.

Uma das formas de protesto que algumas jovens encontraram pode ser a existência da “casa das putas”. Essa é uma casa alugada por algumas mulheres jovens da comunidade urbana que resolveram, após terem decepções amorosas nas quais foram traídas por seus namorados ou companheiros, que não queriam estabelecer nenhum tipo de compromisso com os homens, a não ser a de ter uma vida sexual livre. Não conseguimos obter muitas informações sobre este lugar, mas sabemos que a troca que se estabelece entre estas jovens e os homens que frequentam a casa não parece ser a troca de serviços sexuais por dinheiro. O nome “casa das putas” já advierte o preço que estas jovens pagam por terem “se rebelado”. Mas indicam, também, que há um questionamento dessas normas, mesmo que este não consiga suplantá-las com o qual elas convivem.

Considerações Finais: Autonomia?

Mostramos como esta pesquisa tem resultados coincidentes com outros estudos realizados em comunidades urbanas e rurais (CASTRO, 2006; SILVA, 2006; LONGO, 2002; HEILBORN, 1999; CORDEIRO; QUADROS, 2010; SCOTT, QUADROS; LONGHI, 2002; HEILBORN; EQUIPE GRAVAD, 2005; QUADROS, 2007; CASTRO, ABRAMOVAY; SILVA, 2004, entre outros), no sentido de evidenciar como a vida sexual das mulheres jovens é ainda marcada pela invisibilidade e permeada por mecanismos de silenciamento em nossa sociedade.

Não discutimos algumas outras dimensões subjetivas que confluem para esta situação, acrescentando ao silenciamento e à invisibilidade novas nuances. Tais dimensões já foram exploradas em outras oportunidades, como a atitude de alicerçar o uso de métodos de prevenção e contracepção na confiança que elas creditam ao parceiro, como sinal de que elas acreditam na fidelidade recíproca, o que tem levado as mulheres jovens a se preocuparem mais com a gravidez indesejada do que com o risco de contrair alguma infecção sexualmente transmissível, comportamento este que é comum à maior parte dos e das jovens brasileiras (VILLELA; DORETO, 2006; QUADROS, 2007).

O que consideramos importante ressaltar aqui foram as outras formas de restrições que não são usualmente exploradas para refletir sobre a sexualidade das mulheres jovens, relacionadas à construção comunitária da sexualidade, evidenciando, assim, a força coletiva (e coercitiva) que está sempre associada à decisão que uma jovem toma de iniciar ou não sua vida sexual, de publicizar ou não que possui uma vida sexual ativa. Nesse sentido, a autonomia precisa ser vista tanto na capacidade de *agency* das mulheres quanto nos contornos que os circuitos integrados desenham. A nosso ver, estas jovens mulheres possuem uma autonomia restrita em relação às decisões de sua vida sexual, não porque elas não estejam procurando ativamente vivê-la, mas pelos constrangimentos com os quais têm que lidar cotidianamente, que ofuscam suas buscas e dificultam a efetivação dos seus direitos sexuais.

Referências

- ALMEIDA, Margareth Aparecida Santini de. Gravidez adolescente: a diversidade das situações. **Revista Brasileira de Estudos de Populações**, v.19, n.2, p 197-208, jul./dez. 2002.
- ALMEIDA, Maria da Conceição Chagas; AQUINO, Estela Meria Leão; GAFFIKIN, Lynne e MAGNANI, Robert J. Uso de Contracepção por adolescentes de escolas públicas da Bahia. **Revista de Saúde Pública**, v.37, n.5, p. 566-575, 2003.
- AQUINO, Estela Maria Leão de; HEILBORN, Maria Luiza; KNAUTH, Daniela; ALMEIDA, Maria da Conceição e MENEZES, Greice. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n.19, suplemento 2, p. 5377-5388, 2003.
- BOZON, M. L'entrée dans la sexualité adult: le premier rapport et ses suites. Du calendrier aux attitudes. **Population**, n. 5, p. 1317-1352, 1993.
- BRANDÃO, Elaine Reis; HEILBORN, Maria Luiza. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 22(7): 1421-1430, jul. 2006.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero feminismo e subversão da identidade**. Série Sujeito e História. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTTO, Andrea Zarzar e SILVA, Josineide de Menezes. Gravidez na adolescência: a antropologia numa experiência aplicada. **Cadernos de Extensão**, n. 1, Recife: Pró-reitoria de Extensão/ UFPE/ Editora Universitária, 1998.
- CABRAL, Cristiane S. "Gravidez na adolescência" e identidade masculina: repercussões sobre a trajetória escolar e profissional do jovem. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.19, n.2, p. 179-196, jul./dez. 2002.
- CABRAL, Cristiane S. Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, n.19, suplemento 2, p. 5283-5292, 2003.
- CASTRO, Eliza Guaraná de. As jovens rurais e a reprodução social de hierarquias. In: WOORTMANN, Ellen F.; HEREDIA, Beatriz; MANASCHE, Renata (Org.). Margarida Alves. **Coletânea de estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA/IICA, 2006, p.245- 277.
- CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam e SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e sexualidade**. Brasília, DF: UNESCO Brasil, 2004.
- CASTRO, Mary Garcia; Nadir; MIRANDA, Marlene Barreto e ABRAMOVAY, Miriam. **Juventude, Gênero, Família e Sexualidade: combinando tradição e a modernidade**. Trabalho apresentado no I Seminário Internacional – Família Contemporânea: desafios à intimidade e à inclusão social. Universidade Católica, Salvador, 2006. Digitado.
- CORDEIRO, Rosineide; QUADROS, Marion Teodósio de. 2010. Jovens agricultoras, salário-maternidade e o critério da idade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide;

MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e Gerações em Contextos Rurais**. Ilha de Santa Catarina: Editora Mulheres, 2010, p. 391- 420.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**: etnografia das relações de gênero e violência em grupos populares. Porto Alegre: Ed. da Universidade-UFRGS, 2000.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. 4 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

HARAWAY, Donna. **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós humano. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos pagu** (5), 1995, p. 07-41.

HEILBORN, Maria Luiza e Equipe Gravada. Uniões precoces, juventude e experimentação da sexualidade. In: HEILBORN et al (orgs). **Sexualidade, família e ethus religioso**. Rio de Janeiro: Garamound, 2005, pp. 39-60.

HEILBORN, Maria Luiza, AQUINO, Estela M. L. e KNAUTH, Daniela Riva. Juventude, sexualidade e reprodução. **Cad. Saúde Pública**, vol.22, n.7, p.1362-1363, jul. 2006.

HEILBORN, Maria Luiza. “Construção de si, gênero e sexualidade”, in: HEILBORN, Maria Luiza. (Org.). **Sexualidade**: o olhar das ciências sociais , IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999, p. 40-59.

HEILBORN, Maria Luiza. A primeira vez nunca se esquece: trajetórias sexuais masculinas. **Revista de Estudos Feministas**, IFICS/UFRJ, v. 6, n. 2, p. 396-405, 1998.

LONGHI, Márcia Reis. Afetividade, gênero e relações intergeracionais da perspectiva de jovens e famílias. In: SCOTT, Russell Parry; ATHIAS, Renato; QUADROS, Marion Teodósio de. (Orgs.). **Saúde, Sexualidade e Famílias urbanas, rurais e indígenas**. Recife: Editora Universitária, 2007, p. 55-74.

LONGO, Luciene A. F. de B. Juventude e contracepção: um estudo de fatores que influenciam o comportamento contraceptivo das jovens brasileiras de 15 a 24 anos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.19, n.2, p. 229-248, jul./dez. 2002.

PARKER, R. **Corpos, prazeres e paixões**: a cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Best Seller, 1991.

PARKER, Richard. 2000. **Na contramão da AIDS**: sexualidade, intervenção, política. Rio de Janeiro: Editora 34/ABIA.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **Juventude rural**: suas construções identitárias. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

PIROTTA, Kátia C. M. **Juventude e saúde reprodutiva**: valores e condutas relacionados com a contracepção entre universitários. In: Encontro da associação Brasileira de Estudos Populacionais, XIII, Ouro Preto, nov. 2002.

QUADROS, M. T. **Homens a e contracepção**: práticas, idéias e valores masculinos na periferia do Recife. Tese (Doutorado em Sociologia), Departamento de Ciências Sociais. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

QUADROS, M. T. Jovens, contracepção e conversas com os pais: comparando opiniões de moças e rapazes de famílias urbanas e rurais. In: SCOTT, Russell Parry; ATHIAS, Renato; QUADROS, Marion Teodósio de. (Orgs.). **Saúde, Sexualidade e Famílias urbanas, rurais e indígenas**. Recife: Editora Universitária, 2007, p. 75-95.

QUADROS, M. T., MENEZES, J. A abordagem de direitos sexuais e direitos reprodutivos na escola. In: Parry Scott, Liana Lewis, e Marion Teodósio de Quadros (orgs). **Gênero, diversidade e desigualdades na educação**: interpretações e reflexões para a formação docente. Recife: Editora Universitária de UFPE, 2009, p. 117-141.

QUADROS, Marion Teodósio de; ADRIÃO, Karla Galvão e XAVIER, Anna Karina. Circuitos (des)integrados? Relações de convivência entre mulheres jovens e profissionais de saúde numa comunidade de periferia da cidade do Recife (PE). In: NASCIMENTO, Pedro e RIOS, Luis Felipe (Org.). **Gênero, saúde e práticas profissionais**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011. (Série Família e Gênero).

RIOS, Luis Felipe; PIMENTA, Cristina; TERTO JR., Veriano; PARKER, Richard. Rumo à adultez: oportunidades e barreiras para a saúde sexual dos jovens brasileiros. **Caderno Cedex**, Campinas, v. 22, n. 57, agosto/2002, p. 45-61

ROHDEN, Fabíola e Equipe Gravád. Religião e iniciação sexual em jovens de camadas populares. In: HEILBORN et al (Org.). **Sexualidade, família e etnus religioso**. Rio de Janeiro: Garamound, 2005, p. 177-206.

RUBIN, G. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993.

RUBIN, G. Thinking sex: notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: NARDIR, P. & SCHNEIDER, B. (Org.). **Social perspectives in lesbian and gay studies**: a reader. London: Routledge, 1998.

SCOTT, R.; QUADROS, M.; LONGUI, M. Jovens populares urbanos e gênero na identificação de demandas de saúde reprodutiva. **Revista Brasileira de Estudos da População**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 219-228, 2002.

SILVA, Vanda Aparecida. De corpos, desejos, feitiços e amores: a sexualidade entre jovens de origem rural. In: WOORTMANN, Ellen F.; HEREDIA, Beatriz; MANASCHE, Renata (Org.). **Margarida Alves: coletânea de estudos rurais e gênero**. Brasília: MDA/IICA, 2006. p 309 – 337.

SIMON, W. and GAGNON, J. Sexual Scripts. In: PARKER, R. & AGGLETON, P. (ed.) **Culture, society and sexuality**: a reader. London: UCL, 1999.

VANCE, C. A Antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. **Physis: revista de saúde coletiva**. V. 5, n.º 1, 1995.

VILLELA, Wilza Vieira e DORETO, Daniella Tech. Sobre a experiência sexual dos jovens. **Cad. Saúde Pública**, nov. , vol.22, no.11, 2006, p. 2467-2472.

Sociabilidades Juvenis, Mídias e Consumo

A juventude em tempos acelerados: reflexões sobre a dissolução entre tempo livre e tempo de trabalho

Maria de Fátima Vieira Severiano

Pablo Severiano Benevides

Introdução

O presente artigo propõe contribuir para as atuais reflexões sobre a experiência de aceleração do tempo no ritmo de vida, principalmente dos jovens, abordando a temática da regulação do tempo livre e do tempo de trabalho como uma nova forma de controle social. Investiga, a partir dos teóricos da Escola de Frankfurt e de Boltanski and Chiapello, as implicações psicossociais das novas formas de interseção entre “Tempo livre” e “Tempo de Trabalho”, tendo por pressuposto que a atual proeminência do primeiro sobre a temporalidade laboral somente ocorre porque o tempo livre se tornou um tempo de produção, viabilizado por três instâncias, a saber: o consumo fetichizado, a indústria cultural e as novas tecnologias informatizadas.

Considerando-se que as facilidades auferidas, principalmente pelos novos recursos tecnológicos, deveriam dar subsídios para a diminuição do tempo de trabalho, reflete-se ainda acerca do atual paradoxo entre a incessante aceleração tecnológica e a crescente escassez de tempo vivenciada pelos indivíduos, apresentando as principais estratégias de invasão da lógica produtivista sobre o tempo livre e possíveis implicações no processo de aceleração do ritmo de vida dos jovens contemporâneos.

A ênfase deste estudo no público jovem não significa considerar a “juventude”, necessariamente, demarcada por uma faixa etária específica, tampouco alvo único das investidas da mídia publicitária. Na cultura contemporânea, o “ser jovem” torna-se a idade canônica e o “dever de todos”. Através de suas imagens, a mídia e, em especial, a publicidade, insistentemente, expõem estereótipos de “juventude” para todos, passando a constituir-se em uma instância privilegiada na regulação da conduta e dos ideais. Assim, a juventude torna-se o mais desejável bem de consumo: crianças, adultos e idosos buscam avidamente migrar para esse imaginário território, através de toda a sorte de consumo de produtos e serviços. Ou seja, a juventude, em si mesma, transformou-se em uma mercadoria que vende inúmeros produtos e serviços a ela agregados. Neste contexto, os jovens são constantemente conclamados pela mídia a serem seus principais “garotos-propaganda”.

Na condição de consumidor, o jovem constitui-se um alvo privilegiado da indústria do consumo, um próspero nicho de mercado, independente do poder aquisitivo, uma vez que as imagens fascinam e confundem desejo e objeto de consumo, constituindo-se em um sólido e perigoso ancoradouro identitário, principalmente para os mais jovens. Apelos midiáticos a estados subjetivos de satisfação: “autoestima”, “confiança em si mesmo”, “felicidade”, “liberação”, “potência”, “sensualidade” e “reconhecimento” são ofertados exaustivamente, constituindo-se em estratégias das mais sedutoras para a obturação do desamparo humano e constituição de identidades pseudoindividualizadas.

A problemática abordada insere-se, portanto, no âmbito dos estudos acerca da “Cultura do consumo” (SEVERIANO, 2001, 2003, 2006, 2010, 2011), cujo objetivo é o de refletir sobre a relação do homem com os signos do consumo e suas implicações psicossociais decorrentes de um modo de subjetivação fundado predominantemente sob a égide do mercado, o qual subordina o desejo aos seus fins. Ressaltamos que o termo “Sociedade de Consumo” (BAUDRILLARD, 2008) não significa o estabelecimento de um mundo de abundância, mas um mundo em que o consumo se estabelece como fonte de referência identitária, na medida em que também consumimos imagens, lugares, tempos, pessoas e estilos de vida que, por sua vez, significam e prescrevem determinados ideais, modos de ser, estar, amar e sentir.

A utilização da lógica do desejo com fins mercantis se constitui em uma preocupação política relevante, porque a “promessa” de realização imediata dos anseios e carências humanas através de objetos e serviços escamoteia a atual supremacia da esfera econômica que, uma vez travestida de cultura, liberdade e pluralidade, apresenta esta sociedade como a utopia já realizada. Esta suposta utopia refere-se à chegada de um mundo “dadivoso”, “democrático” e “feliz”, graças às *benesses* auferidas pelo consumo – o que contribui para elisão de uma reflexão crítica sobre as novas formas de dominação provenientes justamente da racionalidade instrumental mercantil. Nessa perspectiva, o consumo não se constitui apenas como uma mera expressão de troca mercantil, mas principalmente como um sistema complexo de comunicação e de poder; como uma linguagem permeada por valores e ideologias, em que se ordenam signos sociais e subjetivos capazes de promover a integração/exclusão de grupos, assim como o reconhecimento/rejeição de indivíduos (SEVERIANO, 2001).

No que concerne à temática das novas temporalidades, tematizar o tempo no contexto das práticas e ideais de consumo significa primeiramente considerá-lo submetido às leis do valor de troca à semelhança de qualquer objeto de consumo: carros, celulares, computadores, cartões de créditos e corpos idealizados (SEVERIANO, 2006). Isto porque o tempo, já considerado um valioso bem monetário desde o final do Séc. XVIII quando Benjamin Franklin o equipara ao próprio dinheiro (“tempo é dinheiro!”), atinge o ápice de seu valor nas sociedades atuais, tornando-se a mercadoria mais rara e fugidia.

É justamente esse estatuto de mercadoria cada vez mais “rara” o que confere ao tempo o seu caráter de controle na contemporaneidade. Isto porque, além de o tempo estabelecer formas de organização e medição que marcaram a história da humanidade, regulando hábitos, modos e estilos de vida dos grupos sociais, atualmente a habilidade no uso, regulação e domínio sobre a experiência subjetiva do próprio tempo e do tempo do outro – mediado pelos novos recursos tecnológicos – consiste em uma valiosa moeda de reconhecimento social e expressão de poder.

A Modernidade tardia caracteriza-se, cada vez mais, por uma *percepção de aceleração temporal*, em que velocidade e movimento

atingem todas as esferas. Rosa (2012) nos fala de três tipos de aceleração: 1. **Aceleração técnica** – de caráter intencional, abrange o âmbito dos transportes, da comunicação digital, passando pelos avanços da tecnociência e da biotecnologia; 2. **Aceleração das mudanças sociais e culturais** – implica em novas e sempre mais voláteis formas de associações, empregos, práticas, formas de consumo, valores e estilos de vida, caracterizando-se principalmente pela instabilidade de referências políticas, profissionais, estéticas, técnicas, científicas e cognitivas e 3. **Aceleração do próprio ritmo de vida dos indivíduos** – abrange tanto o âmbito do trabalho, quanto o âmbito do lazer, produzindo uma diluição entre as fronteiras de ambos, a partir do uso generalizado dos novos recursos tecnológicos informatizados. Isto promove uma impressão de compressão temporal de tal magnitude que produz o atual paradoxo expresso na sensação de que quanto mais coisas nós fazemos e quanto mais tempo preenchemos, menos tempo temos.

O desenvolvimento globalizado da tecnologia acalentou, no decorrer dos séculos, a esperança de liberação do homem da labuta, através da automação do trabalho, com conseqüente expansão do seu tempo livre (MARX, 1984; MARCUSE, 1969). Esta seria a condição de possibilidade para o desenvolvimento das potencialidades individuais, para a conquista da emancipação humana e da felicidade, enfim. Atualmente vive-se um tempo em que a tecnologia, sob os efeitos da informática e da robótica, alcançou níveis exponenciais de crescimento, produzindo uma compressão do espaço e do tempo que possibilita a automação do trabalho e a realização de tarefas humanas de forma simultânea e sem fronteiras.

Entretanto, tendo em vista que as facilidades derivadas dos novos recursos tecnológicos não propiciaram uma expansão do tempo livre, mas contribuíram sobremaneira para a dissolução das fronteiras entre este e o tempo de trabalho, interrogamos neste estudo acerca do paradoxo entre o incessante processo de inovação tecnológica e a crescente escassez de tempo referida pelos jovens e por todos os humanos.

A “Fome Temporal” e o “Tempo livre”

O atual imperativo de aceleração do tempo produz um fenômeno que Rosa (2012) denominou de “fome temporal”, o qual, paradoxalmente, cresce à medida que se produzem e se disseminam mais e mais aparatos tecnológicos informatizados e miniaturizados. Entretanto, a tecnologia por si própria não se constituiria na causa da aceleração social, mas é uma condição de possibilidade para o seu aumento. A aceleração social e a aceleração técnica são, para esse autor, consequências lógicas do capitalismo concorrencial, que atualmente excedeu em muito a esfera econômica, disseminando-se por todas as esferas da vida social e cultural, tornando-se o princípio central da modernidade tardia.

Enfatizamos que esta aceleração diz respeito não apenas à esfera da produção, mas principalmente à esfera da circulação de bens de consumo, cuja inserção sistemática e constante de sempre mais “novidades” é essencial para manter o jogo concorrencial e incrementar os lucros empresariais. Nesse contexto, a luta por um lugar de reconhecimento social se faz incessante, em especial nos mais jovens: têm que se mostrar constantemente “interessantes”, “divertidos”, “bem relacionados”, “atrativos” e “sarados”, sob o risco de perder o emprego, o(a) namorado(a) ou mesmo o interesse de seus familiares. Tudo isto requer tempo, habilidades e “estilo”, seja no uso das tecnologias miniaturizadas, seja no consumo de bens e serviços, seja no “investimento” em si próprio.

Trata-se do império da “Sociedade do Espetáculo” (DEBORD, 1995) e da “Sociedade da *Performance*” (EHRENBERG, 2010), cuja predominância do “efêmero” se impõe como ditadura de um tempo acelerado, em que nós próprios nos tornamos a principal mercadoria que requer constantes *upgrades*. Uma nova forma de controle social a que, cada vez mais, nos subordinamos na tentativa de mostrar aptidões *imediatas*: reagir, mais que refletir; comprovar, mais que analisar; apresentar dados, mais que questionar; mostrar resultados, mais que produzir sentidos. O saber-fazer é substituído pela *performance*, a formação pelo treinamento, o ócio criativo pelo entretenimento repetitivo e a ideia de “cuidado de si” pela “indústria das imagens de si”. Somos conclamados constantemente ao máximo impacto, ao consumo do excesso e ao imediato descarte, na

vigência da “tirania do momento” (BAUMAN, 2005, p. 165), em que o passado já não ilumina o presente, nem tece mais o futuro. O projeto utópico do futuro parece já ter sido “comprado” pelo capitalismo.

Assim, perdemo-nos numa infinita sucessão de meios, que se traduzem em pequenos adiamentos (“tenho primeiro que...”; “ainda não...”; “preciso fazer antes...”) em que a finalidade *por nós almejada* se perde e nossos sonhos passam a ser modelados por outros: pela lógica concorrencial da racionalidade técnica, pelos ditames do consumo, da mídia e da indústria cultural. Ou seja, a finalidade do prazer, dos encontros, da liberdade, da felicidade, do usufruto de um tempo verdadeiramente livre, em que os *meios* midiáticos, tecnológicos e científicos seriam simplesmente um instrumento, subordinado ao nosso desejo, se perde no fluxo acelerado das demandas do dia a dia, resultando em nossa subordinação explícita ou implícita ao grande pregão do tempo ditado pela lógica do capital. Até um ponto, como nos adverte Rosa (2012), em que os esforços não são mais um meio para manter uma vida autônoma em função de objetivos autodefinidos, mas em função de objetivos heterodeterminados.

Nesta empreitada, somos “auxiliados” por nossos pequenos “brinquedos eletrônicos” que passam a constituírem-se como verdadeiras próteses dos nossos corpos a demandarem constante atenção e aproveitamento rigoroso do tempo. “Aproveitar o tempo” torna-se, assim, a “palavra de ordem” da nossa época! Cotidianamente somos interpelados – pela mídia, por nossos pares, familiares e por nós mesmos – a sermos eficientes e “pró-ativos” no domínio e uso do tempo; o que significa termos que fazer sempre mais coisas em menos tempo, resultando em um esgotamento do ser e em níveis de depressão e *burn-out* jamais vistos. Não é à toa que a imagem de uma “esteira” ou da “roda do *hamster*” tornou-se a metáfora dos nossos dias: andamos cada vez mais depressa, sem sair do lugar.

Esta ânsia de posseção do tempo e de sua rigorosa marcação é justamente o oposto do que Baudrillard (2008) considera o requisito para um verdadeiro tempo livre, que seria o desapossar-se dele, o dar e disponibilizar sem medição. Um tempo em que se pode perder tempo.

Disto Khel (2009, p. 164), nos fala com muita propriedade:

De todas as experiências subjetivas que a história deixou para trás, talvez a mais perdida, para o sujeito contemporâneo, seja a do abandono da mente à lenta passagem das horas: o tempo do devaneio, do ócio prazeroso, dedicado a contar e a rememorar histórias.

Ordinariamente, a categoria de “tempo livre” aponta para aquele tempo *disponível* ao homem após as suas atividades laborais. Ou seja, trata-se de um tempo de não trabalho no qual o homem estaria liberto dos constrangimentos do tempo de trabalho, seja para dedicar-se a outras atividades não laborais, seja para o descanso. Este é precisamente o sentido do termo *skholé* (escola) tal como trabalhado por Masschelein (2011): trata-se de um tempo suspenso, solto, abstraído do tempo produtivo, do tempo que se pergunta a razão do tempo, do tempo que há de servir para alguma coisa, do tempo que encontra seu motivo de ser fora de si mesmo, do tempo em que há que se fazer alguma coisa no intuito de alcançar outra coisa. O tempo livre é, portanto, o tempo que não serve para nada – mas isto num sentido muito específico: trata-se de um tempo que não está submetido a outros fins, que não está em função de outra coisa, ou que não está a serviço de outra coisa que possa retirar-lhe a própria criatividade e singularidade de seu acontecer. Esta relação entre *skholé* e tempo livre é também mencionada por Castello e Mársico (2005) como algo semelhante a “repousar”, “descansar”, “estar livre” – de trabalhos – para entregar-se, fundamentalmente, à especulação” (CASTELLO; MÁRSICO, 2005, p. 75).

Contudo, em seu artigo intitulado *Tempo livre*, Adorno (1995) é veemente ao afirmar que o termo “tempo livre” não pode ser formulado como uma “generalidade abstrata”, estando “determinado desde fora” por um “tempo não livre”: aquele preenchido pelo trabalho. “O tempo livre é acorrentado ao seu oposto” (ADORNO, 1995, p. 70), tornando-se tão abstrato e alheio ao homem quanto o tempo de trabalho. Para o referido autor, as pessoas, “nem em seu trabalho, nem em sua consciência dispõem de si mesmas com real liberdade” (ADORNO, 1995, p. 24).

Ao comparar o tempo livre com o tempo do ócio, Adorno (1995) afirma que este último sempre foi concebido como “um privilégio de uma

vida folgada e, portanto, qualitativamente distinto e muito mais grato, mesmo desde o ponto de vista do conteúdo” (ADORNO, 1995, p. 70). Neste caso, a contemplação, a fantasia, o descanso e a reflexão criativa sobre a própria vida e a realidade teriam proeminência, estando este tempo desacorrentado das amarras do capital.

Entretanto, Adorno (1995) aponta para outra possibilidade de interseção entre tempo de trabalho e tempo livre, quando admite, a partir de sua própria atividade intelectual de professor, a possibilidade de existência de um trabalho criativo e reflexivo que não estaria em estrita oposição ao tempo livre, mas que se distinguiria notoriamente do que à época se denominava por “*hobby*”. A este respeito, Adorno (1995, p. 72) afirma:

Aquilo com o que me ocupo fora da minha profissão oficial é, para mim, sem exceção, tão sério que me sentiria chocado com a ideia de que se tratasse de “*hobbies*”, portanto ocupações nas quais me jogaria absurdamente só para matar o tempo [...] Compor música, escutar música, ler concentradamente são momentos integrais da minha existência, a palavra “*hobby*” seria escárnio em relação a elas. Inversamente, meu trabalho, a produção filosófica e sociológica e o ensino na universidade têm-me sido tão gratos até o momento que não conseguiria considerá-los como opostos ao tempo livre, como a habitualmente cortante divisão requer das pessoas.

Aqui ambas as temporalidades estariam *mescladas*: a gratificação de realizações pessoais no próprio interior do trabalho confundir-se-ia com o exercício de atividades fora dele, constituindo-se como momentos integrais da vida (ADORNO, 1995, p. 72).

Tempo livre, tempo de trabalho e as reivindicações por autenticidade e libertação no “Novo Espírito do Capitalismo”

A partir das pistas sugeridas por Adorno (1995), tentaremos agora inscrever no contexto atual as modalidades de conversão do tempo livre em tempo de trabalho, tal como operadas pelas exigências de transformação

do capitalismo. Para tanto, recorreremos à obra *O Novo Espírito do Capitalismo*, escrita em 1999 por Boltanski e Chiapello.

Segundo Boltanski e Chiapello (2009), uma das principais características do atual funcionamento do capitalismo é ter incorporado uma série de reivindicações daquilo que os autores chamaram de *crítica estética* ao capitalismo. Em sua diferença em relação à *crítica social* que, em sua denúncia pela miséria, desigualdade, egoísmo e oportunismo, tem como principais reivindicações a *igualdade* e a *solidariedade* perdidas em um mundo capitalista, a crítica estética situa-se em um terreno bastante distinto. Suas reivindicações giram em torno de valores como: *autenticidade, libertação, autonomia, criatividade e singularidade*, cuja crítica dirige-se, fundamentalmente, à opressão, ao desencanto e à inautenticidade, característicos do modo de vida associado ao capitalismo.

Assim, a tese principal dos autores é que o novo espírito do capitalismo, vigente na modernidade tardia, é formado, justamente, a partir de uma incorporação destas reivindicações da crítica estética. Mediante esta incorporação, os valores de autenticidade e libertação seriam hipervalorizados em relação às reivindicações da crítica social (justiça social, igualdade, solidariedade, garantias de trabalho); do que decorre um enfraquecimento desta crítica.

Mas como ocorre a incorporação destas reivindicações que gravitam em torno da autenticidade e libertação? E o que isto tem a ver com os jovens e com a conversão do tempo livre em tempo de trabalho?

Para responder a esta pergunta, Boltanski e Chiapello (2009) irão estabelecer uma análise das principais mudanças ocorridas no mundo do trabalho nos últimos 30 anos. A análise destas transformações terá como material privilegiado todo um *corpus* bibliográfico formado por textos não técnicos de gestão empresarial, onde o que está em jogo é menos um conjunto de prescrições específicas e limitadas ao âmbito operacional e administrativo do que uma série de orientações mais gerais sobre a maneira de ser do jovem executivo, sobre sua personalidade, sobre os valores que este deve levar em conta, sobre aquilo que caracteriza uma atitude virtuosa no mundo dos negócios, etc. Em síntese: trata-se aqui não de uma técnica empresarial, mas de uma nova moral da gestão que exerce uma influência decisiva nas novas formas de obtenção de lucro.

Procedendo desta forma, Boltanski e Chiapello (2009) percebem uma série de semelhanças entre toda esta nova moral da gestão empresarial e os valores que norteavam o repertório de reivindicações dos jovens de maio de 68; à época, não vinculado ao mundo empresarial, mas justamente em oposição a este. Uma vez que estas reivindicações de maio de 68 são tomadas pelos autores como um momento fundamental para a difusão da crítica estética, vejamos as semelhanças entre as qualidades positivadas por estas reivindicações e aquelas também tidas como essenciais a esta nova moral da gestão de empresa:

As qualidades que, nesse novo espírito [do capitalismo] são penhores de sucesso – autonomia, espontaneidade, mobilidade, capacidade rizomática, polivalência (em oposição à especialização estrita da antiga divisão do trabalho), comunicabilidade, abertura para os outros e para as novidades, disponibilidade, criatividade, intuição visionária, sensibilidade para as diferenças, capacidade de dar atenção à vivência alheia, aceitação de múltiplas experiências, atração pelo informal e busca de contatos interpessoais – são diretamente extraídas do repertório de maio de 68. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 130).

Temos aqui, portanto, uma incorporação de uma *crítica à divisão do trabalho* – na medida em que são levados em conta temas como a reivindicação por autonomia e autogestão, a crítica à especialização, à fragmentação das funções e à supervisão controlada, bem como a recusa à rigidez hierárquica. Este movimento, todavia, não ocorre no registro de uma *crítica à alienação mercantil* – a saber, naquele referente à opressão pelas forças impessoais características do mercado –, na medida em que é precisamente este tipo de vinculação que precisa ser mantida nessa nova lógica de funcionamento do capitalismo. Mas que efeitos podemos observar desta incorporação de uma crítica à divisão do trabalho tal como inspirada pela crítica estética?

Antes de respondermos essa questão, especificaremos o registro em que trabalhamos com o termo *autenticidade*. A autenticidade constitui um movimento rumo à indistinção entre o exterior manifesto e o interior singular. As temáticas em torno da autenticidade, portanto, sempre partirão inicialmente da inautenticidade (BOLTANSKI; CHIAPELLO,

2009) – quer dizer: para formarem um conceito de autenticidade, deverão partir de uma dúvida, de uma incerteza ou de uma suspeita em relação ao caráter verdadeiro, originário ou singular daquilo que se manifesta. É a suspeita de padronização, de massificação, de homogeneização (tanto dos produtos como dos estilos e ideais de vida) que introduzirá as reivindicações por autenticidade, relacionadas à diferença, à singularidade e à individualidade; mas, também, por outro lado, à transparência, à franqueza, à sinceridade, à não dissimulação, à espontaneidade etc. Em resumo, a autenticidade consistirá em um conjunto de imperativos de unificação ou de *indistinção* entre o exterior manifesto – suposto como possivelmente falso ou inautêntico – e o interior singular (suposto como o lugar do verdadeiro e do original). O que significa *autenticar*, se não remeter o possivelmente falso ao crivo do verdadeiro?

Por ocasião deste estudo, circunscreveremos o problema da autenticidade em um registro bem específico, que é precisamente o registro da *indistinção*, ou da “mescla” entre:

- a) Tempo livre e tempo de trabalho;
- b) Amizades pessoais e relações profissionais (ou vida privada e vida dos negócios);
- c) Trabalho e pessoa do trabalhador.

Assim, defendemos aqui a tese de que, para atender às reivindicações por autenticidade, especificamente, no campo do trabalho, o novo espírito do capitalismo se movimenta no sentido de fragilizar essas três distinções que são de suma importância para se delimitar um conceito de “tempo livre”. Assim, o “tempo livre” não seria possível de ser vivenciado quando não mais há delimitações entre o tempo de trabalho e o tempo fora do trabalho, entre as amizades pessoais e as relações profissionais e, por fim, entre o trabalho e a pessoa do trabalhador. Ao contrário, nas condições do modo de produção capitalista, o tempo livre demandaria um certo afastamento daquilo que caracteriza o tempo de trabalho, bem como exigiria distinções entre as relações de amizade, de afeto, as filiações gratuitas e as relações com interesses laborais e, também, entre a atividade do trabalho e aquilo que caracteriza a pessoa do trabalhador fora dessa atividade.

Isto porque, segundo Boltanski e Chiapello (2009), tal dissolução de fronteiras implica que nunca temos mais certeza quanto àquilo que,

principalmente nos jovens ingressantes no mercado profissional, está sendo avaliado em vários contextos: uma seleção de emprego, uma entrevista para ingresso em uma pós-graduação, um contato para o fechamento de um negócio, etc.

Em nossa compreensão isto ocorre porque as exigências da crítica estética, ao serem incorporadas pela lógica do capital flexível, migraram para questões concernentes à gestão do trabalho, com fins de otimização dos lucros, a exemplo da instalação de ambientes de trabalhos mais estimulantes, de formas mais flexíveis de horários de trabalho, com exigência por criatividade etc. Neste caso, as tentativas são de aparentar o trabalho ao “tempo livre”: a atual noção de *flexitempo* descrita por Sennet (2010) explicita este regime, no qual os turnos fixos são substituídos de várias maneiras por turnos flexíveis: desde a escolha de horários de trabalho ao longo da semana, a compressão do tempo de trabalho em mais horas diárias e em menos dias, até o *trabalhar em casa*; além disto, cada vez mais, o entretenimento e o lúdico se inserem no âmbito do trabalho, subvertendo rotinas a partir do incentivo à promoção de “confraternizações”, torneios desportistas, “práticas de relaxamento”, informalidade no vestuário etc.

Tal diluição também se evidencia, por outro lado, na esfera do lazer, na medida em que este se torna cada vez mais programado, recorrendo a atributos da lógica do trabalho: racionalidade das escolhas, economia e aproveitamento máximo do tempo, organização de agendas antecipadas, observação rigorosa de estilos, vestuário e condutas apropriadas, com predomínio da ordem econômica do consumo, a tal ponto que o indivíduo é estimulado a “investir” em si próprio como se fosse uma empresa (Você S/A), tornando este tempo tão competitivo e regulado quanto o do trabalho/labuta (ex: viagens sistematizadas segundo a lógica do aproveitamento do tempo se tornam ao mesmo tempo enfadonhas e cansativas).

Assim, a lógica concorrencial e de produtividade, própria da atual organização técnica da produção capitalista, migra para os lares, espaços de lazer e transportes, reorganizando rotinas para além da antiga divisão do trabalho, ressurgindo de forma “flexível” em todos os lugares e resultando em uma diluição das fronteiras entre as dimensões do tempo de trabalho e do tempo livre, sob o primado da lógica mercantil. Em uma palavra: à exigência por formas de trabalho “mais livres e autênticas” corresponde a

incorporação da “liberdade” e da “autenticidade” em prol dos dispositivos de acumulação que caracterizam o capitalismo.

Com isso, uma série de fronteiras, de delimitações, que outrora se mostrava bastante nítida, hoje se encontra em vias de dissolução – o que contribui bastante para um conjunto de incertezas associado ao tipo de libertação e de autenticidade ligado à reestruturação do capitalismo:

Em especial, o aumento para um número cada vez mais elevado de assalariados da indistinção entre *tempo de trabalho e tempo fora do trabalho*, entre *amizades pessoais e relações profissionais*, entre *o trabalho e a pessoa daquele que o realiza* (características estas que haviam constituído, a partir do século XIX, marcas típicas da condição de artista e, especialmente, marcadores de sua *autenticidade*) e a introdução desses modos de funcionamento no cosmos capitalista só puderam contribuir para perturbar os referenciais para julgamento das pessoas, dos atos ou das coisas. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 421, grifos nossos).

Portanto, as indistinções que caracterizam o modo como as reivindicações por autenticidade no mundo do trabalho ameaçam a existência de um “tempo livre” fora do trabalho podem ser ilustradas a partir de um conjunto de anúncios de *humanização* nos serviços e trabalhos. As demandas por *humanização* fazem, assim, o tiro sair pela culatra: ao reivindicar serviços e trabalhos mais humanos, relações mais informais e pessoais, bem como uma proximidade maior entre os funcionários e a empresa, findam por acelerar a “mercantilização de *bens que até então tinham ficado fora da esfera do mercado*” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 444). É precisamente a introdução do elemento qualificado como *humano* naquilo que conta e aparece como *trabalho* – introdução esta que constitui uma exigência da crítica estética ao capitalismo a partir da reivindicação por autenticidade – que constitui uma incerteza quanto à autenticidade do próprio humano.

Os elementos pessoais que intervêm na transação, sem entrarem diretamente na definição do serviço vendido, podem estar presentes de maneira espontânea, não premeditada ou, ao contrário, ser resultado de seleção ou de formação específica, de tal modo que fica sempre suspensa e frequentemente sem

resposta a questão da verdadeira natureza da relação (puramente “comercial” ou também associada a sentimentos “reais”). [...] A importância atribuída ao papel de mediador, às relações pessoais, à amizade e à confiança na realização do lucro num mundo conexionalista e, correlativamente, o enfraquecimento da distinção entre vida privada e vida dos negócios tendem assim a introduzir na esfera comercial relações que antes se definiam precisamente como “desinteressadas”. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 445).

Essa incerteza faz com que as próprias relações pessoais adentrem no reino das inseguranças, uma vez que se encontram sob suspeita, precisamente, as referências daquilo que caracterizam, por exemplo, uma verdadeira amizade, uma manifestação de sentimento espontânea, um afeto desinteressado, uma afeição ou afinidade. Assim, a mercantilização da diferença, da singularidade e dos elementos qualificados como “humanos” – entendidos aqui como a intervenção implícita e ininterrupta das características humanas nas transações comerciais e nas seleções e avaliações constantes no âmbito do trabalho – atingem um efeito bastante paradoxal. Se as reivindicações por autenticidade visavam à *introdução do que é humano no trabalho*, sua consequência foi precisamente a instalação de uma *suspeita generalizada quanto àquilo que é autenticamente humano nas relações pessoais*.

A possibilidade de mercantilizar diferenças dá, assim, início a uma nova era das suspeitas. Pois, embora fosse relativamente fácil fazer a distinção entre um objeto artesanal e um produto fabricado em massa, entre um trabalhador “massificado” e um artista “livre”, como saber se uma coisa, um acontecimento ou um sentimento é manifestação da espontaneidade da vida ou resultado de um processo premeditado que tenha em vista transformar um bem “autêntico” em mercadoria? Do mesmo modo, como saber se [...] um sorriso, um gesto de amizade, um convite para jantar é expressão de simpatia espontânea e sincera ou produto de um aprendizado [...] destinado a tornar um produto mais atraente ou – o que é pior – de uma estratégia que tenha em vista despertar confiança ou seduzir com o fim de atingir com mais segurança um fim puramente comercial? (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 449).

O eclipse do tempo livre em um mundo conexcionista

Uma outra característica marcante do novo espírito do capitalismo é o seu forte aspecto *conexcionista*, que também pode ser ilustrado a partir da metáfora da *rede*, cada vez mais utilizada para forjar uma representação geral não somente da empresa, mas da sociedade. Isto decorre, ainda, de um “empresariamento da sociedade”, tal como referido por Foucault (2008) em *O Nascimento da Biopolítica* e enfatizado também por Gadelha (2010). Tendo em vista, portanto, que a sociedade vem progressivamente assumindo a lógica de funcionamento da empresa, interessa-nos neste momento pensar no modo como esta representação conexcionista da sociedade em seus mais distintos contextos contribui para o eclipse do tempo livre. Segundo Boltanski e Chiapello (2009), isto implica na emergência de uma série de problemáticas sociais que seguem a representação geral da *metáfora da rede*: “a problemática do elo, da relação, do contato, da ruptura, da perda, do isolamento, da separação como prelúdio para a instauração de novos elos, para a formação de novos projetos” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 173).

Atenhamo-nos, por ora, à noção de *capital relacional*, tal como elaborada por Burt (1992). Segundo o autor, poderíamos diferenciar esta modalidade de capital tanto do *capital econômico* quanto do *capital humano*. A noção de *capital humano* foi elaborada pelos economistas da Escola de Chicago nos anos 50 e está implicada com um importante deslocamento no objeto de estudo da Economia: não mais os bens exteriores ao homem que poderiam ser revertidos em um aumento da renda, mas, sim, o próprio *comportamento humano* (SCHULTZ, 1971). Situando, portanto, o comportamento humano a partir da racionalidade que o anima como o objeto da economia, tem-se um conceito de capital humano que constitui a equivalência do salário recebido pelo trabalhador. Portanto, não mais a *força de trabalho*, mas, sim, um *capital-competência*. Isto é descrito por Foucault (2008) da seguinte forma:

Por conseguinte, a partir daí, se se admite que o salário é uma renda, o salário é, portanto, a renda de um capital. Ora, qual é o capital de que o salário é a renda? Pois bem, é o conjunto de todos os fatores físicos e psicológicos que tornam uma pessoa

capaz de ganhar este ou aquele salário, de sorte que, visto do lado do trabalhador, o trabalho não é uma mercadoria reduzida por abstração à força de trabalho e ao tempo [durante] o qual ela é utilizada. Decomposto do ponto de vista do trabalhador, [...] o trabalho comporta um capital, isto é, uma aptidão, uma competência. (FOUCAULT, 2008, p. 308).

Desta forma, o que Burt (1992) chama de *capital relacional* constitui um pequeno deslocamento da noção de *capital humano*: trata-se do “conjunto de relações pessoais que um indivíduo pode realizar” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 365). Estas *relações pessoais*, tão valiosas em um mundo conexcionista, são facilitadas não somente por aquilo que um indivíduo porta em termos de *capital econômico*, mas principalmente por aquilo que ele possui enquanto *capital humano*.

Mas existe aí um elemento fundamental no que diz respeito ao acúmulo deste *capital relacional*. Para que um indivíduo possa deter uma grande quantidade deste capital que possa ser revertida em lucro, ele há que transpor alguns *buracos estruturais* da rede. Transpor um buraco estrutural quer dizer travar uma conexão diferencial, difícil de ser realizada, que traga benefícios a ambas as partes. Assim, aconselha-se que os elos a serem feitos não visem tanto aqueles que estão próximos, quanto aqueles que estão mais distantes, uma vez que isto permitirá uma maior *mobilidade* – o que é fundamental para o sucesso em um mundo conexcionista.

Desta feita, por exemplo, se você é um jovem gestor de um departamento x em uma empresa, é bem mais conveniente investir em uma relação com um colega de um departamento y do que com um colega do seu departamento. Se os gestores do departamento x tiverem o costume de manter elos somente entre si, a conexão feita por você com um gestor do departamento y trará aos dois uma série de “ganhos de assimetria informacional” (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 365). Isto quer dizer que haverá um *diferencial* em termos de *capital relacional* obtido precisamente pela transposição (por parte dos dois gestores) de um *buraco estrutural*. Todavia, caso seja costume os gestores do departamento x manterem relação com os gestores do departamento y, este elo não será representado como um ganho diferencial e, portanto, como a transposição de um buraco estrutural, uma vez que a conexão

entre os dois departamentos já é usual. Nesta situação, caso o jovem gestor do departamento x queira acumular um capital relacional, deverá buscar estabelecer uma conexão com um gestor de um departamento ainda desconhecido pelos seus pares – o departamento z. Ora, mas sabemos que, uma vez feita esta conexão e na medida em que ela possa ser bem-sucedida e gerar repercussões entre os colegas de trabalho, certamente será repetida pelos mesmos colegas, bem como pelos outros gestores do departamento z. Isso, a longo prazo, fará com que também a conexão entre departamento x – departamento z não seja mais a transposição de um buraco estrutural. Pois é precisamente aí que se faz presente o *tempo* como a variável fundamental em um mundo conexcionista:

Os ganhos obtidos na conexão dos pontos antes separados por buracos estruturais são primordialmente ganhos de assimetria funcional. Assim [...] é possível, por um lado, ter acesso a uma informação que os outros membros do pequeno grupo não possuem ou – *o que dá na mesma* – ter acesso antes deles e assim *ganhar tempo*, por outro lado, é possível obter ganhos em termos de *reputação* em espaços dificilmente acessíveis, visto que os atores com os quais estabelecemos relações podem falar de nós e nos tornar conhecidos. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 365-366).

Isto quer dizer que a noção de *mobilidade*, tão associada à noção de *libertação*, na medida em que se coloca como uma exigência de lucro em termos de capital relacional, finda por exigir precisamente um preenchimento constante do *tempo* na e para a feitura destas conexões. Como melhor se preparar para travar uma conexão difícil e, por isso mesmo, lucrativa? Quem procurar ou a que grupos se dirigir? O que escrever em um *e-mail*, o que dizer em uma conversa, o que perguntar em uma palestra, ou mesmo como se comportar diante de alguém ou de um grupo com o qual se deseja travar um contato que poderá render-lhe uma série de benefícios? É, portanto, todo este *tempo de preparação*, ou todo este *investimento em termos de capital humano*, que preencherá o tempo em um mundo conexcionista.

Assim, o *tempo livre* aparecerá como o tempo oportuno para o cultivo dessas habilidades conexcionistas (tratadas em termos de capital

humano e relacional). Elas deverão estar sempre alertas, sempre atentas e com as antenas sempre em sintonia com as oportunidades do momento, uma vez que nunca se sabe o exato momento em que as “chances imperdíveis” batem à nossa porta ou passam perto de nossas janelas. Pois sabemos, além disso, que o próprio *status* que atualmente temos está sempre em vias de decadência, caso nos encontremos paralisados e não nos movimentemos para, pelo menos, permanecer onde estamos, ou com a reputação que temos.

Ademais, num mundo conexcionista, onde está claro que o projeto no qual os atores conseguiram se integrar deve necessariamente terminar, o tempo dedicado à busca ansiosa de novos contratos e ao estabelecimento de novas conexões se sobrepõe ao tempo de trabalho propriamente dito, invadindo o momento em que poderiam ser dedicados a outras atividades. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 430).

Se o preenchimento deste tempo livre é, em parte, decorrente da exigência de *mobilidade* em um mundo conexcionista, ele também é, em outra medida, decorrente de todo um movimento de humanização das relações de trabalho posto em marcha pelas exigências de *autenticidade* a serviço do capital.

Pois é quando o trabalho não se limita ao âmbito meramente técnico, quando demanda a singularidade do que é propriamente humano e quando, portanto, precisa ser feito não somente por obediência, mas por vontade, com engajamento, com paixão e até mesmo com amor, pois bem, é precisamente aí que assistimos ao eclipse do tempo livre no tempo produtivo.

Finalmente, os novos dispositivos (enriquecimento das tarefas, melhoria das condições de trabalho) justificados pela intenção de romper com as formas taylorizadas do trabalho (consideradas com razão como desumanas) também ocupam posição ambígua no aspecto aqui considerado. A taylorização tradicional do trabalho consiste certamente em tratar os seres humanos como máquinas, mas não possibilitava pôr diretamente a serviço da busca do lucro as propriedades mais específicas dos seres humanos: afetos, senso moral, honra. Inversamente, os novos

dispositivos empresariais, que exigem um engajamento mais completo e se apoiam em uma ergonomia mais sofisticada, que integra as contribuições da psicologia pós-behaviorista e das ciências cognitivas, precisamente por serem mais humanos, também penetram mais profundamente na interioridade das pessoas esperando-se que elas “se doem” ao trabalho, como se diz, e possibilitam a instrumentalização e a mercadização dos homens naquilo que eles têm de propriamente humano. (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009, p. 471).

Diante do exposto, o que dizer da afirmação de Adorno (1995, p. 73), segundo a qual: “Toda mescla, aliás, toda falta de distinção nítida, inequívoca, torna-se suspeita ao espírito dominante. Essa rígida divisão da vida em duas metades enaltece a coisificação que entrementes subjugou quase completamente o tempo livre”? Teria o novo espírito do capitalismo realizado o ideal adorniano de “mescla” entre as temporalidades do lazer e do trabalho?

Observamos que as estratégias que entram em ação no contexto do capitalismo contemporâneo agem justamente no sentido de diluir esta divisão da vida em duas metades. Tempo de trabalho e tempo livre se mesclam e se fluidificam no capitalismo flexível. Esta *mescla* hoje, porém, longe de realizar o ideal adorniano, reafirma sua suspeita: “a suspeita de que o tempo livre tende em direção contrária à de seu próprio conceito, tornando-se paródia deste. Nele se prolonga a não liberdade” (ADORNO, 1995, p. 71).

Aqui não está em pauta a ampliação de um “tempo do ócio”, cuja origem latina *otium*, remete à ideia de repouso, contemplação, “nada a fazer” (PADILHA, 2000, p. 58). Uma temporalidade libertária e criativa, própria de homens não tutelados. O que está em vigor é um tempo não livre, que se encontra atualmente sob o “fascínio” do poder do capital, em que, como já nos alertara Adorno (1995, p. 73): “por baixo do pano, porém, são introduzidas, de contrabando, formas de comportamento próprias do trabalho, o qual não dá folga às pessoas”.

Hoje, vivemos ainda mais acorrentados à lógica produtivista, com mecanismos mais controladores, posto que os agentes de dominação se tornaram não apenas impessoais, mas a totalidade do sistema parece se ofertar em solitudes e “humanidades”.

Para compreendermos as atuais formas de ocupação dessa temporalidade, consideramos essencial apontarmos alguns elementos vinculados, em especial, às **novas tecnologias informatizadas**, as quais teriam por função “economizar” tempo aos que delas se utilizam e se fazem pagar em função disso. Nisto consistiria o atual paradoxo entre o incessante processo de inovação tecnológica e a crescente escassez de tempo referida, principalmente, pelos jovens.

As novas tecnologias midiáticas e informatizadas

O conceito iluminista de progresso encerrava um otimismo quanto ao futuro da espécie humana. Ali havia implícita a crença de que os avanços da ciência, da técnica e da razão propiciariam não apenas uma melhoria nas condições objetivas de vida do homem, mas também seriam capazes de atender aos anseios por bem-estar subjetivo, realização existencial pessoal e felicidade. Isto se devia, principalmente, à combinação de alguns elementos do campo da tecnociência, a saber: o avanço do saber científico; o domínio crescente da natureza pela tecnologia e o aumento exponencial da produtividade e da riqueza material, tendo como aliada a razão instrumental.

Entretanto, o “progresso tecnológico” não redundou em “progresso humanitário” (MARCUSE, 1982). A existência de máquinas, computadores, celulares etc. não se constitui, *per se*, em garantia de liberdade, democracia ou mesmo autonomia.

O lugar que a tecnologia ocupa atualmente nas sociedades não é o de um mero instrumento. Marcuse (1982) é veemente em sua assertiva de que a tecnologia é, antes de tudo, concebida como um *Projekt*, ou seja, nela são projetados os interesses dominantes da sociedade e suas intenções com relação aos homens e às coisas. Portanto, no modo de produção capitalista, a racionalidade da técnica é identificada com a própria racionalidade da dominação, na medida em que o enorme poder dela derivada sempre representou o poder dos grupos economicamente mais fortes sobre a sociedade, não redundando em “progresso humanitário”, com fins emancipatórios. Vejamos o que nos diz Marcuse (1982, p. 14-19) a respeito do caráter político da tecnologia:

A racionalidade tecnológica ter-se-á tornado racionalidade política [...]. O aparato técnico de produção e distribuição não funciona como a soma total de meros instrumentos que possam ser isolados de seus efeitos sociais e políticos, mas como um sistema que determina, *a priori*, tanto o produto do aparato como as operações de sua manutenção e ampliação. Nessa sociedade, o aparato produtivo tende a tornar-se totalitário no quanto determina não apenas as oscilações, habilidades e atitudes socialmente necessárias, mas também as necessidades e aspirações individuais [...]. A tecnologia serve para instituir formas novas, mais eficazes e mais agradáveis de controle social e coesão social.

A irracionalidade objetiva do sistema apontada na *Dialética do Esclarecimento* se funda, justamente, nessa discrepância entre “progresso tecnológico” e “progresso humanitário”, em que ocorre uma distribuição irracional dos bens objetivos e subjetivos que a civilização já conquistou. Isto porque, apesar de todo o progresso tecnológico já alcançado, o modo como a riqueza social, o saber acumulado e as aptidões humanas foram orientadas não redundaram em “progresso humanitário” com vistas à extinção progressiva da miséria e do trabalho alienado; mas, ao invés, resultaram em uma subordinação cada vez maior do homem ao aparato produtivo e de consumo, concebido como um fim em si mesmo (MARCUSE, 1982; ADORNO; HORKHEIMER, 1991).

No sentido mais amplo do progresso do pensamento, o esclarecimento tem perseguido sempre o objetivo de livrar os homens do medo e de investi-los na posição de senhores. Mas a terra totalmente esclarecida resplandece sob o signo de uma calamidade triunfal. O programa do esclarecimento era o desencantamento do mundo [...]. Contudo, a credulidade, a aversão à dúvida, a temeridade no responder, o vangloriar-se com o saber, a timidez no contradizer, o agir por interesse, a preguiça nas investigações pessoais, o fetichismo verbal... impediram um casamento feliz do entendimento humano com a natureza das coisas. (ADORNO; HORKHEIMER, 1991, p. 19).

Miniaturização Tecnológica – novos elementos da tecnologia

Entretanto, certamente é inegável o grande avanço que as tecnologias informatizadas propiciaram em relação, por exemplo, à mobilidade proporcionada pela Internet e por uma série de aparelhos eletrônicos miniaturizados, que, ao comprimirem o espaço, facilitam encontros em tempo real entre pessoas das mais longínquas localidades. Além do que a produção de “próteses” eletrônicas corporais, portáteis, atualmente consumidas em larga escala, tem um significado psicossocial e cultural de grande relevância para a relação dos jovens com as tecnologias informatizadas e a ordenação de seu tempo.

Parece ter ocorrido um redirecionamento dos sonhos de automação: a ficção dos anos 1960 era pródiga em apresentar películas em que chamava atenção a suposta revolução em alguns setores específicos: 1. Nos transportes: carros que voavam; 2. Na robótica: um mundo em que robôs faziam toda a sorte de tarefas pelos indivíduos; 3. Na automação do trabalho: fábricas cujas máquinas trabalhavam sozinhas.

Entretanto, hoje, nem os carros voam, nem temos robôs cotidianamente à nossa disposição. Mesmo a indústria de equipamentos voltados prioritariamente para as empresas e para o campo do maquinário da produção automatizada tomou outra direção: a do campo da comunicação, sob a lógica de fluxos temporais virtualizados, desta feita, direcionada não apenas ao trabalho, mas à residência, à esfera privada e ao próprio corpo do homem.

A atual indústria da produção de bens eletrônicos e midiáticos inundou o planeta com *gadgets*, ou seja, equipamentos cada vez mais miniaturizados, mais leves, práticos e mais próximos de nossos corpos – verdadeiras próteses humanas. Nesse caso, o termo “prótese”, (do grego *prosthēnos*) que designa extensão, “não designa algo separado do sujeito, à maneira de um instrumento manipulável, e, sim, a forma resultante de uma extensão especular ou espectral que se habita, como um novo mundo, com nova ambiência, código próprio e sugestões de conduta” (SODRÉ, 2006, p. 21).

A direção do desenvolvimento tecnológico priorizou, portanto, o campo da *comunicação*. O que implica no fato de a capacidade de interação

a distância e a mobilidade não dependerem mais de um ponto fixo e imóvel, ao qual o homem tivesse que se dirigir. Isto parece irrelevante, mas trouxe enormes mutações nas relações e na própria concepção do humano. Primeiro, o homem passa a torna-se o próprio receptáculo, sem mediações, de todas as demandas sociais, econômicas, culturais e psíquicas advindas do meio; ao mesmo tempo, as próteses eletrônicas o transformam em presença “virtual” em todas as partes do mundo, ainda que, muitas vezes, à sua revelia.

Assim, a tecnologia e a conexão estão integradas ao dia a dia dos jovens, permeando não só suas atividades diárias, mas atravessando, inclusive, as barreiras do corpo. Isto porque, para além dos celulares, *notebooks*, *netbooks*, *pendrives*, *iPods*, *iPads*, *iPhones*, câmeras miniaturizadas e toda uma miríade de microequipamentos que se instalam no limite da fusão com o humano, já foram desenvolvidas tecnologias que transformam corpos humanos em telas, teclados e fios condutores de dados.

O corpo passa, desse modo, a ser o destino comum de informações, mensagens, imagens e produtos culturais de toda a sorte, tornando-se um veículo tecnológico excitável, sempre em estado de prontidão. Estamos em “prontidão” mediante os ininterruptos fluxos de informação em altíssima velocidade, ante o acelerado processamento de imagens e mensagens, as exigências de aptidão constantes demandadas pelo mercado de profissões, de consumo compulsivo por sempre novos aparelhos tecnológicos, de disponibilização em tempo real e atendimento imediato às demandas da produção.

Neste mundo de Euforia perpétua (BRUCKNER, 2002), a vida de intensa busca da “felicidade”, via consumo, é vivenciada sob o efeito de constantes choques – sobrecarga de informações e acontecimentos – que demandam respostas rápidas, quase automáticas, reflexas, à semelhança dos animais quando em prontidão para atacar sua presa. O tempo é do “aqui e agora”, um tempo sincrônico que condensa em uma só temporalidade o passado, o presente e o futuro; em que se devem esquecer reminiscências e fantasias: os restos do passado e as sobras do futuro – isto são coisas para “velhos” ou “românticos”.

É neste presente hipertrofiado que temos de nos “encaixar”, (*to fit*). Mas como não há tempo para se valer das lembranças (passado), tampouco

das esperanças (futuro), os acontecimentos vividos parecem não nos pertencerem, deixando uma sensação permanente de estranhamento no ar. São tantas, tão múltiplas e tão velozes as ofertas, os acontecimentos, que mal os experimentamos e já temos que nos decidir pelos vindouros, mesmo sem conhecer a gênese e o desenvolvimento da experiência que ocorre. Daí decorrer o sentimento corriqueiro de incompletude humana diante do desconhecimento da potência das tecnologias a que nos “plugamos”. Quanto mais a máquina nos parece útil, mais nos sentimos “incompletos”, o que, por sua vez, leva a um consumo compulsivo de sempre novos aparelhos.

Apesar disto, duas dentre as “facilidades” referidas pelos usuários merecem destaque: as questões vinculadas à mobilidade e à defesa contra o isolamento. Apesar disto ser verdadeiro, ainda aqui, estas vantagens não podem ser generalizadas, devendo ser refletidas em cada contexto e a partir dos desejos de seu “portador”. Isto porque “mobilidade” não significa “liberdade”, tampouco “isolamento” significa “solidão”. Não podermos nos mover para qualquer sítio sem sermos constantemente observados pode ser signo de controle, assim como a possibilidade de podermos optar por um isolamento pode ser sinal de liberdade.

O controle de deslocamentos e de tempo possibilitado, por exemplo, por celulares e *laptops* vem nos deixando vulneráveis a intromissões tanto na esfera do trabalho quanto na vida particular. As “facilidades” auferidas pelo desenvolvimento exponencial das novas **tecnologias** informatizadas, as *benesses* propiciadas pelo incremento vertiginoso do **consumo** e as múltiplas ofertas de entretenimento veiculadas pela indústria cultural constituem-se em potentes instâncias que demandam ocupação do tempo livre. Sob os auspícios dessas três instâncias, podem ser inseridas estratégicas formas de controle, justamente, no âmago do tempo livre.

Estratégias de invasão do tempo livre

As estratégias de invasão da lógica produtivista em todas as esferas da vida podem ser observadas em vários níveis do nosso cotidiano.

A *primeira estratégia* de invasão, em sua forma mais direta, ocorre quando as atividades laborais se estendem sorrateiramente, via novas tecnologias, seja através das redes informatizadas, seja através dos celulares sempre *anteados*, para o âmbito, não apenas dos lares, mas em aeroportos, consultórios e áreas de lazer, “disponibilizando” o trabalhador praticamente 24 horas por dia.

A *segunda estratégia* relaciona-se com as atividades de consumo de bens e serviços que ocupam a quase totalidade do “tempo livre” dos contemporâneos, orquestrada pela indústria cultural, pela indústria da beleza e da saúde, do turismo, do lazer, dentre outras. “Traga seu filho para brincar, enquanto você diverte-se fazendo compras”, conclama um *outdoor*, na entrada de um *shopping* em uma cidade metropolitana do Brasil.

Entretanto, as opções são sempre “múltiplas” e, cada vez mais, se sofisticam. Atualmente, mesmo o ato de “ir às compras” não requer mais qualquer deslocamento; as compras vêm até você (queira ou não queira) através da invasão computadorizada dos mais recentes *sites* de “compras coletivas”, que insistentemente nos oferecem centenas de promoções as mais diversas a preços módicos, gerando compulsões às compras e produzindo sentimentos de “ter ficado para trás”, caso não se “aproveite” tamanha dádiva!

Observa-se também uma *terceira* modalidade distinta de consumo, que não é de objetos ou serviços, mas de pessoas que se consomem aos moldes das mercadorias. Referimo-nos a uma mercantilização dos afetos vigentes nas relações interpessoais, as quais seguem o “princípio de equivalência” (ADORNO; HORKHEIMER, 1991) entre valores de troca que regem as mercadorias, na qual coisas e pessoas estão iguadas sob a égide de um “equivalente geral” (o dinheiro), onde amigos e amores são coisificados, descartados e liquidificados no turbilhão veloz dos efêmeros encontros presenciais ou conexões virtuais. É como se a renovação perpétua dos objetos impregnasse também a relação entre pessoas, tornando-as também descartáveis e efêmeras.

Por fim, há também uma *quarta estratégia*, que se diz respeito à intensificação da lógica produtivista no interior do trabalho intelectual – um campo tradicionalmente privilegiado pela capacidade de desenvolver

um pensamento libertário. Atualmente assiste-se a uma crescente invasão da ideologia de mercado na academia, no âmago da atividade intelectual de docentes e discentes, em especial nas pós-graduações, com sempre mais trabalho, apesar de todo o aparato tecnológico hoje disponível ou, justamente, por causa dele. As demandas se multiplicam, seja em relação aos prazos de entrega de editais e relatórios, seja em relação ao encurtamento do tempo na formação de jovens mestres e doutores ou ainda em relação à quantificação sempre crescente de artigos a “produzir”. A lógica produtivista impõe maciçamente a sua marca no âmago das universidades, levando professores e alunos a correrem na “esteira” para poder permanecer nos mesmos lugares.

Por fim, as formas de resistências se fazem urgentes: como antídoto para a crescente invasão do tempo livre, apontamos o exercício da ação reflexiva, a apropriação da memória e dos sonhos próprios, a recusa ao imediatismo e às identidades pré-fabricadas, a cautela ante a “euforia perpétua” (BRUCKNER, 2002) orquestrada pela mídia oficial e ao uso da técnica subordinada aos nossos próprios desejos e necessidades. E, assim, poderíamos desejar, em vez de sempre “mais do mesmo”, algo suficiente, porém diverso.

Referências

ADORNO, Teodor W. A Indústria Cultural. In: Gabriel Cohn (Org.). **Theodor W. Adorno**. Sociologia. Coleção Grandes Cientistas Sociais. nº 54. São Paulo: Ática, 1986.

_____. Tempo Livre. In: _____. **Palavras e sinais: modelos críticos 2**. Petrópolis: Vozes, 1995, p. 70-82.

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

BAUDRILLARD, Jean. **La génesis ideológica de las necesidades**. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

_____. **A Sociedade de Consumo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2008.

BAUMAN, Zigmunt. **A Ética é possível num mundo de consumidores?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2011.

BRUCKNER, Pascoal. **A Euforia Perpétua** – ensaio sobre o dever da felicidade. Rio de

Janeiro: DIFEL, 2002.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

CASTELLO, Luis e MÁRSICO, Cláudia. **Oculto nas palavras**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1997.

EHREMBERG, Alain. **O Culto da Performance** – da aventura empreendedora à depressão nervosa. São Paulo: Ideias e Letras, 2010.

KEHL, Maria Rita. Os tempos do outro. In: _____. **O tempo e o cão** – a atualidade das depressões. São Paulo: Boitempo, 2009.

LIPOVETSKY, Giles. **A felicidade Paradoxal**: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MARCUSE, Herbert. **Un ensayo sobre la liberación**. Sevilla, España: Doble, 1969.

_____. **A Ideologia da Sociedade Industrial**: O Homem Unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MARX, Karl. Fetichismo e Reificação. In: O. Ianni (Org.). **Sociologia**. São Paulo: Atica, 1984.

MASSCHELEIN, J. Experimentum Scholae: The World Once More ... But Not (Yet) Finished. **Stud Philos Educ**, n.30, 2011, p. 529–535.

PADILHA, Valquíria. **Tempo Livre e Capitalismo**: um par imperfeito. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000.

ROSA, Hartmut. **Aliénation et accélération**: vers une théorie critique de la modernité tardive. Paris: Découvert, 2012.

SCHULTZ, T. W. **O capital humano**: Investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 1971

SEVERIANO, Maria de Fátima V. **Narcisismo e Publicidade**: uma análise psicossocial dos ideais do consumo na contemporaneidade. São Paulo: Annablume, 2001.

_____. Pseudo-indivuação e homogeneização na cultura do consumo: reflexões críticas sobre as subjetividades contemporâneas. In: **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, n. 2, v. 6. Rio de Janeiro, 2006.

_____. Lógica do Mercado e Lógica do Desejo: reflexões críticas sobre a sociedade de consumo contemporânea a partir da Escola de Frankfurt. In: Soares J. C. (Org.). **Escola de Frankfurt: inquietudes da razão e da emoção**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

SEVERIANO, Maria de Fátima V.; ALVARO, José Luís (2003). Sociedad Moderna y Sociedad Mundial. Em Álvaro, J. L. (Org.). **Fundamentos Sociales del Comportamiento Humano**. Catalunya-España: Editorial UOC, 2003.

_____. **Consumo, Narcisismo e Identidades Contemporâneas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006.

SEVERIANO, Maria de Fátima V.; BENEVIDES, Pablo Severiano B. (2011). **A Lógica do Mercado e as Retóricas de Inclusão**: articulações entre a crítica frankfurtiana e a Pós-Estruturalista sobre as novas formas de dominação. In: Soares, J. C. (Org.). **Dossiê Escola de Frankfurt. Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, n. 1, v. 11. Rio de Janeiro.

SODRÉ, Muniz. Eticidade, Campo Comunicacional e Mídiação. In: MORAES, Dênis de (Org.). **Sociedade Mídiação**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

Juventude, Processos Educativos e Trabalho

Juventude e Educação: Entre Velhos e Novos Desafios

Alexandre Simão de Freitas

Introdução

O propósito de qualquer teoria democrática, no campo educativo, consiste em articular princípios, estruturas e práticas que evidenciem como formar os sujeitos para atuarem em uma esfera pública politizada. Pois se a democracia constitui o meio institucional para a formação e a ação dos atores, o espírito democrático precisa estar presente também nas organizações encarregadas de formar os indivíduos. Assim, assegurar o acesso universal aos bens educativos é a primeira condição para uma relação adequada entre educação escolar e democracia, não obstante o acesso escolar, em si mesmo, não garanta o processo de democratização social. Isso porque também são necessárias disposições, *formas de ser* que propiciem a incorporação dos valores democráticos desde a escola. A democratização do ensino não acontece em um vácuo.

Os projetos e as identidades emergem das comunidades concretas de pertencimento, as quais mobilizam formas concretas de solidariedade e reconhecimento. Foi com base nesse entendimento que consideramos importante analisar, desde o campo da chamada gestão social da educação, os impasses na efetivação do direito à educação dos segmentos juvenis em nosso País¹. Um eixo fundamental dessa reflexão aponta para o movimento

1. A discussão articula-se a um amplo projeto de pesquisa denominado *Juventude, exclusão e processos de mudança: o papel educativo das redes associacionistas da sociedade civil*, desenvolvido no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Pernambuco, e apoiado simultaneamente pelo CNPq e pela Facepe.

de reforma do Estado impulsionado nos anos 1990 e que, desde então, tem configurado novas matrizes de inteligibilidade a respeito do modelo de gestão pública no campo educacional (NOGUEIRA, 2004). Um exemplo claro dessa orientação se manifesta no próprio discurso dos pesquisadores da área de administração educacional e escolar; é curioso notar como todo um debate histórico travado nesse campo é, simultaneamente, deslocado e subsumido pela noção de gestão.

Embora não seja esse o foco analítico do trabalho, lembramos que a noção de gestão não pode ser apreendida como uma mera “evolução” dos paradigmas da administração. Logo, os termos não podem ser tratados como sinônimos, pois sua conceituação implica clivagens profundas no tratamento dos bens públicos. Por isso, concordamos com Paro (1999) quando esse afirma que toda gestão educacional é sempre social, mas divergimos quanto à sua compreensão de que a essencialidade da gestão reside no uso racional do esforço humano, pois esse entendimento contribui, a nosso ver, para manter a gestão educacional submetida aos pressupostos utilitaristas oriundos das teorias gerais da administração, que pretendem fundamentar “a condução racional das atividades de uma organização, seja ela lucrativa ou não lucrativa” (BRAVO, 2007, p. 38), obstruindo, nesse processo, a própria especificidade da gestão pública e consequentemente da gestão educacional².

Por essa razão, queremos ressaltar uma tematização em torno das políticas públicas de educação comprometidas com o alargamento da cidadania democrática, voltadas para os segmentos juvenis, através da articulação entre os movimentos da sociedade civil e as agendas estatais. Para o desenvolvimento desse argumento, abordaremos o conceito de gestão social da educação desde uma perspectiva antiutilitarista (MARTINS, 2004). Nessa perspectiva, noções como gestão democrática e participação cidadã apenas adquirem sua inteligibilidade plena no âmbito de uma teoria positiva da reciprocidade educativa, a qual não cinde os vínculos cognitivos e os vínculos derivados da sociabilidade,

2. Como consequência, admitimos que uma reforma democrática do Estado exige repensar a própria ideia de gestão pública, já que o sucesso de qualquer reforma não pode ser assegurado por meras mudanças organizacionais ou choques de gestão que se limitam a reordenar as funções e estruturas dos aparelhos estatais (MARTINS, 2004), sem levar em conta o caráter singular dos bens públicos e os desafios que eles põem para os modelos hegemônicos de administração.

pondo em questão as finalidades sociais da formação humana (REVUE DU MAUSS, 2006)³. Mais ainda: dessa ótica, a crise atual da educação não é apreendida como uma *crise de gestão*, ou seja, como uma crise da capacidade de gerenciamento dos processos educativos por parte dos atores institucionais, mas como uma crise de sentido. O que aponta para a dificuldade dos sistemas educacionais incorporarem as práticas e formas de vida cotidiana, bloqueando os processos de reconhecimento recíproco entre os sujeitos da educação.

Trata-se de uma distinção importante na medida em que a democracia não se esgota com a simples garantia jurídica dos direitos, demandando que a própria sociedade movimente-se em formas de vida democráticas. Em outras palavras, isso significa que os processos de legitimação não prescindem de uma experiência pré-política da cooperação social, uma vez que, sem esta experiência, os indivíduos não saberiam como manifestar qualquer motivação ou qualquer interesse para utilizar a linguagem dos utilitaristas, para contribuir com a formação de uma opinião e uma vontade *públicas*. Nessa perspectiva, os processos democráticos não podem ser concebidos de uma forma dissociada das comunidades de pertencimento, porque é nessas formas primeiras de associação que os indivíduos adquirem, na prática, consciência dos resultados de suas ações conjuntas. Logo, construir um Estado democrático implica uma remodelação radical do imaginário governamental, uma vez que o Estado precisa aprender a construir alianças com os diferentes atores comprometidos com o ideal de uma cidadania democrática presentes na esfera pública local. Uma das tarefas seminais da gestão pública visa, justamente, ressignificar o lugar da sociedade civil na organização de uma esfera pública politizada, e, sem isso, não é possível refundar a lógica de implementação dos sistemas de proteção social.

Os bens que circulam no espaço social são sempre bens qualitativamente singulares, valorizados segundo padrões específicos.

3. Mobilizar o princípio da reciprocidade no campo educativo pressupõe a prioridade da dimensão simbólica sobre a função instrumental do ensino, ou seja, reconhecer os sujeitos como o valor supremo das práticas educativas. O princípio da reciprocidade fornece um quadro experiencial para se apreender o papel das aprendizagens humanas em contextos organizacionais específicos. Em outros termos, “reconhecer que a reciprocidade é constitutiva do vínculo social leva os membros da organização a refletir sobre a natureza dos laços sociais” (SABOURIN, 2005, p. 10).

Logo, a educação não pode ser concebida apenas a partir da função de transmissão dos saberes acumulados, ou seja, valorizados segundo sua utilidade social, mas também em função da construção dos vínculos que geram o espaço público em sua dimensão simbólica. Assim, socializar não quer dizer necessariamente integrar ou adaptar. Na atualidade, os processos de socialização precisam também ser repensados como transcendentais aos modelos deterministas de integração social, ligando-se a uma ontologia do ser social que conduz à experiência da incondicionalidade, ou seja, à experiência de pertencer a uma comunidade, mas que “longe de limitar a personalidade de cada um, ao contrário, a expande” (GODBOU, 2002, p. 84). Em termos políticos, essa compreensão permite conceber de modo distinto o chamado “sucesso escolar”, baseado em “desempenhos” e “competências”, que nada mais são que fins instrumentais do processo pedagógico. Uma formação bem sucedida, ao contrário, consistiria em aprender a construir os vínculos que permitem à sociedade perpetuar-se como sociedade. Com isso, é possível liberar as abordagens educativas dos ideais abstratos da escola republicana de promoção da igualdade pela distribuição universalista do conhecimento, em decorrência do qual as redes de escolarização formal acabam produzindo um processo de despersonalização das atividades educativas, percebido no aumento significativo dos conflitos e enfrentamentos entre os atores escolares. Conflitos nos quais os jovens ocupam, cada vez mais, um papel dramático. Esse não é apenas um problema apenas pedagógico, mas um aspecto fundamental para a compreensão dos próprios processos democráticos na sociedade contemporânea. As dificuldades vivenciadas nos processos de formação das juventudes indicam que algo está se fraturando na transmissão dos bens sociais e culturais. A educação tem circulado como um “bem envenenado”, destruindo as bases da transmissão da tradição (MAUSS, 1974, p. 126), sem a qual não é possível a continuidade e a organização consciente de uma sociedade.

Os pontos cegos na educação dos jovens

O aprendizado social e político das novas gerações provém, principalmente, das inúmeras experiências, contatos e influências que os indivíduos têm nas suas redes de pertencimento. Não faz sentido, portanto,

pensar a formação para a cidadania democrática de uma forma dissociada dos seus movimentos e redes sociais. Uma articulação necessária, inclusive, para corrigir a tradição histórica do setor educacional brasileiro de restringir o universo da participação popular, nas questões educacionais, aos atores diretamente envolvidos com os processos escolares. A comunidade educativa quase sempre é compreendida como sinônimo da comunidade escolar, em sentido estrito, ou seja, dirigentes, professores, alunos e funcionários das escolas. Quando se fala em democratização do espaço escolar ou de “abertura da escola à comunidade”, o máximo que tem se obtido é a inclusão dos pais e dos responsáveis diretos pelas crianças e adolescentes. Raramente, as redes escolares se associam com as outras instituições e organizações existentes nas comunidades, pois isso obrigaria a dividir com os atores coletivos o poder de decidir sobre o próprio modelo formativo em curso na atualidade. A indiferença com relação a essa dimensão está na raiz da desestruturação do vínculo social, da violência e das desigualdades multiplicadas.

A reversão desse cenário, por sua vez, passa pelo entendimento de que o Estado não pode ser apenas um regulador dos problemas sociais, através da construção passiva de políticas públicas redistributivas. O desafio passa a se localizar na criação de novos instrumentos para impulsionar e avaliar as conexões entre a intervenção pública e os espaços organizados da sociedade civil.

Isso significa deslocar o eixo das mudanças desejadas dos procedimentos gerenciais para o conteúdo mesmo do modelo de gestão que se está defendendo. O que não é possível se não se altera, concomitantemente, determinadas regularidades discursivas observadas no tratamento das demandas juvenis, pelo campo educativo. Apesar da recente difusão de uma compreensão plural da juventude, o que tornou comum falar em juventudes e não em juventude, desvela-se ainda uma ênfase homogênea e redutora no tratamento analítico das juventudes; uma ênfase caracterizada, dentre outros elementos, pela dificuldade de problematizar o modo como os próprios jovens constituem os seus processos de socialização e suas experiências cotidianas nas suas redes concretas de pertencimento. Nesse sentido, deixam-se no escuro as desigualdades que condicionam a vivência da condição juvenil, incluindo

suas dimensões de classe, etnia e gênero, o que fragiliza a percepção da sua condição de sujeitos de direitos em detrimento de uma perspectiva protetiva de matiz claramente assistencialista que faz proliferar toda uma tematização ancorada nos *problemas da juventude*, ou seja, a própria condição juvenil é vista como um problema.

Não é por acaso [portanto] que a problematização é quase sempre então uma problematização moral: o foco real de preocupação é com a coesão moral da sociedade e com a integridade moral do indivíduo ou do jovem como futuro membro da sociedade, integrado e funcional a ela [...] na maior parte das vezes, a problematização social da juventude é acompanhada do desencadeamento de uma espécie de pânico moral que condensa os medos e angústias relativas ao questionamento da ordem social como conjunto coeso de normas sociais. (ABRAMO, 1997, p. 29).

Assim, não casualmente, o foco da discussão se volta para a localização dos segmentos juvenis onde se pressupõe haver uma maior probabilidade de existirem problemas disfuncionais na sua dinâmica de socialização, pondo em risco os modelos de transmissão cultural. Por isso, ainda nos termos de Abramo, focaliza-se:

o enfrentamento dos problemas sociais que afetam a juventude (cuja causa ou culpa se localiza na família, na sociedade ou no próprio jovem, dependendo do caso e da interpretação), mas, no fundo, tomando os jovens eles próprios como problemas sobre os quais é necessário intervir, para salvá-los e reintegrá-los à ordem social. Além disso, [esse tipo de abordagem] tem pouca capacidade de gerar uma compreensão mais ampla e aprofundada, por parte desses agentes sociais, a respeito do público alvo, de suas características, suas questões e modos de experimentar e interpretar essas situações problemáticas. (ABRAMO, 1997, p. 26 e 27).

Nesse caso, os jovens só se tornam *visíveis* ao serem evidenciados como problemas ou desviantes em potencial. Uma contraposição sugestiva a esse enfoque vem sendo construída por diversos autores, entre eles Dayrell (2003), que compreendem os jovens como atores sociais. Para Dayrell, abordar os jovens na condição de atores é importante para

se gerar uma contraposição às tendências baseadas em pontos de vista externos, comumente, permeados por estereótipos construídos nas práticas sociais, inclusive por parte de técnicos, intelectuais, especialistas e agentes institucionais.

Dessa ótica, os chamados *estudios culturales* propiciariam uma percepção renovada das questões relativas à juventude, exercendo uma influência singular nos pressupostos que orientam as reflexões sobre os jovens. Os estudos culturais abririam uma nova perspectiva de análise nos estudos sobre as culturas juvenis. Com isso, a relação dos jovens com os bens culturais é enfatizada como lócus de negociação de significados, interferindo nos processos de identificação-diferenciação social, o que traz para o debate a importância de se compreender a dinâmica social e sua repercussão nos modos de vida, nos padrões de interação e nos próprios processos de escolarização.

Embora Reguillo (2003) também considere, desde uma perspectiva cultural, que para certas categorias de jovens, sobretudo os pobres, essa relação com a cultura permanece ambígua e contraditória, indicando duas classificações dos atores juvenis:

- a) Los que pueden conceptualizarse como “incorporados” y que han sido analizados a través o desde su pertenencia al ámbito escolar o religioso; o bien, desde el consumo cultural.
- b) Los “alternativos” o “disidentes” cuyas prácticas culturales han producido abundantes páginas y que han sido analizados desde su no-incorporación a los esquemas de la cultura dominante. (REGUILLO, 2003, p. 106).

Mas o fato é que a influência dos estudos culturais já tem contribuído para cristalizar alguns pressupostos analíticos tanto na produção acadêmica quanto na agenda política que trata dos jovens, dentre os quais destacamos: a capacidade ativa dos sujeitos face aos determinantes sociais; e a centralidade da linguagem não só como veículo de comunicação, mas como produtora de realidades e desencadeadoras de processos de subjetivação. Essas contribuições vêm possibilitando uma análise mais acurada do cotidiano dos jovens, priorizando os territórios de pertencimento e os grupos de sociabilidade juvenil, ou seja,

los pequeños espacios de la vida cotidiana como trincheras para impulsar la transformación global [...] Puede decirse que la escala es individuo-mundo y que el grupo de pares no es ya un fin en sí mismo, sino una mediación que debe respetar la heterogeneidad; [...] una selección cuidadosa de las causas sociales en las que se involucran. (REGUILLO, 2003, p. 106).

Contudo, em que pese a relevância desses elementos analíticos constata-se que eles ainda são insuficientes para lidar com a complexidade a respeito das culturas juvenis na atualidade, bem como avançar na formulação de políticas públicas capazes de apreender as experiências e os processos de subjetivação dos jovens desde o âmbito escolar. Essa compreensão fez emergir, nos últimos anos, uma espécie de consenso de que seria necessário impulsionar uma visão de integralidade capaz de engendrar uma abordagem multidimensional dos próprios jovens e da sua formação. A única forma de se produzir uma oposição significativa a um modelo de educação voltado estritamente à “instrumentalização competente do indivíduo”, ou seja,

opor-se a uma funcionalização redutora da educação escolar e de outras dimensões e alternativas em que ela pode ser culturalmente criada e estendida, uma ou algumas propostas de uma educação realística e utopicamente diversa quanto possível. (BRANDÃO, 2012, p. 46).

A percepção é de que o modelo atual de formação dos jovens está atrelado univocamente aos imperativos mercadológicos, o que condiciona de forma negativa os processos de socialização vivenciados nos sistemas escolares, afetando, por exemplo, o sentido que os próprios jovens atribuem à relação com os saberes e tornando evidente as dificuldades e os desafios que atravessam todos aqueles que direta ou indiretamente lidam com os segmentos juvenis nos espaços educativos.

Não se trata, obviamente, de uma questão nova para o campo educacional, pois, desde a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), o ensino médio passou a ser apreendido como etapa final da Educação Básica, intensificando as demandas sociais

para uma expansão na oferta de vagas e uma maior preocupação com a permanência dos jovens nesse nível de ensino ⁴.

Tudo indica que, a partir da LDB 9.394/96, parece ter havido, por parte dos pesquisadores e profissionais da educação, uma maior preocupação em promover pesquisas que articulem o ensino médio frente às mudanças ocorridas no mundo do trabalho, bem como em fazer com que a prática escolar se vincule à prática social mais ampla. A legislação educacional, para esse nível de ensino, prevê que os jovens aprimorem os conhecimentos adquiridos no ensino fundamental e preparem-se para o ingresso no mundo do trabalho, defendendo explicitamente a visão do jovem como pessoa humana e a valoração da educação como resultante de uma formação ética, autônoma e crítica. A intencionalidade consiste em articular formação geral e preparação para as demandas de inclusão no mundo do trabalho, a partir de uma formação ética ancorada no desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Para isso, a escola precisaria considerar, na elaboração do seu projeto político e pedagógico, as especificidades da condição juvenil, de modo que os jovens pudessem:

aprender permanentemente; refletir criticamente; agir com responsabilidade individual e social; participar do trabalho e da vida coletiva; comportar-se de forma solidária; acompanhar a dinamicidade das mudanças sociais; ter utopia a orientar a construção de seu projeto de vida e de sociedade; e ainda, enfrentar problemas novos construindo soluções originais com agilidade e rapidez, a partir da utilização metodologicamente adequada de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos. (KUENZER, 2000, p. 23).

Essas discussões agregaram novos elementos ao campo das políticas públicas de educação, impulsionando discussões sobre a relação entre a juventude e os processos de escolarização, seja do ponto de vista

4. Ao mesmo tempo, nesse mesmo período, os jovens ganham visibilidade política no cenário das discussões internacionais e nacionais, tornando-se alvo de expectativas ambivalentes em meio a questões como violência urbana, uso de drogas lícitas e ilícitas, acidentes de trânsito, etc.; questões para as quais se voltam, de modo significativo, os planejadores de políticas públicas. Assim, os jovens entram na cena política brasileira abarcando uma pluralidade de signos circundantes no imaginário social.

mais estrito da relação educação e trabalho, seja do ponto de vista da racionalidade que mobiliza o debate e articula não só as demandas dos segmentos juvenis, mas os próprios processos de resistência mobilizados pelos jovens.

Não obstante, os analistas insistem em reafirmar a prevalência da dualidade histórica imanente a esse nível de ensino, presentificada de modo exemplar no debate acerca do papel do ensino médio na qualificação dos jovens para o trabalho, questionando se o reordenamento normativo é condição suficiente para problematizar o privilégio histórico da preparação para o mercado de trabalho. Como enfatiza Kuenzer (2000), a promulgação da LDB também decorre da conjuntura socioeconômica produzida pelo processo de globalização e pela reestruturação produtiva. Conjuntura que enfatizava um modelo de escolarização associado com a busca de soluções em um cenário complexo e dinâmico, mas, também, opaco e contraditório.

Dessa ótica, as relações entre o ensino médio e a educação profissional passaram a hegemonizar os debates mais polêmicos da agenda educacional brasileira, ao longo dos anos 1990 e 2000 (KUENZER, 2003). Como resultado, desencadeia-se todo um processo de objetivação e racionalização do ensino médio, tendo em vista adequar a estrutura existente a um atendimento mais eficaz, cujo foco são os chamados programas de aceleração da aprendizagem. Assim, apesar das intenções explicitadas no novo referencial legal, permanecemos atrelados aos alicerces de um modelo de escolarização cujos rumos permanecem atravessados por uma cultura autoritária e conservadora, sobretudo quando se trata de universalizar o direito à educação para os segmentos das camadas populares. Para Fanfani (2000), essa situação mostra que a mera inclusão da população jovem oriunda dos espaços populares, antes excluída da escola média, não parece ser uma condição suficiente para agregar valor ao seu processo de escolarização. Dessa maneira,

quando os excluídos chegam ao ensino médio, produz-se o conflito e o desencanto. Conflito, porque a universalização e a escolarização produzem novas contradições (entre características objetivas e subjetivas, expectativas, preferências, atitudes, comportamentos, etc.), além de problemas entre a demanda

e as características da oferta (inadequação institucional e empobrecimento da oferta escolar). Desencanto e frustração, porque quando chegam ao ensino médio os pobres se deparam com o que já não existe: correspondência entre escolaridade, obtenção do diploma e os esperados resultados materiais (postos de trabalho) e simbólicos (prestígio e reconhecimento social), porque chegam tarde. (FANFANI, 2000, p. 3).

Essa mesma posição é compartilhada por Barroso (2008), para quem os desafios do ensino médio, nos sistemas públicos de ensino, apontam para a dificuldade de democratização do acesso e sua consequente universalização. Para ele,

a sua insuficiência — ou o *déficit* de oferta — foi, durante a maior parte do século XX, o motivo das manifestações mais indignadas das consciências esclarecidas envolvidas com os projetos de mudança social e que apostavam na difusão da escola pública para realizá-los. Ao mesmo tempo em que se indignavam com a escassez da oferta de ensino médio, os setores sociais envolvidos com os projetos nacionais de “modernização” e “desenvolvimento” apontavam a discrepância entre estes projetos e o modelo escolar dominante, notadamente diante das características do nível mais sofisticado da educação básica, a escola secundária, alvo preferencial das críticas contundentes dos educadores comprometidos com o projeto de democratização da sociedade e que apostavam na ampliação das oportunidades educacionais como um fator estratégico para a sua efetivação. (BARROSO, 2008, p. 37).

Nesse contexto, a escola de ensino médio sempre foi acusada de ser exageradamente meritocrática e centrada na transmissão de conteúdos que a distanciavam da desejada modernização urbano-industrial. O caráter “autoritário”, “anacrônico”, “verbalista”, “bacharelesco”, “livresco” (apenas para citar alguns dos muitos e pouco elogiosos adjetivos presentes na literatura) atribuído ao ensino médio caracteriza uma crise de legitimidade de uma escola pública muito pouco acessível e sem identidade com um projeto de transformação social. Uma escola que permanecia fiel à sua missão histórica de formação das elites vocacionadas para o exercício das funções intelectuais; adequada, portanto, aos setores sociais privilegiados/minoritários a que historicamente sempre servira. Assim,

no Brasil, após o alcance de índices de cobertura próximos dos 100% da população em idade escolar, a crise da escola pública — que antes era identificada como uma crise de insuficiência de oferta — passa a ser identificada com a falta (ou a perda, para os mais nostálgicos) de qualidade no seu ensino ou, dito de outra forma, da sua incapacidade de assegurar, àqueles que a frequentavam, o domínio de um elenco mínimo de conhecimentos tomados como essenciais para a inserção dos indivíduos na vida social como adultos produtivos, autônomos, ativos, participantes. A crença que ampara essa visão da crise da escola como uma crise de qualidade no seu ensino não põe em discussão a sua imprescindibilidade para a atribuição das qualificações e admite que o simples acesso à escola não é suficiente para assegurar essas aquisições, em função das diferenças sociocognitivas existentes no interior da população que as frequenta, diferenças essas que acabam por determinar os diferentes desempenhos diante das exigências da escola para assegurar o cumprimento de trajetórias escolares mais prolongadas que, por si sós, já funcionam como atestados de mérito individual. (BARROSO, 2008, p. 44).

No eixo dessa problemática está a dificuldade de estabelecer relações sinérgicas, no ensino médio, entre as dimensões da cidadania e do mundo do trabalho. Diversos autores (FRIGOTTO, 2000; GENTILI, 1999) têm enfatizado que as relações entre educação e trabalho precisariam ser redimensionadas para difundir uma compreensão da educação como prática social e cultural, ou seja, como relação humana de sujeitos e como ação política que mobiliza aspirações, valores e pensamentos. Sem isso, lembra Kuenzer (2000), alimentamos uma situação paradoxal: “por um lado, a escola de ensino médio inclui os jovens massivamente pelo acesso, ampliando a expansão do número de matrículas ofertadas; por outro lado, exclui esses mesmos jovens no seu interior mesmo da escola, em função do próprio modelo de escolarização proposto” (KUENZER, 2000, p. 23).

Para essa autora, o processo de implementação e avaliação das propostas atuais para o ensino médio precisam colocar em questão, de alguma forma, a própria estrutura escolar com sua organização de tempos e espaços, o currículo e o papel dos atores, entre outras dimensões vitais, envolvendo educadores, pais e especialistas em um debate mais ampliado. Por tudo isso, o único consenso compartilhado, até o momento, é que o

ensino médio, apreendido como etapa final da escolarização básica, implica uma concepção alargada de educação, exigindo mudanças significativas nas práticas e na própria cultura escolar hegemônica.

As relações entre as juventudes e a escola

Nesse contexto, os diversos estudos apontam para uma relação de ambiguidade e tensão nas relações entre as juventudes e o processo de escolarização, o que se reflete nas relações de poder estabelecidas no interior da escola e nos processos de subjetivação vivenciados pelos jovens. A noção de *condição juvenil* é destacada como possibilidade de uma melhor compreensão da relação dos jovens com a escola, abrindo uma reflexão mais ampliada sobre o lugar social dos jovens pobres, uma vez que isso vai afetar os limites e as possibilidades com os quais constroem uma determinada condição juvenil.

A noção de condição juvenil é mobilizada, portanto, para justificar uma análise mais refinada das experiências vivenciadas pelos jovens para além da condição de *aluno* ou de *estudante*. Expressões que parecem limitar a compreensão do processo de formação das identidades juvenis na sua relação com as dinâmicas de escolarização. Nessa direção, é preciso superar as análises sobre a escola que privilegiam apenas a experiência pedagógica e os mecanismos presentes na distribuição do conhecimento escolar sem levar em conta outras dimensões e práticas sociais em que estão imersos os jovens. É preciso questionar: quem são os jovens que chegam ao ensino médio no Brasil? Quais são seus desejos e expectativas? Quais as representações que a escola e seus professores fazem dos jovens? Que tipos de vivências e saberes constroem fora do universo escolar? Quais sentidos que os jovens atribuem a essa experiência escolar?

Essas questões refletem e sinalizam a necessidade de incorporar novos elementos analíticos desde a perspectiva dos sujeitos jovens, apreendidos como atores sociais, o que implica também considerar a importância da sua participação ativa na construção dos projetos pedagógicos. Situação que, sem dúvida, aponta novos desafios para as políticas públicas de educação que lhe são endereçadas.

O problema é que, se, por um lado, os argumentos em favor da escola pública com uma organização diferenciada, com um caráter inclusivo, são politicamente corretos e socialmente justos, por outro lado, tomam, como dado inquestionável, o caráter intrinsecamente benéfico da permanência ampliada do aluno na escola, atribuindo à instituição escolar a responsabilidade exclusiva pelo eventual insucesso dos alunos em suas trajetórias escolares. A pressuposição é que bastaria uma mudança cultural da/na organização escolar para superar as suas práticas excludentes, historicamente instituídas pelo modelo de escolarização vigente.

Nessa perspectiva, postula-se que é fundamental refletir sobre a dinâmica das relações que se estabelecem entre o modelo de gestão e o desempenho dos jovens. Mais ainda: a própria caracterização socioeconômica e cultural dos jovens é indicada como imprescindível para se reavaliar o papel do Estado na elaboração de políticas e programas intersetoriais, enfatizando-se, no mesmo movimento, a importância dos docentes e dos agentes públicos receberem uma formação adequada para o desenvolvimento de trabalhos educativos com os jovens (DAYRELL, 2009, p. 7). Forja-se um consenso quanto à necessidade de se buscar entender por que os jovens de baixa renda, agora incluídos na escola, passam a expressar tamanha recusa ao modelo de instrução disponibilizado pelos sistemas de educação. Mas se concorda também que,

em que pesem as consequências perversas de uma expansão quantitativa feita de forma precária no Ensino Médio brasileiro, sua importância nos parece inquestionável. Os problemas que dela advêm são, nesse sentido, “bons problemas”, pois anunciam a realização de novos direitos. O direito que todos/as os/as jovens têm de frequentar uma escola, e fazê-lo com qualidade. Há [entretanto] uma fragilidade quanto à proposição do que seria esta qualidade, tanto por parte dos governos, quanto por parte das próprias escolas e da sociedade civil organizada. (DAYRELL, 2009, p. 14).

O ponto chave do debate focaliza a tendência a ver os jovens a partir de um conjunto de modelos e estereótipos socialmente construídos. Como resultado, eles são tematizados frequentemente de forma negativa. Logo,

se a escola e seus profissionais querem estabelecer um diálogo com as novas gerações, torna-se necessário inverter esse processo. Ao contrário de construir um modelo prévio do que seja a juventude e por meio dele analisar os jovens, propomos que a escola e seus profissionais busquem conhecer os jovens com os quais atuam, dentro e fora da escola, descobrindo como eles constroem um determinado modo de ser jovem. (DAYRELL, 2009 p. 2).

A ampliação do olhar sobre os jovens possibilitaria mover processos de escuta das demandas juvenis em diferenciados níveis e enfoques, ou seja, incorporar na educação os processos de subjetivação dos jovens. Uma condição admitida como vital para fazer da escola espaço de significação do vivido, dos sentimentos, das emoções, dos pensamentos, um lugar que resgate a memória, o momento presente e as aspirações futuras. Essa mudança de percepção, contudo, vai depender do cultivo de uma consciência na qual os valores éticos sejam norteadores da educação dos jovens, em contraposição aos valores massificadores do mercado e da mídia. Em outros termos, é preciso voltar a refletir a educação dos jovens no âmbito de uma compreensão ampliada de educação que apreenda o processo educativo como uma dinâmica de formação humana, em seus aspectos multidimensionais, sem o que a tematização efetiva do modelo de formação hegemônico, as práticas educativas continuarão a provocar frustrações e desencantos diante de promessas não cumpridas.

Nos termos de Severino (2006), está em jogo um processo de mudança que desloca radicalmente a forma de se compreender a educação: “tanto a ética como a política estão sendo questionadas como referências básicas da educação” (SEVERINO, 2006, p. 12). Mas como se trata de uma mudança em curso é ainda bastante difícil apreendê-la em toda sua extensão, profundidade e implicações concretas. De toda forma, está no eixo do debate uma atitude crítica a certo modelo de racionalidade incluso em nossas práticas educativas; crítica essa que carrega, apesar das suas contradições performativas, um forte núcleo de verdade, já que não podemos mais lidar com a ideia de uma razão soberana, livre de condicionamentos materiais e psíquicos. E, no rastro dessa ideia, percebe-se que, se o conhecimento tem um papel fundamental no processo educativo, é preciso também redimensionar o lugar e o sentido

da subjetividade (e dos atores) que lhe fornecem concretude e produzem o sentido necessário a sua efetivação.

Considerações Finais

De fato, desde a última década, a elaboração e implementação de políticas, programas e projetos voltados especificamente aos jovens têm figurado cada vez mais nos discursos elaborados por diversos atores sociais – organizações internacionais, governos, universidades e entidades civis. Constata-se também uma intensificação na produção acadêmica sobre o tema, revelada através de relatórios de pesquisas nacionais e internacionais, publicação de livros e artigos específicos. No entanto, apesar disso, observa-se ainda a necessidade de uma compreensão mais ampliada das concepções predominantes no debate sobre a formação dos jovens no ensino médio.

Isso porque, na grande maioria das proposições, o foco central permanece sendo a inclusão social dos jovens considerados em situação de risco e vulnerabilidade social. Em outras palavras, os jovens parecem emergir nas discussões ainda como um problema a ser equacionado tanto em termos políticos quanto pedagógicos. O reconhecimento da temática pressupõe, então, levar em conta questões como a ideia de que qualquer ação destinada aos jovens exprime parte das representações normativas correntes sobre esse período etário que uma determinada sociedade constrói, ou seja, as práticas políticas e pedagógicas exprimem as imagens dominantes sobre o ciclo de vida desses sujeitos.

É preciso lembrar também – e esta é uma ideia relevante para a compreensão das políticas públicas recentes destinadas aos jovens no Brasil – que há uma interconexão entre aquilo que tende a se tornar uma representação normativa corrente e o próprio impacto das ações políticas projetadas. Pois, a conformação das ações e programas públicos não sofre apenas os efeitos de concepções, mas pode, ao contrário, provocar modulações nas representações dominantes que a sociedade constrói sobre os sujeitos jovens. As políticas de juventude não são apenas o retrato passivo de formas hegemônicas de conceber a condição juvenil, elas agem, ativamente, na produção de novas significações sobre o papel e o lugar dos jovens em uma dada sociedade.

Nesse sentido, quando pensamos no processo de definição de uma política pública, faz-se necessário atentar também para o espaço social em que ela emerge, considerando tanto os aspectos econômicos como as dimensões culturais e simbólicas predominantes naquele período histórico (AZEVEDO, 1997). Essa é uma questão fundamental, sobretudo, quando diversos estudos têm alertado para o fato de muitas das atuais políticas de inclusão dos jovens operarem como uma economia de poder ancorada na regulação biopolítica de determinados segmentos da população, remetendo, por exemplo, a uma genealogia do desvio e da anormalidade, o que significa que elas fazem proliferar classificações normalizadoras para facilitar o governo dos segmentos juvenis. Entretanto, a questão fundamental, aqui, não passa pela demonização das políticas governamentais tomadas em si mesmas.

O problema consiste, antes, em articular as dimensões do conflito inerentes às representações normativas sobre o ciclo de vida dos jovens e os formatos que assumem as relações entre Estado e sociedade, como fenômenos necessariamente complementares, recompondo o desenho das ações que emerge do reconhecimento de que alguns problemas afetam uma expressiva parcela da população jovem. Essa percepção remete para um eixo importante na compreensão do processo de concepção, implementação e avaliação das políticas públicas de juventude: o modo como são estabelecidas as relações com os próprios segmentos juvenis destinatários das políticas governamentais – os jovens são considerados parceiros e atores relevantes ou apenas usuários potenciais dos programas?

Trata-se de uma questão relevante, posto que, mesmo no interior dos aparelhos de Estado, as políticas de juventude podem comportar uma pluralidade de orientações, operando com diferentes definições e prioridades. As políticas de juventude podem estar mais próximas de modelos participativos e democráticos ou serem definidas a partir do que, no Brasil, tradicionalmente foi designado como cidadania tutelada. Essa última herança, de fato, no caso do tratamento político das demandas juvenis, historicamente se alimenta da associação unívoca entre desemprego, ociosidade e criminalidade, configurando-se como um vetor fundamental no trabalho de visibilidade política da juventude pobre em nosso país, ao mesmo tempo em que produz programas de ação que acentuam “certas

atribuições calcadas em imagens que funcionam como modelos normativos, muitas vezes distantes dos jovens reais” (SPOSITO, 2007, p. 10-11).

As dificuldades geradas por esse tipo de abordagem são evidentes: a própria explicação acaba por participar da construção do objeto, produzindo um dispositivo explicativo circular. Pois, ainda que concordemos que a pobreza pode engendrar estratégias que incorporam a ação criminal, é evidente que essa incorporação não é feita pela maioria dos que sofrem os efeitos da exclusão social. Assim, o desemprego ao ser fixado como uma identidade normativa contribui para associar à figura do jovem desempregado o papel de desestabilização da normalidade funcional da sociedade. Entretanto, o desemprego juvenil é mais do que falta de trabalho, é também condição de assujeitamento social. Por essa razão, a preocupação governamental com o desemprego juvenil é também ordenada em função das consequências que dele podem ser geradas, como, por exemplo, diluir a percepção das transformações provocadas pelas mudanças no mundo produtivo, forçando os jovens a retardarem o ingresso no mercado de trabalho e ampliando sua dependência das políticas.

O discurso do empresariado e de outros agentes do capital, comumente, tem afirmado que o desemprego juvenil resulta diretamente da falta de capacitação, o que não é totalmente exato se atentarmos para a ampliação efetiva dos índices de escolarização dos jovens. Além disso, os agentes empregadores têm mobilizado o discurso de exigência de maior qualificação profissional, como forma de tratar de modo individual um problema de natureza estrutural. Essa situação gera um misto de frustração e revolta, com consequências para a integração social dos segmentos juvenis. Os jovens passam a enfrentar obstáculos crescentes, em alguns casos intransponíveis, para sustentar as condições de vida e trabalho de sua família de origem. Mais do que isso, a própria juventude passa a ser vivenciada, ela mesma, como um obstáculo, repercutindo negativamente na forma como os jovens e, conseqüentemente, a própria sociedade se relacionam com a condição juvenil. Por isso, segundo Corrachano (2005), mesmo quando observamos as taxas anunciadas de desemprego entre os jovens,

também aí temos questões específicas a serem observadas. Se considerarmos o desemprego enquanto uma construção social, cabe questionarmos o porquê das taxas mais elevadas de

desemprego entre os jovens e o porquê do debate em torno do desemprego juvenil ganhar tanto destaque no espaço público. [...] Uma outra questão importante a debater diz respeito às próprias políticas públicas a serem construídas para esse grupo. Que políticas? E se considerarmos a diversidade tão presente entre os jovens, que políticas, para quais jovens? (CORRACHANO, 2005, p. 1).

Decorre dessas questões a necessidade de recolocar em outras bases o papel da escolarização nessa discussão. Pois, se, por um lado, a geração atual de jovens é a mais escolarizada das últimas décadas, por outro lado, dados de pesquisas apontam para um descolamento das trajetórias de escolarização e de profissionalização dos jovens. O acesso ao ensino fundamental e médio não tem sido, por si só, uma garantia de construção, pelos jovens, de um projeto de formação pessoal, social e profissional. Pensar mais profundamente essa situação pode indicar novos caminhos de apreensão dos impactos das oportunidades de inserção e permanência qualificada dos jovens no ensino médio, uma vez que a formação para o trabalho, um dos objetivos desse nível de ensino, pode carregar sentidos múltiplos e contraditórios para os próprios jovens, fazendo com que eles estabeleçam relações específicas de aproximação ou rejeição com as políticas que lhe são endereçadas.

Assim, a proposição de que é preciso gerar alternativas de trabalho e renda para jovens para que os eles não se envolvam com o crime pode se revelar extremamente simplificadora e, até mesmo, excludente, na medida em que deixa de considerar seus desejos, suas expectativas e necessidades de trabalho. Pois,

quando pensamos nas questões do trabalho, também é importante perceber o trabalho como um direito dos jovens e, quando falo em trabalho, não estou compreendendo apenas o trabalho assalariado. A perspectiva é mais ampla, assim como o direito à educação, ao lazer, à cultura, ao tempo livre. (CORRACHANO, 2005, p. 4).

Como destacam de modo insistente Carrano e Sposito (2003, p. 6), hoje em dia, as iniciativas tomam por pressuposto “o que seria desejável para os jovens em função de certa concepção de suas necessidades”. A grande

preocupação ainda é a de tirar o jovem de determinado “lugar” e localizá-lo em outro, considerado mais adequado e definido pela própria política e nunca pelos sujeitos. O ponto dissonante, como enfatizado ao longo dessa reflexão, parece estar justamente na percepção social da juventude. Enquanto, por um lado, as políticas abordam os jovens como sujeitos de direitos, por outro, a caracterização do seu comportamento permanece atrelada à ideia do jovem como uma ameaça. Como consequência, a juventude se presentifica para o pensamento e a para a ação social como um problema, como objeto de falha, disfunção ou anomia no processo de integração social (ABRAMO, 1997). No limite, os jovens emergem como figurando o tema do risco e da periculosidade, gerando debates e ações que se mantêm presos a uma problematização de natureza moral e normativa.

A consequência direta é a promoção de uma visibilidade política que contribuiu para desencadear uma espécie de pânico moral em relação aos jovens pobres moradores das periferias urbanas, fragilizando os desenhos institucionais que procuram assegurar algum tipo de unidade nas ações voltadas aos segmentos juvenis. Consideramos que essas são questões urgentes se queremos deslocar o eixo das políticas de juventude do âmbito da segurança pública para uma efetiva política educacional orientada pela noção de integralidade capaz de articular, sinergicamente, proteção com qualidade. A escola pública precisava se tornar, ela mesma, um espaço de formação plena para todos os sujeitos, de forma a assegurar o compromisso com um projeto de educação que se caracterize pelo respeito aos direitos humanos e à pluralidade dos saberes, rompendo com o modelo de escolarização que fragmenta os conhecimentos.

Referências

ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. ANPED Mai/Jun/Jul/Ago, n° 5, 1997, Set/Out/Nov/Dez, 1997, n° 6.

AZEVEDO, Janete M. Lins de. *A educação como política pública*. Campinas, SP: Autores Associados, 1997. 75p. v. 56. (Coleção polêmicas do nosso tempo).

BARROSO, G. Crise da escola ou na escola? Uma análise da crise de sentido dos sistemas públicos de escolarização obrigatória. Revista Portuguesa de Educação, 2008, 21(1), pp. 33-58.

BRANDÃO, C. R. O outro ao meu lado: algumas idéias de tempos remotos e atuais para pensar a partilha do saber e a educação hoje. In: Moll, Jaqueline [et al.]. Caminhos da Educação Integral no Brasil. Direitos a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012.

BRASIL, Lei nº9.394/96, de 20 de Dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. São Paulo: editora do Brasil, 1997.

BRAVO, I. *Gestão educacional no contexto da territorialização*. São Paulo, Alínea, 2007.

CARRANO, P. C.; SPOSITO, M. Juventude e políticas públicas no Brasil. In: LEÓN, Oscar Dávila (Ed.) Políticas públicas de juventud en América Latina: políticas nacionales. Viña del Mar: Ediciones CIDPA, 2003.

CHANIAL, Philippe. *Justice, don et association: La délicate essence de la démocratie*. Paris: Éditions la Découverte, 2001. 380p.

CORRACHANO, M. C. Trabalho e juventude: entrevista com Maria Carla Corrochano. Cadernos de Psicologia Social do Trabalho, 2005, vol. 8, pp. 99-104, da Educação Integral no Brasil. Direitos a outros tempos e espaços educativos. Porto

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. Revista Brasileira de Educação: Rio de Janeiro, n.24, set./dez. 2003.

DAYRELL, Juarez; GOMES, Nilma. L. A juventude no Brasil: Disponível em do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

FANFANI Emilio Tenti. Culturas jovens e cultura escolar. In: Seminário “Escola Jovem: um novo olhar sobre o ensino médio”, 2000, Brasília.

FRIGOTTO, G. Educação e Crise do Capitalismo Real. São Paulo: Cortez, 2000.

GODBOUT, J. “Homo donator versus homo oeconomicus” In: MARTINS, P. H. (Org.). *A dívida entre os modernos. Discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

KUENZER, A. (Org.). Ensino Médio. Construindo uma Proposta para os que Vivem do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Educação Profissional: Diversas Modalidades se Articulam. Palestra proferida no Encontro Anual da SBPC. Recife, 2003.

MARTINS, P. H. “Gestão pública, reciprocidade e obrigação redistributiva: uma agenda para a reforma moral do Estado” *Revista Tomo no. VII*. 2004.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. Tradução por Mauro W. B. de Almeida. São Paulo: EPU, 1974.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Um Estado para a sociedade civil: Temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez, 2004.

NOVAES, Regina Reyes. Políticas de juventude no Brasil: continuidades e rupturas. In: Juventude e Contemporaneidade. – Brasília : UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

PARO, V. *Administração escolar: uma introdução crítica*. São Paulo, Cortez, 1999.

proferida no Encontro Anual da SBPC. Recife, 2003.

REGUILLO, Rosana. Las Culturas Juveniles: um Campo de estúdio; breve agenda para la discusión. REUNIAO ANUAL DA ANPED, nº 23, Especial Culturas e Educação, maio/julho/agosto, 2003.

REVUE DU MAUSS. *Penser la crise de l'école*. Paris: La Découverte, n. 28, 2º semestre de 2006.

SABOURIN, E. *Educação, dádiva e reciprocidade: reflexões preliminares*. Brasília, UNB, 2005. (mimeo)

SEVERINO, A. J. A busca do sentido da formação humana: tarefa da Filosofia da Educação. *Educação e Pesquisa* vol. 32, no.3, São Paulo, Set./Dez. 2006.

SPOSITO, M. P. (Coord.). *Espaços Públicos e Tempos Juvenis: Um Estudo de Ações do Poder Público em Cidades de Regiões Metropolitanas Brasileiras*. São Paulo: Global, 2007.

SPOSITO, M.P (Coord.). Estado do conhecimento- Juventude e Escolarização. Disponível em <www.aracati.org.br/portal/pdfs/13/juventude_escolarizacao.pdf>. Acesso: dez. 2009.

Juventude: Entre os Dilemas da Educação e do Trabalho

Ana Maria Freitas Teixeira

Introdução

As múltiplas e profundas transformações que marcam a sociedade contemporânea, especialmente aquelas que afetam as relações entre Educação e Sociedade, têm colocado no centro do debate os dilemas e perspectivas em torno das vinculações entre juventude, educação e trabalho.

A intensificação das mudanças tecnológicas e organizacionais que se processam no mundo do trabalho desde as últimas décadas do século XX são inegáveis, tais como seus desdobramentos sobre o perfil daqueles que vivem do trabalho. Essas transformações afetam a sociedade de modo transversal ao tempo em que atingem com vigor a população jovem.

Nesse contexto, a flexibilização das relações laborais e a precarização do emprego produziram um impacto particular no modo como os jovens acedem ao mercado de trabalho. Um emprego “para toda a vida” é algo que os jovens não podem considerar como garantido, cenário que tem contribuído para aumentar a mobilidade profissional e geográfica dessa parcela da população.

Dessa forma, os jovens, sobretudo aqueles que compõem os chamados grupos vulneráveis, encontram-se duramente submetidos a uma sociabilidade da incerteza, da volatilidade. Ampliam-se as exigências por uma maior e melhor escolarização sem que esses padrões impliquem, necessariamente, na garantia de inserção, ascensão e estabilidade socioprofissional, ainda que credenciais como certificação (diplomas) e

formação profissional em nível cada vez mais elevado sejam consideradas como requisitos básicos para obter melhores condições de competitividade e “empregabilidade”.

Assim, as trajetórias ocupacionais dos jovens têm evidenciado novas características, quais sejam: flutuações e descontinuidade, combinando educação e trabalho, inserção e exclusão do mercado de trabalho. Os jovens estariam, assim, expostos a um estado de fluidez permanente no que diz respeito à sua vida produtiva, evidenciando o caráter conflitivo e difícil da transição entre a escola e o trabalho como um dos marcadores de “passagem para a vida adulta”. A articulação desses elementos atinge de modo mais perverso aqueles jovens pertencentes aos setores mais empobrecidos e estigmatizados da sociedade, mais vulneráveis aos riscos de não integração social, posto que menos preparados para enfrentar o informal, o provisório e as incertezas do futuro.

O ingresso no mundo do trabalho constitui-se, tradicionalmente, em um dos principais marcos da passagem da condição juvenil para a vida adulta. Contudo, nas últimas décadas, em função de intensas transformações produtivas e sociais, ocorreram transformações nos padrões de transição de uma condição à outra. A análise dominante indica a profunda dificuldade dos jovens em conseguir uma ocupação, principalmente em obter o primeiro emprego, dado o aumento da competitividade, da demanda por experiência e por qualificação no mercado de trabalho. Desse modo, a transição para a vida adulta tem sido adiada. Vale, entretanto, assinalar, conforme Camarano (2006), que as mudanças na esfera produtiva e no mundo do trabalho são apenas parte dos aspectos levados em conta na discussão em torno da problemática da transição para a vida adulta na atualidade. A emergência de novos padrões comportamentais no exercício da sexualidade, da nupcialidade e na configuração dos arranjos familiares também tem sido considerada nas tentativas de compreensão e explicação das mudanças nos marcos tradicionais da passagem do jovem para a condição adulta.

O retardamento do ingresso dos jovens no mundo do trabalho, a princípio, pode ser considerado um fato positivo. Em geral, pesquisadores e gestores argumentam exatamente que é fundamental postergar a entrada no mercado de trabalho para possibilitar aos jovens, sobretudo, a

permanência na escola e a aquisição de diplomas escolares de nível mais alto, visando a obtenção de melhores postos de trabalho, tanto em relação a remuneração como possibilidade de realização pessoal. Em 2007, 82,1% da população de 15 a 17 anos frequentavam a escola. No entanto, apenas 48,0% cursavam o ensino médio. Mesmo que, ao longo dos últimos anos, a taxa de frequência líquida nesta faixa etária venha apresentando crescimento contínuo, ainda é bastante elevado o índice de distorção idade-série, situação que favorece a evasão escolar. Muitos jovens terminam efetivamente por abandonar os estudos, com escolaridade ainda muito baixa, o que lhes subtrai um importante requisito para pleitear melhores empregos.

Entretanto, é importante salientar que uma maior escolarização garante, automaticamente, aos jovens o ingresso em bons postos de trabalho, pois o aumento na oferta de mão de obra qualificada não acompanha, necessariamente, o mesmo ritmo do aumento na demanda por profissionais qualificados. Além disso, os dados da PNAD (2007) indicam que apenas uma minoria dos jovens acima de 17 anos permanece apenas na condição de estudante. Ou seja, a ampliação de escolaridade ocorre ao tempo em que o jovem inicia sua atividade laboral. Aqui a ideia do jovem estudante livre de obrigações parece não combinar com a realidade de uma parcela da população brasileira.

O relatório mais recente da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre as “Tendências mundiais do emprego juvenil” para o ano de 2012 indica a existência de 75 milhões de jovens entre 15 e 24 anos sem emprego no mundo (12,7%), 4 milhões a mais que em 2007. O mesmo documento mostra que, na América Latina e Caribe, a taxa de desemprego juvenil aumentou de 13,7 % em 2008 para 15,6 % em 2009. Outra conclusão importante do relatório indica que muitos jovens estão limitados a trabalhos temporários, de baixa produtividade e que não permitem projetar melhores oportunidades.

No Brasil, com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012), a taxa de desemprego entre jovens de 18 a 24 anos é de 14,5%. Na faixa etária entre 15 e 17 anos, esse índice chega a 24,6%. Embora o Brasil tenha gerado mais de 15 milhões de empregos formais entre 2003 e 2010, a taxa de desemprego dos jovens ainda

é duas vezes e meia superior a dos adultos. Se observarmos o caso das jovens mulheres, dos jovens negros e indígenas e das pessoas que vivem e trabalham nas zonas rurais, o desemprego é ainda maior. Se focalizarmos o Nordeste brasileiro, teremos cerca de 54% de jovens que vivem em condições de total pobreza, desrespeitados em seus direitos básicos a educação, saúde, moradia, cultura e trabalho (PNAD/2009).

Por outro lado, os dados do Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano 2000 registraram que havia no país quase 18 milhões de jovens entre 15 e 19 anos, idade regular de alunos do Ensino Médio, e mais de 23 milhões de jovens entre 18 e 24 anos, idade regular para o Ensino Superior. Contudo, em 2008, apenas 8,4 milhões de jovens estavam matriculados no Ensino Médio. Quanto ao Ensino Superior presencial, havia, em 2007, 4,8 milhões de jovens matriculados, sendo apenas 1,2 milhão na rede pública; já em 2008, o número de matrículas passou de 4,8 milhões para 5,08 milhões¹. Além disso, a Síntese de Indicadores Sociais (IBGE, 2007) aponta que os 20% mais pobres da população brasileira têm em média quatro anos de estudo, enquanto os 20% mais ricos alcançam dez anos. Dos jovens estudantes matriculados nas universidades públicas apenas 1% está entre os 20% mais pobres da população, ao tempo que cerca de 60% figuram entre os mais ricos.

É nesse cenário que se constata significativas alterações nos conteúdos do trabalho, nas exigências de perfis profissionais mais complexos, enquanto cresce o número de trabalhadores qualificados desempregados. Por outro lado, a precarização do trabalho e do emprego, além do crescimento da informalidade, exige adaptabilidade, flexibilidade e criatividade agrupadas sob a etiqueta da empregabilidade.

De fato, ao analisar os movimentos ocorridos no âmbito do mercado de trabalho e da educação, Kuenzer (2006), destaca uma dupla complementaridade dialética entre esses dois campos. A primeira é a

1. A expansão do segmento presencial continua perdendo fôlego: cresceu 4,1% entre 2007 e 2008, enquanto a educação a distância praticamente dobrou o número de alunos: de 369 mil em 2007 para 727 mil em 2008, um incremento de 96%. Assim, em 2008, o Brasil contava com um total de 5,8 milhões de universitários, e as projeções do Inep indicavam que a meta de atingir 30% dos jovens entre 18 e 24 anos matriculados no ensino superior até 2011, como previsto no Plano Nacional de Educação, não será atingida. Em 2008, 74,9% das matrículas no ensino superior estavam na iniciativa privada.

“exclusão includente” promovida pelo mercado de trabalho que exclui a força de trabalho de postos reestruturados, promovendo sua reinserção precária em outros pontos da cadeia produtiva; e a segunda refere-se à “inclusão excludente” no âmbito da educação que, sob a égide do discurso democratizante que sustenta políticas públicas, inclui indivíduos em todos os pontos da cadeia “educativa” ao tempo que torna precário esse mesmo processo educativo, progressivamente reduzido à mera possibilidade de certificação, passaporte incapaz de assegurar inclusão e permanência no mercado de trabalho.

Educação e trabalho, binômio antes experimentado como passaporte viável à ascensão e mobilidade social, mostram-se igualmente como campo de fluidez. Aos jovens é inculcada a representação do sistema de ensino como garantia da igualdade de oportunidades, porém os capitais herdados são distintos, assim, nem sempre, uma perspectiva de igualdade de oportunidades corresponderá a uma igualdade de resultados.

Portanto, múltiplas são as relações que se estabelecem entre juventude, processos educativos e trabalho, relações complexas e mutantes, cuja compreensão exige olhar cuidadoso sobre a contemporaneidade, observando o caráter heterogêneo da noção de juventude.

Múltiplas juventudes, múltiplos dilemas de educação e trabalho

De modo geral a juventude é tomada como um todo homogêneo que compartilha as mesmas situações, expectativas, desejos e problemas. Convivendo com essa percepção, temos a noção de juventude na sua condição de transitoriedade, onde predomina a ideia do jovem como um “vir a ser”, em que as ações do presente ganham sentido no futuro. Nessa perspectiva, evidencia-se uma leitura em negativo da juventude, ou seja, acentua-se a incompletude, negando-se o presente vivido.

Outro aspecto que ganha espaço na atualidade é a associação entre juventude e problema quando se destaca o crescimento alarmante dos índices de violência, consumo e tráfico de drogas, desemprego, etc. Podemos ainda identificar uma visão romântica da juventude que emerge associada a um tempo de prazer e de liberdade que se articula à noção de

moratória como um tempo reservado para viver experiências, para cometer erros, para viver livre de preocupações.

Mesmo a sociologia da juventude tem hesitado entre, ao menos, duas tendências quando se trata de delinear uma concepção de juventude. Numa dessas tendências, a juventude é tomada como um grupo social composto por indivíduos que se encontram numa mesma “fase da vida”, destacando a dimensão homogênea que marca tal fase, estabelecendo-se, assim, a ideia de uma cultura juvenil específica a esse grupo. Outra tendência toma a juventude como grupo social efetivamente heterogêneo, no qual convivem diferentes culturas juvenis forjadas a partir de diferentes dinâmicas de pertencimento de classe, de situações econômicas, de acesso a bens culturais, oportunidades ocupacionais, etc.

Muitas são, portanto, as possibilidades de compreender a juventude. Cada sociedade, cada grupo social se encarrega de construir uma concepção do que vem a ser “juventude” e do que significa “ser jovem”. Certamente fatores biológicos têm um papel importante nesse processo de construção histórica e social da juventude, mas eles são insuficientes para explicitar integralmente a pluralidade da condição juvenil. Condição social, gênero, idade são apenas alguns dos elementos que atravessam a noção de juventude, impedindo seu enquadramento sob limites rígidos (NOVAES, 2002). Ao contrário, tomadas em sua dimensão plural, as “juventudes” compõem processos mais amplos de constituição dos sujeitos. No âmbito dessa pluralidade, encontramos o sentido de “indeterminação”, de transição, de passagem, não “automática” para a “vida adulta”.

Por outro lado, na realidade brasileira, a imprecisão do conceito de juventude pode ser demonstrada pelo paradoxo registrado por Spósito (2000). De um lado, a inserção precoce no mercado de trabalho, estimulada pela busca de acesso a bens de consumo e/ou imposta pela necessidade de contribuir no orçamento familiar; e, de outro, o prolongamento da faixa etária para 29 anos, frente ao adiamento da inserção no mundo do trabalho.

Nesse panorama e no centro da discussão, coloca-se a questão do papel da educação e da formação profissional (técnica e/ou básica) na produção da existência humana, visivelmente marcada pelas mutações nos paradigmas de organização e gestão do trabalho. A definição de

uma nova base técnico-científica assentada, sobretudo, nas tecnologias microeletrônicas e associada às novas tecnologias organizacionais favorece a emergência da lógica das competências como parâmetro balizador para a formação para o trabalho.

Vale lembrar que os jovens, simultaneamente alvos e sujeitos, ocupam lugar central nessas transformações e veem ser afetadas as formas individuais e sociais de “passagem” para a vida adulta, seja quanto à inserção econômica, à constituição de carreiras profissionais ou à constituição de família própria, etc.

Vale observar que a noção de “passagem” ou de “transição” para a vida adulta, apesar de extrapolar a noção de inserção profissional, se integra a ela, posto que fazem parte dessa “passagem” ou “transição”, além da entrada no mercado de trabalho, vários outros elementos que socialmente compõem o estatuto de adulto. Portanto, compreender a questão da “passagem para a vida adulta” pressupõe não somente os aspectos vinculados ao emprego, que, em geral, confrontam dados de escolaridade e características dos empregos ocupados, mas também observar que se desenham diferentes modos de ingressar na vida adulta (PAIS, 1991).

Por outro lado, para parcelas cada vez maiores da população jovem, sejam elas sem diplomas ou portadoras de diplomas desvalorizados, observa-se a ampliação do intervalo entre a escola e o emprego, fenômeno que tem alimentado discursos (políticos e sociológicos) que defendem que esse intervalo teria como causa o descompasso entre a escola e o mercado de trabalho. Segundo Pais (1991), argumentações desse quilate apoiam-se em fundamentos estruturalistas ao procurarem uma combinação entre dois argumentos contraditórios, quais sejam: de um lado, pressupõe-se que os jovens tenham uma considerável margem de liberdade para definir seus destinos e, de outro lado, identificam-se esses mesmos jovens como as vítimas centrais da crise econômica e do desemprego.

Ainda na perspectiva de compreender esse processo, outras análises têm sido formuladas num viés que foca as atitudes e representações dos jovens em relação à formação profissional, o trabalho, o futuro e as estratégias que adotam na busca por inserção profissional. Em geral, essas análises procuraram se afastar da lógica estrutural, vinculando a ampliação desse intervalo escola-emprego a um período de adaptação a um modo de vida que difere, em muito, da vida de estudante, posto que regulado pela

disciplina do trabalho, controle do tempo, relações impessoais, etc. Esse tipo de compreensão, conhecida como a tese da rejeição dos jovens ao trabalho, destaca certa resistência dos jovens a uma ética tradicional do trabalho e/ou uma posição simplesmente instrumental frente ao trabalho, estando eles distantes da ideia de realização profissional, evidenciando certa apatia frente às escolhas profissionais.

Refletindo sobre essas duas grandes possibilidades interpretativas, Pais (1991) nos chama a atenção para uma das armadilhas relacionadas à pesquisa sobre a temática: o perigo das generalizações. Sobre esse aspecto, vale observar que as transições trazem no cotidiano juvenil as marcas da improvisação, do aleatório ou do acaso (PAIS, 2005), fazendo com que o conceito tradicional de trabalho perca a correspondência com a realidade dos jovens. Multiplicam-se os trabalhos precários, a instabilidade e propagam-se as inserções provisórias.

A noção, portanto, de trajetórias enquanto percursos desenhados por sujeitos socializados (que sofrem ingerências diversas: família, escola, sociedade do consumo etc.), capazes de lhes permitir fazer face à imprevisibilidade que os cercam, tem se mostrado mais apropriada à análise de como jovens trabalhadores obtêm a formação, a qualificação e competências necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. Os “modelos mecânicos” de interpretação de tal configuração juvenil, portanto, não acompanham a dinâmica e complexidade desse contexto (PAIS, 2005). Em que pese os diferentes paradigmas teóricos que as pesquisas têm adotado, os diagnósticos e prognósticos – ora otimistas, ora pessimistas –, é consensual a complexidade das transições juvenis na contemporaneidade.

Não é mais possível pensar em trajetórias de obtenção de qualificações e competências para o jovem – nesse contexto, como já dito, de fortes incertezas e de aprofundamento da precariedade do trabalho – sob um enfoque linear, calcado na correspondência direta com determinadas faixas etárias. Tal enfoque afeta diretamente a lógica das trajetórias ocupacionais e acaba por refletir nas possibilidades de definição de estratégias de obtenção de formação, qualificação e competências para o trabalho.

É nessa perspectiva que vão se tornando historicamente superadas as formas tradicionais de educação profissional. Mas cabe, ainda, à

escola desenvolver, naquele novo trabalhador, um conjunto variado de competências e de habilidades gerais, específicas e de gestão que os torne aptos. Portanto, a tarefa de formar esse trabalhador de novo tipo, deve, agora, ser implementada observando algumas características da nova realidade do mundo do trabalho: interpretação e uso de linguagens diversificadas, clareza na comunicação, capacidade para trabalhar em grupo, análise, rapidez na resposta, avaliar, resistir a pressões, enfrentar os desafios das mudanças, aprender constantemente, gerenciar processos, etc.

A responsabilidade parece transitar do campo social para o campo individual: os indivíduos, os jovens, devem adquirir competências ou habilidades no campo cognitivo, técnico, de gestão e atitudes/comportamentos para tornarem-se competitivos e empregáveis. Aqueles sem emprego devem buscar requalificação e/ou reconversão profissional para se tornarem atrativos ao mercado de trabalho formal ou, ainda, criarem seu próprio emprego na informalidade ou na economia de sobrevivência. Observe-se o caráter do processo de “individualização”, próprio da modernidade, na qual a identidade consiste no cumprimento de uma “tarefa”, bem como das consequências adversas de sua realização (BECK, 1992, apud BAUMAN, 2001, p. 40).

Assim, tratar da questão da educação, da ampliação da escolarização sob a ótica dos jovens nos remete aos modos e maneiras que eles dispõem para obter um trabalho. Se nos afastarmos da perspectiva linear, encontraremos a resposta na metáfora do “jogo de cartas” (PAIS, 2005). A depender do valor das cartas possuídas e da maneira pela qual jogamos (aqui incluindo a *astúcia* ou *feeling* do jogador), a sorte estará lançada. Entenda-se que o valor dos certificados escolares no mercado de trabalho e o “capital social” constituído pela rede de contatos dos sujeitos envolvidos são cruciais para o sucesso ou fracasso do jovem.

Palavras Finais

Uma das mais recentes pesquisas sobre a juventude brasileira (ABRAMOVAY; CASTRO, 2006) espelha a pluralidade e as desigualdades desse segmento importante, não apenas pela ordem de grandeza numérica (48 milhões de jovens entre 15 e 29 anos), mas pelo que sinaliza no plano das necessidades de políticas públicas de educação, trabalho, saúde, etc. Quanto à educação, embora assinala um maior número de jovens que passaram pela escola, as (não) intervenções governamentais e o sistema escolar deixam lacunas ao não garantir a permanência do jovem na escola, e tampouco o acesso aos conhecimentos básicos que envolvem a leitura, a escrita, o cálculo e o acesso a uma cultura técnico-científica.

Vale observar o grau de insatisfação dos jovens com a própria escolaridade: mais de 26 milhões (61,5%) com ensino fundamental completo ou incompleto. Importante notar nos resultados dessa pesquisa o que alguns estudos já apontaram sobre a não correlação entre estudo e trabalho sob a ótica dos sujeitos ouvidos: 61,3% dos jovens dizem não haver correspondência entre as atividades desempenhadas e o que estudam ou já estudaram. Por outro lado, 27,8% registram a existência de relação entre o que estudam ou já estudaram com a atividade desempenhada no trabalho.

No que diz respeito ao trabalho, o quadro é alarmante. Aproximadamente 38,4% dos jovens pesquisados afirmam que não recebem os benefícios sociais previstos por lei.

Nesse cenário, assistimos à multiplicação de programas destinados à população jovem, movimento que se intensificou a partir do início do século XXI. A criação da Secretaria Nacional de Juventude buscou coordenar e articular os vários programas e projetos sem, contudo, até o momento, ter definido bases claras e sólidas do que poderíamos chamar de políticas públicas de juventude. Dentre as iniciativas oficiais direcionadas à implementação de uma política de articulação entre trabalho e educação, temos como carro-chefe o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), cuja finalidade está em proporcionar ao jovem a oportunidade de concluir a formação básica e obter uma qualificação profissional com certificação inicial. Implementado em 2005, resultou da unificação de vários outros programas, quais sejam: Agente Jovem, Projovem, Saberes

da Terra, Consórcio Nacional da Juventude, Juventude Cidadã Cristã e Escola de Fábrica.

O Projovem adota como eixos estratégicos a elevação da escolaridade, a qualificação profissional e a participação cidadã de jovens de 18 a 24 anos que não concluíram o ensino fundamental e que não trabalham. A partir de 2008, foi ampliada a abrangência para os jovens de 18 a 29 anos, alfabetizados, que não concluíram o ensino fundamental, trabalhadores ou não, sendo assegurada uma bolsa-auxílio no valor de R\$ 100,00 (cem reais) mensais, desde que o jovem inscrito obtenha uma frequência comprovada de 75% da carga horária. Atualmente, o programa passou a ser denominado Projovem Urbano, fazendo parte do Projovem Integrado, em conjunto com outras políticas destinadas à população juvenil.

Em conjunto com outras políticas destinadas à população juvenil, o programa se evidencia como ação emergencial e compensatória com força limitada no que se refere a alterar o jogo de forças que marca o conjunto de desafios que a população jovem de baixa renda e baixa escolaridade enfrenta quanto à inserção no mercado de trabalho.

Em que pesem as limitações do programa, tratar dessa iniciativa governamental, ainda que de modo breve e geral, torna-se importante seja pelo fato de assumir o lugar de uma das principais políticas do governo federal destinadas ao segmento juvenil da população, seja também pela própria dimensão do debate que se configura na sociedade brasileira sobre o tema juventude.

O programa baseia-se em pressupostos de uma inclusão que favoreça a cidadania, a participação e a garantia de direitos dos jovens. Entretanto, altos índices de abandono² do programa, que superam os 50%, em grande parte dos municípios que o executam, apontam um outro entrave na organização das políticas sociais: a confiança que os jovens dos estratos populares possuem em relação a programas como o Projovem serem, efetivamente, uma via de mobilidade e de integração social.

2. Conforme o relatório parcial de avaliação 2007, mais de 50% dos jovens inicialmente matriculados no Programa Nacional de Inclusão de Jovens não concluem o curso. A maior parte deles – cerca de 37% – desiste no início das atividades e outra, em torno de 20%, evade após frequentar o programa por um período (PROJOVEM, 2008, p. 45).

Incertezas com relação ao futuro, medo de sobrar no mundo do trabalho, processos segregatórios que sofrem em outros espaços sociais³ provenientes de estigmas que possuem os moradores das periferias urbanas dificultariam a realização das expectativas dos jovens após uma possível conclusão do Projovem.

As inseguranças sobre os resultados futuros do esforço realizado para retomar uma trajetória escolar abandonada precocemente, quando apoiadas em redes sociais cotidianas que dispõem de incidência limitada de trajetórias e oportunidades de trabalho constituídas mediante a elevação de escolaridade, parecem não encontrar uma ancoragem segura, significativa em termos de *experiências em comum*, que permitam projeções de futuro que contemplem o alcance efetivo de uma maior mobilidade e integração a partir da conclusão do programa.

Aquilo que poderia aparecer, num primeiro momento, como movimento simples para esses jovens se torna algo inseguro, duvidoso, entrecruzado por riscos de difícil superação. Ao mesmo tempo, a debilidade da presença do Estado junto à população pobre e vulnerável contribui para o ceticismo frente às “políticas” direcionadas a essa população.

Entretanto, os jovens parecem buscar formas de resistir às dificuldades ao se vincular aos programas existentes, apesar das inúmeras dificuldades e incertezas, refletindo um movimento em direção à construção de possibilidades (ainda que profundamente voláteis) que viabilizem alterar trajetórias de fracasso nos estudos e no mundo do trabalho. Esse movimento parece corroborar a convicção de que é necessário desenvolver programas e ações que melhorem a situação atual, levando-se em conta o aumento da vulnerabilidade deste grupo social, a limitada oferta de oportunidades, e as especificidades da condição juvenil contemporânea.

O caminho a ser percorrido, portanto, no enfrentamento das questões que se vinculam às relações entre juventude, trabalho e educação mostra-se longo e sinuoso, considerando o jogo de forças que marca a sociedade contemporânea.

3. O que Novaes (2003) considera como “discriminação por endereço”. Situação relatada por jovens das periferias urbanas que ocultam seu local de moradia nos processos seletivos para emprego.

Referências

- ABRAMOVAY, M.; CASTRO, M. G. *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*. Brasília: UNESCO, 2006. Disponível em: <<http://www.unesco.org.br>>. Acesso em: 15 out. 2012.
- BAUMAN, Z. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editores, 2001.
- BECK, Ulrich. *La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad*. Barcelona: Paidós, 1992.
- BRASIL. Programa Nacional de Inclusão de Jovens - PROJovem. Subsistema de avaliação do programa. *Relatório parcial de avaliação do PROJovem 2007*. Brasília, 2008.
- CAMARANO, Ana Amélia (Org.). *Transição para a Vida Adulta ou Vida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA, 2006.
- IBGE, Censo demográfico, 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 out. 2012.
- KUENZER, A. Z. (2006). A educação profissional nos anos 2000: A dimensão subordinada das políticas de inclusão. In: *Revista Educação e Sociedade*. Campinas: v.27, n.96, p. 877-910, out.
- NOVAES, Regina. Juventude e Sociedade: Jogos de Espelhos. In: *Sociologia especial*, ano I, nº.2, 2002.
- NOVAES, Regina. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias de um debate em curso. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. *Políticas Públicas. Juventude em pauta*. São Paulo: Cortez, 2003.
- PAIS, J. M. Emprego juvenil e mudança social: velhas teses, novos modos de vida. *Análise Social*. vol xxvi (114), 1991 (5.º).
- PAIS, J. M. *Ganchos Tachos e Biscates*. Porto: Âmbar, 2005.
- PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, 2009. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/pnad_sintese_2009.pdf>. Acesso em 10 out. 2012.
- SPÓSITO, M. P. Juventude: crise, identidade e escola. In: _____. *Estudos sobre movimentos sociais, juventude e educação*. São Paulo: Faculdade de Educação, USP, 2000. p. 144-193.

Las juventudes y las oportunidades de estructurar su destino

Carina V. Kaplan

Asistimos a un tiempo en que la juventud se ha tornado un asunto público, objeto de deliberación de la ciudadanía política. Tal como afirma Hannah Arendt, “En todas las épocas, la gente que viva conjuntamente tendrá asuntos que pertenezcan a la esfera de lo público. Lo que estos asuntos sean en cada momento histórico probablemente es enteramente distinto”. (Arendt, 1995:151-152).

Es un tiempo en que las juventudes luchan por su lugar en el mundo. Y esta es una búsqueda que atraviesa a todas las épocas: la de formar parte y sentirse parte. En este punto, siguiendo de cerca otra vez a Arendt (1995), mencionemos que los hombres y las mujeres no vinimos al mundo para morir sino para comenzar. Esta capacidad de irrumpir y comenzar algo nuevo que tiene la acción política es el milagro que salva el mundo.

Los y las jóvenes, en tanto que actores sustantivamente políticos, son quienes incitan hacia la acción y hacia lo nuevo. Y como en todo tipo de movimiento, esta propensión al cambio genera su resistencia; así como todo poder admite un contra-poder. Resulta pertinente, entonces, formular el interrogante acerca de qué es lo que conmueve a los jóvenes o, dicho de otro modo, qué es aquello que los moviliza en las diversas épocas y contextos particulares.

Las juventudes ejercen una acción pedagógica al denunciar a la vez que luchar por transformar un orden a través de su práctica social. La educación consiste en una socialización sistemática de las jóvenes generaciones. Para que haya educación, es necesario que estén en presencia una generación de adultos y una generación de jóvenes, y una

acción ejercida por los primeros sobre los segundos. Ello es necesario; indudablemente. Pero al mismo tiempo, es importante reconocer que las generaciones nuevas ejercerán una acción también: su reacción, su rebeldía. Digamos que en las relaciones intergeneracionales intervienen fuerzas conservadoras y potencias transgresoras. La dinámica de las sociedades se caracteriza por el movimiento y los equilibrios de poder cambiantes. La balanza de poder es pendular.

En yuxtaposición con esta idea de que la juventud puede motorizar el cambio y generar prácticas más característicamente subversivas del orden social, persiste una mirada negativa sobre ella: se la concibe como una edad licenciosa y peligrosa. Más aún, estamos en condiciones de afirmar que los jóvenes históricamente han sido atravesados por la condición de subalternidad prevaleciendo sobre ellos, si adoptamos una perspectiva de largo alcance, una mirada social estigmatizante.

Existe una maquinaria ideológica que alude a las juventudes bajo discursos tales como “los jóvenes son vagos”, “son apáticos”, “son violentos”, “son propensos a la delincuencia”. Se constata hoy un discurso dual sobre los y las adolescentes y jóvenes: son la promesa del futuro a la vez que violentos criminales que amenazan la “tranquilidad social”. El lenguaje penal cobra protagonismo.

Subyace un discurso social que intenta imponerse como verdad: la imagen de lo juvenil subalterno como delincencial tiene raíces profundas en nuestra matriz social. Argumentar que algunos jóvenes son delincuentes por herencia o por naturaleza son expresiones de este tipo de creencias. Se puede decir que se trataría de “una forma de racismo el cual (...) consiste en caracterizar un conjunto humano mediante atributos naturales, asociados a su vez a características intelectuales y morales aplicables a cada individuo relacionado con este conjunto y, a partir de ahí, adoptar prácticas de inferiorización y exclusión” (Wieviorka, 2009: 84).

El miedo extensivo a que los jóvenes cometan homicidios no se condice con los hechos y estadísticas pero sí prevalece como eje para justificar la mirada social de peligrosidad. Asociada mecánicamente la violencia a la delincuencia, se ha ido creando una gramática que se expresa en un discurso cerrado y hegemónico sobre la inseguridad, homologando pobreza, inmigración, desempleo, exclusión social, violencias y

conformando un estereotipo de “joven violento” que se correlaciona generalmente con la condición de varón, joven y pobre (y en ocasiones, vinculándolo al ser soltero).

Los sentimientos de miedo juegan un papel importante en la internalización de pautas culturales que se trasformarán en formas de autoacción de los sujetos. Goudsblom y Wouters (en Kaplan, 2008) posicionan lo social como fuente central de nuestros miedos contemporáneos: temor a los otros que amenazan nuestra existencia, nuestros bienes, nuestra salud o integridad física, o bien, nos advierten sobre la posibilidad de la exclusión. Los miedos hacia los jóvenes deben ser interpretados, así, a la manera de construcciones socioculturales. Tendemos a evitar a los jóvenes cuando los consideramos amenazantes.

Los miedos en sus múltiples modos de existencia en nuestras sociedades no resultan de apariciones sorprendidas, sino que se construyen a partir de ideas concretas respecto de lo que se constituye en amenaza, lo que resulta peligroso. Y allí se entremezcla la sensación de desprotección y peligro con cierta construcción de sujetos que se activan como agentes de dicha peligrosidad. Estos miedos hacia la juventud se aprenden en el proceso de socialización (en el largo plazo) y es en estos procesos de aprendizaje (en el corto plazo), donde se tejen mecanismos de confianza – desconfianza que resultan básicos en la constitución de subjetividades.

La confianza es siempre una conjetura, una sospecha sobre el comportamiento futuro del otro, razón por la cual no está provista de una seguridad o certeza a priori, sino de la posibilidad de creer en el otro, de asumir el riesgo en relación a ese otro, o de aquello incierto por venir. Sostener el predominio de la confianza sobre la desconfianza significa pensar en una construcción de autoridad que tiene que ver más con ser garante del otro, con la posibilidad de potenciar, de “aumentar” al otro, que de inquietarse por no poder ejercer el control en forma exhaustiva (Mutchinick, 2009). Precisamente, el miedo es uno de los motores de la regulación psicológica colectiva. Los miedos son una de las más importantes vías de unión a través de las cuales fluye la estructura de la sociedad sobre las funciones psíquicas individuales.

Las estructuras sociales y las formas de clasificación se inscriben, bajo mecanismos inconscientes, en los cuerpos; aunque, digámoslo,

siempre bajo la condición del ejercicio de formas de resistencia. Junto con el “letargo dóxico” (Bourdieu, 1999: 229) que sostiene la creencia de que los jóvenes subalternos son peligrosos, existen fuerzas contrarias que generan un contrapeso simbólico. Por ello, en momentos de alta selectividad y exclusión social, no es de extrañarnos que el péndulo se incline a favor de la demonización de los jóvenes y, al mismo tiempo, o precisamente por ello, que se desplieguen prácticas de rebeldías juveniles.

Junto con la constatación de que la juventud puede potenciar la imaginación social, pongamos de relieve el hecho de que en América Latina la represión y la muerte joven (muertes violentas por homicidios, suicidios, incidentes en la vía pública, rastrillaje policial) es un fenómeno extendido. Y si realizamos un recorrido sociohistórico y político sobre la problemática del desempleo y la exclusión social a nivel internacional, y en América Latina en particular, observamos que los jóvenes han sido uno de los grupos sociales más castigados en las últimas décadas.

En su obra “*La soledad de los moribundos*” Norbert Elias (1987) inicia su argumentación recordándonos que desde hace milenios la función central de la convivencia social entre los hombres es la de protegerse del aniquilamiento. Aún en sociedades pacificadas (modernas estatales) en ciertos momentos se puede observar un alto umbral de agresividad. Los jóvenes aprenden a defenderse ante la posibilidad de ser atacados o excluidos. Las bandas o grupos, que a los ojos de las generaciones adultas suelen ser percibidas como hordas de adolescentes salvajes, y que tienen gran parte de las representaciones simbólicas en torno a las relaciones intra e inter-generacionales, pueden sin embargo ser interpretadas como una oportunidad que les brinda a los jóvenes una socialización entre iguales funcionando como válvula de escape ante las miradas estigmatizantes, las injusticias sociales y los sinsentidos que experimentan sobre sus existencias individuales y sociales.

En nuestras investigaciones hemos venido indagando acerca de las relaciones entre las experiencias sociales de los jóvenes y la producción de los sentidos acerca de su existencia poniendo el foco en las expresiones de la violencia. Desde nuestro de vista, es preciso situarse en una mirada relacional entre las biografías personales y colectivas de los jóvenes y las condiciones históricas donde éstas se despliegan. De los testimonios

recogidos a través de entrevistas en profundidad mantenidas con los estudiantes de escuelas públicas estatales de educación secundaria de Argentina surge claramente que los adolescentes y jóvenes tienen una necesidad imperiosa de ser escuchados, reconocidos.

La condición juvenil y estudiantil ha ido variando a la par que se verifican transformaciones en la constitución de subjetividad. El “misterio” de la escuela democrática consiste en crear y recrear aquellas condiciones en virtud de las cuales determinados estudiantes que, en razón de su origen social, su condición étnica o de género –y correlativamente de su capital cultural de origen, deslegitimado- parecían destinados a ser excluidos de la escolarización, logran remontar tan inexorable destino.

En nuestras sociedades el trabajo y la escuela, en tanto que experiencias culturales subjetivantes, constituyen elementos estructurantes en la producción de la existencia individual y colectiva. Justamente, uno de los sentidos más hondos de la escuela estatal y pública, a lo largo de las luchas históricas y en estos tiempos con especial fuerza, es el de brindar la posibilidad de anteponer una alternativa frente a la desigualdad social de origen de los niños y jóvenes. De eso se trata la inclusión: de hacer más justa la estructura de las oportunidades potenciando las trayectorias de todos y todas, sin distinción. La escuela democrática acorta la distancia social.

Los testimonios de nuestros entrevistados ponen de relieve que los sinsentidos de las vidas sumergidas en la exclusión son el trasfondo de muchas de las problemáticas que atraviesan a las escuelas en su cotidianeidad y a las trayectorias de las juventudes. La exclusión no es solo material (condiciones de vida) sino la falta de proyección a futuro, no sentirse parte (exclusión simbólica).

Para comprender profundamente las relaciones entre la estructura de las oportunidades sociales y los sentidos subjetivos de la exclusión que construyen los y las jóvenes, resulta pertinente recuperar una serie de aportes que efectúa Norbert Elias en lo concerniente al vínculo existencia individual-existencia social (Kaplan, 2008). En el análisis de la configuración elisiano, los individuos aparecen, en alto grado, como sistemas peculiares abiertos, orientados mutuamente entre sí, vinculados recíprocamente mediante interdependencias de diversa clase y, en virtud de éstas, formando conjuntamente configuraciones específicas.

Para dar cuenta de que la autonomía del individuo está condicionada en gran parte por la sociedad en la que se vive, sin que ello implique la negación de los hombres particulares ni de las particularidades de cada hombre, Elias toma como ejemplos a Luis XIV y a Mozart. Sobre Luis XIV, plantea que es necesario estudiar su posición de rey en el interior de la configuración específica de la Corte de la sociedad francesa del siglo XVII, para comprender la personalidad que se configura e interactúa desde esa posición. El mismo análisis lo aplica a Mozart relacionando “destino individual” y “existencia social”. El intento de Elias consiste en articular las necesidades e inclinaciones personales y las exigencias de la existencia social cotidiana y de la mentalidad, en tanto que huellas de la memoria social inscritas en los individuos.

En su tentativa por situar el caso singular de Mozart en un proceso sociohistórico más amplio y de largo alcance explicita que la biografía de ese hombre destacado está necesariamente imbricada en las condiciones de su época. En su notable texto titulado “*Mozart. Sociología de un genio*” Elias se propone ligar la personalidad del músico al entramado de relaciones en una cierta configuración social. Elias interroga sociológicamente a la vida y a la obra de Mozart en una figuración específica.

Elias reflexiona como sociólogo acerca de la trayectoria de Mozart buscando dar cuenta del vínculo entre la estructura social de su época y su estructura psíquica. Todo individuo lleva en sí mismo la impronta de una sociedad determinada. El ser humano está siempre y completamente inmerso en relaciones con otros y, por cierto, en relaciones poseedoras de una estructura determinada y específica de su grupo humano. Este pensamiento relacional y procesual que involucra a un entramado complejo entre la producción de las prácticas sociales y los hábitos psíquicos de los individuos, es una de las contribuciones centrales de Elias.

Elias empieza su análisis recordándonos que Wolfgang Amadeus Mozart murió en 1791 a los 35 años, producto de una grave enfermedad que sería resultado de diferentes problemas que lo acosaban: deudas, cambios de lugar de residencia y la falta de éxito en Viena. La sociedad vienesa lo ignoraba, lo que produjo en Mozart que su vida no tenga sentido. Su sentimiento era de fracaso de su existencia social, tanto a nivel personal como público: no podía confiar en el amor de su mujer,

ni en el amor del público vienes por su música. Es decir, la pérdida de sentido existencial esta asociada al debilitamiento del afecto de su esposa y la falta de estimación del público. Para Elias éstos son dos niveles interdependientes e inseparables. Por consiguiente, su muerte se asocia a una enfermedad causada por el fracaso de su existencia social, es decir, por la pérdida del sentido de su existencia y un profundo sentimiento de exclusión y negación de su subjetividad.

Elias plantea que “para entender a un ser humano hay que saber cuáles son los deseos dominantes que anhela realizar. Que su vida tenga o no sentido para él mismo, depende de si puede realizarlos y en qué medida lo consigue. Pero estos deseos no se instalan en él antes que cualquier experiencia. Se van configurando desde la niñez gracias a la convivencia con otras personas y en el transcurso de los años se van fijando paulatinamente, en una forma que determinará el modo de vivir, aunque a veces también pueden surgir de repente en relación con una experiencia especialmente decisiva.

Sin duda, las personas a menudo son conscientes de esos deseos dominantes que rigen sus decisiones. Tampoco no depende nunca exclusivamente de ellas que los deseos puedan realizarse y de qué manera, porque estos siempre apuntan hacia los otros, al entramado social con los demás” (Elias, 1991:18). Ello significa que los deseos personales se configuran y se realizan en relación a la existencia social. Elias sostiene que para estudiar a Mozart, es necesario analizar conjuntamente al ser humano y al artista, en tanto que el arte es creado por el ser humano. Respecto a su ser social en tanto que artista, Norbert Elias toma a la vida de Mozart como modelo de análisis de una época. Resulta difícil interpretar a Mozart sin hacerlo desde su ser músico en la sociedad cortesana.

Lo que nos muestra este caso es que el individuo no puede ser abordado en su singularidad con independencia de la historia social en el que despliega praxis. Es en la historia de sus relaciones, sus dependencias y necesidades, y en un contexto mayor, en la historia de todo el tejido humano en el que crece y vive, de donde el ser humano obtiene su carácter individual. “Esta historia, este tejido humano, se hacen presentes en el individuo y son representados por el individuo, tanto si éste se encuentra actualmente relacionado con otros como si está solo, tanto si trabaja

en una gran ciudad como si trabaja a mil kilómetros de distancia de su sociedad, como un náufrago en una isla. También Robinson lleva en sí mismo la impronta de una sociedad determinada, de un pueblo y de una clase determinados. Apartado de toda relación con aquéllos, tal como se encuentra en su isla, se comporta, tiene deseos y urde planes de acuerdo con los patrones de su sociedad; sus deseos, planes comportamientos son, según esto, distintos a los de Viernes, y, al mismo tiempo, las nuevas circunstancias hacen que se adapten el uno al otro y se formen el uno al otro” (Elias, 2000:43).

Por tanto, los individuos no podemos ser pensados como seres libres de entrelazamientos. El ser individual está siempre y completamente inmerso en relaciones con otros en el contexto de estructuras particulares de grupos humanos. De allí que la mirada de los otros y la propia autoimagen son altamente relevantes en la fabricación de la valía social. Las distancias o las proximidades entre las expectativas de los otros y la autoestima son vertebradas en la producción de subjetividad.

Específicamente respecto de la condición juvenil, Elias puntualiza el hecho de que, en las sociedades modernas estatales, es tan grande el abismo entre la actitud de los niños y la actitud que se exige a un adulto, “al adolescente ya no se le sitúa, como sucede en sociedades más simples, tan pronto, siendo aún un niño, directamente en el primer peldaño del escalafón funcional del que algún día tendrá que alcanzar la cima. El adolescente ya no aprende su futura función directamente al servicio de un maestro, como hacía el escudero de un caballero o el aprendiz del maestro de un gremio, sino que de momento se le excluye de la sociedad y de los círculos de los adultos durante un período de tiempo cada vez más prolongado (Elias, 2000:45). Así, los jóvenes de capas funcionales cada vez más amplias ya no son preparados para la vida adulta directamente, sino indirecta y mediatizadamente, a través de instituciones especializadas tales como las escuelas y las universidades.

Entre la vida en los cotos juveniles y el ámbito vital adulto rara vez existe continuidad. “Muy a menudo la transición de un ámbito a otro implica una sensible ruptura. Con bastante frecuencia se busca proporcionar al joven, durante su adolescencia, un horizonte de conocimientos y anhelos tan amplios como sea posible, una visión global de la vida, una especia

de isla afortunada de ensueños y juventud, que guarda un singular contraste que la vida que espera al joven cuando se convierta en adulto. Se desarrollarán en él múltiples aptitudes que las funciones del adulto no dejarán ejercitar, múltiples inclinaciones que el adulto habrá de reprimir” (Elias, 2000:46). Esta escisión produce tensión, incluso puede llegar hasta la producción de un sentimiento íntimo de fracaso.

Esta constatación es una llave interpretativa fértil para repensar las relaciones entre las inclinaciones al cambio que caracterizan a las juventudes y la barrera social con la que se topan, dispuesta para mantener el statu quo. La presión que el tejido humano ejerce sobre la persona, la limitación que su estructura le impone, y las tensiones, las rupturas, todo lo que lo forma, son tan grandes, que es fácil que se acumule en el individuo “un cúmulo de inclinaciones inatendibles e inatendidas que muy rara vez se ofrecen a la mirada de los demás y muy a menudo ni siquiera a la de la propia conciencia” (Elias, 2000:47).

No se trata de pensar a la manera de la presencia de un mundo interior, por una parte, y un mundo exterior a los jóvenes, por otro lado, que se les exhibe como una muralla infranqueable sino que de lo que se trata es de comprender los entrelazamientos humanos en una sociedad singular. Es en las relaciones mutuas entre los jóvenes y los adultos y entre los jóvenes entre sí, en las redes que se tejen, que pueden ser abordados los comportamientos individuales y colectivos. “La forma de un hilo particular cambia cuando cambian la tensión y la estructura del tejido en su conjunto” (Elias, 2000:49).

A través de casos empíricos en la historia de las sociedades occidentales los análisis de Elias permiten comprender la mutua imbricación entre las estructuras sociales y los caracteres de las personas, entre la constitución de la identidad del yo y del nosotros, entre la estructuración social y la psíquica. Intentado dar cuenta dialécticamente de los fenómenos psico- genéticos y socio-genéticos; es decir, tratando de interpretar los comportamientos sociales de individuos y grupos como signos de época.

En uno de sus trabajos donde intenta comprender la violencia en el marco de los procesos civilizatorios, Elias (1984) relata casos de la historia (alemana) en los cuales los jóvenes son partidarios de acciones

y grupos violentos. Uno de ellos fue el engrosamiento de las filas del Cuerpo de Voluntarios luego de la Primera Guerra Mundial por parte de jóvenes burgueses sin perspectiva de futuro y, con el derrumbamiento de Alemania, sin un fin superior a sus vidas por el cual actuar. El autor encuentra ciertas necesidades de este sector que se repiten en otras situaciones y que pueden servirnos como herramientas para pensar las búsquedas de los jóvenes. Ellos pretenden básicamente tres cosas: A) necesitan perspectivas de futuro. Necesitan percibir que hay un horizonte a futuro que los incluye; B) necesitan un grupo de personas de la misma edad con la que se identifiquen. Es decir, necesitan referenciarse con un grupo que les ofrezca una cierta sensación de pertenencia en un mundo en que las diferencias entre las distintas generaciones son muy grandes; C) necesitan un ideal o meta que dé sentido a su vida y, aún más, que sea superior a la propia vida.

Por su parte Bourdieu (1997), también en lo concerniente a la hipótesis de la pérdida del sentido de la vida como el trasfondo de ciertas formas de violencia por parte de los jóvenes, hay una clara confirmación en *Meditaciones pascalianas*. En el mundo social de los sectores subproletarizados que describe en la Francia de los noventa, las situaciones de crisis generan una desorganización duradera del comportamiento y del pensamiento vinculado a la desaparición de objetivos coherentes para el porvenir.

Para muchos individuos que viven en la exclusión, el tiempo se diluye y el vínculo entre el presente y el futuro parece roto, ya que “la ambición de dominar prácticamente el porvenir (y con mayor razón, el proyecto de pensar y perseguir racionalmente aquello que la teoría de las anticipaciones racionales llama la *subjectivity expected utility*) de hecho es proporcional al poder efectivo que se tiene para dominar ese porvenir, es decir, al poder que se tiene sobre el mismo presente” (1997: 262).

De ahí que muchos jóvenes, ante el tiempo material y existencial “sin sentido”, encuentren entre otras alternativas el riesgo de realizar actos de violencia que tienen un valor en sí mismos como un medio desesperado de existir frente a los otros, para los otros, de acceder a una forma reconocida de existencia social, o simplemente de que pase algo que es mejor que no pase nada. Una vida sin justificación deja a los individuos abandonados al presente que carece de sentido.

Para ir cerrando y dejar abierta una reflexión, remarquemos que en los testimonios recogidos en nuestros estudios empíricos con jóvenes escolarizados, observamos que la violencia opera como una señal para ser mirado, identificado, visibilizado o, en la misma dirección, como búsqueda del reconocimiento y respeto de los otros, en particular por parte de los pares, como modo de autoafirmación. En condiciones sociales e institucionales donde se forjan estructuras de oportunidades para una valía y auto-valor social, parece predominar en los jóvenes la fuerza de las esperanzas sobre el porvenir y la posibilidad simbólica para poder desear y operar los cambios en el orden injusto.

Referências

- Arendt, Hannah (1995): *La condición humana*. Paidós: México.
- Bourdieu, P. (1999): *Meditaciones pascalianas*. Anagrama: Barcelona.
- Elias, Norbert (1987). *La soledad de los moribundos*. Fondo de Cultura Económica: México.
- Elias, Norbert (1991): *Mozart. Sociología de un genio*. Península: Barcelona.
- Elias, Norbert (2000): *La sociedad de los individuos*. Península: Barcelona.
- Elias, N. (1994): "Civilización y violencia". En Revista Española de Investigaciones Sociológicas, Nº 65, pp. 141-151.
- Kaplan, Carina V. (2008) (coord.) *La civilización en cuestión. Escritos inspirados en la obra de Norbert Elias*. Miño y Dávila: Buenos Aires.
- Mutchinick, Agustina (2009) *La confianza hacia la escuela. Un análisis sobre sus vinculaciones con las violencias y la justicia en el ámbito escolar* Kaplan, Carina V. (dir.) *Violencia escolar bajo sospecha*. Miño y Dávila: Buenos Aires.
- Wiewiorka, M. (2009): *Racismo. Una introducción*. Gedisa: Barcelona.

Juventude, Pessoa com Deficiência e Políticas de Inclusão

Contribuições da Antropologia Filosófica para a Formação Integral da Juventude - na perspectiva da construção de espaços inclusivos

Edileine Vieira Machado

Este artigo é resultado da participação da mesa-redonda sobre o tema “Juventude, pessoa com deficiência e Políticas Públicas de Inclusão” no **V Jubra: Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira**.

Num primeiro momento, faço uma breve apresentação de onde falo para que possam compreender melhor o caminho realizado para a exploração do tema a mim confiado.

Sou formada em Letras, Mestre em Letras, Doutora em Educação, depois fui cursar a graduação em Pedagogia. Foi no doutorado, a partir de 1998, que surgiu, na minha vida como pesquisadora, a temática inclusão. No trabalho de campo, sobre a formação de leitores, em uma sala de aula de escola pública estadual havia um aluno cego. Desde então, comecei a me aprofundar na temática e, assim, decidi fazer uma especialização na área de Orientação e Mobilidade para pessoas com deficiência visual.

Criei junto à universidade, com a ajuda de outros especialistas, o Centro de Apoio Acadêmico aos Deficientes. Em 2001, ingressei como docente no Programa de Mestrado em Educação da Unicid na linha de Políticas Públicas de Educação e comecei a orientar dissertações sobre inclusão. Nesse movimento, foi se constituindo um grupo, ao meu redor, de mestrandos pesquisadores sobre inclusão de pessoas com deficiência, formação de equipes multiprofissionais para trabalharem com inclusão no sistema escolar,

estudo sobre Programa de Inclusão Social, sobre a hospitalidade no Turismo Social, Inclusão no Ensino Superior que, mais tarde, em 2006, constituiu-se no Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Inclusão Social – NEPIS. Neste Núcleo, trabalhamos com experiências exitosas de inclusão.

Os primeiros participantes do NEPIS foram os mestrandos e, mais tarde, os mestres, professores de graduação, representantes de ONGs e associações, professores doutores e Pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento. Os participantes trazem para o Núcleo práticas que eles consideram inclusivas e, nesse espaço, trabalhamos a compreensão do processo inclusivo, teorizando tais práticas.

Nesse sentido, identifiquei-me com o objetivo do simpósio, que é de agregar pesquisadores de diversos campos de conhecimentos: *Congregar pesquisadores nacionais e estrangeiros em torno da temática da juventude; Criar espaços de debates em conexão com os diversos grupos e movimentos sociais dedicados às questões da juventude.*

Durante esses anos, fui construindo também um conceito – que julgo contribuir para a compreensão do fenômeno da inclusão – de espaço inclusivo que o entendo como um ambiente onde fatores físicos e psicológicos são indissociáveis desta realidade. Portanto, a inclusão se dá de dentro para fora, do microespaço para o macroespaço. Tendo essa concepção de que fatores psicológicos também devem ser levados em conta, necessariamente a pessoa deve ser sujeito da prática inclusiva, daí, então, que hoje estou me aprofundando no método fenomenológico para melhor compreender e poder estudar e identificar a manifestação do processo inclusivo que se dá por meio das pessoas.

A fenomenologia iniciou-se com Husserl, que viveu um momento histórico em que se fazia necessária a compreensão do sentido da relação humana com o mundo.

O século XX, marcado pela crise das ciências que se estende até os nossos dias, pelo materialismo, quando a ciência caminhava para apenas descrições, à filosofia das essências, ao psicologismo, isto é, à subjetividade que acabava em idealismo transcendental, emerge para dar uma resposta à fenomenologia, que se caracteriza por ser um movimento, uma filosofia do ser que se preocupa com a ética.

Husserl vivenciou que a razão nas ciências não dava conta de compreender o *problema da vida*, da qual o homem não pode viver sem descobrir e sem assumir o sentido da própria vida.

Nesse sentido, a fenomenologia pode contribuir para resgatar o ponto de partida do homem. Esse é o ponto fundamental por escolher tal método para compreender a inclusão, já que a vemos como um processo em constante movimento e que cada pessoa tem suas características singulares, não podendo ser consideradas como iguais. O ponto de partida de cada pessoa é fundamental para a escolha do caminho para se alcançar a inclusão na sua totalidade.

A inclusão não pode ser vista como resultado de uma prática e técnica, onde o seu sucesso pode ser assegurado cientificamente. A fenomenologia, nesse sentido, pode contribuir para que possamos aprender ou reaprender a pensar em novos caminhos de inclusão, que poderão, com certeza, ser diversos, entretanto, o ato de pensar poderá encontrar respostas que merecem ser dadas.

A fenomenologia husserliana afirma que não se pode dissociar o sentido do ser do sentido do fenômeno e é com esse método de redução eidética que se ultrapassará a psicologia descritiva. Essa redução ajuda a compreender a natureza própria do fenômeno e diminui o risco de confundi-lo com as causas exteriores, isto é, não considerar um objeto como coisa a ser estudada, esquecendo-se de que este tem vida e característica própria e que nós, pesquisadores, devemos estar atentos e levá-las em conta num estudo, bem como suas nuances, ou seja, os dados da experiência em sua totalidade.

Esse é o ponto que justifica a escolha desse método para o estudo de processo inclusivo, por acreditar que todo fenômeno consiste. A expressão *consiste* é tomado aqui no sentido estritamente filosófico e expressa a diferença entre o Ser e os entes. O Ser é, o ente consiste, o que, em outras palavras, quer dizer: o ente pode ser decomposto em diversos elementos enquanto o Ser é único. Daí a possibilidade e necessidade de uma análise fenomenológica das situações que *consistem* e que são compostas por diversos elementos.

A redução eidética permite compreendermos o significado do fenômeno e, mais, para que serve esse processo com significado na sua

própria vida. Esse método permite sair da *atitude natural* e chegar à essência do fenômeno, por meio das percepções, da intuição e, para não cairmos no erro de apenas descrever um fato psicológico. Permite, ainda, conectar o “eu penso” ao “objeto de pensamento”, o *ego cogito cogitatum*. A redução fenomenológica permitirá compreender o processo inclusivo na sua totalidade, incluindo os sujeitos envolvidos, conservando seus valores e suas significações antigas, entre os quais, o sentido da sua existência. Entretanto, seus valores e significações antigas serão “fenomenolizados”, o que garante sairmos da atitude ingênua de vê-los como sendo “em si”, além de não dar espaço a especulações metafísicas.

A fenomenologia abarca as metafísicas tradicionais, mas considera sempre a experiência, já que para a intuição a referência é permanente.

Para realizarmos a redução, precisamos depurar o fenômeno, isto é, separá-lo de tudo que é inessencial, daquilo que é “fático”, para fazer emergir o que é essencial. Não é comparar e muito menos concluir, mas reduzir. Essa redução, para Husserl, não se dá por manipulação, mas pelo pensamento, pelo esforço desse sobre o fenômeno cujo sentido se busca.

Isolar o essencial, segundo Husserl, do fenômeno é identificar aquilo que pertence como próprio para sua essência. Dessa forma, a essência se definirá como “consciência de impossibilidade”, isto é, não há outro modo – é impossível que a consciência pense aquilo de outra maneira. Por isso, a necessidade do diálogo com autores que ajudam a justificar, a comprovar cada afirmação realizada durante a pesquisa, mas lembrando que, chegar-se-á à essência do processo inclusivo, porém não no foro íntimo de cada envolvido, devido a cada ser humano ser único, singular e com uma história diferente e modos de ver e compreender o mundo também diversos.

Feita essa apresentação, passo, então, a apresentar os conceitos que constituem o tema a mim confiado: Juventude, Pessoa com Deficiência e Políticas Públicas de Inclusão.

Essa é uma prática que fazemos também no Nepis, depois da narração da prática inclusiva, para nos colocarmos como sujeitos de nossa pesquisa, dizer como compreendemos a essência do nosso estudo.

Por uma questão de organização pessoal, vou inverter a ordem: começarei apresentando os conceitos de Políticas Públicas, Inclusão,

depois da pessoa como deficiência e, por último, como pensar a formação da nossa juventude.

Políticas Públicas: Entendemos Políticas Públicas como respostas que o governo dá às demandas sociais consideradas coletivas. Portanto, para tornar-se uma demanda social é preciso que um problema se torne um problema coletivo com repercussão em uma dada comunidade municipal, estadual ou nacional.

Um problema nacional é a questão emergencial da inclusão que se espera, de fato, uma resposta. Mas precisamos não de mais uma política proclamada e não realizada, precisamos de uma resposta que leve em conta a pessoa e, ainda, que possibilite a ela a superação da sua dificuldade do hoje, rumo a um futuro melhor, com perspectivas, esperança de poder se sentir sujeito da sua própria vida e da comunidade em que vive, de decidir com liberdade pelo que ela acredita ser bom para ela e, principalmente, que se sinta respeitada.

Mas o que é liberdade?

A liberdade é o ato de poder agir ou não, baseado na razão e na vontade, o que também ilustra a prática do livre-arbítrio. Mas, a prática da liberdade não implica o suposto direito de dizer e fazer tudo o que quer, deve ser um ato com responsabilidade.

De acordo com Frankl (1989, p. 42): “a liberdade é uma liberdade limitada. O homem não é livre de certas condições. Mas é livre para tomar posições diante delas. As condições não o condicionam inteiramente”.

A liberdade se dá no relacionamento entre as pessoas que, por sua vez, cada uma tem o direito de ser livre e responsável e, por outro lado, todos têm a obrigação de respeitar a cada um. Além disso, a prática da liberdade é uma exigência inseparável da dignidade da pessoa humana, principalmente no que se refere à religião e à moral e esse direito deve e já é assegurado pela nossa própria Constituição Federal de 1988.

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

[...]

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

[...]

CAPÍTULO VII

Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso
(Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

[...]

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Redação dada Pela Emenda Constitucional nº 65, de 2010)

(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

Aqui já adianto como entendemos Inclusão: em outras palavras, é ser protagonista da sua própria vida e da comunidade de que faz parte. É ter liberdade e responsabilidade para opinar, decidir – ser ouvida, levada em conta e respeitada.

Nessa linha de pensamento, necessariamente precisam ser levadas em conta as relações humanas. É fundamental ter a visão de Homem como ser de relações e que necessariamente a comunicação é primordial entre as pessoas.

Se queremos incluir a todos, conviver com todos, eu preciso me comunicar, preciso falar **com** os sujeitos envolvidos e também saber ouvi-los e, ainda, levar em conta seu modo de pensar, sua opinião, mesmo, às vezes, não concordando com seu ponto de vista. Por meio do diálogo, precisamos respeitar o argumento mais convincente, daquele que tiver maior razoabilidade, mesmo que seja contrário ao meu modo de pensar. Tendo essa humildade de saber ouvir e de levar em conta que o argumento do outro apresenta maior razoabilidade, teremos a concordância, a adesão voluntária de todos; caso contrário, estarei falando **para** todos, o que não garante a adesão, mas a seletividade natural de cada um para aproveitar o que lhe é dito ou não; ele pode escutar, mas não ouvir e nem compreender.

Nessa linha, de ser de relações, onde o diálogo e a boa convivência são importantes, deriva o princípio do bem comum que deve estar relacionado com cada aspecto da vida social, para ter pleno sentido. Bem comum não significa somar os bens particulares de cada sujeito do corpo social. Por ser comum a todos e de cada um, ele é indivisível, é e permanece comum e, somente juntos é possível alcançá-lo, aumentá-lo e conservá-lo, também em vista do futuro. Da mesma forma que o agir moral do indivíduo se realiza em fazendo o bem, o agir social alcança a plenitude realizando o bem comum. Nesse sentido, o bem comum é a dimensão social e comunitária do bem moral.

O bem comum, enquanto bem de todos e do homem todo, deve ser a meta prioritária de uma sociedade que queira estar a serviço do ser humano. A pessoa não pode se realizar totalmente somente em si mesma, mas no ato de ser “com” e “pelos” outros. Na verdade, todos são responsáveis pelo bem comum.

Essas mesmas preocupações deveriam ter os formuladores de propostas de políticas públicas de inclusão, de considerar os sujeitos sociais. Deveriam respeitar os direitos fundamentais e inalienáveis da pessoa como, direito de agir segundo norma reta de sua consciência, à proteção da vida particular e à justa liberdade. Também deveriam levar em conta a acessibilidade de todos às necessidades que precisam para terem uma vida verdadeiramente humana: alimento, vestuário, saúde, trabalho, educação e cultura, informação conveniente, direito de fundar um lar etc. Deveriam também assegurar a paz, apresentar uma ordem justa,

duradoura e segura. Nessa linha, é a comunidade política que tem o dever de defender e promover o bem comum da sociedade civil, dos cidadãos e dos organismos intermediários.

É pensando no bem comum que se pode ter como horizonte o desenvolvimento das pessoas.

Como pensamos a pessoa com deficiência: todo ser humano tem uma estrutura geral, universal, o que diferencia é que não necessariamente ele use todas as estruturas de uma vez e da mesma forma. No caso da inclusão, isto é muito importante, pois considerar que todos têm a mesma estrutura, e que geralmente só vemos as diferenças, considerar que um educando com deficiência tem uma vida psíquica e espiritual, pode mudar completamente o modo de o educador enxergar e se relacionar com a pessoa com deficiência, pois permite a nós passarmos do “eu”, o “outro” para “nós”. Na elaboração das políticas públicas de inclusão pode ocorrer o mesmo quando se tem em conta a realidade concreta dos sujeitos a serem incluídos.

Ales Bello (2006, p. 37), que muito contribuiu para o desenvolvimento da abordagem fenomenológica, diz que Husserl *conclui que temos um corpo baseando-nos na análise dos atos registrados por nós, isto é, das sensações corpóreas que registramos*. Temos consciência dos nossos limites corpóreos e a corporeidade é o momento preliminar a todos os nossos atos, é ela que nos dá a constituição do ser que nos localiza no espaço. Nessa linha de pensamento, fazemos a pergunta e, em seguida, apresentamos a resposta: O que é estar em um lugar inclusivo? Primeiramente está o nosso corpo e a partir dele fazemos referências ao objeto físico e ao espaço. O espaço vivenciado está na base de todos os conceitos de espaço, ou seja, é aquele que permite o nosso movimento e a relação com o exterior, através da corporeidade.

Pensar em espaço inclusivo, numa visão humanista, é considerar nesse espaço seus aspectos antropológicos, isto é, a pessoa que, necessariamente, precisa se mover, se relacionar dentro de um espaço com as outras coisas e com as outras pessoas que o constituem. A reflexão antropológica, portanto, é que permitirá a compreensão desse espaço, porque ele é constituído de pessoas que têm uma estrutura universal: corpo, alma (psique) e espírito. Entender o que é espírito é fundamental

para compreender as ações das pessoas e é importantíssimo para compreender e constituir um espaço inclusivo. Ele é a nossa consciência, que nos permite dizer sim e não, é o livre arbítrio que leva a ouvir, levar em conta e respeitar o(s) outro(s) com quem a pessoa se relaciona.

Constituir um espaço inclusivo de *excelência*, necessariamente, precisa considerar o *amor*. *Amor*, no sentido de se colocar no lugar do outro, desejar o bem do outro e tratá-lo com equidade e, portanto, com dignidade, para depois ir em busca de técnicas que também são importantes, mas que sozinhas não garantem e nem permitem a constituição do espaço inclusivo.

Segundo Silva (2010, p. 25):

Em uma perspectiva humanista, tal como a história registra, o homem tem como pontos constituintes a razão e a capacidade de amar.

Pela razão o homem é capaz de compreender as situações em que se encontra e “ler” os acontecimentos à luz de princípios e valores. A razoabilidade das leituras do mundo pode ser aferida pelo diálogo que surge quando a razão é aplicada como forma de viver e partilhar os diversos problemas que a vida apresenta, superando a violência “sem razão”.

A capacidade de amar faz com que cada homem possa transcender seus próprios interesses e chegue a pensar e agir em favor dos demais. Isto é o que permite aos pais sacrificarem o próprio bem-estar para atender a um recém-nascido que não apresenta força própria de reivindicação e que depende apenas do amor dos seus cuidadores para conservar a vida.

Todavia, a experiência mostra que o ser humano não nasce com determinantes biológicas que orientem seus comportamentos em uma única direção. Os modos de atender ao desejo de vida podem ser criados das mais variadas formas. Por exemplo, as práticas para proteger-se dos rigores do ambiente, de processar a alimentação, de organizar as relações humanas de cada grupo variam conforme as pessoas e o contexto. Essas formas são aprendidas em cada grupo concreto e reside aqui a importância da educação para a formação da identidade cultural de cada ser humano.

E aqui retomo o conceito já apresentado de bem comum que, como mencionado anteriormente, está sempre pautado no rumo ao desenvolvimento das pessoas. Portanto, a pessoa deve ser protagonista e não um subordinado à organização das coisas. Para isso, o protagonista precisa ter por base a verdade, e qual seria essa verdade? A verdade de sua existência: é conhecer-se a si mesmo, saber responder as perguntas “quem sou eu?”, “de onde eu vim?”, “temos uma missão?”.

Vitor Frankl fala de resposta às demandas da vida e considera a responsabilidade como a capacidade de responder aos desafios da vida; a vida dialoga conosco e consideramos a realidade não como mero fato, mas como acontecimento.

Essas são questões filosóficas que nos levam à busca da totalidade e ao sentido de nossa própria vida. Tendo essas respostas, é possível pensarmos na constituição do bem comum num ambiente de justiça que, naturalmente, será experimentado por meio do amor em comunidade.

É na comunidade que cada pessoa considera sua liberdade e respeita a do outro e a partir dessa relação leva em conta o projeto comum. Esse projeto deve ser útil para todas as pessoas envolvidas. A pessoa, na comunidade, pode ser considerada singularmente e cada um pode se realizar nela, já que sozinho o ser humano não consegue atingir sua plenitude.

A comunidade só se forma quando cada pessoa que a constitui a aceita como lugar de seu movimento individual. É preciso que haja disponibilidade psíquica e espiritual.

Por isso, o valor das reflexões filosóficas e também antropológicas para a concretização de políticas públicas de inclusão é fundamental, já que o ser humano é o “objeto” a ser incluído.

Conhecer a si mesmo como pessoa, considerar o outro também como pessoa que possui desejos, vontades, medos, crenças permite estabelecer uma melhor relação entre os envolvidos no processo de inclusão e, ao formular e implantar políticas públicas de inclusão, esses valores podem, assim, ser incorporados efetivamente.

Diante do exposto, então, passo ao último conceito que compõe minha exposição: a juventude. Por ser Profissional da área da Educação,

farei uma exposição em busca de uma resposta à formação de nossa juventude, contemplando a todos, indistintamente, mas considerando as singularidades de cada um, aqueles com deficiência ou não, daqueles que gostam mais da área exata e menos de humanidades...

Em primeiro lugar, precisamos buscar a resposta para a pergunta: quem queremos formar? Queremos oferecer ao nosso jovem uma educação fragmentada, isto é, formar um técnico ou um especialista numa única área ou queremos formar um jovem que compreenda o sentido da sua própria vida, que saiba dar resposta com responsabilidade às demandas da vida, compreenda o sentido do trabalho humano, que saiba viver em comunidade, mantendo uma boa relação humana, sem deixar também de compreender a técnica de uma determinada área, mas que tenha uma formação integral, tornando-se um sujeito protagonista e não um mero técnico, cumpridor de tarefas.

Nessa linha de pensamento, segundo Josef Pieper (1989), um grande filósofo do século XX, a universidade tem como missão a formação do homem por inteiro, enquanto ser inteligente, sensível e espiritual. Aquele que quer compreender o mundo que o rodeia e o seu papel na existência. A universidade deve formar o educando capaz de elaborar uma crítica pessoal diante da vida, de uma *Weltanschauung* consciente de si mesma. Para isso, são de extrema importância a valorização e a criação de oportunidade de diálogo permanente entre o educador e o educando para que juntos busquem a totalidade (o que exige pensar na visão de homem desses sujeitos). Ainda segundo o autor, a formação do homem só ocorre se for proporcionado o confronto com o todo do existente, com o todo do real... (PIEPER, 1989, p. 25). E essa prática, no nosso modo de pensar, deveria iniciar já na educação infantil. E essa formação deveria começar pela escolha dos valores que queremos ensinar aos nossos educandos, tendo sempre como meta a formação integral personalista, para que se tornem sujeitos protagonistas.

Nesse sentido, a importância de criar espaços de diálogos, da *disputatio* (prática do diálogo, na Idade Média, em que se considerava a temática sob um ângulo universal e não se recusava nenhum argumento e nenhum contendor), e espaços onde possam experimentar tais valores, como: equidade, solidariedade, dignidade humana, humildade, bem

comum, sentido do trabalho humano, vontade, sabedoria, memória, responsabilidade, felicidade entre outras.

Outro aspecto relevante, que cabe aqui destacar, segundo o autor, não é a ciência que faz a universidade ser universidade, e acrescentamos aqui que não é o tecnicismo que formará o profissional bem-sucedido e feliz, mas a resoluta orientação do pensamento para o *universum*, para a unidade do conjunto do real; o decidido e persistente esforço de abertura para o todo, que desde sempre tem sido designado e entendido como filosofar.

A ciência é constituída por conhecimentos setoriais, que emergem de enunciados especializados, com aspectos particulares, é uma visão fragmentada de uma parte do todo, mas que não deixa de ser importante, é um “progresso”, desenvolve a objetividade do pensamento com relação à realidade, à disciplina e à sobriedade.

O ato filosófico exige do homem o envolver-se com o problema, ir até o cerne do problema e descobrir o seu verdadeiro sentido e permitir-se a questão do sentido da vida, de busca de resposta às demandas da vida com responsabilidade.

Levando em conta o conceito de universidade e sua missão de formação do homem por inteiro, capaz de elaborar uma crítica pessoal diante da vida e de compreender o mundo que o rodeia, é que acreditamos que o caminho para a formação humanista dos nossos jovens é a contemplação nos currículos de formação de professores, a prática do pensamento filosófico e a antropologia filosófica.

As pessoas, nos dias de hoje, com essa sede da produtividade, do consumismo, da promoção, do domínio na sua totalidade, se esquecem da essência da existência humana. Esse cenário é, muitas vezes, repetido naquela universidade ou escola em que a preocupação maior é de formar o profissional altamente qualificado para responder à demanda do mercado.

Professores preocupam-se com o conteúdo a ser cumprido, com a técnica que os universitários devem conhecer e aprender a aplicá-la com competência. Muitas vezes, com a preocupação do conteúdo que deve ser ensinado, esquecem-se ou nem se dão conta da importância de se dar espaço para a contemplação, para o pensar filosófico e buscar o sentido do

que se está estudando de novo para sua própria vida e para a humanidade, sem ter medo de não encontrar a resposta.

Conforme Silva (2010, p. 28):

Uma sociedade está interessada e prioriza sua continuidade de forma sustentável quando valoriza seus educadores, o que significa valorizar suas crianças e jovens.

Uma autêntica educação, formativa, realiza-se pelo encontro entre educadores e educandos como pessoas e não meros indivíduos mortificados em sua dimensão global, vivendo apenas papéis sociais, tais como aquele que não sabe e aquele que sabe, aquele que manda e aquele que obedece.

Desse modo, com as categorias do racionalismo e organização da utilidade, surge entre nós a sensação de “não satisfação”, de estar faltando sempre algo para se conseguir a felicidade na sua plenitude, mesmo sendo profissionais altamente capacitados. Daí a importância da filosofia, do ato do pensamento filosófico e da antropologia filosófica para a formação do profissional como pessoa.

Ainda, de acordo com Silva (2010, p. 28):

O aprendizado de como viver a própria humanidade pelo educando necessita do encontro com outro ser humano, autenticamente humano, diante do qual possa espelhar-se e constituir sua identidade.

Estamos diante de uma emergência educativa que, para ser bem equacionada, necessita dramaticamente da humanização dos educadores e dos processos educativos.

Aqui encerro o artigo, referente à participação na mesa-redonda sobre o tema *Juventude, Pessoa com Deficiência e Políticas Públicas de Inclusão*, lançando essa semente, no caso, a antropologia filosófica como possível caminho para a formação integral da juventude e, para isso, já parafraseando Josef Pieper, para a prática filosófica, precisamos deixarmos transcender para a “não conclusividade”, para o mundo desconhecido, precisamos sentir e sermos capazes de experimentar o admirável, o que é

digno de admiração, o *mirandum*, sem ter medo da incomensurabilidade. A admiração é o primeiro estágio do filosofar, é o *principium* e tem a forma construtiva da esperança, o que mostra o quanto essa pertence à existência humana. O objeto da filosofia é dado ao filósofo na esperança (PIEPER).

E no caso da nossa juventude, temos a esperança de que podemos oferecer uma educação personalista e integral, a fim de que encontrem a felicidade e o sentido da vida na sua plenitude e uma boa convivência em espaços inclusivos, levando em conta as características específicas de cada pessoa.

Referências

ALES BELLO, A. **Introdução à fenomenologia**. Trad. Ir. Jacinta Turolo; Miguel Mahfoud. Bauru: EDUSC, 2006.

_____. **Fenomenologia do Ser Humano: traços de uma filosofia no feminino**. Trad. Antonio Angonese. Bauru-SP: EDUSC, 2000.

FRANKL, V. **Psicoterapia e sentida da vida**. Trad. Victor Hugo Silveira Lapenta. Aparecida: Santuário, 1989.

HUSSERL, E. **Idées directrices pour une phénoménologie**. Paris: Gallimard, 2008. (Collection Tel ; v. 94)

_____. **Lições sobre a Teoria da Significação: semestre de verão de 1908**. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 2007.

MACHADO, E. V. A exclusão como sinal de desumanização, as falsas inclusões e a inclusão humanista; o tema dos espaços humanos de inclusão. In NOTANDUM LIBRO. São Paulo: Factash, Instituto Sagres - Conhecimento e Desenvolvimento, CEMOrOc/EDF/FEUSP: 2010, n. 14, p. 59-70.

_____. Humanizar a Educação para Incluir. Contribuições de Josef Pieper para a Formação de Professores. Revista International Studies on Law and Education. São Paulo: CEMOrOc-Feusp / IJI-Univ. do Porto. 6 jul-dez 2010.

MACHADO, E. V. (Coord.); Mazzaro J. L. Diálogos com o professor sobre inclusão: fatos e histórias. Brasília: LGE, 2008.

_____. Humanizar a Educação para Incluir. Contribuições de Josef Pieper para a Formação de Professores. **INTERNATIONAL STUDIES ON LAW AND EDUCATION -6**. São Paulo: CEMOrOc/EDF-FEUSP, IJI – Universidade do Porto, jul. dez. 2010, p. 35-40. (Disponível em: <http://www.hottopos.com/isle6/7edileine.pdf>)

PIEPER, Josef. Abertura para o todo: a chance da universidade. Ensaio. Tradução e introdução de Gilda Naecia Maciel de Barros e Luiz Jean Lauand. São Paulo, APEL, 1989.

SILVA, Jair Militão da (Coord.); MACHADO, Edileine Vieira; RESENDE, Flávia Amaral. **Ler ouvir e compreender com as tecnologias da informação (TIC) na perspectiva de inclusão (da pessoa com deficiência visual)**. São Paulo: LTR, 2008.

SILVA, Jair Militão da. A consideração da dignidade humana como critério de formulação de políticas públicas. In Marcílio M. L.; Pussoli, Lafaiete. Cultura dos direitos humanos. São Paulo: LTR, 1998. (Coleção Instituto Jacques Maritain).

_____. Emergência Educativa. **INTERNATIONAL STUDIES ON LAW AND EDUCATION -6**. São Paulo: CEMOrOc/EDF-FEUSP, IJI – Universidade do Porto, jul. - 2010, p. 23-28. Disponível em: <<http://www.hottopos.com/isle6/5jair.pdf>>.

Juventude, Direito e Políticas Públicas

Juventude, Direito e Políticas Públicas no Brasil

Maria Divaneide Basilio

1. Sobre o CONTEXTO histórico:

Ao se tratar o tema juventude enquanto questão social e tema de Políticas Públicas no Brasil, é necessário compreender as fases percorridas e o contexto em que esteve inserido. Não se trata de um percurso linear, mas os acúmulos decorrentes das fases históricas referendam hoje a ampliação do debate na construção e implementação das referidas políticas.

Elencaremos de forma sintética essas fases, com intuito de ilustrar o trajeto. Nos anos 1920/1930, as mudanças decorrentes da industrialização, das alterações no meio urbano e a “desordem social” renderam à juventude o atributo de etapa problemática da vida e, apesar dessa adjetivação seguir por outros períodos, nos anos 1950 e 1960 ficou mais nítido um processo de fase transitória para a vida adulta, a partir dos processos de luta, sobretudo, do movimento estudantil, gerados pela marca da escolarização e socialização.

Nos anos 1980/1990, instala-se um novo debate em torno da juventude. Surge a perspectiva de jovem como ator estratégico do desenvolvimento, visualizado pela onda jovem, pela existência de um bônus demográfico e o surgimento de novos atores sociais e políticos. O período vizinho, 1990/2000, é marcado por compreender a “condição juvenil”, ou seja, se instala uma forte discussão acadêmica, mas também no interior dos movimentos sociais e dos organismos internacionais pelo reconhecimento da juventude enquanto sujeito de direitos.

No ano de 1985, por exemplo, as ações desencadeadas pelas agências das Nações Unidas a partir do Ano Internacional da Juventude

tiveram pouca repercussão na formulação de programas ou organismos específicos de políticas para esse grupo. Neste momento, o foco das preocupações e mobilizações está centrado na questão das crianças e adolescentes na condição de *risco social*.

Até meados dos anos 1990, praticamente todos os serviços e programas montados tendo como público-alvo jovens, tanto pelo Estado como por entidades da sociedade civil, adotaram como limite máximo os 18 anos. Já no final dos anos 1990 e no início dos anos 2000, surgiram inúmeras iniciativas públicas, com foco na juventude em situação de *risco social*; a condição juvenil é apresentada como um elemento problemático em si mesmo, demandando estratégias de enfrentamento dos “problemas da juventude”.

Nesse cenário, surgem propostas que são executadas e guiadas pela ideia de prevenção, de controle ou de efeito compensatório de problemas que atingiriam a juventude, tendo grande proliferação de programas esportivos, culturais e de trabalho orientados para o controle social do tempo livre dos jovens, destinados particularmente para os moradores dos bairros pobres das grandes cidades, iniciativas que não chegam a se estruturar como uma “política de juventude”.

Neste sentido, é importante registrar o aparecimento de organizações e grupos juvenis com representação em variados campos que pressionam o poder público a reconhecer os problemas específicos que afetam as juventudes e a formular políticas que contemplem ações para além das tradicionais. Essas demandas, por sua vez, emergem da compreensão dos jovens como *sujeitos de direitos*, definidos por suas especificidades e necessidades, que devem ser reconhecidas no espaço público como demandas cidadãs legítimas.

A partir de 2004, surge a proposta de uma nova agenda que tentará a levar em conta a especificidade e, ao mesmo tempo, a pluralidade da condição juvenil, com espaços para a participação e influência direta dos jovens. Ao mesmo tempo, tentar-se-á associar aspectos de promoção social com os de promoção de oportunidades e desenvolvimento. Para tanto, o registro da Criação do Grupo de Trabalho Interministerial de Juventude pelo Governo Federal traz para o centro do debate a perceptiva de institucionalização do tema.

O grupo, ao ser instalado, identificou a frágil institucionalidade, fragmentação e superposição das políticas federais de juventude. Tais fragilidades são expressas nos desafios levantados, a saber: ampliar o acesso e a permanência na escola de qualidade; erradicar o analfabetismo entre os jovens; preparar para o mundo do trabalho; gerar trabalho e renda; promover vida saudável; democratizar o acesso ao esporte, ao lazer, à cultura e à tecnologia da informação; promover os direitos humanos e as políticas afirmativas; estimular a cidadania e a participação social; e melhorar a qualidade de vida dos jovens no meio rural e nas comunidades tradicionais.

Em 2005, a criação de três marcos políticos institucionais foram fundamentais para enfrentar os desafios identificados e reforçar o reconhecimento da juventude como sujeito de direitos. O primeiro é a criação da Secretaria Nacional de Juventude, com a missão de articular as políticas desenvolvidas pelos diferentes ministérios. O segundo é o Conselho Nacional de Juventude, órgão de articulação entre o governo e a sociedade civil. O terceiro foi a criação de um “programa de emergência”, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – Projovem, como forma de dar concretude a uma ação de execução com viés de juventude.

Em 2007, as ações anteriores foram abrigadas sob a denominação de um único nome de programa: *Projovem Integrado*, lançado em setembro de 2007 e em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008, dividido em modalidades: Projovem Urbano; Projovem Trabalhador; Projovem Adolescente; e Projovem Campo.

Programa anterior	Programa após a unificação	Vínculo Institucional	Principais mudanças
ProJovem	ProJovem Urbano	Secretaria-Geral –PR/Secretaria Nacional de Juventude	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliou a faixa etária de 18 a 24 anos para 18 a 29 anos. ▪ Ampliou a duração do programa de 12 para 18 meses. ▪ Foi estendido para as unidades prisionais ou socioeducativas de privação de liberdade. ▪ Excluiu a condição de não presença no mercado de trabalho. ▪ Mudou a forma de repasse para municípios, estados e o Distrito Federal, pois não é mais exigido o repasse por meio de convênio ou instrumento congêneres. Agora o repasse é realizado por transferência automática.
Consórcio Social de Juventude Juventude Cidadã Empreendedorismo Juvenil	ProJovem Trabalhador	Ministério do Trabalho e Emprego	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incorporou o programa Escola de Fábrica, do MEC. ▪ Alterou a faixa etária de 16 a 24 anos para 18 a 29 anos.
Agente Jovem	ProJovem Adolescente	Ministério do Desenvolvimento Social	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Extinguiu o auxílio financeiro de R\$ 65,00 (um benefício de R\$ 30,00 é pago diretamente às famílias). ▪ Priorizou os jovens de 15 a 17 anos integrantes das famílias do Programa Bolsa Família (PBF). ▪ Ampliou a permanência no programa para até 24 meses. ▪ Prevê a expansão territorial na lógica dos CRAS (SUAS) para até 4 mil municípios até 2010.
Saberes da Terra	ProJovem Campo-Saberes da Terra	Ministério da Educação, e Ministério do Desenvolvimento Agrário	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Delimita a faixa etária para jovens agricultores familiares de 18 a 29 anos (antes o programa atendia a partir dos 15 anos e não tinha limite de idade, ainda que priorizasse os jovens entre 15 e 29 anos) ▪ Inclui bolsa-auxílio mensal de R\$ 100,00 por jovem atendido (antes não concedia auxílio financeiro).

Em 2011, ocorre a transição do Projovem Urbano para o Ministério da Educação e Cultura (MEC), momento de abertura para que a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) da Secretaria Geral da Presidência da República (SG/PR) amplie seu escopo de articulação interministerial e contribua para mudanças no desenho de outros programas, a exemplo das mudanças desenhadas, decorrentes dessa parceria com o Ministério da Educação no processo de transição que garantiu o fortalecimento do tema juventude dentro do programa, com participação do Conselho Nacional de Juventude.

É importante registrar, ainda, a aprovação da PEC da Juventude, ou seja, a Proposta de Emenda Constitucional número 65, aprovada em julho de 2010, após tramitar sete anos no Congresso Nacional. A emenda inseriu o termo “jovem” no capítulo dos Direitos e Garantias Fundamentais da Constituição Federal, assegurando ao segmento direitos que já foram garantidos constitucionalmente às crianças, adolescentes, idosos, indígenas e mulheres. Essa foi também uma das prioridades aprovadas na I Conferência Nacional de Juventude.

Em síntese, todas essas contribuições históricas ajudam a formular o recorte que se entende por juventude, na perspectiva de formular políticas específicas. São jovens de 15 a 29 anos, que necessitam alcançar a **superação** da condição de dependência, garantir o desenvolvimento de sua **autonomia pessoal e reforçar** a constituição de **identidade, valores e trajetórias** de inserção na vida social, econômica e política, bem como é importante considerar que é uma etapa permeada por **definições, escolhas e incertezas**, condicionadas por classe, gênero, raça/etnia, orientação sexual e outros.

2. Sobre o perfil da juventude em questão

O perfil da juventude brasileira está relacionado ao já mencionado bônus demográfico, que apresenta uma importante demanda para a agenda de desenvolvimento do Brasil. São 50 milhões de jovens que vivem uma fase transitória da vida. Assim, para que o país reposicione o tema juventude de maneira central, entendendo-o como um “vetor” de desenvolvimento, é necessário que crie, por meio de políticas apropriadas, condições para

que se viva essa transitoriedade plenamente; com oportunidades para que esses jovens se tornem uma geração que amadureça em meio a diferenças e mudanças, e que propicie novos direitos a uma próxima geração de jovens.

A II Conferência Nacional de Juventude aportou o tema desenvolvimento com intuito de demarcar a construção desses novos direitos. E isso significa dizer que a juventude deve estar no centro do país e, por conseguinte, no centro do desenvolvimento, fortalecendo os direitos universais e, sobretudo, os direitos focalizados na juventude.

São jovens diversos, que compõem a população economicamente ativa do país, jovens da chamada nova classe média e/ou nova classe trabalhadora, incorporados a programas sociais etc. Essa população, segundo a Pesquisa Sonho Brasileiro¹, é a juventude que, mais do que seus pais, tem promovido o debate em casa e contribuído para que a família passe a pensar em novos temas; é a juventude com acesso à tecnologia digital, a programas como o Prouni e o Projovem. Essa juventude também aumentou sua participação no acesso a direitos e, como consequência, cresce como formadora de opinião.

Essas mudanças sugerem que é fundante pensar nos novos direitos da juventude, agregados à construção de novos valores. Assim, pautar novos direitos é pensar que novos valores são agregados, pois, ao mesmo tempo em que são acessados novos direitos, não é possível fazê-lo sem pensar em novos valores e como a juventude pode “disputar” a sociedade a partir deles.

Diante disso, cabe uma questão: por que os jovens da atualidade acreditam que a participação pode ser transformadora? Essa é uma pergunta importante e que se contrapõe à descrença na nova geração. A juventude atual acredita em si e está construindo modos para afirmar sua crença. Isso estimula, desde cedo, a formulação de um pensamento sistêmico e não hierárquico. Pensar de forma sistêmica desde cedo é condição que possibilita aos jovens refletir sobre como podem transformar o Brasil. Para 56% dos jovens entrevistados pelo estudo “O sonho brasileiro”, essa

1. Estudo realizado em 2010 pela empresa Box 1824, que abordou 1.784 jovens em 173 cidades brasileiras. A amostra compreende homens e mulheres, com idades entre 18 e 24 anos, de todas as classes sociais. O estudo teve por objetivo conhecer o que a chamada “geral global de jovens” pensa sobre o Brasil e seu futuro. Íntegra das informações pode ser acessada no link: <<http://osonhobrasileiro.com.br/>>.

mudança depende de agir com honestidade no dia a dia, ao passo que para 30% depende de aproveitar as oportunidades que o Brasil oferece. Em outras palavras, os jovens podem transformar o país, “ajudando, a partir de suas possibilidades cotidianas, a combater a corrupção generalizada e a transformar as oportunidades atuais do país em bem-estar coletivo e realização para todos.”² Essa pesquisa não foi realizada somente junto aos movimentos sociais, mas com a população de modo geral e aponta um novo olhar sobre a juventude, trazendo uma importante contribuição para pensar a efetivação de direitos.

Há uma série de outros dados que afirmam a participação da juventude como formadora de opinião, que tem observado as mudanças no país e está presente no debate sobre ética e cidadania. Tomando como horizonte os próximos cinco anos, 38% dos entrevistados acreditam que o Brasil estará mais próximo de ser um país da ética do que da corrupção; 56% dos jovens confiam que a integração social e cultural interna será mais visível do que suas diferenças; 59% dos jovens afirmam que o Brasil tende a estar mais próximo de ser um país do diálogo do que do autoritarismo – depoimento que indica haver uma marca na mudança de valores; 46% dos jovens acreditam que haverá mais justiça social do que desigualdades; 61% acreditam que o país estará mais próximo da cidadania do que do paternalismo. São resultados que nos colocam para refletir e pensar, a partir de outro patamar, o tema da juventude.

O que quer essa juventude tão entusiasta? O desenvolvimento econômico. Porém, com sustentabilidade ambiental, distribuição de renda, igualdade de oportunidades, emprego com garantia de trabalho decente. E essa é uma questão bastante importante para a efetivação de direitos. Ao mesmo tempo, importa destacar que a Secretaria Nacional de Juventude pauta o tema do trabalho decente como uma de suas linhas prioritárias de ação para o próximo período.

Por outro lado, apesar do “entusiasmo”, ainda há dados que desafiam cada vez mais a construção de novas políticas, como a morte de jovens, para dar um exemplo emblemático. Segundo dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) do Sistema Único de Saúde

2. Fonte: Box 1784. *O Sonho Brasileiro*. p. 80. s/d. Disponível em: <<http://pesquisa.osenhobrasileiro.com.br/indexn.php>>. Acesso em: 20 out. 2012.

(SUS), do Ministério da Saúde (MS) e da Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) do Ministério da Justiça (MJ)/Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas (Cebrid), 78% das mortes dos jovens do sexo masculino são ocasionadas por causas externas (homicídios e acidentes de trânsito), 30% dos casos notificados da epidemia de aids concentram-se no grupo de 15 a 29 anos, sendo a transmissão sexual a principal forma de contágio. O grupo de 18 a 24 anos registra as maiores porcentagens de dependentes de álcool: 19,2% contra 12,3% para o total de todas as idades.

Os homicídios representam 37,8% das causas de morte entre os jovens, sendo 93% das vítimas do sexo masculino, simbolizando uma taxa de 120,0 por 100 mil habitantes no grupo de 20 a 24 anos.

Sobre acidentes de trânsito, 26,5% das vítimas fatais são jovens de 18 a 29 anos, 36,9% das vítimas não fatais são jovens de 18 a 29 anos e 17,3% de todas as mortes juvenis.

Outro dado importante é que aproximadamente 70% dos homicídios contra jovens negros concentraram-se em apenas 132 municípios brasileiros. A soma de todos os mortos nos conflitos armados de países diversos, entre 2004 e 2007, somam 157.332, muito menos do que os mortos por homicídio no Brasil no mesmo período (192,8 mil).

Outros dados contribuem para que se possa perceber essa diversidade e dilemas juvenis: 30,4% dos jovens podem ser considerados pobres, pois vivem em famílias com renda domiciliar *per capita* de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (SM). Apenas 15,8% são oriundos de famílias com renda domiciliar *per capita* superior a 2 SMs, e cerca de 53,8% pertencem ao extrato intermediário, com renda domiciliar *per capita* entre $\frac{1}{2}$ e 2 SMs.

Os jovens de baixa renda estão concentrados na região Nordeste (50,9% do total do país), com destaque para o fato de que 37,5% da juventude nordestina é constituída de jovens pobres que vivem em áreas rurais. Já os jovens pobres são majoritariamente não brancos (70,8%), enquanto os jovens brancos são 54,1% dos não pobres.

São 84,9% de jovens brasileiros vivendo em zonas urbanas ($\frac{1}{3}$ em áreas metropolitanas e $\frac{2}{3}$ em áreas não metropolitanas) e 15,1% em

áreas rurais. Em relação aos jovens urbanos, 33,6% vivem em moradias inadequadas fisicamente, sendo que 2 milhões moram em favelas. Cerca de 29,5% dos jovens pobres vivem em áreas rurais.

A questão da escolaridade, assim como outros temas como trabalho, tem se apresentado como um desafio, uma vez que o nível de escolaridade dos jovens rurais é 50% inferior ao dos jovens urbanos e 9% dos jovens que vivem no campo são analfabetos (contra 2% nas áreas urbanas).

Contudo, os jovens urbanos enfrentam questões como o desemprego, a violência e a segregação espacial, ao passo que os jovens rurais convivem com o esforço físico extenuante da atividade agrícola, êxodo rural e as dificuldades de acesso e permanência na terra.

Esse cenário não pode ser visto como imobilizador, é preciso conjugar “entusiasmo” da juventude com superação de desafios. Assim, levar em conta as prioridades saídas das conferências de juventude é para a política nacional de juventude um alicerce para a institucionalização do tema, embasado com a participação juvenil.

3. Sobre as novas prioridades da SNJ

Dialogando com a superação dos desafios, a SNJ elege um conjunto de prioridades com vistas a enfrentar as grandes questões sociais juvenis. A criação do Programa Autonomia e Emancipação da Juventude, dentro do Plano Plurianual, é um primeiro passo que permite a integração e articulação das ações interministeriais.

Para a SNJ, é preciso pensar as Políticas Públicas de Juventude como Políticas de Estado, de modo que a articulação intersetorial realizada de forma permanente possibilite a revisão de programas e políticas, bem como a construção de novos espaços. A retomada da articulação interministerial com a criação de um comitê permanente servirá de base para um redesenho das políticas de maneira integrada.

Dentro desse eixo está o fortalecimento do marco legal, num esforço de debate e formulação para a aprovação do Estatuto da Juventude e acompanhamento das discussões em torno do Plano Nacional de Juventude e Sistema Nacional de Juventude.

Com a instalação do Comitê Interministerial de Políticas para a Juventude, será possível a realização de diagnóstico, avaliação e alinhamento conjunto dos programas de forma permanente. Seu principal objetivo será: desenvolver ações articuladas com o objetivo de promover as trajetórias de inclusão e emancipação dos jovens com a perspectiva de superação da pobreza e das desigualdades, em consonância com o projeto de desenvolvimento democrático e sustentável do país.

Seu principal desafio é promover a inclusão, a emancipação e participação da juventude, a partir dos respectivos eixos:

- 1 - Ampliar os direitos da juventude, respeitando e valorizando sua diversidade e promover novos valores na sociedade;
- 2 - Enfrentar a violência contra a juventude, em especial a negra;
- 3 - Garantir oportunidades de trabalho decente e inclusão produtiva da juventude;
- 4 - Ampliar o acesso, permanência e qualidade da educação, com ênfase no ensino médio;
- 5 - Consolidar a Política Nacional de Juventude como Política de Estado: efetivar marcos legais.

O viés da participação tem se consolidado na feitura das ações que visam ao fortalecimento da Política Nacional de Juventude, desde a valorização da participação do Conjuve, a realização da II Conferência Nacional de Juventude, a criação de grupos de trabalho temáticos, a forte participação na Rio+20 nas diversas ações internacionais e, sobretudo, na organização de um observatório participativo da juventude, denominado **Participatório**.

O Participatório tem por objetivo a visibilidade da juventude e das Políticas Públicas de Juventude, por meio da produção, agregação e divulgação de conteúdos, pretendendo ser instrumento para novas formas de participação. A novidade nesse programa é produzir conteúdos com participação social. Surge para responder a novas formas de participação, a utilização de novas mídias e para ser um suporte no enfrentamento à mortalidade da juventude negra.

No eixo *Participação Social, Mobilização Juvenil e Disputa de Valores*, vai trabalhar a partir de uma rede social de campanhas de mobilização, com participação e direitos dos jovens.

No que diz respeito à visibilidade das Políticas Públicas de Juventude/PPJ e controle social, está prevista a articulação dos programas da SNJ e a construção de dados agregados sobre juventude e sobre PPJ (Federal, Estaduais e Municipais), bem como a constituição de espaço de interação e colaboração para jovens gestores e pesquisadores.

Sobre a Visibilidade da Juventude Brasileira e sua realidade, a proposta do Participatório é produzir dados, pesquisas e informações trabalhadas sobre juventude brasileira, promover a articulação com os observatórios de juventude existentes no Brasil e exterior e divulgar práticas e experiências juvenis.

Sobre a agenda de enfrentamento à violência contra jovens negros, cabe ressaltar que foi a prioridade mais votada na I Conferência Nacional de Juventude, referendada na II Conferência, e pauta central de muitos movimentos juvenis, como as pastorais de juventude.

O problema central são as altas taxas de violência e homicídio contra a juventude negra. Por isso, tem-se por objetivo reduzir a vulnerabilidade da juventude negra à violência e prevenir a ocorrência de homicídios.

Assim, o Plano de Enfretamento à Mortalidade de Jovens Negros, intitulado Juventude Viva, irá promover e integrar ações de prevenção à violência, com foco no enfrentamento ao racismo nas instituições, na transformação de territórios vulneráveis e na criação de oportunidades de inclusão social e autonomia para os jovens.

Por fim, outra prioridade central é o Programa Estação Juventude, que possui como objetivos:

- 1 - Ampliar o acesso de jovens de 15 a 29 anos – sobretudo aqueles que vivem em áreas vulnerabilizadas – a Políticas, Programas e Ações que assegurem seus direitos de cidadania e ampliem a sua capacidade de inclusão e participação social;
- 2 - Oferecer tecnologia social para o desenvolvimento de Políticas para Juventude (PPJs) permanentes e locais *para e com* a juventude, por meio de **ações que instaurem conexões sociais e gerem novos serviços;**
- 3 - Criar **REDES para EMANCIPAÇÃO** da juventude, em especial a juventude em situação de vulnerabilidade.

Trata-se de uma nova tecnologia social que abrigará três vetores: 1 - Ações voltadas para Informação e Comunicação sobre PPJs ; 2 - Ações voltadas para a reversão de percursos de exclusão juvenil; e 3 - Ações voltadas para expansão e integração territorial de Programas e Ações.

No tocante ao enfrentamento dos desafios, esse programa agrega as demais prioridades e inova nos seguintes itens:

- Metodologia de atenção à juventude ou, em outras palavras, uma “tecnologia de desenvolvimento de política de atendimento dos direitos da juventude”;
- Incentivo à continuidade e perspectiva de desdobramentos do equipamento e da tecnologia;
- Criação da **Rede para Emancipação Juvenil**;
- O Programa supera o simples “financiamento” de equipamentos. O financiamento torna-se um potencializador, mas **a tecnologia pode ser utilizada para além do financiamento de equipamentos públicos**;
- Modalidades criam **adequação ao contexto social e ao território** (para a política para juventude é uma inovação);
- As linhas de atuação **respeitam as potencialidades e diversidades locais**;
- Oficinas de “Percursos para Emancipação Juvenil” (Contrato de Autonomia)

De certo, essas ações não serão resolutórias a curto prazo no que concerne às demandas juvenis, mas servirão como fio condutor de uma nova fase de implementação das Políticas Públicas, em que o caráter institucional deve ser fortalecido de diferentes maneiras, seja através de ações conjuntas como as mencionadas acima, seja na revisão e atualização de programas já existentes.

Referências

Fonte: Box 1784. *O Sonho Brasileiro*. pg 80. s/d. Disponível em: <<http://pesquisa.ostonhobrasileiro.com.br/indexn.php>>. Acesso em: 20 out. 2012.

Mapa da violência. 2011

www.ibge.gov.br

www.juventude.gov.br

Fragilidades da Política Pública para a Juventude em Face dos Agravos da Questão Social

Tatiane Alves Baptista

Este texto aborda o tema da juventude, destacando, por um lado, as *promessas não realizáveis* e, por outro, as revoltas juvenis em face do agravamento da questão social, compreendendo que tal questão se constitui na expressão concreta das desigualdades inerentemente produzidas pelo modo de produção e reprodução do capitalismo. Dessa forma, entende-se que está em seu âmbito o terreno criador das pautas que organizam historicamente as políticas públicas em geral, especialmente para o segmento jovem.

O artigo analisa como tais políticas públicas trazem em seu bojo a ideia de que os jovens que percorrerem uma trajetória individual no campo da educação e da vivência familiar, de acordo com o estabelecido pelas instituições burguesas, serão automaticamente inseridos em padrões sociais e econômicos bastante superiores aos vivenciados por seus pais, alimentando, assim, uma promessa de integração e ascensão social pela educação.

Isso significa atribuir às instituições, como a família e a escola, poder de socialização só possível em sociedades capitalistas por meio do trabalho. No entanto, o mundo do trabalho revela-se objetivamente limitado para absorver o volume de jovens, sem lhes oferecer condições salariais dignas e capazes de operar a tal promessa de ascensão social, a qual se torna limitada e, muitas vezes, não realizável.

Merece destaque, como mediação dessa análise, o valor cultural que o consumo passa a ter na vida social. Bauman reconheceu esse aspecto

como “síndrome cultural consumista” (2008, p. 111), a qual envolve efemeridade e liberdade, excesso e desperdício e tem em seu anverso as demandas e necessidades de controle e coerção social.

Desse modo, verificam-se o desnudamento e a fragilidade das políticas públicas para a juventude, uma vez que, para esses jovens, a impossibilidade real de uma efetiva participação na esfera do consumo, de acordo com os padrões incentivados pela “indústria cultural”, determina diversas formas de conflito, violência e até repressão do Estado, a qual se dá, muitas vezes, com uso de força policial contra os próprios jovens.

Para aprofundar esta investigação, foi preciso reconhecer as pontas espinhosas desse fenômeno, calidoscópico para compreender a relação entre juventude, políticas públicas e consumo no Brasil. Nesse reconhecimento, destacaram-se a cultura política brasileira subjacente à gestão pública, especialmente em âmbito local; o modelo econômico vigente, que leva a juventude a mergulhar no consumo como valor cultural; e os impasses ético-políticos gerados no bojo desse processo.

Com isso, objetiva-se retomar, sobre novas bases, a reflexão acerca das respostas engendradas pelo Estado no que se refere ao enfrentamento da questão social, especialmente para o segmento da juventude, visando perceber as razões de sua pouca efetividade.

Jovem e Juventude: entre o mito e a condição social

Para dar continuidade a essa reflexão, torna-se prudente esboçar o que se considera aqui quando se faz referência à noção de juventude. Comumente, sua demarcação fundamental é etária, principalmente do ponto de vista dos discursos oficiais, ou seja, advinda das instituições.

Isso significa que, na maioria das vezes, ao se fazer menção à juventude, fala-se de uma porcentagem. Segundo o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2000, ao se considerar a faixa etária entre 15 e 24 anos¹, tal porcentagem chegava a 20,07%

1. Há um debate importante sobre a definição do tempo de vida que demarca a juventude. Diz-se que, em função do aumento da expectativa de vida – no Brasil, passou de 33,4 anos para 63,5 para os homens e de 34,6 anos para 70,9 para as mulheres –, torna-se cada vez mais inadequado

da população do país, totalizando um contingente populacional de 34.092.224 jovens.

Entretanto, como afirma Pochmann (2004, p. 220), a identificação da condição juvenil somente pelo critério da faixa etária revela-se simplificada demais, pois, além da determinação advinda desse período da vida, existem definições de naturezas biopsicológicas e socioculturais intrínsecas ao modo de vida da juventude. Há, ainda, determinações que extrapolam os limites internos da população jovem, mas recaem direta ou indiretamente na sociabilidade.

Também são relevantes as determinações sociais estruturais, como as de classe (envolvendo as questões de natureza econômica, política e social), as de cor, as de gênero e as de etnia (envolvendo as questões de natureza cultural).

Isso significa que tomar a juventude apenas como pessoas pertencentes a um segmento de idade não ajuda sua compreensão; só é possível ter uma ideia clara sobre ela se, além disso, forem levadas em conta suas articulações com os processos sociais mais gerais e sua inserção no conjunto das relações sociais. Nesse ponto, deve-se concordar com Groppo, quando sugere que a melhor forma para pensar a juventude é entendê-la como categoria social, sem desconsiderar as especificidades advindas da idade:

Minha intenção é demonstrar que a categoria social juventude – assim como outras categorias sociais baseadas nas faixas etárias – tem uma importância crucial para o entendimento de diversas características das sociedades modernas, seu funcionamento e suas transformações. Tal categoria nos permite, por exemplo, acompanhar as metamorfoses da própria modernidade em diversos aspectos, como a arte-cultura, o lazer, o mercado de consumo, as relações cotidianas, a política não institucional etc. Por outro lado, deve-se reconhecer que a sociedade moderna é constituída não apenas sobre as estruturas de classe ou pelas estratificações sociais que lhe são próprias, mas também sobre as faixas etárias e a cronologização do curso da vida. A criação

definir que a juventude compreende o período entre 15 e 24 anos. Sugere-se que o mais correto seria considerar um alargamento para algo em torno de 16 e 34 anos. Sobre isso, ver Pochmann (2004, p. 223).

das instituições modernas dos séculos XIX e XX – como a escola, o Estado, o direito, o mundo do trabalho industrial etc. – também se baseou no reconhecimento das faixas etárias e na institucionalização do curso da vida. (GROPPO, 2000, p. 12).

Portanto, para entender o valor da cultura consumista entre os jovens e como essa valorização do consumo inflexiona as políticas públicas voltadas para eles nos dias de hoje, é preciso ter em mente a enorme diferenciação interna desse segmento, buscando os elementos que a condicionam e a determinam a partir de sua inserção nas relações sociais. Isso corresponde a uma abordagem menos isolada, que considere seu contexto sócio-histórico, pois, de outro modo, corre-se o risco de cair no esvaziamento da complexidade que perpassa a vida juvenil: família, trabalho, lazer, vida em grupo e educação são apenas algumas das diversas esferas por onde transitam os jovens e que guardam com esse segmento uma contraditória dinâmica de aderência e de negação.

As instituições mencionadas no parágrafo anterior são sistematicamente reinventadas a partir dos conflitos provocados pela juventude. Na história recente das sociedades modernas, não são poucos os exemplos em que a juventude protagonizou radicais mudanças objetivas e subjetivas. Mas, ao mesmo tempo, ela também se reconstitui nesse processo. As lutas que marcaram o ano de 1968 como um momento de grande contestação condensa essa ideia. Com questionamentos que foram da órbita estética, ética e moral às condições de trabalho da classe operária, os estudantes lutaram e modificaram o entendimento sociocultural em diversos cantos do mundo ocidental. Porém, quatro décadas depois, a juventude – a chamada “geração coca-cola” – voltou a se identificar com os mesmos valores e instituições considerados conservadores no passado. Isso confirma a ideia de que há nela mesma uma dinâmica aberta e em disputa.

Mas não é só isso. Atualmente, a juventude figura como objeto de desejo de grande parte das sociedades atuais; a vontade de permanecer eternamente jovem vem mobilizando inúmeras pessoas a tratamentos estéticos e cirurgias plásticas. Nessas circunstâncias, a própria juventude ganha condição de felicidade, de realização humana, passando a ser uma mercadoria. Isso endossa a reflexão de Bauman (2008, p. 131), quando ele diz que “a capacidade de desabilitar o passado é, afinal de contas, o

significado mais profundo da promessa de habilitação portada pelos bens oferecidos nos mercados de consumo”.

Essa indiferenciação interna e temporal acerca do que significa ser jovem está na base do valor cultural que o consumo adquiriu para esse segmento nos dias de hoje. Nesse escopo, ganha destaque a necessidade de estar à frente e se sentir satisfeito ao receber o reconhecimento de seu grupo em virtude de seu “estilo maneiro”. O contrário dessa cena é a rejeição e o sofrimento que ela causa. Ainda no dizer de Bauman, “a forma mercadoria penetra e transforma dimensões da vida social até então isentas de sua lógica, até o ponto em que a própria subjetividade se torna uma mercadoria a ser comprada e vendida no mercado, como a beleza, a sinceridade e a autonomia” (2008, p. 152).

Essa engrenagem vem acompanhada de uma estética da produção capitalista, cujo pilar fundamental é o desperdício. Trata-se de um fenômeno de natureza político-econômica, cujo motor não se situa na esfera do consumo isoladamente, mas em seu papel funcional no quadro geral da economia política do capitalismo sobre vários aspectos.

Cultura Política Brasileira

Novos arranjos político-institucionais se estabeleceram a partir da Constituição Federal de 1988. Setores progressistas conseguiram revigorar por meio da lei as formas de gestão e o pacto federativo, garantindo espaços de participação e de cidadania, o que transformou o modelo centralizador e burocrático que caracterizava a máquina pública brasileira, especialmente nos anos da ditadura. Almejava-se, com isso, um horizonte de mudanças, no sentido da democratização das políticas setoriais brasileiras.

Nesse conjunto, figurava com destaque a ideia da democratização das decisões e do aumento da participação popular no processo de gestão dos recursos públicos. Entretanto, de modo geral, constata-se que, passados mais de vinte anos, a realidade política brasileira se mantém sob o signo da destituição dos princípios democráticos do direito público que fundam a cidadania, insistindo no modelo segundo o qual prevalece o controle

privado e de negociação fisiológica. O questionamento dessa realidade pode levar a dois caminhos entrecortados.

O primeiro se volta para as determinações macrossociais – como a implementação do neoliberalismo, suas concepções e suas consequências e o processo de reestruturação produtiva, seus impactos socioeconômicos e suas consequências para a amortização da luta de classes – e os processos gerais no mundo do trabalho e da reprodução social, fortemente atravessado pela ideologia do consumo.

O segundo, nem sempre tido como o preferido das análises, abarca os embaraços do exercício da cidadania e da vida pública em pequena escala: a vida na cidade como espaço físico e simbólico das demandas sociais e da capacidade ou incapacidade de atendimento por meio de serviços públicos adequados, envolvendo questões como capacitação, recursos físicos e financeiros, definição de projetos e de competências, além do reconhecimento dos poderes do Legislativo e do Judiciário. Isso sem falar da sociedade civil, muitas vezes representada por organizações não governamentais, associações e grupos religiosos que reatualizam frequentemente a cultura política do favor e da clientela.

Esse caminho é revelador de uma multiplicidade de situações políticas, fiscais, sociais, econômicas e culturais que caracterizam o funcionamento do poder local, gerando impasses para a realização da democracia e da cidadania tal como se definiu em 1988.

Fenômenos da vida pública que já deveriam ter sido superados permanecem marcantes e insistentes em quase todos os âmbitos da cotidianidade brasileira, indo do coronelismo ao clientelismo. Dessa forma, os princípios do direito de cidadania fraquejam e prevalece a força do “bilhete do gabinete do prefeito da cidade” para o acesso aos bens públicos e aos programas sociais.

Em tais situações, a figura do homem público portador de um mandato particulariza as relações estabelecidas entre governo, políticos e setores pobres da população e é particularizada por elas, causando o seu próprio desprestígio e o desinteresse da população em relação às instituições da política e da democracia. Conforme constata Lahuerta,

lamentavelmente, uma avaliação tão severa acerca dos representantes encontra respaldo na realidade. São notórios tanto a baixa qualificação da maioria da classe política quanto seu distanciamento da sociedade e das orientações partidárias. É sabido também que os mandatos legislativos, e não apenas os federais, transformam-se em instrumentos de mediação entre interesses particulares (locais, corporativos, estaduais, regionais, municipais etc.) e instâncias detentoras de receitas. (LAHUERTA, 1998, s. p.).

O tema em tela é discutido por Carvalho, em *Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual* (1998), texto em que se encontra uma consistente síntese das reflexões sobre as feições da política brasileira, do coronelismo ao clientelismo.

Segundo o autor, o “coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis” (CARVALHO, 1998, s. p.). Nesse sistema, o governo garante ao coronel o controle dos cargos públicos; o coronel, em contrapartida, oferece seu apoio ao governo.

Para Carvalho, essa visão do coronelismo o distinguiu da noção de mandonismo, pois este

refere-se à existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. O mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população o domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional. (1998, s. p.).

Ao explicar o conceito de clientelismo, esse autor afirma que tal situação indica um tipo de relação entre atores políticos envolvidos com a concessão de benefícios políticos (emprego, benefício fiscal) em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto:

Clientelismo assemelha-se, na amplitude de seu uso, ao conceito de mandonismo. Ele é o mandonismo visto do ponto de vista bilateral.

Seu conteúdo também varia ao longo do tempo, de acordo com os recursos controlados pelos atores políticos; em nosso caso, pelos mandões e pelo governo. (CARVALHO, 1998, s. p.).

Temos, assim, três conceitos relacionados, mas que não devem ser tratados como sinônimos, a fim de se respeitar a especificidade de cada um. Parece ser possível admitir que as relações que consubstanciam cada conceito se confundem com as que configuram a história da cidadania brasileira, da época do denominado Brasil rural até hoje.

Apesar disso, há elementos que devem ser percebidos como contradições desse processo. Os preceitos constitucionais da participação e da descentralização permanecem como ideais em boa parte dos municípios brasileiros, mas, ao mesmo tempo, pós-1988, as prefeituras se viram diante de uma agenda política, social e administrativa que as obrigou a movimentações locais que causaram a oxigenação da vida pública nesses lugares. A realização de concursos para a admissão na carreira do funcionalismo público municipal, por exemplo, alterou a correlação de forças e, ainda que com muitos limites, estabeleceu campos de disputa em algumas instituições.

A ação de assistentes sociais, psicólogos, advogados, nutricionistas etc., identificados, muitas vezes e de maneira simbólica, como “técnicos”, vem provocando mudanças significativas em níveis regionais e locais. Mas a manipulação dos interesses locais em âmbitos partidários, juntamente com a trama que envolve interesses do campo privado, acaba estabelecendo níveis e escalas para o atendimento das demandas sociais de acordo com a “intimidade” do demandante com o representante do poder, esvaziando frequentemente a ação profissional.

Além disso, há a personificação da política local. O direito, que deveria estar respaldado pelos princípios da cidadania, torna-se refém de um quadro que pode ser reconhecido como uma verdadeira “fulanização” das soluções e respostas institucionais, reforçando as elites locais, a servidão paroquial, o paternalismo e a relação clientelística. No dizer de Castel: “Jure fidelidade e será socorrido” (1998, p. 607).

Um setor como a juventude, por figurar como área de grande sensibilidade, inclusive eleitoral, acaba sendo diretamente afetado pelo

quadro dessas determinações. Assim, a compreensão das estruturas de parentela, dos redutos eleitorais, do mandonismo, do fisiologismo no contexto da implementação da política social leva ao desnudamento das conexões existentes entre tais processos e a pouca eficácia das políticas públicas para o enfrentamento das expressões da questão social, terreno em que se instalam os limites das promessas sociais de integração dos jovens.

Logo, há aqui o convencimento de que a política institucional das cidades é amarrada às circunstâncias locais, às estratégias eleitorais e ao papel dos agentes jurídicos e políticos que estão à frente dessas instâncias.

Todo esse arranjo ganha contornos problemáticos quando se observam suas consequências nos planos social, econômico e ideopolítico. Atualmente, os discursos que tentam argumentar sobre os fenômenos da violência, do desemprego e da perspectiva de futuro nas cidades, invariavelmente, recaem sobre a condição juvenil e suas correspondentes variáveis: educação, cultura e oportunidades. No entanto, subjacentes a isso, residem práticas arcaicas e conservadoras da cultura política brasileira.

Nesse sentido, o entendimento da política pública para o segmento juvenil não pode ser desconectado da percepção das assimetrias e das desigualdades sociais e políticas historicamente construídas com base nas relações sociais de poder.

Consequências ético-políticas da promessa não realizável: os jovens indignados

Os efeitos colaterais desse processo se afirmam no quadro da promessa não realizável. Violentos exemplos desses efeitos têm sido vistos no Egito, na Líbia, na Inglaterra, na Grécia e na Espanha, assim como ocorreu em 2005, quando os Estados Unidos e a França enfrentaram revoltas juvenis de inegável impacto ético-político.

Considerados internacionalmente militantes de um novo terrorismo mundial, os jovens reagem ao modelo que os empurra para uma sociabilidade consumista, paradoxalmente saqueando lojas de departamentos e incendiando automóveis de luxo.

Cabe elucidar e entender esse fenômeno sob um ponto de vista que ultrapasse as versões pouco neutras na mídia mundial, para quem os jovens não passam de baderneiros e oportunistas. As análises feitas por Wacquant (2005) acerca das *banlieues* da região parisiense mostram pistas importantes quando revelam que a concentração de pessoas com menos de vinte anos é representada por 46% da população, isto é, quase a metade de seus habitantes. Ao mesmo tempo, mostram também que, entre 1968 e 1984, La Courneuve perdeu mais de 10 mil postos de trabalho operário, enquanto o número de empregos industriais na aglomeração parisiense diminuiu, no mesmo período, em 280 mil. Assim como nas favelas do Rio de Janeiro, a *banlieue* é percebida por Wacquant como um território que tende a concentrar e acumular “minorias”, desemprego e baixos salários, que resultam em pobreza e desarticulação.

O autor expõe o processo de estigmatização aberto e sufocante que marca aqueles que residem nesses locais. Para se fazer referência a *banlieue*, são empregadas representações e autorrepresentações como “bairro do medo”, a “lixreira de Paris”, uma “jaula de animais” (AVERY apud WACQUANT, 2005). No Brasil, é possível encontrar uma enorme e, vale dizer, agravada similitude dessa caracterização com a juventude das favelas. Para esses locais, representações e autorrepresentações como “área de risco”, “zona perigosa, de gente perigosa” são recorrentes nas falas do poder público, da mídia e de seus próprios habitantes.

Concordando com isso, Bauman aponta o reaparecimento do termo “subclasse”, cujos membros são sujeitos considerados inúteis. De acordo com o autor,

[...] são pessoas sem valor de mercado; são homens e mulheres não comodificados, e seu fracasso em obter *status* de mercadoria autêntica coincide com (na verdade, deriva de) seu sucesso [*sic*] de se engajar numa atividade de consumo plenamente desenvolvida. São consumidores falhos, símbolos ambulantes dos desastres que aguardam os consumidores decadentes e do destino final de qualquer um que deixe de cumprir seus deveres de consumo. São homens-sanduíche, que, enquanto andam pelas ruas, portam cartazes como “o fim está próximo” ou “*memento mori*”, para alertar ou assustar os consumidores de boa-fé. São os fios com os quais

são tecidos os pesadelos – ou, como preferiria a versão oficial, ervas daninhas, feias, porém vorazes, que nada acrescentam à harmoniosa beleza do jardim e deixam as plantas famintas ao sugarem e devorarem grande parte de seus nutrientes. (BAUMAN, 2008, p. 158).

Nessa dura apresentação, Bauman descortina a realidade de um segmento na contramão das transformações societárias, das consequências destas em termos da reconfiguração das necessidades sociais.

Fica evidente que tal realidade denota novas exigências para o Estado, obrigando-o a oferecer novas respostas. Curiosamente, num levantamento das principais políticas públicas voltadas para a juventude da *banlieue*, na França, em comparação com a juventude da favela, no Brasil, encontram-se os mesmos eixos norteadores: 1) as políticas educacionais (acesso à educação, evasão escolar, repetência e violência); 2) a família e como ela se torna alvo das políticas públicas na mediação com os jovens e o Estado (responsabilização da família, suportes públicos para a socialização dos jovens e violência); e 3) o mundo do trabalho e a juventude (primeiro emprego e políticas de qualificação).

Como se sabe, uma comparação direta e sem filtro de conceitos entre as realidades em tela não seria correta. A comunidade da *banlieue*, a despeito do aumento contínuo do desemprego, apresenta condições de vida incomparavelmente superiores em relação ao que se percebe nas favelas no Brasil. Na França, a gestão do espaço e da população é objeto de um enquadramento político-administrativo infinitamente mais sólido do que o produzido no Brasil. Muitas vezes, os projetos franceses inspiram o Estado brasileiro a promover ações dessa natureza.

Porém, os impactos da nova fase da economia mundial produziram na França uma realidade muito próxima àquela que se vê há muito mais tempo em nosso país. Por exemplo: analisando as políticas públicas desenvolvidas na década de 1990 para o segmento jovem, observa-se na região de Saint-Denis uma história marcada por um forte processo industrial e, portanto, uma grande demanda por força de trabalho. Com as transformações do mundo do trabalho e a decorrente reestruturação da produção, essa região foi seriamente tocada. Segundo Le Centre de Ressources en Siene-Saint-Denis, em 25 anos, 100 mil empregos

desapareceram, o que correspondia à ocupação de 41,2% da população ativa de 1975. Esse processo veio acompanhado de um correspondente crescimento do setor de serviços, e o declínio da indústria firmou-se como tendência até os dias atuais, fazendo agravarem-se as condições de precariedade, desemprego e alta concentração de estrangeiros, representados principalmente por pessoas vindas da Argélia e de Portugal.

Em 2005, a população jovem local era representada por 29,1%, ou seja, um segmento bastante significativo (INSEE, 2005). Ainda segundo os dados do Le Centre de Ressources en Siene-Saint-Denis, a taxa de desemprego era de 13,3% no terceiro trimestre daquele ano, contra 9,5% em Île-de-France, o que representava 4% a mais de desempregados que nessa região e quase 3% a mais que em Paris.

Da mesma maneira que nas comunidades pobres do Rio de Janeiro, o local em que se reside não é o mesmo no qual se trabalha, e a ocupação informal cresceu significativamente nos anos recentes. O eixo dos investimentos em políticas públicas nessas localidades coincide com o que encontramos no Brasil, predominando as políticas de qualificação profissional e as de geração de renda.

No Brasil, nota-se que, em grande parte dos programas sociais para a juventude, os próprios jovens são convocados a, individualmente, responder por sua condição social de desempregado, não escolarizado, repetente. Não há previsão orçamentária de custeio das políticas públicas voltadas a esse segmento, nem previsão de formas de avaliação de seu impacto e de seus resultados.

O caráter focalizado dos projetos sociais dilui a perspectiva da universalidade intrinsecamente relacionada à noção de cidadania; assim, muitas vezes, os jovens têm de passar o chamado “atestado de pobreza” para ter acesso ao que se oferece. A análise dessas políticas sociais revela um grande silêncio em relação às prerrogativas básicas para o sucesso de uma política pública: construção e investimento em estrutura física; material adequado à especificidade desse público; e concurso público, para a formação de equipes multiprofissionais capazes de dar conta da complexidade objetiva e subjetiva que envolve as demandas juvenis na atualidade.

A inexistência dessas condições aparece numa realidade marcada por atraso de pagamentos de bolsas e de salários, pela força de trabalho voluntária e precária, por prédios e edificações inadequados e sem condições de abrigar o trabalho com os jovens e pela desqualificação social, cultural e estética dos projetos.

Por outro lado, tais programas frequentemente exercem uma função essencial para a preservação da ordem social da cidade, pois, muitas vezes, colaboram para o confinamento desses jovens por todo um turno diário. Além disso, para permanecer nesses programas, os jovens têm de, obrigatoriamente, frequentar a escola, a qual, por sua vez, guarda forte similitude com as condições que caracterizam os projetos. Assim, eles são mantidos sob controle e sob vigilância institucional, em ambientes que dificilmente realizam a tal promessa de integração tal como aparece no discurso oficial.

Análise semelhante a essa é feita por Wacquant, em sua reflexão sobre os diversos aspectos que levaram a sociedade americana ao que ele identificou como hiperguetificação:

As causas da hiperguetificação das zonas centrais envolvem uma complexa e dinâmica concatenação de fatores econômicos e políticos que se desdobram por todo o período do pós-guerra, a qual desmente a trama simplista e de curto prazo apresentada pela “*underclass*”.

A mais óbvia dessas causas, embora não necessariamente a mais importante, é a transformação da economia americana de um sistema “fordista” fechado, integrado, centrado na fábrica, que abastecia um mercado de classe uniforme, para um sistema mais aberto, descentralizado e intensivo em serviços, montado para atender a padrões de consumo crescentemente diferenciados.

Um segundo fator, com muita frequência desprezado, é a persistência da quase total segregação residencial dos negros e a deliberada concentração das moradias públicas nas áreas negras mais pobres das grandes cidades, o que significa um sistema de *apartheid* urbano.

O terceiro fator é a deteriorização de uma previdência social já mesquinha desde meados dos anos 1970, combinada com crises cíclicas da economia norte-americana, o que contribuiu para garantir o aumento da pobreza nas zonas centrais.

O último é a reviravolta das políticas urbanas federais e municipais das duas últimas décadas, que levou ao “encolhimento planejado” dos serviços públicos e das instituições do gueto. (WACQUANT, 2005, p. 69).

Outros estudos evidenciam que a desigualdade social vivenciada pela juventude confronta e amedronta esses jovens, causando sensações individuais e coletivas de revolta e angústia. Esses ingredientes são sistematicamente reforçados pelo preconceito em relação ao seu local de moradia, de tal forma que esse local pode dizer muito da vida social de cada jovem e determinar o tipo de aceitação que se poderá perceber nos grupos, nas redes sociais e no mercado de trabalho. Morar numa favela no Rio de Janeiro, na *banlieue* em Paris, num conjunto de habitação popular em Londres, ou num bairro negro do chamado “gueto” americano é, invariavelmente, sinônimo de dificuldade para conseguir emprego e amigos de outros círculos sociais e pode levar a constrangimentos junto ao aparato policial.

Os conflitos que recentemente transformaram o Reino Unido num palco de violentos confrontos exemplificam bem esse fato. Exibindo uma manchete em letras garrafais, a edição do jornal *O Globo* de 14 de agosto de 2011 bradava: “Londres, cidade partida: versão local das favelas, conjuntos habitacionais são focos de violência e pobreza”.

Evidenciando dados da realidade da juventude residente nos conjuntos de habitação popular, a matéria declarava que, a partir dos anos 1980 – que coincidem com a implementação do neoliberalismo de Margareth Thatcher –, houve um flagrante declínio da qualidade de vida nesses locais, que passaram a ser habitados quase exclusivamente por imigrantes, o que configurava um claro *apartheid* social.

Segundo os dados levantados pelo jornal junto ao Centro de Estudos Britânicos Fabian Society, em comparação à média britânica, pessoas que nasceram em conjuntos habitacionais depois de 1970 têm duas vezes mais chances de desenvolver problemas mentais, 11 vezes mais chances de estar fora da escola e nove vezes mais chances de estar desempregadas. De acordo com o mesmo estudo, o declínio na qualidade de vida, também agravado pela falta de investimento público regular, alimentou a violência. O jornal ainda publicou a fala de Raz, de 17 anos, morador de um conjunto em Tottenham:

“– A polícia nos trata como vermes, especialmente nós, os negros”.

Mas o quadro dos conflitos não acaba aí: o Oriente se revolta contra as ditaduras corruptas e reivindica liberdade; estudantes de países latino-americanos, como Chile e Uruguai, mobilizam-se para protestar contra os recursos insuficientes para a educação; em Tel Aviv, clama-se por mais políticas sociais e menos gastos militares; e os protestos continuam em Atenas, Madri e Bombaim. Enfim, o panorama internacional denuncia a fragilidade dos tempos atuais, cujo desemprego juvenil chega a 40% na Europa.

Um dado geral dos conflitos chama atenção e merece destaque: no emblemático caso inglês, 1.700 pessoas foram presas nos acontecimentos de agosto de 2011; destas, oitocentas foram indiciadas, e 80% das que passaram por tribunais têm menos de 25 anos.

Na base desses eventos, encontra-se a deteriorização das condições de vida e de oportunidades, causada pelo drástico plano de cortes com gastos sociais, desde a implantação dos ajustes de cunho neoliberal, a partir da segunda metade da década de 1970.

Sem um horizonte de oportunidades de trabalho e referenciados num plano de felicidade consumista, os jovens, inconformados, guardam um indisfarçável estranhamento frente aos frágeis programas sociais e percebem, na prática, sua ineficácia inerente.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho? Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Cortez/Ed. Unicamp, 1999.

BAUMAN, F. *Vida para consumo*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BRAGA, Rui. *A restauração do capital: um estudo sobre a crise contemporânea*. São Paulo: Xamã, 1997.

CARVALHO, José Murilo. “Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual”. *Pontos e bordados – escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1998. Disponível em <http://www.scielo.br>. Acessado em 10 mar. 2011.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.

GROPPO, Luís Antonio. *Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas*. Rio de Janeiro: Difel, 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS ECONÔMICOS. Disponível em <http://www.insee.fr>. Acessado em 20 abr. 2005.

LAHUERTA, Milton. *Democracia, eleições e poder legislativo*, 1998. Disponível em <http://www.gramsci.org>. Acessado em 12 mar. 2011.

MARCUSE, Herbert. “Sobre o caráter afirmativo da cultura”. *Cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, v. 1, pp. [1937].

MARX, K. “Para a crítica da economia política”. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. Seleção de textos de José Arthur Giannotti. Trad. José Carlos Bruni. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978 [1859]. (Os Pensadores.)

NETTO, José Paulo. “Transformações societárias e serviço social”. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, 1996, n. 50, pp. 87-132.

POCHMANN, Marcio. *Desafios do trabalho*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Trad. Marcos Santarrita. Rio de Janeiro: Record, 1999.

WACQUANT, Loïc. “Banlieues françaises et guetto noir américain: éléments de comparaison sociologique”. *French Politics and Society*, 1992, v. 10, n. 4, pp. 81-103.

_____. “Banlieues francesas e gueto norte-americano: do amálgama à comparação”. *Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada*. Trad. João Roberto Martins Filho. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan/FASE, 2005.

Juventude, Religião e Relações Étnico-Raciais

Movimento de Juventude Negra e Construção Democrática no Brasil

Danilo de Souza Morais

Apresentação

O presente artigo, que a rigor considero um ensaio, baseia-se em grande medida em palestra que preparei originalmente para participar de um dos debates propiciados pelo V Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira (V Jubra), realizado em setembro de 2012 na UFPE, mais especificamente da mesa-redonda de título “Juventude, Religião e Relações Étnico-Raciais”. Naquela oportunidade, expus elementos de intersecção entre as diferenças etárias/geracionais e étnico-raciais no Brasil, partindo da descrição e análise da recente emergência de um movimento de juventude negra no país.

O âmbito descritivo do conteúdo da palestra que proferi no V Jubra, bem como este escrito, balizam-se em dados de campo e documentais¹ os quais comecei a tratar em textos anteriores, trabalhando com Paulo Ramos, também membro do Neab-UFSCar (MORAIS; RAMOS, 2011; 2012). Entretanto, acrescentei naquela palestra mais atenção ao exame sociológico, no sentido compreensivo, sobre a intervenção do movimento de juventude negra na cena pública nacional, além de

1. Refiro-me aos dados primários produzidos pela observação direta dos processos de construção do 1º Encontro Nacional de Juventude Negra (1º Enjune), em 2007, da reunião de lançamento do Fórum Nacional de Juventude Negra (Fonajune), em 2008, bem como do processo de construção da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, em especial sua etapa nacional, realizada em 2008. Também me refiro a documentos analisados, principalmente o documento final do 1º Enjune, a ata da reunião de lançamento do Fonajune e as atas das reuniões do Grupo de Trabalho “Juventude Negra”, realizado no âmbito do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve), no ano de 2009.

estabelecer algumas relações com o momento atual da construção democrática brasileira.

Também faço aqui alguns indicativos de contribuições e limites da intervenção do movimento de juventude negra tanto para a disputa por uma *nova política de reconhecimento das diferenças* no país, como também para a *maior permeabilidade do Estado para a interlocução com grupos subalternizados* da sociedade civil – duas importantes dimensões da construção democrática contemporânea no Brasil. Discuto estes limites e contribuições a partir da análise da intervenção da juventude negra no que chamo de espaços político-sociais e em espaços político-institucionais.

Na próxima seção do artigo, busco explicitar de forma sintética, antes de desenvolver meu argumento central, a perspectiva teórica que o informa e alguns dados empíricos da desigualdade racial no Brasil.

Termos analíticos: raça, juventude e construção democrática

A perspectiva que aqui emprego entende os termos etnia, raça, idade, geração, sexo, gênero, entre outros, enquanto marcadores sociais de diferenças, assim sendo, referencio-me na interpretação geral dos estudos subalternos² para a compreensão das *diferenças*.

Marcadores de diferenças são mobilizados tanto para a subalternização, como também para a resistência a esta subalternização por parte de sujeitos ou atores organizados como movimentos sociais, por exemplo: movimento negro, de mulheres, LGBTs, de juventudes etc. Por esta acepção a *diferença* está tanto na chave que opera a produção/reprodução de desigualdades, quanto na chave em que pode ser mobilizada, pelos sujeitos e/ou grupos sociais subalternizados (enquanto movimentos sociais), para a resistência/desconstrução de desigualdades.

2. Para discussão aprofundada sobre os estudos subalternos e suas possíveis contribuições às ciências sociais recomendo a leitura de Richard Miskolci (2009) e Sérgio Costa (2006), entre outros textos destes mesmos autores, o primeiro com maior ênfase na análise da Teoria *Queer* e o segundo nos Estudos Pós-Coloniais. Faço também uma discussão introdutória sobre os estudos subalternos e sua contribuição para a sociologia política em Morais (2011b).

Quando falo, portanto, em *juventude negra* me refiro a um ator ou conjunto de atores sociais que assim se autoclassificam, organizando-se como movimento social identitário – o movimento de juventude negra – que se mobiliza com referência nos marcadores de diferenças étnico-raciais e etários/geracionais. Distinta de uma perspectiva até pouco tempo corrente na sociologia e na filosofia política – grandes exemplos, respectivamente, são Alain Touraine (1989) e Jürgen Habermas (1987) –, movimentos identitários, que podem ser entendidos por estas interpretações como “novos movimentos sociais”, como o movimento de juventude negra, segundo entendo, estão longe de se constituir como movimentos por demandas “pós-materialistas”. Boaventura de Sousa Santos (1995) é um dos primeiros a chamar a atenção para este dado geral dos chamados “novos movimentos sociais”, mas é importante que isto se referencie nas formas como concretamente os grupos subalternos, enquanto movimentos sociais, organizam-se e atuam. Por exemplo, fica explícito nas demandas apresentadas pelo movimento de juventude negra, em especial no que chamam de luta pelo fim do “genocídio contra a juventude negra” (ENJUNE, 2007, p. 13) no Brasil³ e na demanda por ações afirmativas para negros/as no Ensino Superior público, que suas reivindicações mantêm relação direta com o plano material, mesmo assim, são disputadas também no plano simbólico da luta por reconhecimento, ou como prefiro definir, na disputa pela *política de reconhecimento das diferenças*⁴ compreendida na ordem social brasileira, no sentido em que esta seja sensível à composição das diferenças raciais (negros/as) e etárias/geracionais (juventude), bem como das específicas desigualdades produzidas com base nestas diferenças.

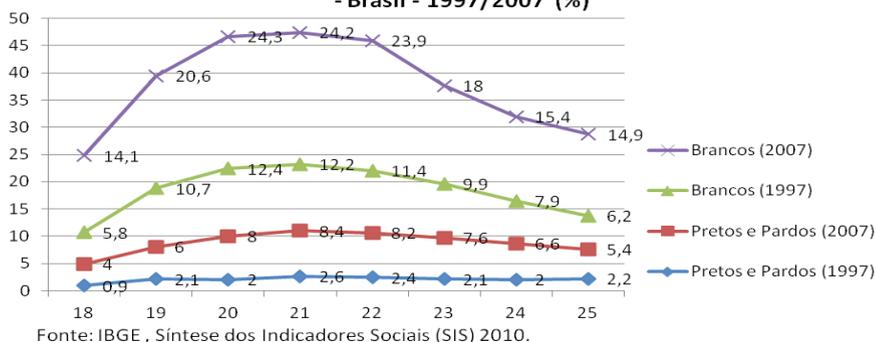
3. Tal “genocídio” é principalmente definido, para estes atores, como o crescente aumento nas mortes de jovens negros, assassinados nas periferias urbanas.

4. Inspiro-me na interpretação de Charles Taylor (2000) para a noção de *política de reconhecimento*. Não ignorando as disputas em torno do conceito ou noção de *reconhecimento*, que em parte discuti em trabalho anterior (MORAIS, 2011a), utilizo mais diretamente a referência de Taylor por esta me parecer – quando não encapsulada no limite normativo liberal deste autor e influenciada também pela interpretação dos estudos subalternos – mais aberta à compreensão das especificidades das disputas ou lutas por reconhecimento em distintos contextos históricos, societários e político-institucionais. Dizendo de outro modo, segundo entendo, a visão de Taylor propicia uma interpretação menos preza a tipologias construídas *a priori* para compreensão das lutas sociais por reconhecimento, comparada à teoria de Axel Honneth (2003).

No que se refere ao Ensino Superior, as desigualdades raciais no Brasil são amplamente conhecidas das/os pesquisadores das relações étnico-raciais. O gráfico a seguir, com dados produzidos e tratados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), evidencia que, apesar de se verificar o aumento da taxa de frequência no Ensino Superior de negros (pretos e pardos) e brancos, não só há a persistência da desigualdade entre os dois grupos, mas também o aumento desta desigualdade. Ao ponto em que a taxa de frequência da população negra jovem no Ensino Superior em 2007 está abaixo da taxa de frequência da população branca de mesma idade em 1997, continuando o quadro de sub-representação da população negra neste nível de ensino e a sobrerrepresentação da população branca⁵.

5. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), conduzida pelo IBGE em 2009, mostram esta sub-representação de negros (pretos e pardos) e a sobrerrepresentação de brancos no Ensino Superior. A população negra (pretos e pardos), segundo a PNAD 2009, representa aproximadamente 51% da população brasileira e os brancos aproximadamente 48% desta população. Já a participação destes grupos no Ensino Superior, entre 18 e 24 anos, é de aproximadamente 62,6% para os brancos e 30% para os negros. Sem dúvida, a reiteração da desigualdade racial no acesso ao Ensino Superior está diretamente relacionada à falta de uma política nacional de ação afirmativa para a população negra neste nível de ensino – reivindicada, como mencionei, pelo movimento de juventude negra. Quanto ao Ensino Superior privado, esta política afirmativa passa a ser inicialmente efetivada a partir da segunda metade do primeiro governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, com a instituição do Prouni – que, dentre suas ações, tem bolsas parciais e totais para estudantes de baixa renda e negros para que estes curse o Ensino Superior privado. Porém, em relação ao Ensino Superior público, apesar das crescentes iniciativas do Governo Federal, também no Governo Lula, para incentivar a consolidação das ações afirmativas pelas Universidades Federais que já as adotavam a partir de resoluções internas (MORAIS, 2011a), efetivamente a busca de uma política nacional para instituir a ação afirmativa no Ensino Superior público ocorre apenas recentemente com a aprovação pelo Legislativo Federal e sanção pela Presidenta Dilma Rousseff da Lei 12.711/2012, que dispõe sobre a obrigatoriedade da reserva de vagas para negros, indígenas e egressos das escolas públicas nas Instituições Federais de Ensino Superior e no Ensino Técnico Federal.

Gráfico 1 - Taxa de frequência no Ensino Superior das pessoas de 18 a 25 anos de idade, por cor ou raça, segundo a idade pontual - Brasil - 1997/2007 (%)



Em relação à desigualdade racial vista na violência, principalmente chama a atenção a comparação entre as taxas de homicídios de jovens brancos e jovens negros. Segundo dados do Ministério da Saúde, a partir de seu Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM)⁶, entre os anos de 2004 e 2010, há uma taxa média de aproximadamente 26 homicídios a cada 100 mil habitantes no Brasil. Quando se analisa, em parte deste mesmo corte temporal, na população jovem (15 a 25 anos) e negra, é bastante significativo o aumento dos homicídios.

Segundo análise de Waiselfisz (2011, p. 60), a partir de dados corroborados pelo Ministério da Justiça do Brasil, em 2002, já morriam 45,8% mais jovens negros que brancos no país e, em 2008, este percentual sobe para 127,6%. Em números absolutos, em 2002, morreram, por homicídio, no Brasil, 6.592 jovens brancos e, em 2008, foram 4.582. Já os jovens negros, também em números absolutos, foram assassinados 11.308 em 2002 e 12.749 no ano de 2008.

Conforme se vê nos dados oficiais acima expostos, os homicídios neste segmento populacional e a sub-representação da população negra no Ensino Superior corroboram a interpretação da significativa relevância para o movimento de juventude negra, enquanto movimento identitário, da objetividade material, vista por estes na desigualdade racial. Esta desigualdade racial (em detrimento da população negra) incide, em alguns

6. Ver Ministério da Saúde, Sistema de Informação sobre Mortalidade: <<http://svs.aims.gov.br/cgiae/sim/>>.

contextos, conjuntamente de forma mais incisiva sobre um grupo de idade (a juventude), o que, segundo compreendo, traduz-se em parte das principais demandas materiais do movimento: a diminuição da violência letal contra jovens negros/as; e a reserva de vagas para negros/as no Ensino Superior Público. Com esta afirmação, não pretendo estabelecer o “objetivismo” como fundamento da compreensão do movimento de juventude negra, entretanto, o “subjetivismo” – que parte das preocupações da definição deste ator como movimento identitário poderia sugerir –, também não me parece uma abordagem adequada. Assim, prefiro me guiar pela compreensão gramsciana do real (GRAMSCI, 1999, p. 209), que considera indissociáveis os elementos materiais e elementos simbólicos para sua análise, sem estabelecer hierarquia entre ambos.

Em relação à luta social por reconhecimento, empreendida pelo movimento de juventude negra, esta conecta-se à discussão dos rumos da democracia brasileira em meu argumento, pois este compartilha da análise de que a *construção democrática* (GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA, 1999; DAGNINO, 2002, 2004) é um processo contínuo de disputa política e social no plano simbólico, mas também na normatização político-institucional, em torno do estabelecimento, ampliação (ou possível retrocesso, o que seria um retrocesso da democratização) no plano dos direitos, de sua efetividade e legitimidade social. Esta certamente é uma visão própria de *interpretações emergentes da democracia*, distinta da interpretação *dominante*, que vê a democracia principalmente como o estabelecimento do regime político que se consolida fundamentalmente com a plena instalação de um conjunto de regras para a disputa, por meio do sufrágio universal, intra e interelites para que estas constituam periodicamente os governos⁷.

Assim sendo, ao alcançar a cena pública, a partir de espaços político-institucionais como descrevo nas próximas seções deste artigo, demandando direitos à juventude negra (ou às juventudes negras) – como o direito à educação e a uma vida segura – o movimento se constitui como um novo ator da construção democrática brasileira.

7. Como desenvolvi mais diretamente em minha dissertação de mestrado (MORAIS, 2007), sigo boa parte dos argumentos de Sousa Santos (2002), Avritzer (2003) e Dagnino (2002, 2004), para interpretar a *democracia dominante* como concepção hegemônica tanto na teoria política quanto no senso comum para estabelecer o significado de democracia e não democracia.

A emergência do movimento de juventude negra

A mobilização de jovens negras e negros demandando reconhecimento das especificidades culturais da população negra e de sua contribuição para a construção da sociedade nacional brasileira, a reivindicação de políticas para acesso desta população aos direitos de cidadania, na militância orgânica de jovens em movimentos/organizações negras antirracistas, não são novidades do movimento de juventude negra desta primeira década do século XXI no Brasil. Digo isto, pois a atuação militante de jovens negras/os remonta à experiência e trajetória de organização de todo o movimento negro, ao menos desde o início do século XX – da Frente Negra Brasileira (FNB), fundada na década de 1930, até a reorganização do movimento social negro em fins da década de 1970 com o Movimento Negro Unificado (MNU).

O primeiro presidente da FNB, Arlindo Veiga dos Santos, por exemplo, tinha 29 anos de idade quando foi escolhido por seus pares para esta função de liderança (VELASCO, 2009, p. 2397). Quanto à importância da intervenção da juventude negra na história do MNU – inicialmente denominado Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNUCDR) –, esta pode ser percebida desde sua fundação, a partir da manifestação de 7 de julho de 1978 em frente ao Teatro Municipal de São Paulo. Isto, pois, identifica que o referido ato teve como motivação direta o protesto contra a morte de dois trabalhadores negros (Robson Silveira da Luz e Newton Lourenço), assassinados pela polícia, e também o protesto contra a discriminação racial de jovens atletas negros do Clube de Regatas Tietê, impedidos de entrar no clube por determinação de sua diretoria (CARDOSO, 2006, p. 40), jovens estes que se somam na mobilização de tal movimento. Portanto, o movimento negro no Brasil historicamente teve a participação de militantes que, do ponto de vista etário, podem-se considerar jovens – obviamente sabendo que este critério etário, apesar de importante, não é suficiente para definir a condição de jovem, além de estar referenciado no que hoje, contemporaneamente, entendemos por juventude.

Todavia, a partir, principalmente, dos anos 2000, é crescente a forma como estes/as jovens somam identificação étnico-racial (como negras/os), com uma forma de identificação etária e geracional (jovem/juventude) e

passam, em diferentes momentos e espaços, a se autodenominar *juventude negra*. E é aqui que se pode perceber parte da novidade deste movimento. Este processo se dá com a demanda dirigida aos poderes públicos e a sociedade em geral pelo reconhecimento das especificidades da desigualdade racial a que estão submetidos jovens negras/os no Brasil de hoje – portanto, sendo necessárias políticas públicas específicas para este segmento –, mas também a demanda dirigida ao próprio movimento negro (em suas organizações, entidades, redes etc.) para que este reconhecesse a legitimidade das seções, movimentos e organizações sociais próprias da/s juventude/s negra/s.

Conforme descrito em Moraes e Ramos (2011, p. 6-18), o processo de organização nacional deste movimento de juventude negra tem ao menos dois momentos ou espaços-chave, que aqui denomino de *espaços político-sociais*, quais sejam: as etapas, até o encontro nacional, do 1º Encontro Nacional de Juventude Negra (1º Enjune); e o encontro de formação do Fórum Nacional de Juventude Negra (Fonajune).

A etapa nacional do Enjune, o mais relevante espaço societal para a emergência deste movimento, reúne aproximadamente 700 jovens em Lauro de Freitas, estado da Bahia e ocorre em julho de 2007⁸. O encontro tem como lema “novas perspectivas na militância étnica/racial” (ENJUNE, 2007, p. 7) e manifesta como principal objetivo ser um espaço de diálogo nacional entre as diferentes expressões da organização de jovens negros/as do país, para a troca de experiências (formas de mobilização, ação, agendas, prioridades), para maior integração entre estas experiências.

Apesar da reivindicação do enfrentamento ao “genocídio contra a juventude negra” ou “extermínio programado da juventude negra” (ENJUNE, 2007, p. 13), como denominam os atores, ser o grande tema do Enjune – tanto que é aquele apresentado na primeira mesa de debates do encontro e também se coloca como um “tema transversal” para todos os 14 “eixos temáticos” do Enjune –, há um conjunto bem maior de debates

8. Esta etapa nacional é precedida de etapas municipais e etapas estaduais. Os/as participantes da etapa nacional são, em sua maioria – 475, segundo registra o relatório do encontro –, representantes escolhidos nas etapas que ocorreram no Distrito Federal (Brasília) e nos seguintes estados: Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, São Paulo e Sergipe. Estes e outros aspectos mais descritivos do Enjune estão melhor expostos em Moraes e Ramos (2011, 2012).

e questões abordadas no encontro, registrado em um relatório final que apresenta 730 propostas.

É relevante observar que a exposição das propostas no relatório final do encontro é feita separando, para cada um dos 14 temas em debate⁹, propostas voltadas aos atores e instituições estatais – denominadas no documento como “Poder Público” – e propostas para os atores da sociedade civil – denominadas no documento como “Sociedade civil, Organizações do Movimento Negro e Juventude Negra”. Conforme fica explícito os/as participantes do Enjune preocuparam-se em debater e aprovar recomendações tanto para a própria organização do movimento negro e antirracista, em especial a juventude negra, como também expor demandas e reivindicações aos poderes públicos. Este dado se faz principalmente importante aqui por conta de parecer dissonante, em relação ao recorrente discurso “antiestado” destes atores, que não está tão transparente na redação do relatório do Enjune, mas foi mobilizado em grande medida pelos atores do movimento de juventude negra no encontro e é assim reproduzido em outros espaços. Diferente do que parte significativa destes atores pode, inclusive, admitir, o movimento de juventude negra a que o Enjune dá impulso não ganha contornos “antiestado”, mas, sim, se destaca tanto pela disposição em dialogar com o Estado sobre as demandas do movimento – para que estas se efetivem em políticas públicas e garantam direitos a negras e negros jovens –, como também pela disposição de confrontar os atores e instituições estatais –, o que a denúncia de “genocídio” ou “extermínio programado”, para caracterizar a escalada de homicídios contra jovens negros, bem exemplifica.

Para além de representar um processo novo – como forma de organização específica de um movimento de jovens negras/os –, alguns outros aspectos chamam também atenção no Enjune. Um destes aspectos é a ênfase, no discurso dos atores, na especificidade da juventude negra e ao mesmo tempo na afinidade desta juventude com o conjunto do movimento negro (MORAIS; RAMOS, 2011, p. 8-9). Este dado da fala dos atores é

9. Os 14 temas ou eixos temáticos discutidos no Enjune foram: cultura; segurança, vulnerabilidade e risco social; educação; saúde; terra e moradia; comunicação e tecnologia; religião do povo negro; meio ambiente e desenvolvimento sustentável; trabalho; intervenção social nos espaços políticos; reparações e ações afirmativas; gênero e feminismo; identidade de gênero e orientação sexual; e inclusão de pessoas com deficiência.

importante, pois para eles seu vínculo fundamental a um movimento social mais amplo não é com um movimento jovem ou “de juventude”, mas, sim, com o movimento negro. Entendo que isto não é indicativo de que estas/estes jovens negras/os não compreendem a importância da variável etária na construção de sua identificação enquanto movimento ou para as desigualdades a que estão submetidos, mas, sim, que a variável racial lhes é mais significativa. Ao mesmo tempo, ao fazer de sua forma de atuação a busca de serem reconhecidos como *jovens sujeitos de direitos*, por demandarem do Estado políticas públicas que atendam suas reivindicações, os militantes do movimento de juventude negra demonstram-se sintonizados, mesmo que isto não lhes pareça o mais relevante, com uma forma de atuação típica de outros movimentos juvenis surgidos principalmente a partir da década de 1990, como registra Regina Novais (2009, p. 18).

Outro aspecto que chama a atenção no processo do Enjune é como este busca expressar uma heterogeneidade da juventude negra, que se apresenta, inclusive, em parte dos temas dos debates da etapa nacional, tais como: religião do povo negro; gênero e feminismo; identidade de gênero e orientação sexual; inclusão de pessoas com deficiência. A compreensão da possibilidade de múltiplas juventudes negras – que indica uma forma de autoidentificação pouco fixa e mais contextual – convive, na perspectiva dos participantes do encontro, com a afirmação destes como “afrocentrados” – ou seja, uma noção de vínculo a uma “raiz africana” aparentemente única, portanto, uma forma de fixação da identidade, de certa maneira essencialista.

Todo o movimento social e principalmente os identitários, em alguma medida, utilizam de um *essencialismo estratégico* (SPIVAK, 2003), como já afirmei em outra oportunidade, pois constroem “uma forma de identificação comum que orienta a ação política [...] para a superação da condição de subalternidade em que se encontram” (MORAIS; RAMOS, 2011, p. 11). Entretanto, parece-me que, na construção do Enjune, há uma relação pendular entre a afirmação identitária mais essencialista e uma concepção mais aberta e contextual das identificações que constituem as juventudes negras. Para qual lado o “pêndulo” discursivo do movimento se voltará em seus desenvolvimentos posteriores não parece possível prever. Todavia, sem dúvida, o potencial do movimento para a contestação

das formas de estereotípias racistas – que fixa lugares sociais e imagens preconcebidas do ser jovem negro/a – sobre as juventudes negras será significativamente menor, caso esta relação “pendular” simplesmente se resolva reforçando formas demasiadamente essencialistas de identidade¹⁰.

A necessidade de criação de um espaço permanente de articulação das juventudes negras também é uma proposta inovadora construída pelo Enjune. Esta organização de articulação é o Fórum Nacional de Juventude Negra (Fonajune), outro espaço político-societal importante para a emergência deste movimento.

O lançamento do Fonajune se deu em uma atividade de dois dias, em julho de 2008, realizada na cidade do Guarujá, litoral do estado de São Paulo¹¹. Com a participação de aproximadamente 400 jovens, as discussões nesta atividade apontaram para alguns objetivos principais a serem perseguidos pelo fórum, sendo estes: a defesa das propostas do relatório final do Enjune; a comunicação e o intercâmbio entre as organizações de juventude negra; o fomento à participação política; e a defesa de políticas públicas para a juventude negra.

A coordenação do Fonajune, conforme os debates do Enjune indicaram, seguiu os princípios da “descentralização”, da “horizontalidade”, da “juventude” e da “equidade de gênero”. Na prática, estes princípios foram aplicados, respectivamente, como: a não existência de um/a coordenador/a geral ou presidente; a coordenação se constituir de representantes de cada um dos estados presentes na atividade, assim 10 estados participam desta organização (ao menos até 2011, estes estados eram: Paraná, São Paulo, Rio

10. Para esta interpretação me inspiro na noção de *identificação*, como proposta por Stuart Hall (2003). Para o autor a compreensão de como operam as formas de identificação – que dependem radicalmente de elementos contextuais, portanto, não podem ser encaradas como dados fixos da realidade –, especialmente falando aqui em relação aos grupos subalternos, serve para superar uma interpretação essencialista sobre a identidade.

11. Não faço aqui uma maior descrição deste evento de lançamento do FONAJUNE, pois a fiz de certa forma em Moraes e Ramos (2011 e 2012). É importante, entretanto, ainda na dimensão descritiva apenas mencionar algumas das principais organizações negras participantes desta construção inicial do FONAJUNE: a Coordenação Nacional de Quilombos (CONAQ); o Movimento Negro Unificado (MNU); o Círculo Palmarino; a União de Negros pela Igualdade (UNEGRO); o Coletivo de Entidades Negras (CEN); e o Congresso Nacional Afro-brasileiro (CNAB). Posteriormente outra grande organização do movimento negro a integrar o Fórum, inclusive em sua coordenação, foi a Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN).

de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Tocantins e Pará); os/as coordenadores/as deveriam ter entre 15 e 29 anos; e, ao menos, a metade deveria ser mulher.

Apesar do Fonajune não ser o único espaço de articulação do que denomino de movimento de juventude negra, sem dúvida, ele – enquanto primeira organização nacional que se identifica como específica das juventudes negras no Brasil – é, ao menos, a mais expressiva consequência direta, na esfera societal, das forças mobilizadas para a construção do Enjune, seguindo suas diretrizes organizativas (“descentralização”, “horizontalidade”, “juventude” e “equidade de gênero”) e defendendo sua plataforma política (o relatório final do Enjune).

Voltando a destacar aspectos relevantes do processo do Enjune – e que, neste caso, se torna o tema de maior visibilidade do Fonajune –, vejo a centralidade que este atribui para a necessidade de medidas dos poderes públicos, além do maior comprometimento da sociedade civil, para conter o que o movimento chama de “genocídio contra a juventude negra”.

Na história do movimento negro, uma interpretação para a categoria genocídio, utilizada para descrever o processo histórico de violências materiais e simbólicas que se expressam no racismo contra negras/os no Brasil, aparece mais diretamente a partir de Abdias do Nascimento, intelectual e expoente do movimento mais conhecido a relacionar esta categoria com as condições de vida da população negra no país (NASCIMENTO, 1978). Esta ideia de “genocídio do povo negro” seria depois corrente no movimento negro, reorganizado a partir da década de 1970, em especial entre a militância do MNU. A expressão “genocídio da juventude negra”, segundo entendo, é uma ressignificação do movimento de juventude negra a partir desta primeira interpretação, entretanto, ganha contornos mais específicos ao descrever que este “genocídio” – como violência física, pois a categoria também comporta a discussão da violência simbólica – é possível ser quantificado e observado diretamente nas mortes violentas de jovens negros, em especial, nas regiões “periféricas” dos grandes centros urbanos. No Brasil contemporâneo, país em que a agenda da segurança pública tem grande e crescente apelo social, a ideia de “genocídio contra a juventude negra” acaba por ganhar a potencialidade de resposta política alternativa às concepções socialmente dominantes do

fenômeno da violência urbana – a influenciar de maneira direta as políticas públicas de segurança –, que operam na chave da criminalização da pobreza, dos jovens das periferias e, entre estes, principalmente os negros.

Mobilizado principalmente pela reivindicação de que a sociedade brasileira – o Estado, por meio de políticas públicas; e a sociedade civil, engajando-se nesta agenda antirracista – deveria enfrentar este “genocídio” enquanto um problema social derivado do racismo, a afetar com maior intensidade uma faixa de idade, o nascente movimento de juventude negra constrói sua intervenção em novos *espaços político-institucionais* para interlocução entre Estado e sociedade civil, neste caso, as Conferências de Políticas Públicas de Juventude (CNPPJs) e o Conselho Nacional de Juventude. Estes novos espaços político-institucionais são chave para a emergência do movimento de juventude negra na cena pública, pois os mesmos conquistam significativa legitimidade para sua agenda de enfrentamento ao “genocídio”, conforme apresento a partir daqui.

Novos espaços político-institucionais participativos e a emergência do movimento de juventude negra na cena pública brasileira

O Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) foi instituído a partir de 2005, assim como o órgão do Governo Federal ao qual está vinculado, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), parte da Secretaria-Geral da Presidência da República. O Conjuve é um Conselho Gestor de Políticas Públicas Setoriais, mais diretamente dedicado à chamada Política Nacional de Juventude¹². Os conselhos gestores de políticas públicas na forma em que os conhecemos hoje são produto da Constituição de 1988, que, em linhas gerais, pode-se dizer que os compreende como espaços públicos de diálogo permanente entre atores do Estado, da sociedade civil e, em alguns casos, também do mercado, para o compartilhamento de decisões, a partir da maior permeabilidade à participação e pluralidade de atores, para além da esfera estatal (DRAIBE, 1998; TATAGIBA, 2002).

12. Uma síntese descritiva da chamada Política Nacional de Juventude pode ser encontrada na página eletrônica da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ/SGPR), em: <<http://www.juventude.gov.br/politica>>. Página consultada em: 6 jun. 2012.

Alguns destes conselhos gestores são tornados, na Carta de 1988, obrigatórios nos três níveis de governo da federação (municípios, estados e União), alguns destes são: os Conselhos de Saúde, Conselhos de Educação, Conselhos de Assistência Social. Implementados ao longo da década de 1990, os conselhos gestores de políticas públicas têm, nos anos 2000, ao menos no nível federal a partir do Governo Lula, uma significativa ampliação. Teixeira, Souza e Lima contabilizam, em 2010, 60 conselhos, que mantêm participação da sociedade civil, ligados à administração pública federal (2012, p. 55). É neste período de ampliação dos temas em políticas públicas tratados pelos conselhos que se cria o Conjuve.

Em relação às Conferências de Políticas Públicas, espaços político-institucionais anteriores à Carta de 1988, mas que também são potencializados por ela – na perspectiva de serem momentos públicos de interlocução entre Estado, sociedade civil e, em alguns casos, também de atores do mercado –, de maneira semelhante ao caso dos conselhos, os anos de 2003 a 2010 são de grande ampliação. Neste período (2003-2010), foram realizadas conferências em 74 diferentes temas; dentre estes temas, 70% foram tratados pela primeira vez neste tipo de espaço participativo nacional a partir destes anos (TEIXEIRA; SOUZA; LIMA, 2012, p. 55). Um destes novos temas tratados em conferências é o que diz respeito às Políticas Públicas de Juventude (PPJs), sendo a 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude (1ª CNPPJ) realizada em abril de 2008.

As conferências de políticas públicas são momentos de mobilização específicos de diálogo entre poderes públicos (municípios, estados e União) e atores “não estatais” (sociedade civil e mercado). Ocorrem com periodicidade variável, dependendo do tema específico do qual tratem em relação às políticas públicas – apesar de muitas conferências serem realizadas, com frequência, a cada dois ou três anos – num processo que dura alguns meses e com um fluxo “piramidal”, que inicia desde os municípios (base da pirâmide) – etapas municipais das conferências –, que usualmente elegem representantes para etapas estaduais e, a partir destas, são eleitos representantes para uma etapa nacional (topo da pirâmide) da referida conferência. Portanto, diferente dos conselhos de políticas públicas, as conferências não são espaços permanentes para

a interlocução pública entre atores estatais e “não estatais”, mas, sim, momentos de mobilização para este diálogo e que têm por objetivo apontar as prioridades ou as demandas gerais para uma determinada área das políticas públicas.

Apesar do Conjuve ter sido instituído em 2005, é apenas em 2007 que se inicia um processo de conferência por iniciativa do Governo Federal – passando por conferências municipais, estaduais e a nacional – para tratar da Política Nacional de Juventude, culminando com a realização da 1ª CNPPJ. Esta etapa nacional da Conferência de Políticas Públicas de Juventude, dado seu caráter inédito, é coberta de grandes expectativas por parte dos diversos movimentos juvenis que participaram de todas as suas etapas¹³, mas é o movimento de juventude negra, um ator emergente na sociedade brasileira e nestes movimentos, que consegue colocar sua demanda como a primeira prioridade, dentre as 22 eleitas neste processo participativo. A demanda do movimento juvenil negro aprovada como prioridade pela 1ª CNPPJ foi de que as propostas do relatório final do Enjuve fossem uma orientação para a criação de políticas públicas específicas para as juventudes negras.

Num primeiro momento, se pode pensar que este resultado é totalmente inusitado, porque a 1ª CNPPJ envolvia atores organizados há mais tempo para a interlocução com o Estado – como o movimento estudantil, liderado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), ou o movimento sindical, por exemplo, com a juventude da Central Única dos Trabalhadores (CUT) –, assim como dentre os/as participantes de movimentos sociais presentes à 1ª Conferência Nacional de Juventude, apenas 8,7% identificavam-se com alguma organização do movimento negro (CASTRO; ABRAMOVAY, 2009, p. 57). Todavia, ao menos quatro elementos centrais – relacionados à

13. A 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude contou com a participação de aproximadamente 2000 delegados/as – representantes escolhidos em etapas precedentes, nos municípios e estados, em conferências que contaram ao todo com a participação aproximada de 400 mil pessoas. Até aquele momento, deve-se registrar, todo o processo da Conferência de Juventude é o que registra, dentre todas as demais conferências de políticas públicas, o maior número de participantes desde o início do Governo Lula, segundo dados da Secretaria-Geral da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude. Informações colhidas em: <www.juventude.gov.br>. Consultado em: 6 jul. 2012.

intervenção do movimento de juventude negra na Conferência – parecem relevantes para melhor compreender o resultado da 1ª CNPPJ, que está longe de se apresentar como um “raio em céu azul”. Segundo entendo, estes elementos são: i) a organização prévia, em seus espaços sociais, do movimento de juventude negra; ii) a afirmação da especificidade das demandas deste movimento, mas não estabelecendo uma concorrência com os demais movimentos na CNPPJ e, sim, à procura por um *diálogo entre os subalternos*; iii) a potencialidade da demanda apresentada na “luta pelo fim do genocídio da juventude negra”; e iv) a metodologia do processo participativo da 1ª CNPPJ.

O primeiro elemento, conforme descrito na seção anterior do artigo e mais detidamente em Moraes e Ramos (2011, 2012), apresenta-se como relevante dado indicativo de que a intervenção do movimento de juventude negra na 1ª CNPPJ é um dos resultados diretos da construção do Enjune, como um processo tanto de mobilização social do novo ator (movimento de juventude negra) quanto de elaboração de suas demandas ou “plataforma política” (relatório final do Enjune) – construção que se inicia ainda em princípios de 2006 e culmina com o encontro de Lauro de Freitas (BA) em julho de 2007. O período de organização e realização do Enjune é imediatamente anterior àquele de desencadeamento do processo da 1ª CNPPJ – cuja convocação é feita pela Presidência da República em Decreto de 5 de Setembro de 2007¹⁴ –, assim sendo, o Enjune tem um duplo papel, pois, ao mesmo tempo, é o principal espaço político-social de emergência do movimento juvenil negro, como também potencializa sua emergência na cena pública a partir de um novo espaço político-institucional (a 1ª CNPPJ). Este segundo papel do Enjune, a meu ver, é uma consequência não prevista, mas que é possível pela perspectiva do encontro de também dirigir propostas ao poder público, o que encaminha o movimento emergente deste encontro aos espaços de interlocução pública com o Estado e conseqüentemente a participar da oportunidade aberta com a Conferência de Juventude.

A afirmação da especificidade da juventude negra e a busca de um *diálogo entre os subalternos* é um segundo elemento de destaque para a

14. Ver Portaria Nº 48 de 13 de setembro de 2007, da Presidência da República/Secretaria-Geral, que aprova o Regimento Interno da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude.

compreensão do movimento de juventude negra na 1ª CNPPJ, portanto, de sua emergência na cena pública. Esta busca de afirmar a especificidade está, por exemplo, na reivindicação do movimento de que deveria haver na 1ª CNPPJ um grupo de trabalho para discutir especificamente as demandas da juventude negra – o que às vésperas da realização da etapa nacional da 1ª CNPPJ foi garantido em reunião da Comissão Organizadora Nacional (CON) com o compromisso de que haveria um GT (Grupo de Trabalho) com o tema “Jovens Negras e Negros”¹⁵. Outro indicador nesta direção é a organização, por parte de militantes jovens negros/as, do que estes/as denominaram de “Quilombo da Conferência de Juventude”. Este se constituiu pela ocupação, pelo movimento de juventude negra, de parte do espaço físico onde era realizada a etapa nacional da 1ª CNPPJ, em um vão livre que estava reservado pela organização oficial do evento para a circulação de pessoas, mas que passa a ser marcado com faixas de denúncia sobre o “genocídio da juventude negra”, fixadas em alguns móveis disponíveis no local (pequenas poltronas, vasos de plantas ornamentais, bancadas de apoio para distribuição de panfletos), criando um espaço próprio e não previsto oficialmente para intervenção do movimento na conferência.

O “GT Jovens Negras e Negros” é o espaço por excelência de afirmação da especificidade ou *diferença* (etária/geracional e étnico-racial) a que recorre o movimento de juventude negra para elaborar suas propostas para a Conferência¹⁶. Já o “Quilombo da Conferência”, além de ser uma forma de autoafirmação, também se torna um espaço de diálogo entre os/as militantes da juventude negra e militantes de outros movimentos juvenis,

15. Dados de diário de campo, possível de registrar devido à observação participante que realizei enquanto “mobilizador/articulador”, contratado pelo Instituto Paulo Freire com recursos de um projeto do Governo Federal, para auxiliar no processo de organização das etapas estaduais de Pernambuco, Paraíba e Piauí da 1ª CNPPJ, além de sua etapa nacional.

16. A escolha da prioridade do “GT Jovens Negras e Negros” é exemplar no sentido de que este era um espaço de expressão da *diferença*, tanto étnico-racial (na relação entre esta juventude negra e as demais juventudes na conferência) como etário-geracional (dos jovens negros/as hoje, na relação com os demais participantes do movimento negro). Ao colocar em primeiro plano, como proposta deste GT, a necessidade de políticas públicas de juventude específicas para a juventude negra – baseadas no relatório final do Enjune – e não a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (que também entrou como proposta do GT, mas em segundo plano), o movimento de juventude negra posiciona-se com uma pauta distinta da prioridade da maioria das organizações do movimento negro naquele período de 2008.

bem como com outros/as participantes da 1ª CNPPJ, jovens ou não jovens que não tinham relação orgânica com algum movimento ou organização. Tal diálogo torna-se um *diálogo entre subalternos*, na medida em que a busca de reconhecimento das juventudes negras, por meio da expressão de suas demandas marcadas pela diferença (etária/geracional e étnico-racial) que constitui desigualdades (com destaque para a violência), privilegiou a interlocução com os demais grupos subalternos presentes na Conferência – por exemplo, os movimentos jovens feminista e LGBT, os movimentos de jovens do campo ou rurais, movimento sindical de jovens trabalhadores/as – para a construção da legitimidade, buscada na *solidariedade* e não na confrontação com os demais grupos subalternos. Em outras palavras, o que pude observar foi a busca em não desqualificar as demandas ou prioridades dos demais movimentos juvenis, mas, sim, de tentativa de mobilizá-los à solidariedade em torno de dizeres como “a juventude negra é aquela que mais está morrendo na periferia”, “são urgentes políticas públicas de juventude com recorte racial”, também “o Estado precisa reconhecer o racismo específico contra a juventude negra”, ou ainda “precisamos dar visibilidade ao genocídio contra a juventude negra”¹⁷.

Evidenciou-se neste *diálogo entre subalternos* o potencial da demanda pelo enfrentamento do “genocídio contra a juventude negra” para a construção desta legitimidade pela solidariedade, o que deve ser registrado como elemento bastante relevante desta análise. Todavia, o método ou desenho institucional participativo, para a eleição das 22 prioridades da Conferência de Juventude, segundo entendo, foi também significativo para que a demanda de um ator emergente, mesmo entre os grupos subalternos, conseguisse ser escolhida como a maior prioridade. Apesar de preservar uma “plenária final”, o espaço mais importante para a eleição das prioridades da Conferência foi outro e denominado como “Momento Interativo”.

Depois do término das reuniões dos 22 grupos de trabalho simultâneos da Conferência de Juventude, cada um destes havia

17. Estas são falas de militantes da juventude negra ao apresentar as propostas que lhes eram prioritárias, para aqueles/as que passavam pelo “Quilombo da Conferência de Juventude”, como também entre os/as delegados/as da 1ª CNPPJ, no momento inicial de eleição das prioridades desta conferência no processo anterior à plenária final que foi denominado “Momento Interativo”.

escolhido suas propostas prioritárias, num máximo de seis por grupo. Estas propostas passam a ser expostas em painéis e os/as delegados/as – representantes escolhidos nas etapas precedentes, para participar da etapa nacional da Conferência de Juventude – ganharam 10 pequenos adesivos em formato circular, que equivaliam cada um a um voto, para escolherem as propostas que lhes eram mais importantes, escolha que faziam colando estas “bolinhas adesivas” ao lado de cada proposta de sua preferência. Portanto, cada delegado/a tinha direito a 10 votos, para distribuir entre as 132 propostas vindas dos “GTs”, podendo colocar no máximo três votos em uma mesma proposta. E, assim, se configurou o que os responsáveis pela metodologia do evento chamaram de “Momento Interativo”.

Durante o processo do “Momento Interativo”, que durou aproximadamente uma hora, ocorreram intensos debates entre os/as participantes da conferência, muitos/as fazendo “campanha” – como os militantes da juventude negra – ao lado das propostas que entendiam como as mais relevantes. Porém, diferente do método usual da “plenária final” com poder total de decisão, os debates não foram centralizados em oradores/as que se colocam à frente de todos/as para defender suas propostas, que depois são votadas uma a uma pela assembleia – seja pelo voto secreto em urnas ou pelo voto aberto (com manifestações como levantar as mãos ou algum tipo de identificação, por exemplo, por “crachá”). Analiso que esta característica da inovação metodológica propiciada pelo “Momento Interativo” fez com que alguns atores, como do movimento estudantil, tivessem maior dificuldade em conseguir estabelecer a hegemonia típica daqueles/as com maior domínio sobre o léxico da política institucional – caracterizada, entre outras expressões, pelos conhecidos pedidos de “aparte”, “questões de ordem”, pedidos de “esclarecimento”. Ao contrário, o “Momento Interativo”¹⁸, ao ser o principal espaço para a eleição das prioridades da 1ª CNPPJ, privilegiou o diálogo face a face, as possibilidades de fala descentralizadas, que compreendo terem sido relevantes para o resultado do processo participativo, com a priorização da proposta defendida pelo movimento de juventude negra.

18. No “Momento Interativo” foram eleitas, por ordem de votação, as primeiras 18 propostas prioritárias da Conferência de Juventude para a Política Nacional de Juventude do Governo Federal, sendo mais outras quatro escolhidas, dentre as 66 mais votadas do “Momento Interativo”, no processo da “plenária final”.

Depois desta descrição e análise da intervenção das juventudes negras na 1ª CNPPJ, que considero ser o primeiro e mais relevante espaço da emergência, na cena pública, deste movimento social, faço agora, também, mais brevemente, a análise da atuação do movimento de juventude negra em outro espaço político-institucional chave para sua ação pública, o Conjuve.

Em novembro de 2008, mesmo ano da Conferência de Juventude e por solicitação do movimento de juventude negra, é instalado no Conjuve um grupo de trabalho (GT) intitulado “Juventude Negra e Políticas Públicas”, com o objetivo de apontar formas de implementação da primeira prioridade da 1ª CNPPJ.

Este “GT da Juventude Negra” promove sua primeira reunião de trabalho em fevereiro de 2009 e, em seguida, uma reunião ampliada em abril do mesmo ano, com participação de membros do Conjuve, da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), além de alguns outros órgãos governamentais – dentre estes, destaca-se a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) – e organizações do movimento negro e de jovens negros/as ainda não representados no Conjuve – por exemplo, a Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen) e organizações do movimento *hip-hop*. Mas é apenas nos anos de 2009 e 2010 que avança a perspectiva do Conjuve, a partir da formulação deste “GT da Juventude Negra”, de que as políticas voltadas especificamente para juventude negra, naquele momento, deveriam focar o enfrentamento da violência contra este seguimento, que se expressava mais uma vez no entendimento de que era necessário enfrentar o “extermínio ou genocídio contra a juventude negra”.

É importante o engajamento praticamente imediato do Conjuve na tentativa de fazer com que a prioridade da 1ª CNPPJ fosse traduzida em propostas de políticas públicas, visto que a conferência ocorre em abril de 2008 e, no mesmo ano, sete meses depois, o conselho instala um “GT de Juventude Negra”, composto por seus membros para dar encaminhamento à pauta. A partir da gestão do Conjuve para os anos de 2010 e 2011, o conselho passa a ter a participação de outras organizações negras, entre seus titulares e suplentes, além da União de Negros pela Igualdade (Unegro), Fórum Nacional de Juventude Negra (Fonajune) e Articulação Política

de Juventudes Negras (APJN), já presentes em gestões anteriores do Conjuve. Isto indica a maior incidência do movimento de juventude negra neste espaço político-institucional, em que passam a estar representadas juventudes das seguintes entidades do movimento negro: Congresso Nacional Afro-brasileiro (CNAB); Coletivo de Entidades Negras (CEN); e Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen).

Entretanto, o Conjuve, assim como a CNPPJ, também é um espaço participativo e, neste sentido, não é diretamente gestor das políticas públicas; antes disso, auxilia a sua formulação e monitoramento a partir do diálogo com atores “não estatais” – buscando o que o discurso movimentalista denomina por “controle social”. Por esta razão, enquanto o órgão do poder executivo diretamente ligado a esta área das políticas públicas não assumisse a prioridade eleita pela 1ª CNPPJ, esta dificilmente teria influência sobre as políticas públicas voltadas à juventude. E é apenas na transição para o governo da Presidenta Dilma Rousseff, de 2010 para 2011, que a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) do Governo Federal busca debater propostas de políticas públicas para trabalhar mais diretamente o tema do enfrentamento à violência contra jovens negros/as, priorizado pela 1ª Conferência de Juventude, eleito a partir da mobilização do movimento de juventude negra e trabalhado pelo Conjuve, em especial, pelos representantes deste movimento.

Considerações sobre questões suscitadas pelo Movimento de Juventude Negra para a construção democrática brasileira

Para encerrar este ensaio, apresento algumas considerações sobre o movimento de juventude negra na sua relação com o atual momento da construção democrática no Brasil.

Chama a atenção na conjuntura brasileira em que emerge o movimento juvenil negro a confluência entre duas mudanças importantes, apesar de ainda muito iniciais, nas bases da hegemonia de nossa ordem social. São elas: i) a ampliação dos espaços públicos institucionais para o diálogo entre Estado e grupos subalternos da sociedade civil, ou seja, os movimentos sociais; e ii) uma nova política de reconhecimento das

diferenças. Duas das características centrais à ordem social brasileira são o autoritarismo nas relações entre Estado e os grupos subalternos da sociedade civil e o racismo institucional¹⁹. Certamente estas não são as únicas características fundamentais desta ordem social, mesmo assim, a direção de modificar os padrões de relação entre Estado e grupos subalternos, bem como uma nova política de reconhecimento das diferenças, aqui especialmente falando das diferenças étnico-raciais, sem dúvida, é bastante relevante para a transformação da hegemonia vigente na sociedade brasileira.

Apesar de ainda bastante iniciais, as mudanças acima expostas podem ser observadas, quanto ao primeiro caso (ampliação dos espaços institucionais de diálogo entre Estado e sociedade civil), no fortalecimento e aumento no número de conselhos setoriais e gestores de políticas públicas e nas conferências em âmbito nacional, conforme já mencionei.

Em relação à mudança na política de reconhecimento das diferenças étnico-raciais, temos paradigmaticamente o avanço nas políticas de ação afirmativa para a população negra, que vão desde a obrigatoriedade do estudo da história e da cultura da África e dos afro-brasileiros no Ensino Básico (Lei 10.639/03), passando pela criação de um órgão específico no Governo Federal, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade (Seppir), com *status* de ministério, para tratar das políticas voltadas à promoção da “igualdade racial”. Destacam-se também as políticas de expansão do Ensino Superior Público Federal com incentivos à adoção de reserva de vagas ou “cotas” para negros e indígenas (MORAIS, 2011a), até finalmente a Lei 12.711/12 – que institui a obrigatoriedade da reserva de vagas para egressos do ensino público, negros e indígenas nas Universidades e Escolas Técnicas Federais.

A caracterização da emergência do movimento de juventude negra neste contexto de também emergentes transformações de nossa sociedade nacional é relevante, segundo entendo, pois auxilia em indicativos para a refutação de um conjunto de hipóteses – que, muitas vezes, podem se

19. Ver Valter Roberto Silvério (SILVÉRIO, 2002) para uma caracterização da centralidade do racismo institucional para a persistência da desigualdade no Brasil e Wanderley Guilherme dos Santos (SANTOS, 1978, 1998), por meio do conceito de “cidadania regulada”, para a centralidade da tutela e autoritarismo na relação entre Estado e sociedade civil no país.

apresentar como teses confirmadas, mas que, a meu ver, estão longe de ter tal *status* – do pensamento social e político sobre o Brasil contemporâneo, que, na prática, reiteram a ideia de “atavismo nacional”, a persistência da conservação e uma quase impossibilidade da mudança. Neste sentido, está, por exemplo, a noção de “hegemonia às avessas” (OLIVEIRA, 2010), que compreende não haver no Brasil da “Era Lula” disputas de hegemonia, ao contrário, haveria uma reiteração da dominação do capitalismo financeirizado, sob a liderança popular de Lula. A noção de “hegemonia da pequena política” (COUTINHO, 2010), uma ideia de que no país o que teríamos efetivamente seria apenas a disputa mais imediata pela gestão do capitalismo neoliberal, também segue a mesma perspectiva de quase impossibilidade da mudança no tempo presente. Também a interpretação de retorno da “modernização conservadora” (VIANNA, 2009), ao caracterizar o contexto brasileiro atual como fundamentalmente de retorno da centralidade do Estado na vida política e econômica, numa volta ao conservador “nacional desenvolvimentismo”.

O que fundamentalmente as interpretações acima descritas sobre o Brasil têm em comum é que elas subestimam que o tempo presente é um momento importante de transição e disputa, em torno de projetos políticos (DAGNINO, 2002), que incluem, deve-se salientar, uma reinterpretação sobre a própria noção de nacional para o imaginário social e político do país. Grande exemplo aqui é a discussão e implementação de ações afirmativas para população negra e/ou indígena, que colide com o mito fundacional do moderno Estado nacional brasileiro, o mito da união harmônica das “três raças” – brancos, negros e indígenas –, que nega a possibilidade de existência do racismo entre nós. Tanto agora, oficialmente, o Estado brasileiro reconhece a existência do racismo, como também passa a fomentar políticas públicas para superação deste racismo, reconhecendo também que existem desigualdades raciais, portanto, são necessárias políticas específicas para os grupos subalternizados por conta de sua cor/raça – notadamente, negros/as e indígenas.

Assim, minha perspectiva é de que o movimento de juventude negra se constitui na gramática da luta por direitos e estes, nos processos das Conferências Nacionais de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, passam a ser reconhecidos de alguma maneira no embate

público. Por participar destes espaços institucionalizados (conferências e conselho) tal movimento social não pode simplesmente ser caracterizado como “cooptado” pelo poder estatal, “colonizado” por uma racionalidade instrumental supostamente típica, intrínseca e exclusiva da esfera do Estado. Antes disso, tal processo de luta por reconhecimento, tanto em espaços político-societais, quanto em espaços político-institucionais, caracteriza-se como parte da atual disputa pela construção democrática no Brasil.

Referências

AVRITZER, Leonardo. “O Orçamento Participativo e a Teoria Democrática: um balanço crítico”, In: AVRITZER, L.; NAVARRO, Z. (Org.), *A Inovação Democrática no Brasil*, São Paulo, Editora Cortez, 2003.

CARDOSO, Marcos. *O movimento negro em Belo Horizonte: 1978-1988*, Belo Horizonte, Mazza Edições, 2006.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. *Quebrando mitos: juventude, participação e políticas. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude*, Brasília, Ed. RITLA, 2009.

COSTA, Sergio. *Dois Atlânticos*. Belo Horizonte: Ed. UFMG 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. “A hegemonia da pequena política”. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Org.). *Hegemonia às avessas*, São Paulo: Boitempo, 2010.

DAGNINO, Evelina. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*, São Paulo, Paz e Terra, 2002.

_____. “Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?”, In Mato, D. (Coord.) *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas, FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DRAIBE, Sonia “A nova institucionalidade do sistema brasileiro de políticas sociais: os conselhos nacionais de políticas setoriais”. Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP), *Cadernos de Pesquisa*, n. 35, 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Volume 1*. Edição e tradução: Carlos Nelson Coutinho; co-edição: Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRUPO DE ESTUDOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DEMOCRÁTICA. “Dossiê: Os Movimentos Sociais e a Construção Democrática”. In *Rev. IDÉIAS*. Campinas: Gráfica do IFCH – UNICAMP, Ano 5 (2)/ 6 (1).1999.

HABERMAS, Jürgen. “A nova intransparência”. *Novos Estudos Cebrap*, no 19, setembro, 1987.

HALL, Stuart “Introducción: ¿quién necesita ‘identidad’?” In: HALL, S.; DUGAY, P. (orgs.) *Cuestiones de identidad cultural*. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

HONNETH, Axel. *Luta por Reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*, São Paulo, Ed. 34, 2003.

IBGE. *Síntese dos Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*, Rio de Janeiro, IBGE, 2010.

MISKOLCI, Richard. “A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização”. *Rev. Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

MORAIS, Danilo de Souza; RAMOS, Paulo Cesar. “A emergência da juventude negra como ator da construção democrática brasileira nos anos 2000”. In: *Anais do XXVIII Congresso Internacional da ALAS*, Recife, 2011.

_____. “Black youth movement and the new political and institutional spaces in Brazil”. In: TEJERINA, Benjamín & PERUGORRÍA, Ignacia (Ed.), *Global Movements, National Grievances. Mobilizing for “Real Democracy” and Social Justice*, Bilbao: Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco. Forthcoming, 2012.

MORAIS, Danilo de Souza. *Inovação democrática no interior paulista: um estudo sobre o desenvolvimento dos casos de orçamento participativo em Araraquara e São Carlos*, Dissertação de Mestrado, São Carlos, UFSCar, 2007.

_____. “Política de reconhecimento das diferenças étnico-raciais no Brasil: ações afirmativas e a política para a Educação Superior Pública no Governo Lula” *Rev. Idéias*, IFCH/Unicamp, Campinas, 2011a, p.81-99.

_____. “Estudos subalternos e a teoria gramsciana: diálogos e contribuições a uma sociologia política”. In *Anais do XV Congresso Brasileiro de Sociologia*, Curitiba, 2011b.

NASCIMENTO, Abdias. *Genocídio do Negro Brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

NOVAIS, Regina. “Apresentação”. In: CASTRO, A.; ANDRADE (Org.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*, IPEA, Brasília, 2009.

OLIVEIRA, Francisco; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.). *Hegemonia às avessas*, São Paulo: Boitempo, 2010.

SANTOS, Wanderley G. *Cidadania e Justiça*, Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1978.

_____. *Décadas de Espanto e uma Apologia Democrática*, Rio de Janeiro, Rocco, 1998.

SINLVÉRIO, Valter R. “Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil”. *Cadernos de Pesquisa*, n. 117, p. 219-246, novembro/ 2002.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1995.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. “¿Puede hablar el subalterno?” In: Revista Colombiana de Antropología, Vol.39, enero-diciembre, 2003, p. 264-297.

_____. (Org.) *Democratizar a Democracia*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.

TATAGIBA, Luciana. “Os conselhos gestores de políticas públicas no Brasil” In: DAGNINO, E. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*, São Paulo, Paz e Terra, 2002.

TAYLOR, Charles. *Argumentos Filosóficos*, RJ, Edições Loyola, 2000.

TEIXEIRA, Ana C., SOUZA, Clóvis H. L.; LIMA, Paula P.F. “Arquitetura da participação no Brasil: uma leitura das representações políticas em espaços participativos nacionais”, In: SOUTO, Anna L. S.; PAZ, R. D. O. (Org.). *Novas lentes sobre a participação: utopias, agendas e desafios*, São Paulo: Instituto Pólis, 2012.

TOURAINÉ, Alain. “Os novos conflitos sociais. Para evitar mal-entendidos”. *Lua Nova*, no 17, junho, 1989. p. 5-18.

VELASCO, Bárbara M. de. “Morte a ré...pública” – Frente Negra Brasileira: Monarquismo Paulista no século XX”. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4, 2009, Maringá-PR. Anais. Maringá, UEM, 2009, p. 2395- 2406.

VIANNA, Luís W. “A viagem (quase) redonda do PT”. *Jornal de Resenhas*, p. 12 - 14, 05 jul. 2009.

WASELFSZ, Julio J. *Mapa da Violência 2011: os Jovens do Brasil*, Ministério da Justiça/ Brasil, Brasília, 2011.

Documentos consultados

BRASIL. Portaria PG/SGPG N° 48. Aprova o Regimento Interno da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude, 13 de Setembro de 2007.

ENJUNE. *Relatório Final do 1º Encontro Nacional de Juventude Negra*, Lauro de Freitas, Bahia, mimeo, 2007.

Ninguém é de ferro frente aos prazeres da carne: Organização da Sexualidade entre Mulheres Jovens de um Bairro Popular do Recife

Tacinara Nogueira de Queiroz
Luís Felipe Rios

A pesquisa que originou os dados aqui discutidos se insere em estudo mais amplo que busca investigar as respostas das tradições religiosas evangélicas, afro-brasileiras e católicas à epidemia do HIV/AIDS. Nessa linha, embasado em pesquisa etnográfica, realizada na periferia do Recife, este trabalho examina as carreiras sexuais de jovens evangélicas, na perspectiva de melhor compreender os processos que concorrem para a organização de suas sexualidades.

Ao longo da maior parte do percurso da pesquisa mais ampla, nós demos voz aos adultos, clérigos e lideranças leigas, que nos falaram sobre as prerrogativas religiosas para a vida sexual, na interface com a prevenção do HIV/AIDS. *Grosso modo*, entre os cristãos, o ideário Paulino sobre as inclinações carnis, concebidas como capazes de desviar a pessoa da salvação, situa as vicissitudes da vida sexual. Esse ideário institui a necessidade de sacralizar a sexualidade, via o matrimônio, para que possa ser vivida fora do pecado e recolocada a serviço do “crescei e multiplicai” (RIOS; PARKER; TERTO JR., 2010). Essas assertivas aparecem reiteradas por todos os católicos e evangélicos entrevistados, ainda que alguns estabeleçam barganhas cognitivas (BERGER; LUCKMAN, 1983) com perspectiva mordenizantes do sexo, e/ou com as prerrogativas atuais em saúde sexual e reprodutiva, como enunciadas pelo Estado brasileiro (cf. RIOS et al., 2008).

Entretanto, a questão que não queria calar (nem para nós nem para eles mesmos, os religiosos adultos) é de como os/as jovens adeptos/

as vivenciam tais preceitos religiosos. As lideranças reconhecem que na sociedade contemporânea, são múltiplos os chamados (sexuais) aos quais os sujeitos religiosos estão propensos; por isso, eles mesmos questionam a capacidade das crenças que professam manter os jovens “no caminho”. Clérigos e leigos, inclusive, nos dão exemplos de como os desviantes sexuais (jovens e adultos) são, via o pastorado e a penitência, reencaminhados à norma religiosa; servindo os próprios desviantes, quando se (re)discipulam publicamente, de exemplo para inibir ações pecadoras de outros fiéis das igrejas (cf. RIOS et al., 2008).

NOME	IDADE	RELIGIÃO	INICIAÇÃO SEXUAL
Flor	16	Evangélica	12
Bella	18	Evangélica	15
Lizzie	16	Evangélica	14
Mary	18	Cristã - Indefinida	13
Lara	20	Evangélica	15
Clara	20	Evangélica	16

Elas foram acessadas via o Grupo de Protagonismo, que funciona no Clube de Mães de Alto Paraíso. Nossa chegada a esse espaço se deu através de um convite do clube em parceria com o Programa de Saúde da Família - PSF local para que integrantes do projeto realizassem uma palestra sobre prevenção do HIV/AIDS para a comunidade. Posteriormente à palestra, uma das pesquisadoras voltou ao clube e pediu permissão para acompanhar as atividades nas quais meninas da comunidade estivessem inseridas.

Os encontros do protagonismo em Alto do Paraíso eram semanais. E, durante o semestre, ocorriam encontros com jovens de mais outros dois bairros. Uma ONG se encarrega de realizar estes encontros, com a eleição de temas a serem trabalhados por semestre. Entretanto os grupos se responsabilizam pela elaboração de estratégias para a apresentação da temática. Durante nossa estada em Alto do Paraíso, o tema trabalhado foi Gênero. Pudemos acompanhar ainda conversas entre os integrantes em momentos fora da associação. Nestas conversas, quase sempre apareciam

polêmicas relacionadas ao conteúdo sexual de participantes e de outras jovens da comunidade.

A pesquisadora passou a acompanhar o grupo e também as meninas em suas atividades cotidianas no bairro. Essa convivência mais próxima contribuiu para facilitar o *rapport* no momento das entrevistas, do mesmo modo ofereceu um *background* mais alargado sobre o bairro, seus integrantes e a dinâmica das mulheres jovens em seu cotidiano, o que possibilitou explorar com mais propriedade eventos relatados pelas meninas.

As entrevistas foram mediadas por um roteiro semiestruturado com foco biográfico (RIOS, 2004) e abordou como temáticas: o contexto familiar, o contexto comunitário e a carreira sexual das entrevistadas. Na análise dos dados, demos centralidade ao pertencimento religioso, questionando em que medida os preceitos cristãos são capazes de regular a conduta sexual das adeptas; e, em adição, refletir sobre a suficiência destes, quando preconizam a abstinência sexual para os não casados, para proteger as meninas religiosas de infecção pelo HIV por via sexual. Convém ressaltar que foram seguidos os princípios/recomendações das “Normas de pesquisa envolvendo seres humanos – Res CNS 196/96” (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 1996), tendo o projeto sido aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPE. Realizada a apresentação das questões e enquadres que conduziram a nossa pesquisa em Alto Paraíso, traremos algumas questões norteadoras à nossa vivência na comunidade.

Paraíso, gênero e regulação dos prazeres sexuais

Alto Paraíso está encravada em uma cadeia de morros que configuram a Região Politico-Administrativa III – RPA III, área considerada das mais populosas do Recife. Como em outros bairros populares do Recife e do Brasil, para a comunidade de Alto Paraíso o modelo positivo de mulher é aquela dedicada à família, responsável pelo cuidado do lar, cônjuge/pai e prole/irmãos. Neste contexto, também a sexualidade das mulheres deve estar posta a serviço do núcleo familiar. No caso das casadas, devem satisfazer os maridos em seus desejos (e produzindo filhos), o que vai implicar também em exclusividade sexual. Neste âmbito, duas figuras estigmatizantes surgem para regular a conduta dos casais: o *cornio* e a *gaieira*. A primeira diz dos

homens que não conseguem manter a exclusividade sexual da esposa, companheira ou namorada; a *gaieira* diz de uma mulher que busca realização sexual com outro parceiro que não aquele reconhecido pelo matrimônio, amasiado ou namoro. Ambos acenam para uma impropriedade, destituindo, respectivamente, a honra do homem e da mulher.

Mas, se a mulher deve exclusividade sexual ao marido, o homem casado tem a licença cultural de ter outras parceiras sexuais, sem que perca o *status* de homem de família; pelo contrário, a sexualidade insaciável por uma única parceira parece mesmo ser uma marca de virilidade, contribuindo para os que assim agem para serem vistos como verdadeiros machões.

No caso das mulheres solteiras, um processo estigmatizante anterior ao da “gaieira” vai regular suas vidas, em especial, as meninas e jovens: a “perdida”. É assim que a comunidade se refere às meninas que “perderam” a virgindade. Um “bem” familiar que, junto com a beleza e juventude, capitaliza a menina no mercado matrimonial. Para os meninos ocorre justamente o contrário. Ser adolescente e virgem o destitui das qualidades *viris* necessárias para se afirmarem como *homens mesmos*, lançando-os também na suspeita sobre uma suposta *veadice* – outro importante estigma regulador da construção de estilos de ser homem ou mulher na comunidade. Um jovem que não “comeu” uma “nega”, no mínimo, é “veado”, mesmo que não dê “pinta”. Assim, desde que os primeiros pelos começam a aparecer, sinalizando o início do processo de se tornar *HOMEM*, os garotos são questionados pelos adultos e pares sobre namoradas ou, no mínimo, quais as meninas do bairro eles estão “pegando”. E se, como mostraremos a seguir, as meninas precisam performar castidade, para eles o inverso acontece. Eles, no mínimo, e se não quiserem a suspeita de ser *bichas*, devem desfilarem com, pelo menos, uma namoradinha fixa, ou ainda se mostrar romanticamente apaixonado por alguém do sexo feminino, ainda que esta figura queira nada com ele.

Ressaltemos que, no caso das meninas, se apresentarem como “mulher/jovem de família” garante o ir e vir numa localidade sem ser apontada e discriminada. Sobre isso, nos conta Flor as angústias vividas quando surgiu o boato de que ela não era mais virgem:

Já foi outra polêmica na comunidade que todo mundo ficou sabendo. E sempre, né? Contando história em cima de história...

E modificando a história todinha; como foi, né? A verdade. Hoje ele (Seu atual namorado, o qual traiu) não confia mais em mim. [...] É porque minha imagem na comunidade, assim, né? Aquela menina de família, né? Que cresceu lá, né? Todo mundo me conhece... Meu pai é bem popular, a minha mãe [...]. Assim, o que mais me dói, não é nem pelo fato deles estarem falando, mas, assim, eu fico mais pensando questão da minha imagem mesmo, da minha moral, do meu valor que eu tenho na comunidade [...]. (Flor, 16 anos).

Como alude Flor, e independente do que realmente tenha acontecido, para configurar a imagem de “moça de família”, o comportamento pudico, no cotidiano, é fundamental:

Assim... Pela a imagem que toda mulher deve ter, né? [...] O valor! É em questão a isso mesmo. Porque eu nunca fui de tá dando, assim, um motivo: de tá me mostrando, de tá chamando atenção a todo mundo. Assim, eu me considero uma pessoa, assim, uma menina diferente das outras, assim, que são realmente faladas na comunidade. [...] Eu sou mais na minha. Se eu tiver de errar, eu não vou errar na frente de todo mundo, pra todo mundo. [...] Se eu errar, eu vou errar por trás. Porque se eu errar na frente, eu vou tá dando motivo pros outros tarem falando de mim. O que eu falo de valor é isso, de tá mostrando minhas coisas boas e poder sempre cultivar aquilo que os outros fiquem com uma imagem boa sobre mim, não uma imagem de uma pessoa, assim, qualquer. (Flor).

Para Flor, uma “moça de valor”, que também é uma “menina de família” deve cuidar do modo de vestir-se, com quem se junta para conversar, o número de namorados. Porque tudo isso vai ser usado para se levantar suspeitas sobre a virgindade da menina. O que terá sérias implicações, inclusive, para conseguir namoro, mantê-lo e levá-lo até o casamento:

[...] Eu disse a ele que não era mais virgem, mas que meu pai não sabia, ele aceitou no começo, ele ficou meio assim, que ele é evangélico também, ele ficou meio assim, por eu já ser mulher, ele mudou totalmente, disse que ia pensar se queria ficar comigo mesmo. (Clara, 20 anos).

Passar para a comunidade a imagem da boa moça, fiel e casta, figura como preocupação para todas as entrevistadas. Nesse âmbito a questão da virgindade gera um aparente paradoxo. Elas e seus namorados querem ter sexo (e efetivamente têm relações sexuais) e querem ser percebidas como “boas moças”, o que, ao longo da socialização sexual, gera dúvidas, medos e incertezas. Não é fácil se manter casta, frente às investidas dos namorados, sempre querendo vivenciar experiências sexuais, que lhes são imputadas como instintivas. Sobre isso, nos conta Clara, lembrando sobre seus primeiros namoros:

[...] Eu só ficava, porque eu tinha medo [...]. Assim, eu acho que era porque eu era bobinha... Bobinha não, porque eu era muito esperta! Escutava as conversas das meninas, e tudinho se perderam muito cedo. Era tempo da escola, eu perguntava tudo sobre sexo, então como eu tinha certa noção do que os meninos eram, eu nem gostava de ficar. Porque eu sabia que ele ia passar a mão, não sei o que... (Clara, 20 anos).

O que aparece sub-repticiamente na fala de Clara e confere um tom de esforço (para guardar, se não a virgindade, pelo menos, a imagem de boa moça), é que, embora as mulheres sejam descritas pela comunidade como prescindindo de vida sexual (ao menos até o casamento) para viver, o relato de Clara sobre o “passar a mão, não sei o que...” sugere o prazer sexual guardado no corpo e possível de ser despertado. Desse modo, e por ser “esperta” e saber dos perigos de uma mão no lugar certo, ela preferia “nem ficar” com os meninos. Mas, como mostraremos mais adiante, também para ela a perda da virgindade, frente às investidas de um namorado, chegou antes do casamento.

Religião

Os relatos de Clara e de nossas outras entrevistadas sugerem que esse ideário de gênero, que reparte as coisas que um e o outro sexo podem fazer em termos sexuais, vai se oferecer como modelo desde a infância e juventude das mulheres entrevistadas. E vai estar situado, em especial, pela religião trazida até elas pela família.

[...] O sexo lá em casa não era tão comentado não. Porque como a gente era da igreja, era mais comentado na igreja. Tinha um tempo, aí era comentado na igreja [...] através de palestras, através, também, como a gente era pequeno, procurava a forma mais simples assim... Assim, era bem delicada a explicação. Porque como era criança, mas também favorecia a gente, porque como era através de ensinamento bíblico a gente conseguia aprender, anexar, aquilo que tava falando, pra que futuramente nos sabíamos... Sabemos que não é da lei de Deus, tudo aquilo que eu fiz. Que minha mãe até hoje diz: cuidado, não vá acabar se envolvendo nas coisas que não é de Deus; de prostituição¹, essa coisas... (Lara, 20 anos).

[...] O namoro, dentro do evangelho, é o quê? O evangelho sim, você namora com o objetivo de noivar e casar, porque não pode existir sexo fora do casamento, que aí já é promiscuidade. Porque Deus constrói pra fazer o casamento. O mundo não. Hoje, não; o mundo hoje bota mais pra isso... é mais sexo. Um namoro cristão não pode ter beijinho... mãozinha por ali não. Tem que ser beijinho tchau, até a próxima, coisa muito relax. Certo que ninguém é de ferro, né? Ninguém é perfeito, acho... Acredito que nenhum namoro é perfeito, mas as pessoas tentam seguir esse exemplo. Mas, como eu não... Não ser muito certa, nunca segui esses padrões de modo nenhum, de modo nenhum! (Clara).

Ainda que Clara e Lara situem o certo do sexo nos preceitos da Igreja, elas não deixam de assinalar que “ninguém é de ferro”, e, ainda que fortuitamente, fazem o que “não é da lei de Deus”. Assim, mesmo que sujeitas ao discurso da Igreja desde “pequenas”, elas, em paralelo, experenciam outras prerrogativas sobre sexualidade, mesmo que valorizadas negativamente pela família e comunidade.

Brincando com o proibido

Sobre esse processo de aprendizagem e socialização das “coisas proibidas do sexo”, estão as conversas e brincadeiras eróticas entre amigas e amigos da vizinhança:

1. Nas Igrejas Evangélicas, o sexo antes do casamento, envolvendo ou não troca de dinheiro ou bens, é qualificado como prostituição.

A gente brincava muito de casinha. Ai, juntava as criançada da rua todinha, dividia as casa na sua casa. Dividia, tinha sempre os casais: menino você é marido daquele, menina você é esposa daquele, era assim. [...] Era (brincar) de se esconder. Aí cada um só queria se esconder com a sua paquerinha... [...] Rolava muito selinho, porque era (considerado) uma seboseira esse negócio de língua, era uma nojeira. (Lizzie, 16 anos).

Além dos vizinhos, outros parceiros nas brincadeiras infantis são os primos, se configurando como importantes fontes de informação e experenciação; como alude Flor:

Começava com os primos, tudo em casa. “Vamo brincar de casinha”, aí tinha o pai a mãe e os filhos. [...] Ou então brincava de restaurante, aí sempre iam os casaizinhos, aí ficava revezando, uma hora um vendia outro comia. Aí, os meus primos também... Meu Deus! Quase que ficaram com minhas primas tudinha. Eu também... Era muito pega com meu primo, também no sofá, mas sempre aquelas brincadeiras [...]. Era de ficar beijando, se esfregando, essas coisas aí (risos). Não chegava a tanto, mas sempre era aquilo. Até hoje também... Minha irmã já foi pega brincando com meus primos, pelo meu avô. Meu avô deu um pisa nele. A gente nega, nega, nega, mas depois a gente começa a lembrar e rir tanto, era muito engraçado. Qualquer brincadeirinha era motivo prata todo mundo tá junto, até brincar de pega-esconder... Aí pronto, todo mundo se escondia cada um que ficasse com os seus. (Flor).

No relato de Flor, as brincadeiras como brincar de casinha, restaurante e pega-esconder estavam quase sempre recheadas de eroticidade, as quais vão educando meninos e meninas para as vivências da sexualidade. Flor também aponta o esforço para realizá-las longe dos olhares dos mais velhos, sempre prontos a corrigir com pancada os comportamentos desviantes; e, por outro lado, isso sinaliza que a recorrente negação dos sujeitos sobre as coisas do sexo na infância é aprendida, também, “na base de pisa”. Em adição, estas brincadeiras que, se são prazerosas na infância, *a posteriori* ganham um sentido negativo, se contrapondo à própria ideia de inocência infantil.

Clara, além dos vizinhos e parentes, traz para a cena da aprendizagem sexual a escola:

Na escola não, na escola você já aprende outra coisa. Aí quando eu tinha doze anos, aí já falava de namorado, essas coisas, comecei a namorar muito cedo também... De menino, de sexo. Aí diziam: é assim, assim... Aí tinha muito aquele caderninho de pergunta que você fazia para conhecer tudo da vida da outra, para saber como é que era... aí depois não sabia, aí perguntava, sempre foi assim... [...] perguntava tudo: se a pessoa era virgem, se a pessoa já foi espanhola, se a pessoa... Várias coisas. Entendeu? E você descobria um monte de coisa, às vezes, você não sabia, “o que é isso, hein?” Pronto, aí ficava sabendo, você sabia mais da vida da outra e aprendia assim. (Clara).

***Toda menina que enjoa da boneca é sinal de que o amor já chegou no coração!*²**

A descrição trazida por Luiz Gonzaga e Zé Dantas, no *Xote das Meninas*, parece retratar o que se passa com as meninas urbanas do Alto Paraíso. Se elas já vinham brincando às escondidas com os prazeres sexuais, a partir de determinado momento, em geral ,situado pós-menarca (e quando se acirra o controle sobre suas sexualidades, porque agora elas podem reproduzir), passam a deixar a boneca (e as brincadeiras eróticas, onde, como comenta Clara, a fixidez do parceiro não importa muito, o que mais importa é o prazer) de lado e a sonhar com um único amor.

Mais do que nas primeiras experimentações na infância, esse segundo momento de experimentações é vivido como uma forte carga de emoções contraditórias. O mais interessante é que as vivências na infância são despotencializadas e as experiências sexuais, como os primeiros namoros pós-menarca, ganham o sentido de primeira vez. Vejamos o relato de Clara sobre as preliminares com o primeiro namorado:

Quando ele pegou no meu peito pela primeira vez eu chorei tanto, tanto. Tu nem imagina; eu pensei que ia morrer, eu chorei, chorei. Da segunda vez, eu também chorei. [...] Tudo aconteceu no terraço da minha casa. Por isso, eu digo que não adianta os pais

2. Trecho da música *O xote das meninas*, escrita por Luiz Gonzaga e Zé Dantas.

prenderem. Uma colega minha perdeu a virgindade no sofá da casa dela. Então, não adianta prender, que quando a pessoa gosta... Na hora você gosta, mas depois você começa a se arrepender. É como se tivesse sendo violada, mas daí você gosta, você gosta...

Outros relatos seguem nessa mesma linha e mostram pensamentos que rondam nas primeiras práticas sexuais, em reflexo aos roteiros socioculturais que são passados:

[...] Chegou lá eu só pensava na minha mãe. Não mainha... Não mainha... Não sei por que só vinha minha mãe na cabeça. Aí acontecendo e eu pensando na minha mãe, aí depois chegaram minhas amigas batendo na porta, “olha, tua mãe está te procurando”, parecia que ela tava sentido [...] depois fiquei pensando meu Deus o que foi que eu fiz? (Flor).

O relato das meninas sugere que, como estratégia de diminuir a culpa em relação a estar transgredindo os preceitos sexuais familiares-religiosos, elas, que começam a ter suas experiências sexuais nas proximidades da família, muitas vezes, dentro das próprias casas, tendem a buscar lugares mais distantes para isso – o que é facilitado pelo galgar das idades.

Foi nessa linha de minimizar a culpa e aumentar a invisibilidade, que Bella relata sua primeira ida a um motel:

Eu tinha vergonha, sei lá... Vergonha, eu nunca tinha ido. [...] Eu pensava que ia rolar, eu ia acabar perdendo a minha virgindade. Aí, como eu era crente, aí eu preferia não ir. Preferia ir para uma praia, uma praça, do que pro motel, aí demorava. [...] Quando aconteceu, eu achei que foi bem natural. Não foi aquela coisa pesada, aí eu achava que tava certo, era normal, mesmo com as doutrinas da Igreja, que não podia, que tava errado. Mas, como estava escondido, eu achava que tava normal, ninguém ia saber mesmo, aí eu nem ligava. (Bella, 18 anos).

Não obstante, algumas meninas relatam os constantes conflitos relacionados às transgressões aos preceitos religiosos:

Peço a Deus pra mostrar alguma coisa. Abrir mais meus olhos. Que eu sou uma pessoa muito em dúvida das minhas atitudes,

quando eu tô passando aquele momento, eu não sei. Eu não entendo, muita gente me pergunta, porque, assim, eu sou desse jeito, pelo fato de ter traído meu namorado. “Não porque tu traísse ele tudinho”. [...] Meus primos até hoje são evangélicos, mas, por fora, ele dança bebe, faz o escambal todo, eu digo até pra ele assim que ele tá se enganando “se tu gosta de tá na igreja, porque tu não sai da igreja, então vai pra visitar a igreja, assim que nem eu”. Eu não nego a igreja, porque eu tenho vontade de ser crente, mas também aquilo eu tá na igreja e saber que eu vou tá querendo dançar, vou querer com uma pessoa que não é adequada pra quem é quem faz parte da igreja... (Flor).

Essas concepções religiosas orientam as meninas a se posicionarem, escolherem, sobre suas vivências. Ainda que elas não realizem os preceitos religiosos sobre o sexo e isso gere importantes dilemas e culpa, não se afastam das crenças religiosas.

[...] Eu nasci no evangelho, desde pequena, mas, assim, eu sempre fui muito impulsiva, eu faço as coisas que eu tenho vontade, que me dá na cabeça. Nunca talvez pensei assim que a religião empatasse de alguma coisa, que assim eu tenho fé em Deus, né? Fé em Deus, eu creio em Deus, eu sei que algumas coisa é errado que eu faço, fazia, mas, assim, eu sempre... eu sempre fiz aquilo que me desse vontade de fazer [...] o evangelho... Eu tenho como ponto de vista que ele é um exemplo, porque pra mim ele muda a pessoa totalmente, muda o caráter, mas tem aquilo se o evangelho tiver dentro de você mesmo você vai seguir. [...] Como o evangelho fala muito de Deus [...] então Deus está dentro de você, é muita é paz, é harmonia. Então, assim, meus namoros nunca foram muito assim... dentro do evangelho, baseada no evangelho. Assim, com minha família eu fico um pouco torta, sigo outros caminhos, aí meu pai fica muito em cima de mim, fala que tá errado, aí, às vezes, eu aceito... porque eu sei tenho consciência do que é certo ou errado que eu não devo fazer isso, mas, às vezes, eu não sigo esse... tomo esse caminho porque eu não quero, tô a fim de fazer outra coisa, aí eu faço, acho que o evangelho não interfere muito assim não. (Clara)

Nesse sentido percebemos que, quanto mais distante da comunidade acontecem as transações sexuais, mais alívio as garotas referem ter. Esse

artifício visa garantir o anonimato, mantendo preservada a imagem de “boa moça” para a comunidade.

Considerações finais: sobre violência e gênero

Pode-se, então, observar que, ainda que nossas entrevistadas não tenham referido vivenciar elas mesmas aquilo que, em geral, se diz, no senso comum, enquanto violência – a violência física –, podemos conceitualizar, com base em Cardoso (1985) e Chauí (1985), a trajetória de subjetividades das mulheres de Paraíso como marcadas pela violência. Uma violência implícita, difícil de ser percebida por elas próprias e por outros, e que tem sua atualização no controle das práticas sexuais.

A mulher é tida como culpada, até que se prove o contrário, sendo essa violência institucionalizada e incorporada pelas próprias mulheres, como pode ser percebido no discurso das jovens que falam do valor da mulher. Vejamos o exemplo de Flor, quando relata o que se passava entre o seu namorado em relação anterior:

[...] Eu morria de raiva dele, porque minha amiga chegava com o braço quebrado na sala e ela chegava contando “não porque eu...” Ela namorava com ele, aí “não, a gente faz competição de gaia, pra vê quem trai mais o outro”. Só que, quando ele se apresentou a mim, foi totalmente diferente [...] Eu acho que ela também não tomava atitude, porque ela também é daquelas meninas que não se dá valor. Hoje mesmo ela já tá com filho, ela tem minha idade. E até caiu na boca de todo mundo, que ela não sabia quem era o pai. Então se ele teve essa capacidade de agir assim com ela foi porque ela deu oportunidade. Ela aceitou, não quis mudar... [...] Quando alguma amiga minha tá assim, tá com aquela roupa bem composta, aí quando de repente, aí aparece com uma saia muito curta, com a barriga aparecendo, aí põe um pierce, aí essa coisas, aí eu digo “menina tais parecendo?...” [...] A gente critica entre o visual e também a boca suja. Uma menina depravada, que, às vezes, se veste comportadazinha, tem uma boa imagem, mas quando começa é aquela putaria, vai não sei pra onde; fica chamando os meninos não sei para onde, “borá ali, não sei o quê”. Principalmente na escola onde eu e minhas amigas mais fala, na escola a gente é as únicas diferentes das meninas, assim, da meninas assim que os meninos

considera. [...] Sempre é assim quando a gente passa, na escola tem um corredor, quando a gente passa todo mundo fica calado, mas quando as meninas passam, fica pegando nas meninas, fica dando dedada nas meninas, pegando no peito na bunda. Também é aquilo, questão de respeito por ela mostrar que ela gosta daquilo como eu tinha dito não deu um basta, então deu oportunidade dos meninos estarem fazendo aquilo com ela, é uma coisa que eu não quero pra mim nem minhas amigas quer pra elas, então a gente critica aquilo que a gente acha diferente da gente, aí a gente começa a falar porque elas dá motivo, aí a gente vê a diferença.

Essa fala é expressiva de como a violência física se atualiza como algo normal para mulheres que descumprem as regras implícitas na comunidade.

Por último, vale salientar que as nossas entrevistadas, em certo sentido, se opõem às regras: elas têm sexo numa idade e condição (solteiras) consideradas impróprias, mas precisam se expressar na tentativa de encobrir o que fazem, de modo a não serem estigmatizadas.

Referências

BERGER, P.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1983.

CARDOSO, R. Prefácio. In: *Perspectiva antropológica da mulher 4: sobre mulher e violência*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1985.

CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: *Perspectiva antropológica da mulher 4: sobre mulher e violência*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1985.

RIOS, L. F. *O Feitiço de Exu - Um estudo comparativo sobre parcerias e práticas homossexuais entre homens jovens candomblesistas e/ou integrantes da comunidade entendida do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós Graduação em Saúde Coletiva, Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004.

RIOS, L. F., PARKER, R., TERTO J. V. Sobre as inclinações carnis: inflexões do pensamento cristão sobre os desejos e as sensações prazerosas do baixo corporal. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 20 [1]: 195-217, 2010.

RIOS, L. F. et al. Os cuidados com a carne na socialização sexual dos jovens. *Psicologia em Estudo*, v. 13, p. 673-682, 2008.

Territórios Juvenis: O Urbano e o Rural

Juventudes rurais nos pequenos municípios do Nordeste do Brasil: Uma breve reflexão acerca do desenvolvimento rural

Maria de Assunção Lima de Paulo

Discutindo a impossibilidade de pensar a juventude para além de determinantes biológicos, Margulis (2001) afirma que:

Juventude é um significante complexo que contém na sua intimidade as múltiplas modalidades que permitem processar socialmente a condição de idade, levando em consideração a diferenciação social, a inserção na família e em outras instituições, o gênero, o bairro ou a microcultura grupal. (MARGULLIS, 2001, p. 42, tradução nossa).

Ao reconhecer a juventude como um significante complexo, que é processado socialmente a partir de múltiplas situações, reconhecemos que o “lugar de vida”, “lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência ‘identitária’) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional)” (WANDERLEY, 2001) é um importante definidor da situação social que define a vivência da juventude.

Todo lugar, sociologicamente falando, é construído a partir de aspectos históricos, econômicos, sociais e culturais. Entre outros, estes aspectos influenciam na significação atribuída pelos atores sociais que constroem esse espaço. Assim, o lugar só pode ser reconhecido como um espaço de vivência executadas pelos atores sociais. Como enfatiza Certeau (1991), o espaço é o lugar praticado, ou, nas palavras de Wanderley (2009) o “espaço de vida”.

No espaço social rural, sobretudo da agricultura familiar, a categoria juventude, só recentemente foi reconhecida. Tendo sido construída e disputada por instituições de “fora” daquele espaço, como a Igreja, os movimentos sociais, o Estado e a própria academia, essa categoria busca compreender melhor as relações sociais estabelecidas naquele meio e influenciar políticas públicas.

De toda forma, os jovens do meio rural internalizaram tal classificação de modo que ela passou a orientar também suas ações e relações sociais. No entanto, como o meio rural é heterogêneo, não se pode pensar em uma única vivência de juventude, mas podemos falar de situações juvenis¹ rurais, ou seja, formas diferenciadas de vivenciar a juventude no meio rural, que se caracterizam a partir das questões referentes às relações familiares e de trabalho. Em decorrência, podemos encontrar formas diferenciadas de vivência da juventude, sendo possível falar de juventude rural assalariada, juventude rural camponesa, juventude rural agricultora, extrativista, pesqueira, juventude participante de movimentos sociais rurais e outras vivências de juventude construídas em espaços históricos, políticos, sociais, econômicos e culturais diferenciados e a partir dos contextos rurais em que estão inseridas. Ainda dentro dessas classificações, há diferenças nas formas de viver a juventude a partir das relações de gênero e etnia.

A vivência de juventude rural perpassa, sobretudo quando falamos de jovens filhos de agricultores familiares e camponeses, a inserção em um modelo patriarcal de família no qual a terra e o trabalho, sob a chefia do pai, são centrais. Assim, este jovem, homem ou mulher, ao viver sua experiência de juventude, está negociando sua autonomia com a permanência do patrimônio familiar e com a reprodução social desse ator coletivo (WANDERLEY, 2002; CASTRO, 2005; PAULO, 2010).

Todas essas questões que influenciam nos processos de construção das identidades dos jovens rurais, suas escolhas, seus projetos de vida

1. A *condição juvenil* diz respeito ao “modo como a sociedade constitui e atribui significado a esse momento do *ciclo da vida*, que alcança uma abrangência social maior, referida a uma dimensão histórico geracional”, enquanto que a *situação juvenil* “revela o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais-classes, gênero, etnia etc. e, podemos acrescentar, lugar de vida” (ABRAMO, 2005, p. 42).

e sonhos para o futuro, bem como as relações presentes, só podem ser compreendidas se inseridas dentro de um contexto mais amplo que inclui os determinantes sociais, políticos, econômicos e culturais que definem os territórios rurais no Brasil. Assim, assumimos que os pequenos municípios do Brasil, por todos esses aspectos, constituem-se em espaços particulares de relações e os jovens são atores que influenciam na construção desses espaços e também se definem a partir deles.

O pequeno município: lugar de onde o jovem vê e vive o mundo

De acordo com o IBGE, do total de municípios brasileiros 2.515, o que corresponde a 45,2% dos municípios, possuem até 10.000 habitantes e 1.400 possuem entre 10.001 e 20.000, o que corresponde a 25,2% do total.

Para além da dimensão populacional, estudiosos como José Eli da Veiga, Nazareth Wanderley e Ricardo Abramovay chamam a atenção para o fato de que os mesmos não possuem espaços que contenham em si uma real vivência de vida urbana, por não possuírem um espaço urbano, que tenha uma dimensão populacional, um grau de complexidade socioeconômica que o torne apto a oferecer oportunidades de emprego e acesso a bens e serviços que satisfaçam as necessidades das populações locais e do seu entorno.

No entanto, tendo sido emancipados por decretos, a caracterização de parte de sua população como urbana, influencia no direcionamento e no perfil das políticas públicas, bem como nos processos de desenvolvimento rural e regional.

Os critérios utilizados pela lei 5.172 de 25 de outubro de 1966 para determinar um espaço como urbano envolvem alguns serviços como esgotos, calçamento com canalização de água, abastecimento de água, sistema de esgotos sanitários, iluminação pública e escola primária ou posto de saúde, serviços que são indispensáveis a qualquer população e que, ao serem destinados a um espaço considerado urbano, reafirmam o rural como o lugar da falta. De fato, a própria representação que os jovens possuem sobre o meio rural o diferencia do urbano, utilizando como

critérios a falta desses serviços. Analisando o arcabouço legal de criação dos municípios no Brasil, Wanderley argumenta:

Bastaria lembrar que o arcabouço legal, construído ao longo do tempo, consagrou o princípio da autonomia dos municípios para delimitar os recortes físicos das zonas urbanas, em nome do qual tornou-se jurídica e politicamente impossível definir critérios objetivos de distinção entre áreas urbanas e rurais e de classificação hierarquizada das mesmas. (WANDERLEY, 2009, p. 65).

Estes municípios, em geral, são economicamente frágeis. E suas sedes e áreas consideradas urbanas possuem as mesmas características do meio rural, ou seja, a vida em pequenos grupos, as relações de interconhecimento e a proximidade com a natureza (WANDERLEY, 2002). No entanto, a autora afirma que “não se trata simplesmente de afirmar ou negar o caráter de urbano desses aglomerados, mas tentar entender sua função no “sistema de cidades”. Para autora, apesar de não viver uma verdadeira experiência de vida urbana, não se pode minimizar sua expressão de um *ethos* urbano que organiza, administra e integra a sociedade local, rural e urbana.

Não obstante, no interior destes, as representações de rural e urbano são cunhadas não simplesmente por elementos objetivos, mas também por um conjunto de significados que relativizam a vivência do que é rural e do que é urbano e apontam grandes diferenças, não como oposição, mas como uma relação pautada, muitas vezes, na continuidade, mas também nas discontinuidades.

Para a juventude rural ou urbana desses pequenos municípios, a atribuição do caráter de ruralidade e urbanidade é relativa e está perpassada por elementos que vão desde o acesso a serviços elementares como transporte, saúde, bancos, comércio, até valores como a solidariedade, a amizade, as relações de vizinhança. Estas representações não são fixas e se constroem por interferência de conceitos externos. Entre o rural e o urbano se constroem e vivenciam diferenças que orientam as relações sociais, definem as vivências de juventude e determinam as oportunidades de grande parte dos jovens desses municípios.

É o que podemos perceber nesta redação escrita por uma jovem rural pertencente ao município de Orobó-PE:

O jovem rural para ele tudo é mais difícil, ir para a escola precisa ter um transporte para poder ir a zona urbana, pra ter um bom emprego os jovens rurais precisa ir a procura dele e também estes jovens a batalha é maior. Sim: por que o jovem rural tem pouca oportunidade já o jovem urbano tem mais facilidade, só falta dedicar-se. [sic] (E.C.S.O. 1 ano, 1º ano estudos gerais, *sítio* de Pirauá. E.E.R.M.C.)².

A diferença entre o rural e o urbano é ilustrativa da condição juvenil no meio rural, especialmente quando nos referimos aos pequenos municípios do Nordeste do Brasil.

Apesar de não haver, no espaço urbano mais próximo e mais conhecido pelos jovens, muitos serviços mais complexos como educação superior, cursos profissionalizantes, serviços especializados de saúde, lazer, além de acesso a determinados bens, o rural é descrito pelos jovens como o lugar da falta, da dificuldade de acesso a serviços básicos, lugar de menor oportunidade.

Para além dos seus limites de oferta de bens e serviços em suas sedes, para os jovens, viver no meio rural faz muita diferença. Constatamos este fato em vários estudos realizados com jovens rurais no interior de Pernambuco (PAULO; WANDERLEY, 2006; WANDERLEY, 2006; PAULO, 2010), bem como em depoimentos de jovens estudantes de curso superior, residentes em pequenos municípios do Sertão do Pajeú.

Ainda no que se refere à percepção dos *jovens* sobre o meio rural, podemos sintetizar três aspectos que definem esta visão: primeiro, o meio rural está relacionado pela maioria dos jovens ainda com o espaço da dificuldade e da falta, principalmente no que diz respeito ao acesso a serviços importantes para os jovens, como é o caso da educação, da saúde, do trabalho e do lazer; segundo: a representação do que é *sítio* e do que é *rua* (categorias utilizadas por eles para classificar o rural e urbano) não tem critério claro, sendo relativizada por aspectos como acessibilidade, relações de vizinhança (pautadas na reciprocidade) e comportamento. A terceira questão a ser considerada, que explica em muito a segunda, é que as representações desses jovens sobre o meio rural e urbano não são construídas apenas pela sua vivência nesses espaços, mas partem

2. A redação do jovem foi aqui transcrita *ipsis litteris*.

também de uma visão que vem sendo construída sobre o mundo rural pela própria mídia ou mesmo pela escola e que tem suas bases no processo de desenvolvimento cunhado no país desde a década de 1930, quando se opunha o rural (como o lugar do atraso) ao urbano (o lugar do progresso e da modernidade).

A partir da década de 1960, o projeto de modernização do campo, denominado modernização conservadora, gerou e aprofundou grandes desigualdades. Com políticas destinadas ao desenvolvimento econômico e tecnológico do agronegócio, como incentivo ao desenvolvimento da indústria, a chamada revolução verde envolveu em seu processo os grandes latifúndios monocultores, levando a agricultura familiar a uma condição de maior precariedade.

Esse processo histórico fez com que o rural fosse ideologicamente caracterizado em oposição ao urbano como o espaço da carência e do atraso, sendo esta visão concretizada no direcionamento das políticas públicas que incidem em um marcante êxodo rural que incha as grandes cidades e ainda na forma como o rural é percebido pelos cidadãos. Isso ficou claro na própria definição de urbano que é construída pela lei 5.172 de 25 de outubro de 1966, já citada.

Esta visão, assumida pelo próprio Estado, se reflete na realidade dos jovens e podemos inferir daí o porquê das várias aproximações feitas pelos jovens urbanos e até mesmo rurais, entre rural e pobreza, rural e atraso, rural e ignorância. Estas diferenças levam os jovens rurais a terem um confuso sentimento de **orgulho** pelos valores produzidos naquele meio (como a honra, a honestidade, a coragem e a humildade, características inclusive aferidas pela literatura para falar do homem rural) e de alguns valores já reconhecidos pela sociedade contemporânea, como o ar puro e a tranquilidade; e de **vergonha** (principalmente de exercer a atividade da agricultura, considerada alheia aos conhecimentos hoje valorizados) e, por isso, não se sentirem incluídos em um universo juvenil que socialmente é cunhado em um modelo moderno apelando para atitudes consideradas “pra frente”, “modernas”, “desenvolvidas” em oposição à visão que se tem do meio rural. Os jovens rurais necessitam, a todo tempo, negociar sua identidade dentro desse processo: ora são vítimas de estigmas produzidos pelos urbanos, ora eles mesmos resistem e (res)significam os caracteres

estigmatizantes. O ser matuto, termo atribuído ao rural, por exemplo, pode ser sinônimo de “branco”, malvestido, malcomportado, inibido, mas pode ser interpretado também pelos jovens rurais como honesto, direito, bem-comportado, com modos simples etc.

Um dos exemplos que podemos usar para apontar as dificuldades vivenciadas pelos jovens rurais nesses pequenos municípios é o acesso ao ensino superior. É evidente a privação de grande parte dos jovens rurais do ensino superior, mesmo com a expansão das universidades para regiões que congregam territórios rurais. Os jovens das sedes dos pequenos municípios chegam a ter acesso a transporte escolar para condução até a universidade, porém esses transportes limitam-se a conduzirem até as pequenas cidades, sedes desses municípios e os jovens das zonas rurais, precisam ter um meio de deslocar-se até a sede do seu município, ter uma casa de parente para ficar na sede ou ter que se mudar para morar em repúblicas, o que as condições de famílias de agricultores familiares camponeses em nossa região poucas vezes permitem. Também não se pode esquecer que morar fora de casa fere aspectos morais da família, principalmente no caso das moças.

É claro que a educação pública no nosso país tem limitado a realização de sonhos profissionais de muitos jovens, mas estes limites, quando estamos falando do meio rural, especialmente nos pequenos municípios, vão muito além dos impostos pela qualidade da educação. É interessante questionar por que não existem, no Brasil, estatísticas oficiais sobre a inserção de jovens rurais no ensino superior? Da mesma forma, mesmo com a expansão das universidades públicas para os interiores, com o fim de ampliar o acesso à educação e intervir no desenvolvimento local e territorial dessas regiões, que são predominantemente rurais, por que não se monitoram os impactos dessa interiorização para a juventude do meio rural?

Decorre disso uma heterogeneidade de vivências de juventude no interior desses municípios que vai além do gênero, etnia, condições econômicas, do fato de se residir no meio rural e das condições da família, mas faz diferença também, morar próximo ou distante da sede do município.

Em um recente estudo feito pelo Nead em torno das estatísticas sobre o meio rural no Brasil, com dados do último Censo do IBGE, foi destacado o índice de analfabetismo da população rural entre 15 e 29

anos (faixa denominada de idade escolar e socialmente considerada jovem) e que é sempre maior nas regiões rurais, sendo ainda maior na faixa de 19 a 25 anos. Este estudo apontou que apenas 10% da população rural tem até 11 anos de estudo, e apenas 8% possuem o ensino médio completo. Destes, a maioria dos que têm acesso são mulheres, visto que os homens abandonam precocemente os estudos para trabalharem na agricultura ou para migrarem, na maior parte das vezes, para trabalhos insalubres e precários na cana-de-açúcar ou nos conglomerados urbanos. Para executar estas atividades, eles consideram que não é necessário avançar nos estudos, mesmo porque os que avançaram um pouco mais não se deparam com um mercado de trabalho significativamente diferente daqueles que abandonaram.

Para os jovens rurais, os limites de seus sonhos para o futuro e seus projetos de vida são impostos pelo próprio meio, pela qualidade da educação fundamental e média que recebem, pelo acesso a informações e pela necessidade de ajudar na reprodução da família.

Além disso, diante das condições da produção agrícola desenvolvida nessas áreas e pelos camponeses, com a insuficiência de terra, crédito e assistência técnica³, grande parte dos jovens rurais também não pode sonhar com o futuro no espaço em que vive, pois o mesmo não é suficiente para garantir a reprodução da vida dessas gerações. Nesse caso, a agricultura não é sonhada pelos jovens como profissão, mas é tida como uma fatalidade tanto por eles quanto pelos seus pais. No município de Calumbi, Sertão do Pajeú-PE, ao pesquisarmos jovens com idade entre 14 e 18 anos, estudantes de 8ª série de uma escola da região, filhos de agricultores camponeses, percebemos que eles, apesar de não acharem ruim trabalhar na agricultura, querem sair dela, na esperança de ter uma vida melhor, e mais impressionante ainda foi a afirmação de que todos os pais desses jovens partilham esse desejo, dado que não querem que os filhos continuem na agricultura para não sofrerem o que eles sofrem. Isso nos leva a refletir sobre os processos sucessórios do “modo de vida” camponês nessas regiões.

3. Historicamente, a concentração é um dos principais problemas que contribuem para os problemas agrários e para o desenvolvimento rural e territorial no Brasil. Além disso, a política agrária é direcionada ao agronegócio.

A continuidade dos estudos está diretamente condicionada a sair da agricultura, assim como ficar na agricultura está condicionado a sair da escola, uma vez que esta é uma profissão que, na visão deles e nas condições que se lhes apresentam para esta prática, não necessita de estudos.

O conceito de desenvolvimento na perspectiva de Amartya Sen é compreendido como um processo de ampliação das liberdades as quais dependem de disposições sociais e econômicas, sendo o exemplo dos serviços de educação e saúde, citados por ele como potencializadores dessas liberdades (SEM, 2000). No caso dos jovens rurais observados, a vivência no interior dos pequenos municípios do Nordeste do Brasil tem limitado o seu desenvolvimento como indivíduos, já que dificulta seu acesso a direitos fundamentais como educação ampla e de qualidade, saúde, lazer e ao direito de desenvolver suas potencialidades. Assim, podemos concluir com Nazaré Wanderley que, no Brasil, o fato de um município ser pequeno significa também ser precário.

Pensando o conceito de desenvolvimento pela perspectiva de Sen, para quem existe uma ligação entre as liberdades individuais e desenvolvimento social, os limites de oportunidades dos jovens rurais nesses pequenos municípios refletem-se em seu próprio desenvolvimento e também das regiões em que vivem. Vejamos o que afirma o autor:

A ligação entre liberdade individual e realização de desenvolvimento social vai muito além da relação constitutiva – por mais importante que ela seja. O que as pessoas conseguem positivamente realizar é influenciado por oportunidades econômicas, liberdades políticas, poderes sociais e por condições habilitadoras como boa saúde, educação básica e incentivo ao aperfeiçoamento de iniciativas. As disposições institucionais que proporcionam essas oportunidades são ainda influenciadas pelo exercício das liberdades das pessoas, mediante a liberdade para participar da escolha social e da tomada de decisões públicas que impelem o progresso dessas oportunidades. (SEM, 2000, p. 19).

Ainda que não deixemos de considerar os jovens rurais como atores sociais que, por meio de suas escolhas, interferem nas estruturas (GIDDENS, 1989), não podemos esquecer que as condições de participação política e social estão vinculadas ao que Sen denomina

de condições habilitadoras (boa saúde, educação, alimentação) ao aperfeiçoamento das suas iniciativas.

As ambiguidades do desenvolvimento rural no Brasil e suas implicações para os jovens rurais

Em um artigo lançado na revista *Desenvolvimento em Debate* da UFRJ, Arilson Favareto (2012) faz uma análise sobre as políticas de desenvolvimento territorial no Brasil nas últimas décadas e destaca o fato de que as políticas, além de estarem em muito direcionadas para setores específicos, ainda são pautadas em uma visão do rural relacionando-o ao agrícola.

Esta é a crítica apontada pelos vários estudiosos do desenvolvimento rural. A despeito de suas visões de desenvolvimento, todos eles consideram que não se pode pensar o desenvolvimento rural apenas pelo viés agrícola, sendo necessário atentar para suas potencialidades de oferta de serviços e mesmo de outros tipos de produto além dos primários (SCHINEIDER, 2004; NAVARRO, 2001).

Entretanto, ao analisarmos as políticas públicas para a juventude rural atualmente existentes no Brasil: Minha primeira terra, Pronaf jovem e o já extinto Projovem saberes da terra, observaremos que todas elas estão centradas na questão da produção e do acesso à terra, limitando a visão do jovem rural e do próprio rural como o lugar apenas da agricultura. Além desses limites, a própria visão que o Estado tem acerca da juventude, ao administrar tais políticas, inviabiliza o acesso pelo excesso de burocracia e exigências para que os jovens possam acessar uma política da qual são público-alvo. A visão da juventude como portadora de poucas responsabilidades, diminui sua autonomia fazendo com que os jovens permaneçam sendo vistos como dependentes dos pais.

Segundo Favareto (2012), mesmo que os programas sociais tenham diminuído a pobreza e dinamizado um pouco o meio rural com o acesso ao consumo de bens de necessidade básica e um significativo aquecimento do comércio local, os produtos não são ali produzidos, reduzindo a capacidade de desenvolvimento e a dinâmica produtiva da

população rural. Ou seja, sem esses programas, continua sendo necessário muitas vezes migrar (definitivamente, pendularmente ou sazonalmente) para garantir a sobrevivência no meio rural.

Para o autor,

A forte ampliação dos recursos circulando nas regiões rurais, em grande medida por conta da municipalização de políticas públicas e do fortalecimento das políticas sociais, é algo que precisa ser melhor aproveitado para diminuir a dependência destas fontes externas. Para isso, é preciso diversificar estas economias locais (não se trata somente de diversificar a produção agrícola, mas de diversificar os serviços e a transformação de bens primários). Somente assim poderão ser criadas outras oportunidades mais atrativas aos mais jovens e à população com maior escolaridade. Isto permitiria elevar salários, ampliar postos de trabalho, diminuir a dependência externa, conter a fuga de pessoas. (FAVARETO, 2012, p. 51)

Para Abramovay (2005, p. 1), “uma política de desenvolvimento rural voltada para a juventude não pode limitar-se à agricultura. Os futuros agricultores serão cada vez mais pluriativos”.

De fato, a pluriatividade, ao casar atividades agrícolas e não agrícolas no seio da unidade familiar para a reprodução desta, pode ser uma alternativa de permanência dos jovens no campo, pois as rendas advindas de outras atividades, além de possibilitar uma maior independência e segurança dos agricultores no que se refere às questões que atingem diretamente a agricultura, como mudanças de clima, possibilita uma inserção desses jovens nas famílias de forma mais autônoma em termos de participação e acesso a renda, um dos motivos elencados por jovens de várias regiões do país para justificar a necessidade de buscar alternativas de trabalho fora da unidade familiar, descontinuando a reprodução da unidade produtiva. Numa unidade familiar pluriativa, ao necessitar de conhecimentos diferenciados para acesso a outras rendas, demanda-se uma gama de outros conhecimentos, sem desconsiderar os saberes locais, o que colabora para uma maior integração intergeracional e uma maior participação das mulheres, podendo colaborar na diminuição das desigualdades de gênero, um dos principais impulsionadores da migração feminina.

Outra alternativa que vem sendo desenvolvida nesse sentido é a agroecologia. Esta, como prática que integra conhecimentos de várias áreas da ciência com os conhecimentos locais, também coaduna-se com uma maior participação dos jovens e como alternativa para os mesmos. Ao desenvolver uma pesquisa sobre os projetos de vida de jovens rurais participantes de formação agroecológica pela ONG Sertão, no município de Ibimirim, Sertão de Pernambuco, Santos (2012) percebeu que os jovens que participaram dessas formações conseguem organizar seus projetos de vida voltados para a permanência no campo, situação não vivenciada por outros jovens da mesma região.

Há que se considerar também que o jovem rural não pode ser percebido apenas pelo viés da produção e da renda como uma grande ânsia de fazê-lo ter as condições mínimas para permanecer no campo, mas é necessário percebê-los como jovens, que possuem necessidades semelhantes aos jovens urbanos, como cultura, esporte, lazer e outros caminhos para uma vida plena que os possibilite desenvolver suas potencialidades e permita-lhes sonhar e projetar esse sonho como realidade. Ter a liberdade de escolher seu destino, de sonhar com o futuro que lhes aprouver. E, para isto, a renda pode ser importante, mas não é o único meio para o desenvolvimento dessas liberdades (SEM, 2000).

Os jovens rurais não podem ser pensados como um grupo isolado em lugar ermo, mas devem ser vistos longe do isolamento, dialogando com um mundo globalizado e buscando neste reafirmar sua condição de rural, assumindo e negociando identidades, seja como trabalhador, camponês, agricultor familiar ou simplesmente como jovem, *rapaz* ou *moça* do campo que sonham em viver no seu espaço, praticando outras profissões.

Todavia, as perspectivas de desenvolvimento rural, principalmente no Nordeste do Brasil, não estão incluindo em seu escopo políticas de infraestrutura, transportes, cultura que possibilitem aos jovens o desenvolvimento de suas potencialidades individuais para escolher se querem ficar ou sair, não como uma imposição das condições em que vivem, mas como realização de seu direito.

Pensar desenvolvimento deve ser sinônimo de possibilitar para os indivíduos, como atores sociais, o direito de escolher seu destino e de agir em relação a essas escolhas. Assim, se quiser ficar, o jovem precisa ter mais

do que políticas que visem à produção, (e, nesse sentido, pode-se apontar que o modelo agroecológico poderia potencializar isso), mas também outros aspectos, pois é própria da condição juvenil socialmente cunhada a necessidade de lazer, consumo, educação, esporte e acesso a tecnologias e os jovens, independente das situações juvenis rurais, mesmo adotando para estes significados diferentes e os utilizando para fins específicos, querem participar dessa condição do ser jovem.

Se quiser sair, o jovem precisa ter acesso aos meios de desenvolver no espaço urbano (grande ou pequeno) atividades de trabalho dignas e compatíveis com seus sonhos. Ademais, é importante pensar que o meio rural também necessita das várias atividades profissionais desenvolvidas no meio urbano e que podem ser oportunidades para os jovens (com acesso à educação superior) poderem voltar para o seu meio. Ter acesso a direitos não é condição para homogeneização da juventude, mas possibilita o seu desenvolvimento a partir dessas diferenças, quiçá, como com base na sua visão de mundo, potencializar uma visão de desenvolvimento que respeite mais o meio ambiente e os valores culturais.

Ademais, como têm chamado a atenção pesquisas clássicas como a de Raul Garcia Jr., no interior da Paraíba, publicada com o título: *Sul, caminho do roçado*, até as recentes pesquisas sobre migração no Brasil (MENEZES, SILVA; COVER, 2010), as ideias de “sair” e ficar não podem ser vistas como movimentos definitivos dos jovens, mas, como indica Castro, é necessário observar tal movimento a partir das múltiplas formas em que se apresentam, podendo significar estratégias familiares de manutenção, formas de se afastar da ação da autoridade paterna (CASTRO, 2005, 2010) ou mesmo, a busca inicial de recursos para organizar economicamente a vida no seu espaço rural.

Apesar de todos os limites de condições de vida digna no meio rural dos pequenos municípios do Brasil, os estudos sobre juventude rural no país demonstram que o jovem rural não tem um sentimento de rejeição pelo seu lugar e sonha em permanecer nele, mas reivindicam condições de vida digna e realização de sonhos e projetos de vida no seu espaço de vida.

Esta demanda foi apresentada pelos jovens rurais. No primeiro Seminário Juventude rural e Políticas Públicas, organizado pela Secretaria

Nacional da Juventude com a participação de mais 150 jovens rurais de várias regiões do país.

Divididas em nove eixos, os jovens participantes do seminário, apresentaram 143 propostas envolvendo variados aspectos e com o fim de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável. Pela própria diversidade dos eixos de discussão, é possível se perceber a heterogeneidade das vivências de juventude rural no Brasil e a variação das preocupações dos jovens rurais. Os eixos foram os seguintes: Juventude das comunidades e povos tradicionais rurais: igualdade étnico/racial; Juventude rural e gênero, sexualidade e diversidade sexual; Juventude rural e trabalho assalariado; Juventude rural: agricultura familiar e camponesa, trabalho e renda; Juventude do campo e da floresta, sucessão e perspectivas de produção sustentável: acesso à terra, agroecologia e condições de produção; Juventude do campo e da floresta, direitos sociais, tempo livre e novas sociabilidades: cultura, esporte, lazer, saúde, mobilidade, tecnologias da informação e comunicação; Juventude indígena: igualdade racial e direito à vida; Juventude do Xingu e do Amazonas (BRASIL, 2012).

Nestes eixos, a diversidade de propostas evidencia a juventude rural como um ator social diverso que está afirmando uma identidade e lutando por condições de vivenciá-la, ao mesmo tempo, denuncia os profundos problemas enfrentados por essa juventude, que envolvem desde preconceitos e estigmas, até falta de acesso a todos os tipos de serviços, bem como outros problemas que atingem a juventude em geral no Brasil: a ausência de direitos sexuais, lazer, cultura, esporte, tecnologias da informação, emprego e geração de renda, saúde direcionada para esse público, acesso à educação e educação de qualidade contextualizada e que vise ao desenvolvimento local, e, no caso das várias identidades de jovens rurais, o direito de viver essa identidade e permanecer no seu “lugar de vida”.

Dentre as propostas apresentadas, uma delas, particularmente, chama a atenção: a necessidade de que seja veiculada em TV aberta uma campanha de valorização do jovem rural e da agricultura para diminuir os estigmas vivenciados pelos jovens rurais. Um aspecto já observado em nossas pesquisas e que é marcador da forma como é construída a ideia de rural e de juventude rural no Brasil. Para pensar um modelo de desenvolvimento que inclua o jovem rural, com suas diversas diferenças,

é necessário antes ter orgulho daquilo que os une como categoria: o pertencer ao rural.

Considerações Finais:

Os problemas vivenciados pelos jovens rurais nos pequenos municípios do Brasil, apesar de não serem específicos desses atores, são sentidos de forma mais contundente nesta fase do curso da vida, pois é a fase em que se cobram dos mesmos as decisões que irão implicar no seu futuro.

Com efeito, sendo fruto de processos sócio-históricos e políticos, o meio rural também é fruto de representações que incidem nas identificações que os jovens constroem de si e dos “outros”, mas também nas condições possibilitadoras do desenvolvimento individual e social.

O desenvolvimento propulsor de liberdades só pode se tornar realidade dando eco às vozes dos atores que compõem os cenários rurais nos pequenos municípios. Apesar de existirem e estarem em ascensão organizações de jovens rurais em todo o país, é necessário olhar para a diversidade de vivências de juventude neste meio heterogêneo que ainda não tem suas vozes ecoadas.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. **O Futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ABRAMOVAY, Ricardo, et al. **Juventude e Agricultura Familiar: desafio dos novos padrões sucessórios -2ed**. Brasília: edições Unesco, 1998, 2.ed.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Juventude Rural: ampliando oportunidades**. OVERMUNDO, 2005. Disponível em: <http://www.creditofundiario.org.br/materiais/revista/artigo05.htm>

ABRAMO. Helena Wendel, Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W.BRANCO, P. P. M. **Retratos da Juventude Brasileira**. Análises de uma pesquisa nacional. : São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Nota MDS. **O perfil da extrema pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do Universo do Censo 2010**. Brasília, 2011.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil, processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciências Sociales, Ninez y juventud**, n.7, v.1, Janeiro a julho, 2009. Pp. 179-208. Universidade de Manizales: Colombia .

_____. **Entre Ficar e Sair**: Uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS, 2005.

CERTEAU, Michel de. Relatos de Espaço in: **A invenção do cotidiano**. 1- Artes de Fazer. Rio de Janeiro- Petrópolis: Vozes, 1994.

FAVARETO, Arilson. As políticas de desenvolvimento territorial rural no Brasil em perspectiva – uma década de experimentações **Revista Desenvolvimento em Debate**. v.1, n.2, p.47-63, janeiro–abril e maio–agosto 2010.

FARIA, V. E. Cinquenta anos de urbanização no Brasil; tendências e perspectivas. **Novos Estudos**, v. 29, p. 98-119, 1991.

GIDDENS, Antony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

MARGULIS, Mario. Juventud: una aproximación conceptual. In: BURAC, Solum Donas. **Adolescência y Juventud en América Latina**. Livro Universitário Regional: Cartago- Costa Rica, 2001.

MENEZES, Marilda Aparecida. **Redes e Enredos nas Trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de Camponeses- Migrantes. Relume Dumará: João Pessoa- Pb: EDUFPB, 2002.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. In: **Revista Estudos Avançados**, v.15, n. 43, São Paulo, set/dez/2001.

PAULO, Maria de Assunção Lima de. **Juventude Rural**: suas construções identitárias. Recife : Ed. Universitária da UFPE, 2011.

PAULO, M. A. L. Wanderley, M. N. B. **Jovens Rurais de Orobó: A realidade do presente e os sonhos para o futuro**. (Pesquisa Exploratória). In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide. **Agricultura Familiar e Gênero: práticas, movimentos e políticas públicas**. Editora da UFPE: Recife, 2006.

SANTOS, Aniérica Almeida. **Projetos de vida dos(as) jovens do sertão do Moxotó** – o caso dos agentes de desenvolvimento local (ADL) do Serto. Monografia apresentada ao curso de especialização em Convivência com o Semiárido na perspectiva da segurança e soberania alimentar e da agroecologia. UFRPE: Recife, PE, 2012.

SCHNEIDER, Sérgio. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. In: **Revista Sociologias**, v.11, Porto Alegre, 2004.

SEM, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Marcelo Saturnino da. **“Mundo rural” e “migração” no horizonte dos jovens rurais paraibanos**. Anais do 13º Encontro de Ciências Sociais Norte/Nordeste. 03 a 06 de Setembro, UFAL: Maceió. AL, 2007.

VEIGA, José Eli. **Cidades Imaginárias**. O Brasil é menos urbano do que se calcula. 2ª ed. Editora: autores Associados. Campinas, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: Una nueva ruralidad en América Latina?. Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Olhares sobre o “Rural” Brasileiro. Revista Raízes. Vol.23, nº 1, 2 - 2004

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O Mundo Rural Brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Revista Sociedade, Desenvolvimento e Meio Ambiente**. Nº. 17, v1, abril de 2009. <http://r1.ufrj.br/esa/art/200904-060-085.pdf> - Acesso em: 10/08/2012.

_____. Jovens rurais de Pequenos Municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude Rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauá X, 2007.

_____. **Juventude rural**: vida no campo e projetos para o futuro. 2006. (Relatório de pesquisa).

_____. Urbanização e Ruralidade: Relações entre a Pequena Cidade e o Mundo Rural: Estudo Preliminar Sobre os Pequenos Municípios em Pernambuco. In: LOPES, E. S.; MOTA, D. M.; SILVA, T. E.M. **Ensaio de Desenvolvimento rural e transformações na agricultura**. Embrapa Tabuleiros Costeiros/ UFS: Sergipe, 2002.p.21-40.

Migração indígena, o rural e o urbano: o caso dos Tremembé de almofala¹

Edileusa Santiago do Nascimento

As migrações de populações indígenas se intensificaram nas últimas décadas, tanto as internas no circuito rural-urbano quanto as transfronteiriças e as transnacionais. Os indígenas constituem uma parcela expressiva nas migrações na América Latina² provocadas pelos ajustes das políticas dos governos nacionais em resposta às imposições dos interesses das grandes corporações do mercado internacional de exploração predatória dos recursos naturais e da força de trabalho. Isto tem implicações na interculturalidade e coloca o desafio da construção da igualdade na diferença quando a maioria dos indígenas nas áreas urbanas continua sendo invisibilizada e seus direitos não reconhecidos.

Esta é uma situação que Santos (2006, p. 15) nos ajuda a pensar como “o retorno do colonial” nas mentalidades colonialista e capitalista que leva os imigrantes indígenas a serem encarados como ameaça nos países do Norte, Europa e Estados Unidos, e como presença incômoda nos países da América Latina. Enquanto isso, dentro de seus próprios países, inclusive no Brasil, os indígenas migrantes que vivem nas áreas urbanas são ignorados pelas políticas públicas indigenistas e invisibilizados socioculturalmente. Estes são impactos perversos do colonialismo em diversos territórios

1. Este artigo foi elaborado a partir de minha tese de doutorado (NASCIMENTO, 2009). A pesquisa que sustentou a tese cumpriu as exigências éticas e foi aprovada pelo Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

2. Em 2005, cerca de 25 milhões de migrantes latino-americanos, 4% da população latino-americana, estavam vivendo em algum país diferente do seu. A imigração de algumas ilhas do Caribe é extremamente alta. México, Cuba, El Salvador, República Dominicana, Nicarágua e Uruguai registram os mais altos índices de emigração desde a América Latina (MORALES IN IIDH, 2007, p. 16).

indígenas nas Américas, que têm relações com o continuado processo de invasão compulsória de terras indígenas, deslocamentos forçados de suas populações e a exploração da força de trabalho indígena nas cidades.

Este é também o caso dos Tremembés de Almofala³ (Itarema-CE) que migraram da zona rural e vivem em diversos bairros na capital cearense.

Em 1965, começaram a chegar barcos lagosteiros, na praia de Almofala – uma das mais piscosas do litoral –, explorando-a de forma predatória até a escassez de peixes, forçando muitos Tremembé a migrar para buscar condições de sobrevivência em Fortaleza. No final da década de 1970, a empresa agroindustrial Ducoco Agrícola cercou parte significativa das terras do aldeamento das duas regiões e expulsou as famílias da Tapera. Na região da mata, forçou a migração de muitos Tremembé.

Na região da mata, em 1984, as comunidades da Varjota, Amaro, Córrego Preto e os parentes expulsos da Tapera organizaram uma Comunidade Eclesial de Base (CEB) e, com o apoio da Pastoral da Terra (CPT) da Diocese de Itapipoca, conseguiram a ação de usucapião, garantindo a posse de parte de suas terras. Naquele momento, a Fundação Nacional do Índio (Funai) não tinha reconhecido nenhuma comunidade indígena no Ceará. Na Região da Praia, em 1993, os Tremembé se organizaram a partir da memória sobre a terra do aldeamento e do Torém, e conquistaram o reconhecimento oficial pela Funai, atendendo suas reivindicações, de sua identidade indígena e a delimitação da “terra da santa” ou “terra dos índios” ou “terra do antigo aldeamento”. A Terra Indígena dos Tremembé de Almofala ainda não foi demarcada.

1. O caso dos Tremembé de Almofala que vivem em Fortaleza

Dentre os Tremembé que vivem em Fortaleza, alguns constituíram famílias com filhos e netos que nasceram e estão sendo socializados na capital cearense. A maioria vive em situação de pobreza em bairros da

3. Os Tremembé de Almofala habitavam toda a costa litorânea do Ceará ao Maranhão; em 1702, foram aldeados no sítio do Aracaty-Mirim, atual Almofala (Itarema-CE), distando de Fortaleza 270 km, onde permanecem lutando por seus direitos (POMPEU SOBRINHO, 1951; PORTO ALEGRE, 1992).

periferia da capital, exposta a um alto índice de violência, aos subempregos e à precariedade dos serviços de saúde e educação pública.

Histórias de vidas foram conjugadas com depoimentos e observação participante (HAGUETTE, 1992), procedimento realizado entre 2007 e início de 2009. A interpretação dos dados foi feita como exercício fenomenológico, proposto por Mahfoud (1996). Ao todo, foram realizadas 24 entrevistas: 14 entrevistados originários de Almofala que moram em Fortaleza; dez que vivem no lugar de origem, dentre os quais, três já moraram em Fortaleza. A partir das histórias de vida, foi possível observar a existência de matrizes familiares: na Região da Mata, a família Santos e a família Cabral; na Região da Praia, a família da Venância, a família da tia Joana e a família da Dona Zeza. Na Vila de Almofala, apenas a família Barros. As mesmas sendo referências para os parentes que vivem em Fortaleza.

A base da identidade Tremembé em Fortaleza e em Almofala é o assentimento de pertencimento a uma origem comum. A própria existência de cada um deles é referenciada como a prova concreta da filiação e do nexos com a origem dos Tremembé e de Almofala, pela consanguinidade com seus pais e avós.

No bairro Serviluz, Seu Valdilson Barros explica: *se meu avô era índio, se a minha bisavó era índia, quer dizer que nós temos sangue de índio, a nossa família todinha tem força do índio ainda*. E Edimar, filho de Dona Zeza, confirma: *Sou sim, sou filho da terra de índio, minha mãe é uma índia e o meu pai era índio*. No bairro Genibaú, Roberta, filha de Aila Santos, que nasceu e foi socializada em Fortaleza, reafirma: *se são tudo da família, eu também sou índia, minha avó e meu avô é, eu também sou (risos), minha mãe também é, então, por que é que eu não sou? Já considero meu filho também, considero meu filho um*.

Motivos semelhantes os obrigaram a migrar ainda crianças para ajudar os pais a continuar a viver na comunidade de origem. Para os da Região da Praia, essa situação foi agravada pela especulação imobiliária depois da década de 50⁴ e, uma década depois, também pela exploração predatória do mar por grandes empresas pesqueiras. Para os da Região

4. No final da década de 1940, teve impulso uma especulação imobiliária mediante invasão de suas terras, começando pela vila e se alastrando por outras localidades do território Tremembé.

da Mata, particularmente, pela devastação da flora e fauna pela empresa Ducoco, no final da década de 1970.

Por que um povo tão ligado aos seus e à sua terra, migrou e está “derramado” pela cidade? Em Almofala, o cacique João da Venância explica o motivo e as consequências: *peças de fora foram chegando, foram invadindo[...] temos parentes em São Luís do Maranhão, Vitória, Fortaleza, Brasília, São Paulo, tudo por aí derramado. Perderam os seus cantos de origem e perderam tudo, pode-se dizer.*

Todos atribuem à Fortaleza o significado de lugar de destino para trabalho, de onde enviavam remessas de objetos e dinheiro esperadas pelos familiares que ficaram.

As mulheres, em maioria, lembram que chegaram ainda crianças para trabalharem em serviços domésticos nas casas de pessoas de classe média, localizadas, principalmente, no bairro Aldeota. Algumas afirmam terem trabalhado por meses apenas pela comida e abrigo; depois, por uma remuneração irrisória. Muitas continuaram a trabalhar por longos anos sem ter seus direitos trabalhistas garantidos.

Os homens rememoram, em maioria, que migraram ainda menores de idade e que, chegando à Fortaleza, continuaram a trabalhar na pesca. Lembram que, inicialmente, passavam dias no mar, tendo pouco contato com o chão da cidade. Eles se lembram das mudanças negativas relacionadas a essa atividade nas últimas décadas. Alguns deixaram de pescar e passaram a trabalhar em diferentes tipos de ocupações.

As gerações mais novas que migram revelam mudanças na divisão de trabalho por gênero e nível educacional: muitos homens trabalhando em serviços domésticos e os jovens são alfabetizados em contraste com gerações anteriores.

De modo geral, tanto mulheres quanto homens se referem a uma fase de trânsito entre terra de origem e lugar de destino, alternando temporadas entre esses dois lugares. Depois de morarem por longos anos de aluguel em diferentes casas e bairros, constroem aos poucos suas casas próprias, com famílias constituídas na capital, para se fixarem em Fortaleza.

Na capital cearense, continuam os deslocamentos forçados. Entre as décadas de 1960 e 1970, algumas famílias Tremembé que migraram para trabalhar na pesca e habitavam a Praia Mansa, no bairro Mucuripe, foram expulsas com toda a comunidade e deslocadas para as dunas do Serviluz, na região Vicente Pizon. Dona Belinha Barros conta essa experiência: *morei na Praia Mansa, com oito anos a gente foi morar no Serviluz [...] entrou uma firma lá, acho que era a Cocique, tomou de conta, aí quis botar os moradores tudo pra fora [...] no Serviluz, era um morro.*

Na década de 1970, Dona Tereza Cabral, que tinha migrado de Almofala para acompanhar o filho que viera para Fortaleza trabalhar na pesca, morava na comunidade Buraco da Jia, no bairro Antonio Bezerra. Todos os moradores dessa comunidade foram expulsos para dar passagem à construção da Avenida Jangadeiro e, deslocados, formaram o bairro Santa Tereza em cima dos morros: *moramos na favela Buraco da Jia; hoje chama Avenida do Jangadeiro. [...] foi o tempo que eles tiraram o pessoal de lá pra fazer esse conjunto [...] aqui era mata, ali pra cima era morro.*

Os que vivem em Fortaleza, ao fazerem comparações entre Almofala e Fortaleza, no passado e no presente, identificam uma inversão nas condições de vida nesses dois lugares desde a década de 1990, com as conquistas do movimento indígena. Dona Tereza compara: *Agora lá tá muito melhor, até em Almofala tem posto de saúde, mas o hospital tem é lá no Amaro, lá nos índios de lá. [...] se eles forem toda vida fiel com os trabalhos, talvez melhore mais ainda para eles, né?*

A liberdade de mobilidade é disciplinada pelos becos e horas de segura circulação, as conversas noturnas, outrora nos terreiros, se fecham em cadeados por trás dos portões de ferro, o olhar se acomoda aos horizontes estreitados que a cidade permite.

1.1 Violência e mobilidade disciplinada na periferia

Na área urbana, houve o aumento do desemprego e violência, precariedade dos serviços públicos de atendimento à saúde⁵. Lembram

5. Os bairros de Santa Tereza, Serviluz, Mucuripe, Genibaú, Padre Andrade e Nova Assunção têm altos índices de violência e são identificados pela população de Fortaleza, de modo geral, como áreas de risco. A maioria dos seus habitantes vive em situação de pobreza e sofre com a falta de saneamento e carência nos serviços de saúde, educação e segurança.

que a violência envolvendo crianças e adolescentes é relativamente recente, situam-na da década de 1990 para cá.

Há 25 anos, Edimar migrou com seu irmão, os dois ainda adolescentes, para trabalhar na pesca; mora no Serviluz desde 1980, quando se juntou na luta por moradia na cidade com a ocupação. Tem dois filhos adolescentes e teme pela segurança deles em um bairro marcado pela violência urbana, principalmente devido ao narcotráfico. *Na época em que eu cheguei aqui não era perigoso como está agora [...], até de dia mesmo, se você sair, você pode ser assaltado, até os conhecidos mesmo aqui é assaltado (EDIMAR).*

Dona Francisca, 3 filhos e 5 netos, mora no Padre Andrade, na região do Antonio Bezerra. Ela dirige orações fortes de proteção quando um dos filhos sai para o trabalho como vigia em uma fábrica; assaltos são recorrentes nas imediações de sua residência e já teve a experiência no seu local de trabalho.

Valdilson nasceu em Almofala, migrou para Fortaleza quando tinha 17 anos, morou na Praia Mansa e atualmente mora no Serviluz, continua trabalhando na pesca em uma pequena embarcação do irmão. Um dos seus maiores desgostos em Fortaleza foi o assassinato de um dos seus filhos. Em 2009, fui lhe devolver a entrevista impressa e as fotos produzidas para pesquisa da minha tese; ele e seu filho, que nasceu no Serviluz, me falaram da dificuldade de se viver em meio a tanta violência: contaram que, mesmo durante o dia, mantêm a casa trancada, com medo das brigas entre as gangues rivais, que têm causado muitas mortes de jovens e adolescentes no bairro. O referido jovem mora com os pais e trabalha como técnico em eletrônica; considera-se tendo parte com índio, pretende um dia morar em Almofala com a avó Belinha, que viveu por décadas em Fortaleza e em 2008 retornou para Almofala.

Em 2012, ouvi de um professor Tremembé, residente em Almofala, a preocupação com a migração dos jovens. Fazendo referência à violência do narcotráfico na capital cearense, ele relatou o recente assassinato de um jovem em Fortaleza, que foi trazido para ser sepultado em Almofala. Mas esse perigo também está chegando e preocupando modificações e preocupações dentro da própria comunidade na zona rural: pequenos furtos, acidentes de motos, desconfiança entre os parentes, etc.

Todos mantêm intercâmbio entre lugar de origem e lugar de destino, fazendo circular rezas e curas, visitas, telefonemas, notícias, conhecimentos, favores, dinheiro, peixes, plantas medicinais, goma de mandioca, roupas. A maioria dos adultos que vivem em Fortaleza expressa o desejo de um dia voltar a morar na comunidade de origem (alguns fizeram e outros estão fazendo casas na comunidade de origem); mas não os jovens, principalmente, os que nasceram na cidade.

1.2 Dificuldades de intercâmbios e identificação indígena em Fortaleza

A distância espacial entre os bairros na capital, além de provocar distanciamento entre contemporâneos, também causa um desconhecimento entre as gerações mais velhas e as gerações mais novas. Dona Tereza relata: *mora muita gente espalhado, mas aí o pessoal, muito anos, se mudaram, a gente não conhece os mais novos, só os mais velhos.*

Antônio fala do sentimento de solidão na cidade: *A gente quer estar mais próximo da família, aqui ninguém tem ninguém, lá a gente tem, aqui somos só nós dois (silêncio).* Chico fala que o que lhe resta para além do tempo do trabalho é um tempo para adormecer na cidade: *eu trabalho das 4h da tarde às 6h da manhã, aí quando eu termino de trabalhar, eu vou só tomar banho e dormir. Aí eu nem vejo o tempo passar (silêncio).*

A identificação e o reconhecimento, em Fortaleza, são atravancados por imagens de índios que reproduzem o discurso de inexistência de índios no Ceará. Quem tenta se identificar, muitas vezes, enfrenta uma situação de constrangimento. Antonio, filho do cacique, relata: *aqui, a gente já discutiu já [...] eu prefiro sair de perto, porque diz que lá não tem índio e a gente contando as histórias que sempre tem que as avó da gente contava. Diz que é mentira.*

Em Fortaleza, já estão *a priori* desautorizados pelos critérios de reconhecimento da Funai e assim são excluídos do cadastro da Funasa e de outras políticas públicas indigenistas governamentais.

Imagens colonialistas de índios, como relegados ao passado e reproduzidas pela indústria hollywoodiana⁶, pelas telenovelas brasileiras

6. Filmes produzidos pela indústria de Hollywood; filmes de faroeste retratavam a colonização

e pelos livros didáticos, geram desconhecimento e preconceitos. Nos indígenas, geram dúvidas perversas, porque colocam a dúvida sobre si mesmos e sua própria origem indígena. Irene, apesar de sua própria mãe se identificar como Tremembé, ser reconhecida pela comunidade de origem e participar do movimento indígena em Almofala, internalizou essas imagens e não se reconhece Tremembé: *os índios têm aqueles cabelos lisos [...] só aqueles paninhos aqui assim [...] acho que ele gosta de morar mais em cabana [...] não tenho muita informação do índio não, porque eu nunca fui procurar saber mesmo, sabe?*

João da Venança, cacique de Almofala, faz uma análise sobre a deformidade dessas imagens produzidas pela televisão, internalizadas e reproduzidas por quem se apropriam dela: *É porque essas pessoas ainda estão muito equivocadas na imagem malcontada e na imagem malfeita do índio! [...] na televisão e o que se vê, às vezes, faz um desenho malfeito lá do índio [...].*

1.3 Educação monocultural em Fortaleza X a educação indígena em Almofala

Nas escolas convencionais em Fortaleza, nas quais estudam crianças e jovens Tremembé, não se tem uma prática educacional coerente com as leis complementares (10.639/2003 e 11.645/2008) e com a LDB 9.394/96, que obrigam uma abordagem crítica e pós-colonialista afro-brasileira e indígena nas escolas públicas e privadas. Essa abordagem fica restrita às raras iniciativas individuais de alguns professores, o que já é muito importante, porém apenas no “Dia do Índio” (confeei nos depoimentos dos Tremembé, confirmados em conversa informal com um pesquisador que estuda a questão da educação indígena no Ceará).

A neta de dona Francisca e filha de Maria, nasceu em Fortaleza, tem 10 anos e estuda em uma escola pública no bairro Antonio Bezerra. No “Dia do Índio”, ela disse em sala de aula que sua avó era índia. O que a professora disse diante de sua identificação? *Nada, ela pediu pra gente fazer um desenho dos índios.* Desenhou dois índios vestidos com tanga e penas na cabeça ao lado de uma oca, reproduzindo o discurso da professora que tinha dito que os índios se vestiam assim mesmo e moravam emocas. Em

na época “da Marcha para o Oeste”; depois, os desenhos animados com índios com penas nas cabeças e uns paninhos, como descreve Irene.

uma visita que fiz a essa família, devolvi uma cópia da entrevista realizada com Dona Joana durante a pesquisa de mestrado; observei o interesse dessa menina por esta entrevista ao folhear e ler trechos. Chamou-me a atenção o fato de Rafaela associar a entrevista de sua bisavó ao Torém: “é o Torém da vó”, foi assim que ela apresentou a entrevista à esposa de seu tio, que chegara na cozinha. Interesse pela história concreta dos seus antepassados.

As filhas de Júlio nasceram em Fortaleza, uma tem 14 anos e cursa a 8ª série em uma escola pública no Conjunto Ceará. Contou que no “Dia do Índio” ela e a irmã de 17 anos foram convidadas para apresentar uma dança indígena, porque ela já tinha dito que era Tremembé, pois seu tio Fernando sempre conta a história do seu povo e fala das danças e organização. Ela faz uma crítica aos livros didáticos: *falam pouco dos índios e não falam nada sobre os índios do Ceará*. Reencontrei uma dessas irmãs em 2011; estava trabalhando em uma padaria no Benfica.

Edimar tem uma filha e um filho adolescentes que nasceram em Fortaleza e estudam em escola pública convencional. A filha diz que, na escola, quando eventualmente tem algum trabalho sobre índios, ela se identifica como neta de índios da Almofala; sabe disso porque seu pai fala que eles são índios.

Pode-se observar que, ao menor sinal de abertura para falar da questão indígena, muitas crianças e jovens Tremembé se manifestam e afirmam que seus avós são índios. Podemos pensar que, se essas crianças tiverem a oportunidade de estudar em escolas que adotem uma abordagem crítica, multicultural e pós-colonialista, elas terão um contexto educacional favorável para fortalecer suas identidades indígenas e vislumbrar a possibilidade de as novas gerações de Tremembé construir uma identidade indígena cidadã em contexto urbano.

No processo de indianização dos Tremembé em Almofala, a educação diferenciada tem desempenhado um papel fundamental no projeto de emancipação através da formação das novas gerações. Trata-se de uma educação que tem como base a própria história e a tradição Tremembé, desconstruindo uma visão colonialista de invisibilização e negação dos indígenas no Ceará e construindo uma visão crítica e novas

perspectivas para a comunidade. Raimundinha⁷, coordenadora da Escola Indígena na praia de Almofala, afirma: *E o ideal da nossa história, o bom e o bonito é que isso continue de geração para geração [...] há muita gente que diz que no Ceará inteiro não tem índio, porque não se prende a esses mínimos detalhes.*

Em Almofala, essa comunidade indígena se organizou e seus professores concluíram o Magistério Indígena Tremembé (MIT). E, em 2012, estavam concluindo o Magistério Indígena Tremembé Superior (MITS). Atualmente, muitos jovens trabalham como professores indígenas e agentes de saúde na própria comunidade. Outros trabalham como pescadores e agricultores. Alguns trabalham para a empresa Ducoco. Essa é uma preocupação do movimento indígena, porque sabem que mesmo o motivo sendo a necessidade de sobrevivência, há o receio de esses jovens serem cooptados pelo discurso e estratégias dessa empresa de continuar negando a existência dos índios Tremembé e barrar o processo de demarcação de suas terras. A migração continua, em escala menor, mas continua.

Na zona metropolitana de Fortaleza, apenas os Tapebas de Caucaia e os Pitaguari de Maracanaú estão organizados em comunidades, apesar de na periferia da cidade de Fortaleza haver uma forte presença indígena, particularmente de migrantes originários das mais de 20 comunidades indígenas, atualmente organizadas pelo estado do Ceará. Para se ter uma ideia, dentre outros bairros, apenas entre os originários da comunidade Tremembé de Almofala que estão vivendo em Fortaleza, podemos encontrá-los no Serviluz, Mucuripe, Santa Tereza, Padre Andrade, Pirambu, Messejana, Genibaú, Nova Assunção, Caça e Pesca, Barra do Ceará, Palmeiras etc. No entanto, de modo geral, não há nenhuma organização de indígenas nessa cidade e nenhum tipo de política pública que se destina às populações indígenas em Fortaleza; pelo contrário, predomina uma invisibilidade dos indígenas na capital cearense.

7. Raimundinha fez sua passagem para outra vida em 2009, mas continua sendo uma referência para a Educação Indígena Tremembé.

2. Indígenas nas áreas urbanas no Brasil

A problemática de indígenas migrantes das zonas rurais para as cidades, no Brasil e em outros países da América Latina e Caribe, bem como nos Estados Unidos, passou a ocupar cada espaço nos fóruns públicos de debate. Isto se deve à própria organização indígena e, em parte, aos censos demográficos das últimas três décadas, que incluíram essa população em suas estatísticas a partir do uso da categoria de autodeclaração (IIDH, 2007).

No Brasil, os Censos Demográficos de 1991 e 2000, realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2005) surpreenderam ao divulgar dados muito superiores aos censos anteriores sobre a população indígena em todo o Brasil, chegando a um pouco mais de 700.000 pessoas. O crescimento da população autodeclarada indígena foi de 440 mil indígenas, aproximadamente 150%. No Nordeste, o total das pessoas autodeclaradas indígenas foi de 55,8 mil, em 1991; aumentando para 170 mil, em 2000.

Em 1991, 76,1% dos indígenas viviam nas zonas rurais, enquanto 12% moravam em capitais. O Censo 2000 registrou 383 mil índios morando na cidade, número correspondente a 52% do total da população indígena, enquanto 18,1% moravam nas capitais (a maior parte desses indígenas sendo originária do Norte e do Nordeste; tendo o Sudeste como o lugar de destino dos indígenas migrantes).

Esse crescimento tem mais a ver com a mobilização e organização indígena do que com taxas de natalidade e mortalidade. Mas a maior surpresa ficou por conta dos dados revelados sobre a população indígena nas cidades; nos censos anteriores, as estatísticas mostravam a população indígena concentrada nas zonas rurais. Isto abriu o debate sobre migração indígena, invisibilidade e não reconhecimento dessa população.

No Censo 2010, o IBGE (2012) colheu dados sobre os indígenas residentes nas terras indígenas (declarados ou não) e sobre os que vivem fora de suas terras e se declararam. O total foi de 817 mil pessoas que se autodeclararam indígenas, com o crescimento de 84 mil indígenas no período 2000/2010, 11,4%. Menos expressivo que o verificado no período anterior, 1991/2000, 440 mil indígenas, 150%. As regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste apresentaram crescimento dos autodeclarados

indígenas, enquanto as regiões Sudeste e Sul apresentaram uma perda de 39,2% e 11,6%, respectivamente.

Da população total, 36,2% vivem em área urbana e 63,8% na área rural. Nas áreas rurais, o crescimento foi de 151,9 mil indígenas, correspondendo a 43,3%; no Sudeste, a redução foi de 68 mil indígenas no período 2000/2010. Nas capitais, revelou-se crescimento de 1,9% ao ano e, em algumas unidades da federação, o crescimento foi significativo: no Ceará, 6,2% ao ano, em contraste com São Paulo, que perdeu 4,4% ao ano.

Aqui vemos que a população indígena continua aumentando; no entanto, se antes havia mais indígenas vivendo nas áreas urbanas, agora o quadro se inverteu novamente. Esperançoso é o crescimento significativo de autodeclarados no Ceará (6,2%). No entanto, de modo geral, segundo o IBGE, cada vez menos, as pessoas nas cidades se autodeclararam indígenas. Há outras possíveis causas: a migração da zona rural para as cidades diminuiu e indígenas migrantes que viviam nas cidades estão retornando para suas comunidades. Mas ainda não temos dados estatísticos sobre migração e suas causas.

Em 2010, em relação aos que se encontram fora de suas terras, o Nordeste aparece com maior concentração, 126,6 mil, (33,7% nas cidades). Esta região também apresentou maior proporção de pessoas que não se declaram, mesmo se considerando indígenas, 22,7%. No Ceará, esta taxa foi de 45,5% (IBGE, 2012).

Esta é a região do país onde os indígenas têm enfrentado muitas dificuldades, apesar de haver avanços na organização indígena e na garantia dos seus direitos, como, por exemplo, na saúde e na educação; no entanto, muitas comunidades ainda estão lutando pela demarcação de suas terras, além de terem de enfrentar a desconfiança e o preconceito. O IBGE admite que a inclusão dos quesitos referentes ao pertencimento étnico e à língua falada no domicílio pode ter influência quanto à declaração de não indígena, posto que muitos indígenas já vivem na cidade há muito tempo, alguns não falam a língua indígena e nem mesmo sabem o nome das etnias de origem. Mas ainda não há estudos sobre essas possíveis causas.

Indígenas nas áreas rurais e em suas terras são predominantemente jovens. Na área rural, a proporção de indígenas com idade entre 0 a 14

anos (45%) era o dobro da área urbana (22%), situação inversa quando se refere à faixa etária de 65 anos ou mais (4,3%) no rural e 7,7% na urbana. Em 93,6% das terras, a população até 24 anos superou os 50%. Na área rural, a proporção de indígenas na faixa etária de 0 a 14 anos (45%) foi o dobro da área urbana (22%). Metade da população indígena tinha até 22,1 anos de idade. Fora das terras indígenas, o índice foi de 29,2 anos e, dentro de suas terras, de 17,4. (IBGE, 2012).

Estes dados são muito interessantes. Podemos pensar na possibilidade de estarem relacionados com as mudanças positivas na educação indígena, conquistadas nas últimas décadas, principalmente pelas comunidades indígenas nas zonas rurais. É importante lembrar que os jovens migram em busca de melhores condições de trabalho e educação, mas geralmente não encontram políticas públicas de educação indígena nas cidades.

Segundo o Censo de 2010 (IBGE, 2012), o nível educacional aumentou em relação aos dados de 2000; mesmo assim, a taxa de alfabetização dos indígenas é menor que o da população não indígena, particularmente na zona rural. Nas terras indígenas, 67,7% os jovens de 15 anos ou mais eram alfabetizados. Quanto aos indígenas que vivem fora de suas terras, a taxa de alfabetização foi de 85,5%. Nas terras indígenas, as gerações mais jovens eram mais alfabetizadas que as pessoas acima de 50 anos.

O crescimento da população indígena, nas últimas três décadas, tem menos a ver com um aumento na taxa de natalidade e diminuição de mortalidade de indígenas do que com o processo crescente de indianização nas últimas décadas de populações originárias, consideradas extintas até a década de 1980, particularmente no Nordeste. Muitos povos indígenas passaram a se organizar e reivindicar o reconhecimento de suas identidades e demarcação de suas terras. Também este “crescimento” tem relação com uma mudança importante na metodologia do IBGE na captação dos dados demográficos, ao incluir, pela primeira vez, em 1991, o critério de autodeclaração para recensear indígenas.

Ao longo da história, as populações indígenas do Nordeste vêm sofrendo impactos das políticas de desindianização. No Ceará, até a década de 1980, predominou um discurso da não existência de índios

nesse estado. Este é um motivo relevante de haver uma concentração da população indígena fora de suas terras.

Em várias cidades brasileiras, podem-se observar indígenas de áreas urbanas vivendo em luta pelo reconhecimento na sociedade. Em Porto Alegre (RS) e Chapecó (SC), os índios kaingangues sofrem discriminação e tentam se organizar; no Rio Branco (AC), muitos indígenas vivem na periferia da capital do Acre, como os apurinãs, kaxinawás e manchineris. Em Boa Vista, o Conselho Indígena de Roraima estima que vivem na capital cerca de dez mil indígenas; em Belém (PA), jurunas e mundurucus vivem também na zona urbana. Atualmente, os pankararus que migraram de Pernambuco estão espalhados em vários bairros da periferia da grande São Paulo; no entanto, há um grupo organizado na Favela Real Parque que vem se organizando. Estes são apenas alguns exemplos de uma enorme quantidade de indígenas vivendo em áreas urbanas no Brasil (CAMPOS, 2006).

A força motriz da migração rural-urbano pelas comunidades indígenas se caracteriza pela procura de estudo e trabalho, alimentada pela expectativa de que as condições de vida irão evoluir a partir da vivência na cidade. A maioria das mulheres indígenas trabalha como empregada doméstica, geralmente de maneira informal, sem reconhecimento dos seus direitos trabalhistas e os homens, por sua vez, fazem “bicos” no ramo da construção civil (BAINES, 2001).

Este é também o caso dos Tremembé que migraram de Almofala e vivem em Fortaleza. A maioria das mulheres chegou ainda adolescente para trabalhar como doméstica e os homens para trabalharem na pesca, depois, com a decadência da atividade pesqueira e a perda dos postos de trabalho, passaram a fazer bicos na construção civil, trabalhar como vigias nos condomínios de classe média etc. (NASCIMENTO, 2009).

Esta realidade não é exclusiva do Brasil, pelo contrário; em março de 2007, em Santiago do Chile, pela primeira vez, foi realizada uma Reunião Internacional de Especialistas sobre Povos Indígenas Urbanos e Migrações. O relatório sobre a situação, Povos Indígenas Urbanos e Migrações (2007), enfatiza os problemas e dificuldades enfrentadas pelos povos indígenas que migram para a zona urbana em todo o mundo. Entre as dificuldades, estão o desemprego, o racismo, a exclusão e a discriminação, a debilidade de acessos

a serviços, a inadequação dos alojamentos, a falta de respeito aos direitos humanos, sendo estas as causas principais da pobreza dos povos indígenas que vivem nas cidades. Devido às adversidades, os indígenas buscam reunir-se entre eles, visando enfrentar de maneira mais eficiente as condições precárias impostas pela vida urbana, marcada principalmente pela discriminação social e hostilidade. A América Latina foi destacada devido ao fato de a maioria dos seus países estar modificando suas constituições e legislação para garantir os direitos dos povos indígenas; no entanto, foi observado que, apesar desse avanço, as leis mostram-se ineficientes e muitas vezes não são cumpridas.

2.1 Consequências da migração indígena no Brasil

O Diretor do Departamento de Saúde Indígena da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) afirma, segundo Campos (2006), que ainda há discordância sobre quem deve responsabilizar-se pelo atendimento de saúde aos índios nas áreas urbanas. Afirma ainda que o SUS resiste em prestar esse tipo de atendimento em algumas localidades, apesar de Distritos Sanitários Indígenas desde 2003 capacitarem profissionais do SUS em diversos municípios do país, para o atendimento para essas populações. No entanto, a Funai e a Funasa, sendo os dois principais órgãos governamentais de assistência às populações indígenas, são frequentemente questionadas a respeito da falta de atitudes em relação aos “índios desaldeados”, pois são raras as iniciativas nas esferas governamentais que acolham essa população.

Na área educacional, a população indígena que mora na cidade também se confronta com dificuldades, embora a Constituição Federal de 1988 tenha garantido aos indígenas uma política de educação que lhe seja peculiar, abrangendo suas características culturais e línguas maternas, através de currículos voltados à sua realidade. A Educação Escolar Indígena do Ministério da Educação e Cultura (MEC) tem como incumbência “coordenar e acompanhar a formulação e a implementação de políticas educacionais para as comunidades indígenas, cuja responsabilidade efetiva de implantação é dos estados e municípios” (CAMPOS, 2006).

Porém, ainda não existem no Brasil escolas urbanas que atendam a esses requisitos e critérios do Ministério da Educação e Cultura (MEC), e não existe nenhuma ação concreta neste sentido. Tais escolas

representariam para os indígenas estratégia essencial para a dinamização da sua cultura e sua identidade nos centros urbanos.

Segundo Carvalho (2008), as famílias indígenas nas zonas urbanas procuram viver próximo aos familiares, formando pequenos grupos de famílias nucleares e conservando o contato com os parentes que continuam na zona rural em suas aldeias de origem, sem que haja uma ruptura completa. Para os indígenas, esse contato não pode se perder, pois, quem mora na cidade adquire conhecimentos úteis para todo o povo. O contato também é importante para o indígena que migra para as cidades e busca abrigo em casa de familiares durante o processo de acomodação no local.

Baines (2001) ressalta que a migração dos indígenas traz consigo graves problemas de adaptação, por ser a cultura urbana muito diversa, causando mudanças culturais profundas nos indígenas, abandono de seus rituais e forma de vida comunitária. As identidades indígenas nos centros urbanos se apresentam de forma contextual, pois o indivíduo, em algumas ocasiões, nega sua identidade ou se apresenta com outras identidades étnicas construídas historicamente, como mestiço, caboclo, descendente ou remanescente de índio, apresentando-se, assim, conforme o contexto. Ocultar a identidade indígena é uma maneira de fugir dos preconceitos e estigmas aos quais é constantemente exposto na zona urbana.

Esses preconceitos estão historicamente impregnados no Brasil, onde se podem notar relações sociais de dominação dos não indígenas para com os indígenas. Uma das formas desse preconceito, classificada pelo autor como humilhante, é o pensamento de que o índio pertence à floresta e nela deve permanecer. Baines (2001) diz que:

[...] tentativas populares de argumentar que o índio na cidade “deixa de ser índio” são frutos de um preconceito altamente pejorativo quanto ao índio, que o congela no tempo e no espaço, colocando-o em oposição à vida urbana e relegando-o ao atraso, à pobreza e à ignorância. Preconceito que muitos índios têm internalizado a si mesmos. (BAINES, 2001, p. 1).

A legislação indigenista brasileira, segundo Campos (2006), foi criada originalmente voltando-se às questões das comunidades residentes em suas localidades tradicionais, causando disparidade quando se trata

das questões indígenas nas zonas urbanas. Diante dessa realidade, os indígenas nas áreas urbanas têm se organizado com o escopo de reivindicar formulação de políticas indigenistas diferenciadas que os abranjam em variadas áreas sociais. Porém, há um receio por parte de algumas líderes indígenas de que destinar verbas para os indígenas nas cidades possa gerar prejuízos aos parentes que ficaram nas terras rurais (CAMPOS, 2006).

É imprescindível o desenvolvimento de políticas públicas que proporcionem dignidade no tratamento aos direitos indígenas na cidade, respeitando inclusive o direito de se optar entre residir na zona urbana ou rural.

3. Indígenas na zona rural: resistências, indianização e visibilização

A Constituição do Brasil de 1988, no artigo 231, § 1º, 2º, 4º, 5º e 6º, reconhece os direitos originários ao usufruto das terras tradicionalmente ocupadas pelas populações indígenas e de todas as suas riquezas naturais, como imprescindíveis para a reprodução física e cultural dessas populações, ficando proibida a remoção dos indígenas de suas terras. A Constituição estabeleceu como dever do Estado demarcar todas as terras indígenas, tornando nulo e extinto qualquer ato de posse dessas terras e exploração de suas riquezas pelos não indígenas, sendo indenizados apenas as benfeitorias naqueles casos decorrentes de ocupação de boa-fé. Quanto à autonomia dos indígenas, houve um avanço com o artigo 232, que reconhece a legitimidade de indivíduos indígenas, suas comunidades e organizações entrarem em juízo para defender seus direitos e interesses, ficando o Ministério Público responsável de intervir em todos os atos do processo (BRASIL, 1988).

No entanto, é uma realidade a continuação do processo de invasões das terras indígenas por grileiros, empresas de turismo, agropecuárias, mineradoras e madeireiras, da exploração predatória de suas riquezas naturais. Uma das consequências é o deslocamento forçado dos indígenas de suas comunidades, inclusive para áreas urbanas em busca de sobrevivência. O Estado tem uma significativa parcela de

responsabilidade, porque não cumpre o artigo 67, que estabeleceu o prazo de, até cinco anos após promulgada a Constituição de 1988, demarcar todas as terras indígenas (BRASIL, 1988). No entanto, é inegável que, com essa Constituição, comunidades indígenas, tidas como extintas, principalmente no Nordeste, se mobilizaram na luta pelo reconhecimento de suas identidades étnicas e da demarcação de suas terras.

A partir da década de 1990, as reivindicações das comunidades indígenas vêm repercutindo e sendo atendidas gradativamente. Tem havido mudanças importantes nas políticas públicas, nas áreas de educação e saúde indígena. Na área da educação indígena, surgiram parcerias com o MEC, as secretarias estaduais e municipais e, na área da saúde, parcerias com a Funasa no estabelecimento de Distritos Especiais de Saúde Indígena/DSEIs (vide PACHECO DE OLIVEIRA; IGLESIAS, 2006). No entanto, em 2008, foram muitas as denúncias de corrupção e desvio de verbas envolvendo a Funasa (LUCIANO, 2006).

Em 1991, o Decreto nº 26 transfere da Funai para o Ministério da Educação e Cultura (MEC) a função de coordenar ações de educação escolar indígena, e aos estados e municípios a responsabilidade de executar essas ações; em 1994, foram publicadas pelo MEC as “Diretrizes para a Política Nacional de Educação Escolar Indígena”. Em 1996, a Lei 9.394 estabelece as novas Diretrizes e Bases da Educação Nacional; em 2001, com a Lei 10.172/2001, insere-se capítulo sobre Educação Escolar Indígena no Plano Nacional de Educação (LUCIANO, 2006, p. 152-153). Esses instrumentos legais foram criados para viabilizar na prática os direitos previstos na Constituição de 1988.

Entretanto, ainda há descontinuidade entre Ensino Fundamental e Ensino Médio e Superior. Muitos jovens indígenas migram de suas comunidades para as cidades em busca de estudo.

As políticas públicas em resposta às demandas das populações indígenas de acesso ao Ensino Superior ainda são ligadas aos sistemas de cotas ou bolsas de estudos, através de instituições brasileiras e convênios internacionais: Funai, CNPq, Capes, Prouni, Fundação Ford (International Fellowship Program). Sem dúvida, é uma política de ação afirmativa importante que visa corrigir de forma parcial a dívida histórica que a sociedade tem com as populações indígenas e negras do Brasil ao

possibilitar condições de equidade para o acesso e permanência de uma parcela dessas populações (LUCIANO, 2006).

No Ceará, a construção do Curso de Magistério Indígena Tremembé Superior (MITS) – Licenciatura Intercultural Específica – foi aprovada oficialmente em 2008. Em novembro de 2012, a primeira turma de graduados apresentou seus trabalhos de Conclusão de Curso. Isto é resultado de uma construção coletiva através da *luta e organização do povo Tremembé e sua pareceria com a Universidade Federal do Ceará. Todo o Curso tem participação ativa dos próprios indígenas, inclusive em relação à grade curricular, conteúdos e metodologia; além disso, todo o curso está sendo realizado na própria comunidade indígena.* Este é um lindo projeto emancipatório e uma experiência revolucionária!

Para as comunidades indígenas, educação e saúde estão sempre vinculadas, configurando partes integrantes do mundo, da vida concreta e cosmológica, em que as coisas materiais têm modos de existências espirituais. Os indígenas não rejeitam os serviços das ciências médicas modernas; pelo contrário, têm reivindicado esses serviços.

A Funai e Funasa trabalham apenas com os dados de indígenas que vivem geralmente em suas aldeias, foram reconhecidos oficialmente e fazem parte dos seus cadastros (LUCIANO, 2006, p. 28).

Estes dados não incluem os indígenas que ainda não foram reconhecidos oficialmente, mesmo aqueles que se autorreconhecem e estão organizados e lutando para ser reconhecidos no Ceará e outros estados da região Nordeste, bem como em outras regiões do país. Também estão excluídos desses dados os indígenas que vivem nas áreas urbanas, inclusive aqueles que são originários de comunidades reconhecidas oficialmente e cadastradas pela Funai e Funasa, como é o caso dos Tremembé de Almofala que vivem em Fortaleza (NASCIMENTO, 2009).

A educação indígena, principalmente na zona rural, tem possibilitado ascensão de jovens a lugares de lideranças ao ocuparem cargos de professores, agentes de saúde e coordenadores de associações e projetos. Os próprios indígenas estão debatendo e buscando negociar entre os parentes de diferentes gerações, para encontrar meios de articular diferentes conhecimentos e conviver com diferentes tipos de lideranças para garantir

seus direitos e a continuidade de suas próprias comunidades indígenas. Esta realidade contrasta com a realidade dos indígenas nas áreas urbanas.

4. Considerações Finais

As migrações de populações indígenas no circuito rural-urbano é uma realidade nos países da América Latina, que têm relações com o continuado processo de invasão compulsória de terras indígenas e deslocamentos forçados de suas populações. A maioria dos indígenas nas áreas urbanas continua sendo invisibilizada e seus direitos não reconhecidos.

Esta é também a realidade dos Tremembé de Almofala que migraram e vivem em Fortaleza; no entanto, a base da identidade Tremembé em Fortaleza e em Almofala é o assentimento de pertencimento a uma origem comum; no entanto, muitos não se identificam publicamente devido ao preconceito e às imagens impostas aos índios como relegados ao passado e associados a lugares distantes e isolados. Na cidade, as escolas convencionais ainda reproduzem essa visão colonialista. Desde a década de 1990, houve uma inversão nas condições de vida dos Tremembé nesses dois lugares: na zona rural, melhorou saúde e educação com as conquistas do movimento indígena; na zona urbana, eles continuam excluídos das políticas públicas indigenistas governamentais, aumentou a violência infanto-juvenil e o desemprego. Por isso, muitos desejam e alguns já estão retornando à terra de origem. De modo geral, não há nenhuma organização de indígenas na capital cearense e nenhum tipo de política pública que se destina às populações indígenas em Fortaleza; pelo contrário, predomina uma invisibilidade dos indígenas.

A população indígena continua aumentando no Brasil. Isso é resultado da mobilização e organização indígena. Muitos povos indígenas passaram a reivindicar o reconhecimento de suas identidades e demarcação de suas terras. Tal realidade repercutiu nos Censos Populacionais: entre 1991 e 2000, com o aumento na autodeclaração de indígenas nas áreas urbanas (diminuindo em 2010). As possíveis causas são: as pessoas nas cidades estão deixando de se autodeclarem indígenas, a migração da zona

rural para as cidades diminuí e indígenas migrantes que viviam nas cidades estão retornando para suas comunidades. Mas ainda não temos dados estatísticos sobre migração e suas causas. Indígenas nas áreas rurais e em suas terras são predominantemente jovens; isso pode estar relacionado às mudanças positivas na educação indígena, conquistadas nas últimas décadas, principalmente pelas comunidades indígenas nas zonas rurais. A educação indígena na zona rural tem possibilitado ascensão de jovens a lugares de lideranças ao ocuparem cargos de professores, agentes de saúde e coordenadores de associações e projetos.

É imprescindível o desenvolvimento de políticas públicas que proporcionem dignidade no tratamento aos direitos indígenas na cidade, respeitando, inclusive, o direito de optar entre residir na zona urbana ou rural.

Referências

BAINES, Stephen Grant. *As chamadas “aldeias urbanas” ou índios na cidade*. Revista Brasil Indígena. Ano I - Nº 7. Brasília/DF, Nov-Dez/2001. Disponível em: <www.funai.gov.br>. Acesso em: 17 abr. 2009.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual*. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. 164 p.

CAMPOS, André. *Índio na cidade*. Disponível em: <<http://www.reporterbrasil.com.br>>. Acesso em: 14 abr. 2009.

CARVALHO, Priscila D. de. *Índios reproduzem formas de organização no meio urbano*. (sd.). Disponível em: <www.reporterbrasil.com.br>. Publicado em 2008. Acesso em: 19 abr. 2009.

FORO Permanente para las Cuestiones Indígenas. Santiago do Chile, março de 2007. *Informe de La Reunión Internacional de Expertos sobre Pueblos indígenas urbanos y migracionaes*. Nueva York: maio de 2007. Disponível em: www.un.org/esa/socdev/. Acessado em 08 de abril de 2009.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE DERECHOS HUMANOS. *Migraciones indígenas en las Américas / Instituto Interamericano de Derechos Humanos*. - San José, Costa Rica : IIDH, 2007

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO de GEOGRAFIA e de ESTATÍSTICA - *Tendências Demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos 1991 e 2000*. Coordenação de Populações e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro, 2005.

_____. *Os indígenas no Censo Demográfico 2010- primeiras considerações com base no quesito cor ou raça*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. 32 p. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf>. Acesso em: nov. 2012.

_____. *Censo 2010: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas*. 10 de agosto de 2012. Sala de Imprensa: Censo 2010: Características Gerais dos Indígenas –Resultados do Universo. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2194&id_pagina=1>. Acesso em: nov. 2012.

LUCIANO, G. dos S. *Baniwa - O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: MEC/SECAD; Museu Nacional, 2006. 224 p. – (Coleção Educação para Todos; 12)

NASCIMENTO, E. S. do. *Identidade e memória de habitantes de Fortaleza-CE originários da comunidade Tremembé de Almofala-CE: ramos de raízes indígenas em trânsito*. 2009. 301 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) - Pontifícia Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

MORALES, A. *Migraciones, tendencias recientes y su relación con la crisis de la ciudadanía em América Latina y el Caribe*. In: INSTITUTO INTERAMERICANO DE DERECHOS HUMANOS. *Migraciones indígenas en las Américas*. San Jose, Costa Rica: IIDH, 2007.

SOBRINHO. Thomaz Pompeu. *Índios Tremembés*. Revista do Instituto Histórico do Ceará. Fortaleza-Ceará. v. 65. p. 257-267, 1951.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. *Fontes inéditas para a história indígena no Ceará*. Fortaleza: UFC/NEPS, 20, 1992.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes*. Trabalho apresentado em diferentes versões no Fernand Braudel Center, Universidade de New York em Binghamton, na Universidade de Glasgow, na Universidade de Victoria, na Universidade de Wisconsin-Madison e na Universidade de Coimbra, 2006.

Conferência de encerramento

A Prática da Liberdade: Pesquisa de Ação Participativa da Juventude para a Justiça na Educação

*Michelle Fine
Madeline Fox*

“A educação ou funciona como instrumento usado para facilitar a integração da geração mais jovem na lógica do sistema atual e trazer conformidade à mesma, ou então torna-se a ‘prática da liberdade’ – o meio através do qual homens e mulheres lidam crítica e criativamente com a realidade e descobrem como participar da transformação de seu mundo.”

Paulo Freire, Pedagogia do Oprimido

Diante do crescente abismo de desigualdades nos Estados Unidos e em todo o mundo, no qual a juventude negra é cada vez mais atingida por políticas sociais que criminalizam muitos de seus jovens e exterminam a oportunidade de educação para a grande maioria, estamos interessados nas possibilidades ativistas de pesquisa com participação de jovens sobre e para a justiça educacional. Inspirados nas obras, filosofia e exemplo do educador brasileiro Paulo Freire, iniciaremos o nosso capítulo com uma performance do Voto pela Justiça (*Polling for Justice*), um projeto de pesquisa de ação participativa que investiga as experiências da juventude com educação, justiça criminal e serviço de saúde na cidade de Nova York, considerando a comunidade, sexo, raça/etnia, orientação sexual e classe nos quais estes jovens estão inseridos. Nossa pesquisa, fruto da colaboração entre a universidade e a comunidade, objetiva assistir homens e mulheres, meninos e meninas, na “descoberta de como atuar na transformação do mundo em que vivem”.

Apresentando-se para uma plateia de jovens e educadores, a performance do Voto pela Justiça começa com uma pessoa de ares acadêmicos no palco, usando óculos e uma bata de laboratório, revirando uma pilha de papéis enquanto balbucia:

Olá. Chamo-me Dr. Pesquisa e irei apresentar um trabalho sobre “A Juventude Urbana”, com uma teoria criada e estabelecida por mim como base para o estudo de um dos grandes problemas que os centros em desenvolvimento das cidades americanas enfrentam – este problema chama-se: o adolescente...

Protagonizado pelo pesquisador-ator Una Osato, o personagem foi criado para representar a pesquisa tradicional positivista acadêmica, na qual homens brancos e mais velhos representam o *status* privilegiado de especialistas em suas áreas de estudo. Dr. Rebert Pesquisa lê seu trabalho sobre “A Juventude Urbana” com um discurso prolixo e monótono. Após pouco tempo, a plateia ouve os pesquisadores do Voto pela Justiça comentarem a apresentação do Dr. Pesquisa no *backstage*:

“Que chatice!”

“O que ele está dizendo?”

“Acho que falou algo sobre a juventude urbana”

“Ohhh ele está falando sobre você!”

“Não, acho que está falando sobre você!”

“Não faço ideia do que ele esteja falando, só sei que é entediante.”

“Ninguém o entende, além dele próprio!”

“Quer saber, vou até lá dizer alguma coisa.”

Um por um, os jovens pesquisadores do Voto pela Justiça sobem ao palco, tirando o microfone do Dr. Pesquisa e insistindo para que ele se sente e ouça os resultados da pesquisa sobre as experiências dos jovens na cidade de Nova York. No momento final, quando o Dr. Pesquisa é retirado do palco, um dos pesquisadores, Darius Francis, admira a sua bata e a toma para si, vestindo-a até o final da performance.

A figura do Dr. Pesquisa foi uma crítica e uma provocação. Caricatura do espírito do pesquisador “objetivo”, que estuda *sobre* mas

não com a juventude, ele leva a plateia a reavaliar as suas visões sobre o que de fato é ser especialista em algo, noções problemáticas de objetividade, validação e o cultuado distanciamento da pesquisa acadêmica. Partindo de um início desordenador, a presença dos pesquisadores-atores do Voto pela Justiça levantou questões igualmente urgentes acerca da pesquisa crítica, participação, representações sociais da juventude e justiça social. Paulo Freire teria ficado orgulhoso. Argumentando e interagindo com o palco de suas cadeiras, eles encorajaram outros membros da plateia a irem além de apenas assistirem à performance; a se engajarem de forma ativa na sua produção. A juventude estava ensinando aos adultos como “participar na transformação do mundo em que vivem.”

O Voto pela Justiça é uma pesquisa de ação participativa de grande abrangência, criada por um grupo de pesquisadores jovens e adultos que objetiva o estudo das experiências de jovens com a (in)justiça na educação, justiça criminal e saúde pública. Resultado de uma parceria interdisciplinar entre cursos e estudantes da Universidade da Cidade de Nova York (City University of New York – CUNY), um engajado grupo de copesquisadores da juventude, o Instituto Annenberg para a Reforma Escolar da Universidade de Brown e os Colaboradores da Juventude Urbana¹, nosso primeiro instrumento metodológico foi uma longa investigação feita em livros e conteúdos disponíveis na internet, correalizada por jovens e adultos. Tendo a participação como base para a teoria, métodos, elaboração de perguntas e análise de informações, coletamos informações de mais de 1110 jovens de Nova York.

Os pesquisadores do Voto pela Justiça decidiram analisar, teórica e empiricamente, o que chamamos de *circuítos de desapropriação* (FINE; RUGLIS, 2009) e os *focos de resistência da juventude* na cidade de Nova York, pela forma como as políticas sociais, instituições e práticas negam sistematicamente os direitos humanos fundamentais à juventude negra nos setores de educação, justiça criminal e saúde, e a maneira como essa juventude se mobiliza para resistir, lidar com e desafiar coletivamente essas formas de desapropriação. Convivendo com intensa vigilância

1. O grupo de pesquisas do Voto pela Justiça inclui Niara Calliste, Darius Francis, Candace Greene, Jaquana Pearson, Una Osato, Dominique Ramsey, Jessica Ruglis, Maybelline Santos, Isabel Vierira, Jessica Wise, Maddy Fox and Michelle Fine, Brett Stoudt, Paige Taylor, e Jose Torres.

policial em comunidades negras, privatização das escolas, deportação de altíssimos números de imigrantes sob o pretexto de livre escolha, redução do apoio da esfera pública e aumento da esfera “disciplinante”, procuramos investigar como a experiência da juventude urbana responde e se organiza diante das gritantes diferenças de oportunidades de crescimento nos cinco distritos de Nova York, em três setores: educação, saúde e justiça criminal. O Voto pela Justiça foi explicitamente criado para coletar evidências sociais científicas e transformá-las em campanhas pela justiça da juventude – violência contra meninas e mulheres, perseguição policial, acesso às universidades, testes de proficiência e educação sexual eficiente são apenas alguns exemplos.

Ao nosso primeiro encontro, em 2008, compareceram mais de 40 jovens recrutados por organizações ativistas, escolas públicas, centros de detenção, grupos jovens de LGBT, lares adotivos, jovens sem documentação que buscam ensino superior e estudantes privilegiados de escolas particulares, acompanhados por educadores, representantes do Departamento de Saúde do Adolescente da cidade de Nova York, consultores de famílias imigrantes, advogados, jovens trabalhadores, psicólogos, estudiosos de Planejamento Familiar, geógrafos e doutorandos em Psicologia e Educação. O encontro ocupou o subsolo do Centro de Pós-Graduação da CUNY.

Estabelecemos um único e simples desafio ao grupo: gostaríamos de criar um projeto coletivo de pesquisa em larga escala, por toda a cidade, fazendo uma investigação da juventude a partir de itens padronizados e criados internamente, formando uma série de grupos focais para documentar a experiência dos jovens pelos diversos setores públicos da cidade. Explicamos que os ali presentes foram escolhidos pela diversidade de suas experiências, conhecimentos e especialidades, e então os jovens e adultos se reuniram em grupos para discutir tópicos como a prisão e seu impacto na vida dos jovens, lares adotivos, imigração e deportação, abrigos para os sem-teto, relacionamentos de grupos específicos, acesso à educação em saúde, preocupação com a segurança e o cuidado com as comunidades. Uma vez que os grupos foram formados, chapéus e casacos foram retirados e deu-se início ao trabalho. Criamos uma parede onde os jovens poderiam anotar perguntas que gostariam de fazer a outros

adolescentes de Nova York.

Organizamos os grupos a partir de determinadas experiências da juventude urbana: em um canto havia um rapaz cujo pai estava na prisão, uma garota que temia a deportação da mãe e um garoto do ensino médio preocupado com a guetificação; eles fizeram perguntas sobre a real segurança interna do país. Num outro canto, alguns jovens revisavam itens padronizados na saúde, como o Estudo do Risco Comportamental na Juventude (YRBS) e o Estudo Longitudinal da Saúde do Adolescente (AddHealth), em âmbito nacional, e sobre sexualidade, reprodução, saúde e nutrição. Irritados com esses “sistemas de segurança” que fazem perguntas que “não lhes dizem respeito” e, da mesma forma, preocupados com hábitos “de risco” à saúde que não levam em consideração as questões de acessibilidade, recursos, oportunidades (de educação e outras) e diferenças culturais, trabalhamos para compreender a importância de investigar a relação entre práticas sexuais perigosas e o tipo, qualidade e acesso a uma educação sexual efetiva (em contraposição à abstinência ou inexistência dela), violência de parceiros ou abandono da escola. Estes grupos de trabalho também ajudaram a estimular debates críticos totalmente voltados à juventude sobre o significado de “saúde”; medos sociais e preconceitos com adolescentes; influência de culturas na saúde; visões racistas e irreais da juventude “urbana” e negra; e como os hábitos de saúde não podem ser desassociados de oportunidades estruturais e contextos políticos, sociais e econômicos nos quais cada jovem está inserido.

No fundo da sala, mais um grupo discutia sobre onde cada um sentia-se seguro. Em casa? Nas ruas? Na escola? Um quarto grupo debatia a experiência de jovens com o sistema de justiça criminal.

Juntos, em uma abordagem participativa para examinar essas construções, os grupos criaram uma longa lista de experiências com a polícia. O resultado disto foi a mais politicamente engajada lista de perguntas contidas na pesquisa. Pode-se dizer que quase todas as perguntas relacionadas à justiça criminal foram elaboradas pelos jovens. Ficou evidente que os dados existentes sobre a experiência dos jovens com o policiamento na cidade de Nova York não alcançaram as suas realidades.

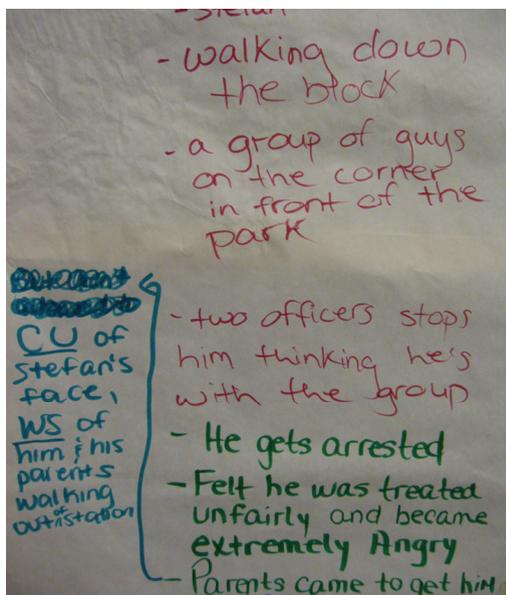


Imagem 1 - “andando pelo quarteirão / um grupo de rapazes na esquina em frente ao parque / dois policiais o abordam pensando que ele pertencia ao grupo / ele é preso / pensa que foi tratado injustamente e fica com muita raiva”

Nosso trabalho foi elaborado como uma zona de contato (TORRE, 2005) entre jovens de diversas comunidades e etnias; jovens e adultos; defensores, educadores, pesquisadores e funcionários da educação, justiça criminal e saúde pública. Na nossa equipe de pesquisa, questões sobre privilégios, poder e opressão foram abordadas de forma colaborativa; as experiências dos jovens guiaram a investigação e o conhecimento dos adultos se fez presente como apoio; as especialidades foram democratizadas e o “direito de pesquisar” assumiu posição fundamental (APPADURAI, 2004). O processo nem sempre fluiu de forma ideal, mas tentamos criar espaços onde formas diversas de experiência, análises, teoria e impacto pudessem ser exploradas delicadamente. No Projeto de Ciência Pública do Centro de Pós-Graduação da CUNY (TORRE et al. 2010; TORRE; FINE, 2010), centros de pesquisa foram formados como um terceiro espaço/processo para construir a capacidade democrática de

uma pesquisa coletiva, na qual questões de diferença, poder e solidariedade podem ser trabalhadas.

Começamos as nossas primeiras sessões com exercícios criados para derrubar ideias equivocadas sobre o que constitui uma investigação científica e quem pode participar em uma pesquisa social, democratizando as noções de conhecimento e especialidade em um assunto. Criamos caças ao tesouro para revelar como diferentes ideias mostram a importância de cada pesquisador. Pox exemplo, sempre ficamos impressionados (ainda que, até agora, nunca surpresos) com o fato de muito comumente os membros com menos *educação formal* dos nossos grupos (ex: alunos em salas de educação especial) serem os que mais astutamente leem as entrelinhas de estórias dominantes.

Desenvolvemos exercícios e atividades na tradição da pedagogia crítica e educação popular para extrair e honrar múltiplas perspectivas – não apenas uma resposta tida por correta. Reconhecer várias formas de inteligência é, por vezes, uma barreira para estudantes que sempre estiveram “no topo” em suas escolas ou em uma posição privilegiada, assim como para profissionais que acreditam que seu trabalho consiste em ensinar ao jovem o que ele deve saber. Dedicamos muito do nosso tempo ajudando os jovens a explorarem a si próprios como interseccionais; pela sua cultura, bairro, sexo, classe, adolescência, interesse por livros, música, política, sexualidade, linguagem, humor, a forma como são tratados pelas pessoas e como apreendem os seus mundos.

Fazemos leituras de teoria da psicologia, teoria crítica racista e seus métodos, artigos de jornais, e ouvimos música para “escutar” a forma como a juventude é representada e procurar por vozes de dissidência, desafios e resistência; coletamos escalas padronizadas e testamos nossas novas perguntas de investigação; aprendemos a conduzir entrevistas e a desempenhar grupos focais; assistimos a filmes e criamos perguntas; escrevemos, discutimos temas nas ruas, em suas escolas e casas, nos encontramos com outros jovens pesquisadores de diferentes regiões; criamos métodos de pesquisa, desenvolvemos o estudo, direcionamos itens, coletamos e analisamos dados qualitativos e quantitativos; apresentamos os resultados pela cidade de Nova York e em eventos profissionais.

Durante 18 meses, o Voto pela Justiça organizou uma série de campos de pesquisa multigeracionais focados, em um primeiro momento, em formar especialistas em pesquisa, compartilhar leituras sobre os temas, histórias de injustiça e lutas de resistência política, refinar as perguntas da pesquisa, especificar os modelos e amostras, explorar análises interdisciplinares de dados qualitativos e quantitativos e gerar ideias provocativas para produtos, ações, artigos, depoimentos, livros brancos e performances.

Analizando/Corporificando os Circuitos – Corpos de Análise de Dados

Ao fim da pesquisa, em agosto de 2009, tínhamos um verdadeiro mar de informações. Organizamos os dados para examinar o que chamamos de *desapropriação cumulativa*, tentando compreender até que ponto jovens que abandonaram ou foram suspensos/expulsos da escola, por exemplo, sem plano de saúde, com ocorrências na polícia e inseridos em ambientes familiares instáveis eram de fato mais suscetíveis a sofrerem com depressão, relações sexuais de risco, envolvimento com a violência e baixos níveis de bem-estar psicológico. Os pesquisadores da juventude ficaram convictos de que o Voto pela Justiça **não** apenas reporta dados de “disparidade” racial, pois conhecem muito bem como essas informações são utilizadas na tentativa de destruir a reputação de suas comunidades, grupos raciais e indivíduos que são vítimas, mas tornaram-se perpetradores da injustiça através de análises de culpabilização da vítima.

Ao invés disso, nos interessamos em como as políticas de desapropriação afetam as vidas, aspirações e cuidados de cada grupo de jovens enquanto vivem em comunidades marginalizadas por políticas sociais negligentes. De fato, em todos os indicadores por nós analisados, os jovens classificados como “altamente desapropriados” de políticas de educação, moradia/família, justiça criminal e acesso à saúde apresentaram números consideravelmente mais altos de resultados negativos (para resultados detalhados, ver Fine et al., 2010).

Também organizamos o nosso material de pesquisa possibilitando a criação de mapeamentos da cidade que mostrassem a imensa disparidade

na implementação geográfica de políticas de desenvolvimento e contenção da juventude. Com um olhar analítico sobre a classe, sexo, raça/etnia, orientação sexual, bairro, situações de imigração e incapacitação, revisamos a geografia da perseguição policial. Considere abaixo o nosso mapa de ocorrências policiais por bairro e orientação sexual:

Negative Police Contact

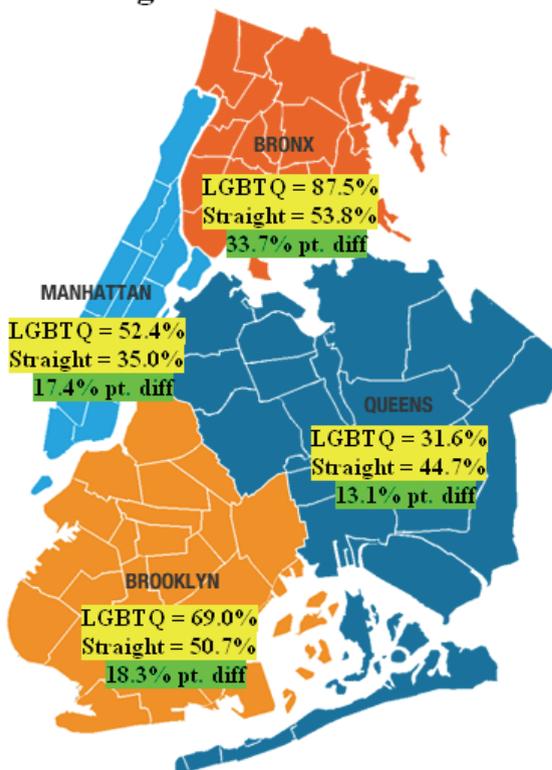


Imagem 2: Experiências negativas com a polícia. *LGBTQ* - Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. *Straight* - Heterossexuais). *Pt. diff* - Percentual de Diferença.

Uma vez desenvolvida uma análise preliminar do mapeamento quantitativo das experiências dos jovens em desapropriação cumulativa

e da comunidade, lançamos uma série de grupos focados em dados específicos nos bairros onde identificamos “focos” de desapropriação (ex: altos índices de suspensão/expulsão das escolas, de criminalização de jovens negros e de vigilância de grupos LGBT). Nesses grupos focados, era pedido aos jovens que interpretassem, para e conosco, as distribuições e circuitos de injustiça que havíamos documentado. Conduzindo grupos com jovens que se enquadram na interseção de nossas descobertas estatísticas, constatamos que a população jovem permanece resiliente por um senso de solidariedade e compreensão crítica de medidas injustas, pensando ativamente em um futuro melhor.

Em um grupo de foco com jovens que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, simpatizantes, indecisos e/ou transgêneros, ao discutirem os resultados sobre as interações negativas de jovens com a polícia, mencionaram a sua raiva diante de fatos como serem multados por colocarem os pés em um assento no metrô, por sentarem à noite em um parque, ou ainda, por serem abordados por usarem roupas inadequadas (“roupas gay”) nos bairros onde estavam.

É como um dia qualquer na cidade. Como se esta fosse a forma como os policiais são, maus, assim, e simplesmente temos que lidar com isso, porque não adianta discutir com um policial. Então pensamos ‘tudo bem, cabeça pra frente’, todos os dias. Chega um momento no qual isso não nos choca mais. Simplesmente fica natural após um tempo. Você se desliga disso, assiste à TV, toma banho, e apenas leva um dia como outro qualquer na cidade de Nova York.

Os participantes dos grupos de foco ofereceram suas críticas sobre a realidade atual e suas visões sobre o tipo de mundo que desejavam que existisse, um mundo repleto de apoio, acesso e recursos para todos os jovens (BILLIES e outros, a ser publicado).

Como Jaquana Pearson, pesquisadora do Voto pela Justiça, diz, os nossos dados mostram como a juventude está resistindo à opressão, redefinindo a realidade, aspirando ao sucesso e insistindo na mudança.

Circuitos de impacto entre e sobre corpos

Com o intuito de mergulhar nos nossos dados de pesquisa, iniciamos com uma grande projeção em tela mostrando as análises estatísticas em tempo real, *Estatísticas em Ação* (STOUDT, a ser publicado). Para dar sentido às informações, movemos os dados para fora da tela e colocamos os números “sobre os seus pés”, criando cenas e imagens dos dados. Descobrimos que, quando colocamos números nos corpos, através de esculturas ou cenas, abrimos espaço para que diferentes compreensões e experiências fossem expostas à nossa pesquisa coletiva.

Uma ilustração: os dados de pesquisa mostraram que, entre os entrevistados, o nível de educação escolar das mães é um poderoso indicador das experiências escolares, saúde mental e envolvimento com violência e com a polícia. Dentre os 1110 entrevistados, por exemplo, mais da metade dos que abandonaram a escola também tinham uma mãe que havia abandonado o ensino médio.

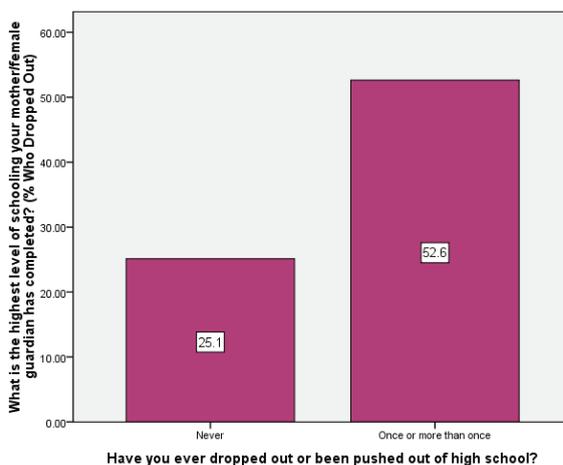


Imagem 3: QUADRO COMPARATIVO. Legenda vertical: Qual o maior nível de escolaridade que a sua mãe ou responsável do sexo feminino alcançou? (% das que abandonaram os estudos) **Legenda horizontal:** Você já abandonou os estudos ou foi suspenso/expulso da escola?

Quando olhamos a tabela, pudemos entender intelectualmente os dados como uma poderosa evidência de um resultado intergeracional de acesso inadequado à educação. Quando movemos esse dado para *o seu pé*, a análise tornou-se mais complexa e delicada. Como trabalhamos os dados durante meses e através de imagens (fotos digitalizadas), histórias pessoais, cenas e esculturas humanas, acabamos por entender o impacto do nível da educação formal das mães em múltiplas perspectivas.



Imagens 4 e 5 - Jovens

Muitos membros da pesquisa identificaram-se intimamente com esse resultado e, enquanto teorizávamos as informações, nossas experiências pessoais justificaram nós mesmos, os entrevistados nas pesquisas, as nossas mães e nossos objetivos com a justiça social. As metodologias corporificadas foram elásticas o suficiente para tornarmos os dados compatíveis com as nossas próprias experiências diversas. Através da arte, encontramos um meio de revelar e expressar várias formas de conhecimento – incluindo as formas emotivas do saber. Estas metodologias deram espaço à dor, vergonha, raiva e frustração, tornando visível os circuitos de impacto que cercavam os dados. Como resultado, nosso grupo desenvolveu uma análise crítica do mau comportamento educacional, que passa a culpa do indivíduo para a estrutura.

As performances do Voto pela Justiça foram concebidas como uma extensão da ética de participação no âmbito da desigualdade. As plateias incluíam professores, pais, diretores de escolas, jovens, cientistas

sociais, membros da comunidade, policiais, oficiais do Departamento de Educação e legisladores. Com o objetivo de incentivar a participação da plateia, as performances eram divididas em três etapas: os pesquisadores iniciavam com uma apresentação dos dados do Voto pela Justiça em abordagens visuais, estoriadas e corporificadas que utilizavam metáforas, humor, mapas, gráficos e números. Num segundo momento, os membros da plateia eram convidados a responder e reagir aos dados informados com uma forma de improvisação chamada de *Teatro Playback* (FOX, 1994; SALAS, 2007) que transformava as repostas emotivas da plateia em um teatro improvisado. Finalmente, na terceira etapa, os pesquisadores convidavam as pessoas da plateia para contribuir com suas próprias experiências e *expertises*, promovendo conhecimento e visões para ações à luz dos dados do Voto pela Justiça.

Promovendo uma política de solidariedade

De acordo com o quadro teórico de Augusto Boal, todos nós somos atores. Na forma teatral de Boal, o Teatro do Oprimido, ninguém da plateia apenas assiste ao espetáculo; não há espectadores, mas apenas espectadores (BOAL, 1997). Os espetáculos do Teatro do Oprimido são criados para simultaneamente atuarem na transformação das reais questões de injustiça social, e como uma alegoria para o tipo de democracia e política participativa possíveis no mundo existente além do palco. Nós do Voto pela Justiça também não queríamos uma plateia passiva. Queríamos que as pessoas pudessem compreender de forma efetiva a análise que iríamos apresentar sobre as experiências sociopsicológicas dos circuitos de desapropriação dos jovens. Queríamos que a plateia reconhecesse seu próprio papel na organização que produziu as condições apresentadas. Na reta final das performances do Voto pela Justiça, após a plateia ter visto as interpretações corporificadas dos dados, derrubamos as quatro paredes do palco, aumentamos as luzes do espaço, e dissemos à plateia que era hora de assumir um papel mais ativo no laboratório da apresentação. Passamos um microfone pela plateia e ouvimos suas respostas imediatas às informações: *“Aquilo foi impactante, estou chocado com alguns dos dados.”*; *“Estou impressionado com a quantidade de policiais presentes nas escolas de Nova*

York.”; *“Sinto-me frustrado e perdido. Como posso seguir como um educador?”* *“Me inspira ver jovens tão cheios de conhecimento e senso crítico.”* Após cada uma das respostas, os pesquisadores-atores do Voto pela Justiça transformavam as respostas em teatro improvisado, na forma de uma escultura humana que conseguia fazer múltiplas interpretações ao mesmo tempo.



Imagem 5 - Performance

O objetivo do Teatro Playback era tornar visível uma parte do circuito emocional presente nas representações estatísticas da vida dos jovens da cidade de Nova York. As esculturas humanas abriram caminhos na barreira que normalmente existe entre o ator e a plateia, o pesquisador e o leitor, e entre os jovens e os adultos. Essas aberturas possibilitaram colaborações mais significativas para serem germinadas e cultivadas.

Nas performances do Voto pela Justiça, as plateias precisavam trazer um sentido para o paradoxo entre os dados de desapropriação e experiências negativas aos quais eram expostas, e o sofisticado trabalho dos jovens pesquisadores que apresentavam/atuavam a pesquisa. Através de uma pequena cena, ou uma escultura física, os pesquisadores-atores rapidamente conseguiam apresentar perspectivas múltiplas e complexas. O maior objetivo das performances do Voto pela Justiça era promover um senso de solidariedade entre plateias, pesquisadores, jovens e adultos. Na apresentação dos nossos dados, como nos nossos campos de pesquisa, demos passos para criar espaços que permitissem a interação e exposição

(explícita e implicitamente) do circuito que conectava a todos. Com as apresentações, expandimos a rede de participação para incluir o círculo externo, a plateia, como aqueles que testemunham, com as esperanças que nos motivavam. Desta forma, nossa própria pesquisa era uma intervenção na produção institucional e de bases políticas de experiências com a injustiça entre os jovens. Através das performances do Voto pela Justiça a plateia podia se identificar com a juventude negra em novas maneiras, através do poder, sugerindo uma mudança de identidade coletiva e talvez tornando o engajamento político mais possível.

O final das apresentações do Voto pela Justiça trazia o Dr. Pesquisa de volta ao palco. Ele havia assistido a tudo, refletido e desenvolvido uma consciência. Ele diz:

Dr. Pesquisa: Bem, acabo de pensar que realmente deveríamos perguntar aos adolescentes quais são as perguntas que acham que deveríamos fazer, e procurar saber as suas ideias para as melhores soluções para alguns desses problemas. Digo, vocês são os que convivem com esses problemas todos os dias, e juntos podemos pensar no que pode ser o nosso próximo passo.

Os pesquisadores-atores do Voto pela Justiça, felizes por Dr. Pesquisa ter finalmente “sacado” a ideia, o convidam a fazer parte da pesquisa. O último passo é novamente voltar-se à plateia com a pergunta “o que vem depois disso?”, reafirmando a responsabilidade coletiva.

Assim, na última cena da performance do Voto pela Justiça, Jaquana Pearson confessa que os pesquisadores não tinham um final para a apresentação. Ela virava para a plateia e pedia para que eles ficassem responsáveis por imaginar o que viria depois. As pessoas davam sugestões para futuras pesquisas, mudança de políticas e respostas das comunidades.

Gostaria de ver algumas oportunidades para outros jovens em participar nesse tipo de pesquisa com o apoio de adultos, e que isso virasse uma onda mundial, mobilizando a todos na mudança de políticas. Vamos mostrar os dados aos departamentos e oficiais da polícia, e descobrir como mudar essas políticas e realidades.

As performances não foram criadas para serem soluções. Tinham como objetivo expor, provocar e motivar as pessoas a lutarem com suas/nossas próprias conclusões sobre o abismo de desigualdades aumentado por políticas que privilegiam aqueles que já são privilegiados. O teatro nos permitiu alcançar, coletivamente, a complexidade, particularidades, a análise ampla, as contradições e o sonho – tudo ao mesmo tempo. Com os dados sobre a polícia, poderíamos saber os números, a discriminação, e ainda comunicar a necessidade de proteção ou compartilhar nossas aspirações à polícia como uma carreira estável. Com educação ou economia, poderíamos criticar o capitalismo ou a privatização, mas ainda explicar o porquê de defendermos nossos irmãos e irmãs mais jovens para conseguirem uma vaga na escola com melhores recursos.

Como forma de arte, nossas performances eram, ao mesmo tempo, um encontro e uma metáfora – as apresentações, de alguma forma, otimizavam o tempo e permitiam uma análise detalhada de certas realidades, e, através da arte, convidávamos as plateias e os atores a experimentarem aquilo o que é e a expandir aquilo que pode vir a ser. Do lado de fora do espaço das apresentações, o Voto pela Justiça circulava por caminhos mais concretos. Os resultados das pesquisas percorreram audiências públicas, relatórios de políticas, debates comunitários e artigos acadêmicos sobre educação, reformas de segurança e crítica social. Em todas as áreas, o objetivo era manter a conexão viva entre os resultados, os pesquisadores e a audiência. Os dados do Voto pela Justiça tornaram evidente como o impacto de certas políticas se estende às vidas dos jovens em circuitos de desapropriação, e a forma como disseminamos os dados assegura que as audiências identificassem a sua própria localização e pudessem se engajar na prática da liberdade, naquele preparativo ligeiramente circular que chamamos de revolução.

Manifesto sobre a Pesquisa Crítica e Participativa da Juventude

Durante o V Simpósio Internacional sobre a Juventude Brasileira, Karla Galvao, Jaileila Menezes e Michelle Fine geraram um manifesto além das fronteiras sobre a pesquisa crítica e participativa da juventude, tornando explícito o nosso comprometimento com uma pesquisa movida pelo desejo de “participar na transformação” do mundo. Encerramos com estes compromissos.

Em nossa pesquisa, nos comprometemos com:

O Brilho e a Sabedoria daqueles que mais sofreram com as injustiças;
Aqueles que são sistematicamente marginalizados têm o direito de pesquisa; retomar a política, ciência pública e criar pesquisas para a luta social;

Procuramos juntar pessoas radicalmente diferentes e reunir os nossos conhecimentos para construir uma vasta pesquisa coletiva.

Juntos, criamos pesquisas para:

Desafiar os equívocos coletivos sobre dinheiro, poder, sexo, orientação sexual, raça, deficiência e sobre quem deve ou não receber educação;

Documentar os circuitos de desapropriação e privilégios, utilizando quadros interseccionais que reconhecem todas as formas como vivemos, participamos e transformamos esse mundo;

Romper lógicas corporativas, heteronormatividade, supremacia branca e o pensamento elitista.

Não descansaremos até:

Construirmos uma ciência pública participativa e ativista além das fronteiras, ligadas a movimentos sociais pela/para/sobre a juventude; e então devemos:

Expandir a imaginação radical política para o que deve ser, através de ação direta, relatos empíricos, mídias sociais, teatro popular, e prometemos:

Gerar pesquisa crítica em nossas comunidades locais ao passo que criamos laços, além das fronteiras, para ativar a motivação e nossa rede de contatos de pesquisas pelas comunidades.

Referências

- Appadurai, A. (2004). Capacity to aspire: Culture and the terms of recognition. In R.Vijayendra and M. Walton (eds.) *Culture and public action*, (pp 59-84). Stanford: Stanford University Press.
- Boal, A. (1997). *Games for actors and non-actors*. London: Routledge.
- Cahill, C. (2004). Defying gravity? Raising consciousness through collective research. *Children's Geographies*, 2(2), 273-286.
- Du Bois, W.E.B. (1913). *The Crisis Magazine*, 6, November, p. 339 - 345.
- Fine, M. & Ruglis, J. (2009). Circuits and consequences of dispossession: The racialized realignment of the public sphere for U.S. youth. *Transforming Anthropology*, 17(1), 20 - 33.
- Fox, H. (2007). Playback theatre: Inciting dialogue and building community through personal story. *The Drama Review*, 51(4), 89-105.
- Fox, J. (1994). *Acts of service: spontaneity, commitment, tradition in the nonscripted theatre*. New Paltz, NY: Tusitala Pub.
- Fox, M., Mediratta, K., Ruglis, J., Stoudt, B., Shah, S. & Fine, M. (in press). Critical youth engagement: Participatory action research and organizing. In Sherrod, L.; Torney-Putta, J.; & Flanagan, C. (Eds) *Handbook of Research and Policy on Civic Engagement with Youth*. NJ: Wiley Press.
- Fox, M., Calliste, N., Greene, C., Francis, D., Osato, U., Pearson, J., Ramsey, D., Santos, M., Wise, J., Stoudt, B. & Fine, M. (forthcoming). Embodied evidence: Youth participatory action research on circuits of dispossession and pools of resistance in New York City. Unpublished manuscript.
- Martín-Baró, I. (1994). *Writings for a liberation psychology*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- Torre, M., Fine, M., Alexander, N., Billups, A., Blanding, Y., Genao, E., ... Urdang, K. (2008). *Revolutionizing education: youth participatory action research in motion* (J. Cammarota & M. Fine, Eds.). New York, NY: Routledge.
- Wilkinson, R., & Pickett, K. (2009). *The spirit level: Why greater equality makes societies stronger*. New York: Bloomsbury Press.

Sobre as Organizadoras

Jaileila de Araújo Menezes

Formada em Psicologia (UFC), mestra e doutora em psicologia (UFRJ). Professora do Departamento de Psicologia e Orientações Educacionais do Centro de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do CFCH/UFPE. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (GEPOL). Investiga questões relativas à participação política juvenil.

Mônica Rodrigues Costa

Possui graduação em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco e Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco. Professora do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (CCSA/UFPE). Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Poder, Cultura e Práticas Coletivas (GEPOL). Investiga questões relativas a identidades e ação coletivas em contextos urbanos, juventude, gênero e política de saúde.

Tatiana Cristina dos Santos de Araújo

Pedagoga, mestra e doutora em Educação pela UFPE. Professora Adjunta do Departamento de Métodos e Técnicas em Educação da UFPE. Investiga questões relativas a formação de professores, convicção pedagógica, juventude, e movimentos sociais.

Sobre os/as Autores/as

Alexandre Simão de Freitas

Professor Adjunto do Departamento de Administração e Planejamento Educacional (Daepe) do Centro de Educação e professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/ UFPE).

Ana Maria Freitas Teixeira

Professora Adjunta da Universidade Federal de Sergipe (Departamento de Educação). Membro do quadro permanente do Núcleo de Pós-Graduação em Educação (NPGED). Pesquisadora do Grupo Educação e Contemporaneidade (Educon).
anabrteixeira@hotmail.com

Carina V. Kaplan

Professora ordinaria en la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad Nacional de La Plata y en la Facultad de Filosofía y Letras de la UBA.

Claudia Mayorga

Professora do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Coordena o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão Conexões de Saberes na UFMG; é tutora PET Conexões. É pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre a Mulher (Nepem/UFMG)

Danilo de Souza Morais

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – Neab/
Universidade Federal de São Carlos – UFSCar
d_morais_cs@yahoo.com.br

Edileine Vieira Machado

Professora do Programa de Mestrado em Educação da Universidade Cidade de São Paulo – Unicid; Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Inclusão Social – Nepis; Membro da Rede Internacional de Pesquisadores sobre Estudos Humanísticos –R.I.P.E.Hum.
edileinemachado@gmail.com

Edileusa Santiago do Nascimento

Professora Dra. colaboradora no Curso de Magistério Indígena Tremembé Superior –MITS da Universidade Federal do Ceará
Professora substituta na Fecli da Universidade Estadual do Ceará
edileusa.santiago@gmail.com

Geise Pinheiro Pinto

Núcleo Conexões de Saberes
Universidade Federal de Minas Gerais

Juliana Perucchi

Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Luís Felipe Rios

Professor do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, coordenador do Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana/LabESHU.

Madeline Fox

Centro de Pós-Graduação em Psicologia Crítica Social e da Personalidade da Universidade da Cidade de Nova York

Maria de Assunção Lima de Paulo

Professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco, *campus* de Serra Talhada

Maria de Fátima Vieira Severiano

Professora Associada III do Depto. de Psicologia da UFC.

Maria Divaneide Basilio

Mestra em Ciências Sociais/UFR; Secretária Nacional de Juventude
diva_basilio@yahoo.com.br

Marion Teodósio de Quadros

Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFPE
marionteodosio@yahoo.com

Michelle Fine

Centro de Pós-Graduação em Psicologia Crítica Social e da Personalidade da Universidade da Cidade de Nova York

Pablo Severiano Benevides

Professor Assistente do Departamento de Psicologia da UFC – *Campus* Sobral; Doutorando em Educação pela UFC.

Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha

Professora Dra. do Instituto de Sociologia e Política (ISP) da Universidade Federal de Pelotas (Ufpel), Pesquisadora do Núcleo de Estudo em Políticas Públicas - Neppu e do Núcleo de Pesquisa sobre América Latina - Nupesal/ UFRGS.
pattyycunha@yahoo.com.br

Roberta Uchôa

Professora do Departamento de Serviço Social/UFPE
rsuchoa@uol.com.br

Rogelio Marcial

Profesor Investigador del Departamento de Estudios de la Comunicación Social de la Universidad de Guadalajara, en comisión en El Colegio de Jalisco. Miembro del Sistema Nacional de Investigadores (nível 2) y Director del Consejo Técnico Asesor del Sistema Estatal de Juventud, Jalisco.
rmarcial@coljal.edu.mx
rmarcialv@gmail.com

Rosane Castilho

Professora Titular de Psicologia da Educação da Universidade Estadual de Goiás.

Tacinara Nogueira de Queiroz

Mestre em Psicologia pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, pesquisadora do Laboratório de Estudos da Sexualidade Humana/LabESHU.

Tatiane Alves Baptista

Professora adjunta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

JUBRA
Territórios Interculturais de Juventude

INFORMAÇÕES GRÁFICAS

FORMATO: 15,5 X 22cm

TIPOLOGIA: Minon Pro

Editora  UFPE

Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 - Várzea
Recife / PE CEP: 50.740-530 Fax: (0xx81) 2126.8395
Fones: (0xx81) 2126.8397 2126.8930
www.ufpe.br/editora - livraria@edufpe.com.br - editora@ufpe.br



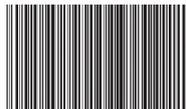
Realização



Apoio



978-85-415-0469-0



978-85-415-0469-0